



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

**Traços Sintáctico-Semânticos dos Verbos SER,
ESTAR, HAVER e TER no *Leal Conselheiro*
de D. Duarte**

Lisete Antunes Gaspar

Tese para a obtenção do grau de

Doutor em Letras

(3.º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Paulo Osório
Co-orientadora: Prof. Doutora Reina Pereira

Covilhã, Outubro de 2011

À minha filha, Oriana,
com muito amor.

Agradecimentos

Quero deixar um agradecimento muito especial a todos os que me apoiaram e que souberam compreender as exigências desta minha ambição.

À minha filha, Oriana, que mesmo bebé constituiu para mim uma fonte de inspiração, de coragem e de resistência.

Ao meu marido, Humberto, pela paciência e pela confiança de que jamais falharia nas minhas intenções.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Ao Professor Doutor Paulo Osório, que aceitou orientar este trabalho e que sempre esteve disponível para dar o seu apoio com amizade e competência. Por isto e muito mais, será sempre a minha grande referência profissional. Um obrigada muito especial!

À Professora Doutora Reina Pereira, por me ter dado a honra de co-orientar este trabalho e pela modéstia e humildade com que me conduziu na concretização deste objectivo.

A todos os que me são próximos, amigos e familiares que souberam compreender os motivos da minha dedicação e da minha ausência. A todos, o meu bem-haja!

Resumo

Enquanto obra de profunda introspecção pessoal, o *Leal Conselheiro* nasce para dar voz às reflexões de D. Duarte sobre os problemas concretos da vida humana e do homem português. Na projecção social da sua mensagem reside um intento pedagógico de dimensão nacional, interveniente na identidade moral e cultural portuguesa, que o autor pretende orientado por valores intemporais de natureza cristã.

Situada na época arcaica da língua, a obra será também um testemunho de mudanças e inovações em curso, essencialmente por se tratar de um momento de transição e de emancipação linguística, que necessariamente teve de lidar com a convivência entre formas antigas e novas.

Ao longo deste trabalho, estaremos particularmente atentos aos verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** e à proximidade semântica e sintáctica que nos permite um estudo relacional e binómico entre **Ser/Estar** e **Haver/Ter**. Observaremos a sua evolução, com vista a explorar a partilha de significações que os aproxima, os traços que lhes são comuns, mas também os contextos que os particularizam e os remetem para a sua individualidade.

Numa fase final, avançaremos para a recolha dos dados do *corpus* e para o seu tratamento quantitativo e estatístico. Para tal, definiremos os traços comportamentais a que estão sujeitas as variáveis em estudo, do mesmo modo que as enquadraremos dentro de um conjunto de critérios de argumentação sintáctico-semântica.

A título conclusivo, e em função dos resultados obtidos, apontaremos para o intervalo entre 1428 e 1430 para situar a redacção do *Leal Conselheiro*. Enquadrada nos limites iniciais do período arcaico médio, a obra evidencia, maioritariamente, formas em variação e não mudanças inteiramente consumadas.

Palavras-chave: *Leal Conselheiro*; mudança; formas antigas e novas.

Abstract

Being a text of profound personal introspection, the *Leal Conselheiro* was born to give voice to D. Duarte's meditations on the real problems of human life and Portuguese people. His message was one of social projection and had a pedagogical purpose of national dimension, though it ment to cause an effect on the Portuguese moral and cultural identity that he wishes to see guided by timeless principles of Christian nature.

Born in the Middle Age, the book will also be a testimony of change and inovation in place, specially because this is a moment of linguistic transition and emancipation in which new and old forms need to coexist.

Along this essay we'll be particularly focus on the verbs **Ser**, **Estar**, **Haver** and **Ter**, observing their semantics and syntactic proximity, performing a study that involves the intrinsic relation between **Ser/Estar** and **Haver/Ter**. We'll analyse their evolution in order to explore the common traces and meanings, but also the contexts that mark their individuality.

Finally, we move towards the research provided by our *corpus* and attain to its quantitative and statistic treatment. We'll define the behavioral traces that involve the variables on study and we'll support the results on a specific group of syntactic and semantics criteria.

Conclusively, according to the results, we'll point the years between 1428 and 1430 to mark the birth of the manuscript. Placed on the beginning of the middle archaique period, the text reveals mostly cases of variation of forms, not necessarily the total consumation of change.

Keywords: *Leal Conselheiro*; change; new and old forms.

Índice

	Página
Introdução	21

PARTE I

O *LEAL CONSELHEIRO*: IDENTIDADE HISTÓRICA, SOCIAL E LINGUÍSTICA

Capítulo I - ESCLARECIMENTOS SOBRE A IDENTIDADE DO *LEAL CONSELHEIRO*

1. O contexto histórico do século XV. A figura de D. Duarte e o nascimento do <i>Leal Conselheiro</i>	33
2. O itinerário e a datação do manuscrito do <i>Leal Conselheiro</i>	43
3. A tradição textual e as suas limitações	49

Capítulo II - ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO E CONSIDERAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS

1. Trilhos da Língua Portuguesa: para um quadro linguístico do século XV	59
2. A influência da corte na definição da norma linguística	75
3. Os vectores linguísticos do português arcaico (médio)	81
4. Enquadramento teórico: pressupostos sociolinguísticos. Breve sinopse	87

PARTE II

DIMENSÃO SINTÁCTICA DOS FENÓMENOS EM ANÁLISE

Capítulo I - O SISTEMA VERBAL: PRESSUPOSTOS MORFOSSINTÁCTICOS

1. O sistema verbal: do latim ao português	99
2. Verbos principais e auxiliares	107

Capítulo II - OS BINÓMIOS “SER/ESTAR” E “HAVER/TER”

1. “Ser” e “Estar”	115
2. “Haver” e “Ter”	125

PARTE III

ANÁLISE DAS FONTES DOCUMENTAIS

Capítulo I - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Descrição do <i>corpus</i>	135
2. Objecto e selecção das variáveis linguísticas	137
3. Método	139
4. Enquadramento sintáctico-semântico dos predicados	141
4.1. A estrutura atributiva	142
4.2. Os tipos de posse	143

Capítulo II - TRATAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DOS DADOS DO *CORPVS*

1. Quantificação geral dos dados da amostra	147
1.1. Distribuição e leitura comparativa dos tempos e modos verbais	148
1.2. A estrutura atributiva: distribuição comparativa dos dados	155
1.3. O tipo de predicado: distribuição comparativa dos dados	158
1.4. O tipo de posse: distribuição comparativa dos dados	161
1.5. As diferentes modalidades nominais: distribuição comparativa dos dados	163
1.6. Os auxiliares predominantes: distribuição comparativa dos dados	172
1.7. Casos de variação gráfica	174

Conclusão	179
-----------------	-----

Bibliografia	185
--------------------	-----

Anexos	211
--------------	-----

Lista de Abreviaturas

- a. C.** - antes de Cristo
ADP - Atributiva Descritiva Permanente
ADT - Atributiva Descritiva Transitória
ALP - Atributiva Locativa Permanente
ALT - Atributiva Locativa Transitória
ALNP - Atributiva Locativa Ncional Permanente
ALNT - Atributiva Locativa Ncional Transitória
ALG - Atributiva Locativa Geográfica
arc. - arcaico
aux. - auxiliar
BMA - Bens Materiais Adquiríveis
BIA - Bens Imateriais Adquiríveis
BI - Bens Inerentes
BNP/BRP - Biblioteca Nacional de Paris/Biblioteca Real de Paris
Brás. Pop. - Brasileiro Popular
Cap. - capítulo
cit. - citado(a)
CNLF - Centro Nacional de Linguística e Filologia
d. C. - depois de Cristo
ed. - edição
eds. - editores
fam. - familiar
GELNE - Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste
GN - Grupo Nominal
Gross. - grosseiro
inf. - infinitivo
Irón. - irónico
lat. - latim
LC - *Leal Conselheiro*
LEBC - *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*
m. - mesmo
oc./ocs. - ocorrência/ocorrências
orgs. - organizadores
p./pp. - página/páginas
PAD - Predicado Atributivo Descritivo
PAE - Predicado Atributivo Equativo
PAL - Predicado Atributivo Locativo
PAP - Predicado Atributivo Possessivo
part. - participio
PE - Predicado Existencial
Ph D - Philosophy Doctor = doutoramento
PI - Predicado Intransitivo
poss. - possessivo
prep. - preposição
pret. - pretérito
QE - Qualidades Específicas
S.A. - Sociedade Anónima
s.d. - sem data
S. L. - Sociedade Limitada
SN - Sintagma Nominal
SPREP - Sintagma Preposicional
UFF - Universidade Federal Fulminense
UNESP - Universidade Estadual Paulista
v. - verbo
Vd. - *vide*
vol./vols. - volume/volumes

Lista de Quadros

	Página
Quadro 1	
Itinerário do Manuscrito	47
Quadro 2	
Sistema de conjugações latinas vs portuguesas	101
Quadro 3	
Tempos e modos do verbo latino	102
Quadro 4	
Tempos e modos do verbo português	105
Quadro 5	
Formas do verbo “Ser” (<i>esse</i>) no <i>infectum</i> e no <i>perfectum</i> do latim clássico	116
Quadro 6	
Empregos do verbo <i>esse</i> no latim clássico	117
Quadro 7	
O verbo “Ser” no período arcaico	120
Quadro 8	
Diferentes usos de <i>Seer</i> e <i>Stare</i>	121
Quadro 9	
Usos de “Ser” e “Estar” no português moderno/contemporâneo	122
Quadro 10	
Os diversos usos livres de <i>Habere</i> e <i>Tenere</i> no período medieval	128
Quadro 11	
Distribuição global dos tempos e modos no <i>LC</i>	148

Quadro 12

“Ser” e “Estar” em estrutura atributiva 182

Quadro 13

“Haver” e “Ter” em estrutura atributiva 183

Lista de Tabelas

Tabela 1	
Auxiliares de “Ser” e número de ocorrências	172
Tabela 2	
Auxiliares de “Estar” e número de ocorrências	172
Tabela 3	
Auxiliares de “Haver” e número de ocorrências	173
Tabela 4	
Auxiliares de “Ter” e número de ocorrências	173
Tabela 5	
Variação gráfica de “Ser”	174
Tabela 6	
Variação gráfica de “Estar”	175
Tabela 7	
Variação gráfica de “Haver”	176
Tabela 8	
Variação gráfica de “Ter”	176

Lista de Gráficos

Gráfico 1	
Total de ocorrências dos verbos “Ser”, “Estar”, “Haver” e “Ter”	147
Gráfico 2	
Leitura comparativa dos modos verbais presentes no <i>LC</i>	150
Gráfico 3	
Leitura comparativa dos tempos verbais presentes no <i>LC</i>	153
Gráfico 4	
“Ser” em estrutura atributiva	155
Gráfico 5	
“Estar” em estrutura atributiva	156
Gráfico 6	
“Haver” em estrutura atributiva	156
Gráfico 7	
“Ter” em estrutura atributiva	157
Gráfico 8	
“Ser” e o tipo de predicado	158
Gráfico 9	
“Estar” e o tipo de predicado	159
Gráfico 10	
“Haver” e o tipo de predicado	160
Gráfico 11	
“Ter” e o tipo de predicado	160
Gráfico 12	
“Haver” e o tipo de posse	161

Gráfico 13

“Ter” e o tipo de posse 161

Gráfico 14

“Ser” nas diferentes modalidades nominais 163

Gráfico 15

“Estar” nas diferentes modalidades nominais 165

Gráfico 16

“Haver” nas diferentes modalidades nominais 165

Gráfico 17

“Ter” nas diferentes modalidades nominais 166

Introdução

Reconstruir alguns fenómenos sintáctico-semânticos de uma fase pretérita da língua é um projecto tão ambicioso quanto desafiante. A fraca expressão dos estudos de ordem sintáctica é um facto que perturba o avanço da própria Linguística Histórica, mesmo sendo esta uma área que se encontra em expansão¹. Quando decidimos avançar na nossa investigação e traçámos o objectivo firme de dar um contributo relevante para os estudos de ordem histórico-linguística, não foi difícil seleccionar o nosso campo de actuação e nem o nosso *corpus*. Lutámos, apenas, com a dúvida de que a escolha de um *corpus unicum* fosse insuficiente para a comprovação de determinados objectivos. Não obstante, é da reflexão sobre pequenas sincronias que nascem resultados significativos.

¹ A este propósito, Clarinda de Azevedo Maia lembra que, após um longo período, em que os estudos de tradição linguística descuidaram a perspectiva histórica das línguas, ela volta a despertar o interesse dos linguistas: «Assiste-se, actualmente, ao renascer do interesse pela Linguística Histórica, voltando a dimensão temporal das línguas a ocupar uma posição privilegiada, de primeiro plano. Uma manifestação evidente desse interesse é o regresso à reflexão sobre o problema da natureza da mudança linguística, questão que constitui o centro de toda a investigação histórico-linguística». CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *História da língua portuguesa. Guia de estudo*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1995, p. 37. O facto é que a tradição gramatical portuguesa tem a sua descendência em modelos greco-latinos, que sempre centraram o seu interesse na descrição morfológica e na distribuição dos constituintes em classes. A dinâmica das línguas era, ainda, um tema prematuro. Naturalmente que, aquando do nascimento das primeiras gramáticas, foi esta a orientação que se manteve e a grande preocupação era, então, adoptar um modelo normativo, que descrevesse a língua da época na sua sincronia. Esta precedência linguística acaba por deixar consequências nos estudos de ordem sintáctica e também semântica, pois ao mostrar-se pouco preocupada em chegar a unidades combinatórias maiores, acaba por deixar ambas subordinadas à morfologia. EDSON FERREIRA MARTINS; MARIA JOÃO MARÇALO; PAULO JOSÉ OSÓRIO, *Um problema de sintaxe histórica: a descrição das construções com se apassivador/indeterminador*. In *língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora, Universidade de Évora, 2010, pp. 39-40. Com Ferdinand de Saussure, a Linguística daria prioridade à abordagem sincrónica da *langue*, uma perspectiva que o próprio autor reconheceu como insuficiente. Mais uma vez, a língua ficou confinada a uma descrição estática, totalmente apagada do dinamismo da sua evolução temporal. A fraca expressão dos estudos de ordem sintáctica tem, pois, uma «natureza epistemológica: os modelos teóricos segundo os quais se interpretaram as línguas naturais durante o século XIX e até meados do século XX (sobretudo os modelos da neogramática, da geografia linguística e do estruturalismo) construíram as suas descrições de forma indutiva, a partir de amostras de língua falada e de escrita efectivamente produzida. Daí que esses modelos tenham avançado depressa nos domínios da fonética e da fonologia, visto que as línguas têm um número finito de unidades fonéticas e fonológicas. Estas, uma vez inventariadas, são interrogadas quanto às respectivas propriedades, as quais podem passar a ser clara e completamente descritas. O que se passa no domínio da sintaxe é um fenómeno diferente. Acontece que o conhecimento sintáctico que os falantes têm interiorizado não está inequivocamente espelhado nos enunciados por eles produzidos, quer quando falam, quer quando escrevem, problema este que resulta agravado quando se pensa em textos de épocas passadas. Após se construir uma teoria preocupada com a capacidade de os falantes criarem frases, com a sua imaginação sintáctica (o que só começou a acontecer a partir de 1957, com os trabalhos de Noam Chomsky em teoria generativa), é que foi possível abordar a sintaxe nos seus aspectos históricos». Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/gramhist/sxgenerativa.html>. Acesso em 29 de Abril de 2011.

É, pois, no século XV, num momento de transição entre o medieval e o moderno², que situamos o nosso escopo. Esta combinação obrigou à coexistência entre formas díspares, uma convivência, por vezes, conflituosa e, por outras, harmoniosa. Particularmente favorável à mudança, este período testemunha renovações que muitos estudiosos tentam recriar, mesmo diante de dificuldades por vezes intransponíveis. Por outro lado, conta com o fascínio do mistério e da imprevisibilidade que tão bem nutrem o passado e que o envolvem num véu de misticismo que nos impele a visitar o tempo e a serpentear pela beleza da língua e da linguagem humana.

Na organização deste trabalho, optámos por definir uma estrutura que dividimos em três partes, cada uma delas subdividida em capítulos e estes em subcapítulos. Nas próximas linhas faremos a exploração de cada um deles e esclareceremos os nossos objectivos de forma a estabelecer a relação necessária entre as partes.

Na PARTE I, pretendemos desenhar o contexto histórico do século XV, de forma a enquadrar a figura de D. Duarte dentro do seu ambiente natural, bem como compreender a importância do *Leal Conselheiro* dentro desse mesmo cenário temporal e situacional. É fundamental o entendimento de que a acção empreendida por este monarca vem no seguimento de uma linha de actuação e de pensamento que nasceu com seu pai, D. João, Mestre de Avis, cujo mediatismo encabeçou toda uma geração comprometida em fortalecer a consciência nacional e em dar um novo sentido à empresa portuguesa. A perspectiva globalizante das viagens ultramarinas e o espírito religioso das cruzadas são os dois elementos que melhor caracterizam o homem quatrocentista. A glória das armas motivada pela fé, o idealismo revolucionário e o perfil inovador não deixaram indiferentes os príncipes de Avis, que juntaram à coragem uma dose de razão que lhes provinha de um espírito firmado nos alicerces do Humanismo. Será dentro destas linhas que analisaremos a acção de D. Duarte, numa visão orientada para o conhecimento do homem e do autor que se confessa nas linhas e nas entrelinhas do *Leal Conselheiro*, não fosse esta uma obra de profunda introspecção pessoal. Do mesmo modo, também nelas podemos entrever aspectos característicos da sociedade da época, problemas reais e concretos aos quais procura dar resposta. Neste intento pedagógico, que é de projecção social, reside a mensagem com que procura orientar a conduta do homem português, sendo esta assente em princípios cristãos de carácter intemporal.

² A distinção entre o antigo e o moderno deve começar por ser abordada como um fenómeno com antecedentes sociais. É essencialmente a partir do séc. XIV que assistimos ao intensificar de mudanças na sociedade europeia. Estas mudanças verificaram-se a todos os níveis, desde a tecnologia ao comércio, da filosofia à demografia e à organização social. O mundo estava em plena transformação e este processo implicava a ruptura com a tradição anterior, tendo sido necessário um período de simultaneidade até à ascensão dos novos valores e das novas realidades. O pensamento, os costumes, a forma de olhar e compreender o mundo reclamavam, pois, um novo estatuto. A língua, não ficou apartada desta fase de transição, pelo que também se preparou o terreno para a sua normatização. Para estar à altura do novo pensamento, a língua teve de se renovar e de definir um padrão mais simplificado que honrasse o grau de expansão que tinha atingido. Este processo de renovação demandava, no entanto, que formas antigas e formas renovadas convivessem pacientemente, pois a consolidação definitiva de uma delas implicava um período de tempo assaz variável.

De seguida, debruçar-nos-emos sobre o itinerário que o manuscrito do *Leal Conselheiro* sofreu até chegar ao nosso conhecimento, após seis séculos de existência. Infelizmente, trabalharemos demasiado no campo das suposições, não só no esclarecimento desse trajecto, mas sobretudo na busca de um marco definitivo para baptizar o início e o fim da sua confecção. Tratando-se de um manuscrito único, foi este a fonte exclusiva que originou as edições subsequentes, e esta particularidade não permite estabelecer comparações de ordem diastrática, diafásica ou diatópica, que certamente se fariam presentes pela mão dos diferentes escribas. É importante, também, referir que este argumento inibiu a busca de critérios sociolinguísticos para a nossa análise, do mesmo modo que a escolha de um *corpus* único veio agravar esta limitação. É absurdo dizer que não existem indicadores sociolinguísticos, como é óbvio, mas a estrutura deste trabalho e as escolhas que foram sendo feitas tornariam insuficiente uma reflexão a este nível que fosse além da observação contextualizada de alguns indicadores pontuais. Por este motivo, esclarecemos que o campo da sociolinguística será trabalhado com algumas restrições, tornando-se mais denso na fase final desta tese, em função das influências que motivarão algumas escolhas linguísticas detectadas.

É indiscutível que o *Leal Conselheiro* representa um testemunho valioso para o estudo da sociedade portuguesa, mas também da língua arcaica, não obstante as limitações que lhe traz o carácter literário e a proximidade com a linguagem da corte. Todavia, posiciona-se, sem dúvida, num momento de viragem e de convivência entre o antigo e o novo, pelo que serão levadas a análise diferentes variáveis linguísticas que possam testemunhar momentos da língua distintos. É, justamente, neste intermédio que nos posicionamos para detectar a forma como a obra sustentou esta fase tão rica e tão receptiva à absorção de registos de modernidade. Neste balanço, ambicionamos também situá-la dentro de um limite temporal mais específico, denominado de arcaico médio, corroborando com propostas de periodização recentemente desenvolvidas³.

Considerámos importante traçar um esboço do quadro linguístico do século XV, com vista a descrever os aspectos mais característicos desta fase arcaica da língua, sendo de nosso interesse focar o domínio morfossintáctico. Do mesmo modo, reconhecemos como igualmente pertinente uma descrição do período arcaico médio, não apenas a título comparativo, mas como suporte e enquadramento dos fenómenos linguísticos detectados ao longo deste estudo. Mas para compreendermos este momento da língua na plenitude, temos de viajar no tempo e destacar as etapas que representam os momentos mais decisivos da evolução do português, desde o latim de Roma, à formação dos romances e à delimitação das fronteiras do reino de

³ Esperança Cardeira aponta justamente para a indissociabilidade das mudanças sociais e das linguísticas, reforçando o facto de que o movimento provocado por elas é sempre de interdependência e de interacção: «Não é certo que as convulsões históricas determinem necessariamente convulsões linguísticas, mas as manifestações de nacionalidade reflectir-se-ão, seguramente, numa tendência para a unificação da língua e para a fixação de uma norma linguística». ESPERANÇA CARDEIRA, *Português médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?* In revista *Diacrítica*, n.º 24/1, Vila Nova de Famalicão, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos em colaboração com as Edições Húmus, 2010, p. 91.

Portugal que impulsionaram a separação entre o galego e o português. Com este reforço, daremos maior coesão ao nosso esboço e relembremos a indelével comunhão entre história e Linguística Histórica.

É justamente nesta perspectiva que melhor compreendemos a importância da geração de Avis. Protagonistas de uma nova realidade social, foram também construtores de uma língua emancipada e apurada para servir a identidade de um Portugal renovado, que cada vez mais se afirmava como nação independente e coesa. Neste processo de afirmação, a corte funcionava como causa e origem das inovações linguísticas, as quais emanavam das circunstâncias históricas e sociais. Ao fixar o seu eixo geográfico na linha de Coimbra/Lisboa, a corte definiu um novo espaço de difusão cultural e de consolidação nacional, protagonizando a criação de uma norma culta e modernizada. Esta nova dinâmica intensificou a individualização do português e, obviamente, serviu de palco às profundas mudanças linguísticas que conferem tanta riqueza a esta época.

Entendido o fenómeno linguístico como decorrente de factores internos e externos ao sistema linguístico, não podemos deixar de salientar que é a permeabilidade da língua que torna fecunda a mudança. A inovação, que se presta a uma certa liberdade criativa, só será significativa quanto for aceite por uma comunidade e só depois se poderá expandir socialmente. É, pois, este o objectivo da Sociolinguística - uma abordagem dual, feita de pressões sociais e linguísticas, procurando na heterogeneidade da língua a própria fundamentação do sistema. Deste modo, a relação dinâmica entre a língua e a sociedade opera ao nível da descrição da variação e da mudança, dentro de um determinado contexto de fala, tendo presente que os factores sociais estão condicionados às exigências do sistema linguístico, apenas actuando onde este lhes permite.

Na PARTE II, trataremos da dimensão sintáctica dos verbos em análise e relembremos que o português é uma *extensão* do latim, cuja evolução não foi mais do que o resultado de mudanças outrora em curso. Observaremos algumas particularidades morfossintácticas do sistema verbal latino, bem como as transformações que tomaram lugar aquando da sua passagem para o português. Indagaremos, essencialmente, sobre o paralelismo entre o sistema de conjugações e na divisão dos tempos do *infectum* e do *perfectum*, procurando frisar aquilo que se conservou e as inovações que foram tomando lugar, compensando a perda de alguns fenómenos tradicionais. Salvaguardamos, no entanto, que esta trajectória é apenas para enquadrar, ainda que muito sucintamente, a análise que ocupa a nossa questão de investigação central, uma vez que os objectivos desta investigação não radicam, naturalmente, no escopo de uma Linguística Latina.

Desta forma, e dentro dos critérios que reportam à nossa análise, apontaremos para a distinção entre verbo principal e auxiliar, na medida em que **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** aceitam ambas as classificações. A distinção entre elas assenta em valores semânticos e na necessidade de reproduzir novos significados. Ao verbo auxiliar é atribuída uma função de apoio para com o verbo principal, combinando-se com este e, deste modo, transformando o seu sentido etimológico. Assim, sofre um processo de gramaticalização, deslexicalizando-se, e

assumindo valores diferentes. O verbo pleno é autêntico, fiel à sua significação original e, portanto, não necessita de outro para existir plenamente. Desta forma, facilmente compreendemos que é o verbo auxiliar que possui verdadeiro potencial, pois a sua natureza versátil, permite-lhe formar núcleos sintácticos complexos e obter combinações diferenciadas.

A proximidade semântica e um elevado grau de sinonímia permite-nos agrupar **Ser/Estar** e **Haver/Ter** para um estudo correlacional, apontando analogias e descortinando as dissemelhanças que os foram afastando. Quer isto dizer que nem sempre a linha que os divide é perfeitamente clara, e é ainda actual a partilha de significações entre estes binómios, mesmo que cada um dos verbos tenha conquistado um espaço e um valor semântico próprio. É justamente neste potencial de expansão que reside uma riqueza de expressão que se foi tornando crescente. Ao verbo **Ser** está associado um percurso interessante que regista as imensas particularidades deste verbo, muitas delas resultantes da sua natureza etimológica. A acumulação, em **Ser**, de formas provindas de **Sedere** e de **Esse** nasceu da necessidade de **Ser** completar a sua conjugação. Este fenómeno resultou na adopção de formas de ambos os verbos, mas também na aceitação dos novos sentidos que elas transportavam, pelo que, não estão apenas em causa as diferenças de grafia, mas, sobretudo, as mudanças comportamentais daí resultantes. No período arcaico, assiste-se a um avanço na distinção dos valores outrora partilhados, seja para as formas derivadas de **Esse** ou para as de **Sedere**. O facto é que o campo de actuação de cada uma estava a mudar e a assumir uma nova identidade predominantemente focada na sua significação plena e não tanto nas propriedades de auxiliaridade.

Já a distinção entre **Ser** e **Estar** era pouco clara e o grau de sinonímia entre eles era tal, que não fazia prever o afastamento semântico que viria a acontecer. Mas ao contrário do que aconteceu com **Esse** e **Sedere** que se fundiram num só paradigma, a proximidade do sentido de **Stare** com **Esse** não resultou numa fusão. Na verdade, a fusão entre os primeiros veio acentuar o carácter distintivo para com **Stare** e reduzir os traços que lhes eram comuns.

Não menos curiosa é a história do binómio **Haver/Ter**, que tem um papel marcante na definição temporal de fronteiras linguísticas. Inicialmente, **Teer** tinha um campo de actuação mais restrito, limitado à designação da posse temporária de bens ou a de bens materiais adquiríveis. A vitalidade de **Aver** era grande e este dominava na expressão de todo o tipo de posse. No entanto, o facto é que, ao longo do período arcaico, **Teer** expande para a expressão de todos os tipos de posse e começa a substituir **Aver** em contextos que lhe eram exclusivos. Assim, **Aver** começa a esvaziar o seu campo semântico e a perder terreno para **Teer**, que começa a afirmar-se como o principal verbo para designar a posse, na medida em que começa a traduzir noções abstractas e se torna capaz de exprimir o aspecto durativo em simultâneo com a ideia de continuidade.

Para a PARTE III, reservaremos a análise dos dados do *corpus* e fundamentaremos a metodologia a ela subjacente. Desta forma, faremos uma descrição do *corpus* por nós seleccionado e justificaremos a nossa escolha, conscientes de que a edição impressa e a

digitalizada farão justiça aos nossos objectivos. A partir da versão digital, faremos o levantamento das ocorrências que suportarão o estudo quantitativo dos dados e a finalidade estatística. A edição impressa foi conseguida através de fotografias do manuscrito e trata-se de uma edição crítica recente, cujos critérios de execução revelam um trabalho fiável e rigoroso, fundamentado na análise directa do manuscrito.

Numa fase seguinte, apresentaremos as variáveis linguísticas que conduzirão este trabalho e definiremos os critérios a que estará sujeita a sua análise, considerando, para tal, um conjunto de traços comportamentais específicos de ordem sintáctico-semântica. Conscientes de que qualquer método tem as suas limitações, optámos por escolher um que permitisse a mensuração das variáveis, pela contagem das ocorrências. Desta forma, poderemos avaliar a vitalidade das formas dentro do sistema linguístico seu contemporâneo e esboçar linhas comparativas com relativa facilidade.

Por fim, tomaremos como suporte a classificação sintáctico-semântica de predicados desenvolvida por Rosa Virgínia Mattos e Silva⁴, e faremos o enquadramento dos traços sintácticos dos verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** que nos propomos examinar. A completar a nossa análise, estudaremos também a predominância do tipo de estrutura atributiva e faremos o levantamento dos diferentes tipos de posse.

O último ponto respeita ao tratamento quantitativo dos dados, pelo que adoptaremos uma feição mais prática. Levaremos a cabo a quantificação dos dados da amostra e procederemos de acordo com a contagem do número de ocorrências identificadas para cada um dos critérios definidos, uma abordagem que nos dará uma compreensão mais ampla de alguns indicadores linguísticos. As tabelas e os gráficos que predominam neste ponto possibilitarão o agrupamento dos dados de acordo com uma categoria própria e, por isso, conduzirão a uma leitura bastante clara dos resultados.

⁴ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *O português arcaico. Uma aproximação*. Vol. II - *sintaxe e morfologia*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008, pp.13-45; ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo, Editora Contexto, 2006, pp. 147-159.

PARTE I

O *LEAL CONSELHEIRO*: IDENTIDADE HISTÓRICA, SOCIAL E LINGUÍSTICA

«Com as características próprias da época e do género literário em que a obra se enquadra, o *Leal Conselheiro* de D. Duarte reflecte, como nenhuma outra obra contemporânea, a sociedade e o pensamento dominante do Portugal da primeira metade do séc. XV, mas animado pelo espírito impulsionador que o projecta na fase empreendedora e criativa posterior. Muito mais do que a mentalidade tradicional medieval e cavaleiresca, ressalta das páginas do *Leal Conselheiro* uma visão profundamente optimista e voluntariosa em relação aos tempos de mudança que o monarca tinha consciência de estar a viver, associada a um espírito interrogativo que apontava como norma de conduta uma síntese inteligente e equilibrada entre o tradicional e o novo, nessas primeiras décadas do séc. XV».

JOSÉ GAMA, *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 50.

Capítulo I

ESCLARECIMENTOS SOBRE A IDENTIDADE DO *LEAL CONSELHEIRO*

1. O contexto histórico do século XV.

A figura de D. Duarte e o nascimento do *Leal Conselheiro*

O século XV testemunha o início da expansão marítima em Portugal. A projecção do espírito empreendedor a ela associada repercute-se, simbolicamente, na tão almejada glória e criação do Império, inúmeras vezes cantada pelos nossos poetas mais ilustres e perpetuada pelo cunho das suas penas⁵. Recuam a longa data os registos das variadas façanhas náuticas empreendidas pelos árabes, cuja influência terá sido determinante em seduzir os portugueses para as descobertas além-mar. Foi, aliás, sob a insígnia da reconquista cristã que os

⁵ Fernando Pessoa, poeta do século XX, terá dedicado a sua única obra, *A Mensagem*, à glorificação da pátria portuguesa e dos feitos da grande expansão ultramarina. *Mar Português* é, de entre o conjunto da sua genialidade, o poema que retrata com maior simplicidade o desafio patente ao esforço das descobertas e o valor que transcende ao renascimento do espírito e da alma portuguesas:

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.*

Mar Português

FERNANDO PESSOA - *A mensagem*. Porto, Edições Asa, 1996, p. 82.

Igualmente inspirado, Camões terá pedido às Ninfas do seu Tejo o *engenho e arte* para cantar na sua epopeia o *peito ilustre Lusitano*:

*E vós, Tágides minhas, pois criado
Tendes em mi um novo engenho ardente,
Se sempre em verso humilde celebrado
Foi de mi vosso rio alegremente,
Dai-me agora um som alto e sublimado,
Um estilo grandiloco e corrente,
Por que de vossas águas, Febo ordene
Que não tenham enveja às de Hipocrene.*

(Canto I, 4)

LUÍS VAZ DE CAMÕES, *Os Lusíadas*. Porto, Porto Editora, 1978, p.72.

peninsulares cristãos propagaram a fé e expandiram os seus domínios além-fronteiras. O espírito da cruzada que caracteriza a resistência perante o domínio muçulmano terá dado à luz um pequeno foco de independência na região das Astúrias, vindo a tornar-se no *ex libris* da recuperação do domínio cristão. O longo período de coexistência entre os dois povos foi marcado por inúmeros avanços e recuos militares e, também, por uma partilha de vivências e de culturas que (re)desenharam os pontos fortes e fracos de uma estrutura política, social e geográfica motivada pelas circunstâncias e, portanto, naturalmente mais instável, à data. Mas após a independência e a emancipação do território de Portugal, começa a escrever-se uma nova história, esta marcada por um espírito aventureiro e empreendedor levado aos quatro cantos do mundo e cuja amplidão terá despoletado a grande epopeia portuguesa.

Favorecido pela sua posição geográfica e pela longa tradição islâmica e moçárabe, essencialmente a Sul, Portugal facilmente recepcionava as novidades náuticas provindas do Atlântico e do Mediterrâneo. Com elas cresciam, também, as narrativas maravilhosas e as fantásticas descrições das novas regiões e das aventuras vividas que, gradualmente, despertavam, no espírito dos portugueses, o desejo de ser seus protagonistas⁶. Mas o encanto era corrompido pelos perigos de partir rumo ao desconhecido, os quais também encontravam representação em monstros e seres estranhos, responsáveis pelos naufrágios e pelas superstições do povo, como mais tarde descortinamos na simbologia do *Velho do Restelo* e do *Adamastor* de Luís Vaz de Camões⁷.

Detidos entre o medo e o impulso empreendedor, os portugueses foram aperfeiçoando a sua destreza náutica e enriquecendo os seus conhecimentos geográficos, através do contributo de comerciantes e viajantes que se lançavam em pequenas viagens. Mas a atracção

⁶ A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Breve história de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 125-127.

⁷ N'Os *Lusíadas*, o episódio do "Velho do Restelo" surge como símbolo de resistência às viagens de expansão e de apoio ao conservadorismo e à mentalidade feudais:

- *A que novos desastres determinas
De levar estes reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas,
Debaixo dalgum nome preminente?
Que promessas de reinos e de minas
De ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? Que histórias?
Que triunfos? Que palmas? Que vitórias?*

(Canto IV, 97)

Também o episódio do "Adamastor" vem simbolizar as superstições medievais sobre os mares, o seu papel no imaginário excessivo da Natureza e também a superação dos medos que elas sustentavam:

*Tão grande era de membros, que bem posso
Certificar-te que este era o segundo
De Rodes estranhíssimo Colosso,
Que um dos sete milagres foi do mundo.
Cum tom de voz nos fala, horrendo e grosso,
Que pareceu sair do mar profundo.
Arrepiam-se as carnes e o cabelo,
A mi e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo!*

(Canto V, 40)

LUÍS VAZ DE CAMÕES, *Os Lusíadas*, p. 189 e p. 203.

foi crescendo diante das riquezas provindas das várias Índias e das Áfricas, que terão sido decisivas para a tomada de medidas de acção mais concretas. A aquisição de especiarias, de ouro, de marfim, a fertilidade dos terrenos e muitos outros factores naturais constituíam uma tentação difícil de resistir, bem com uma vantagem altamente notória para a economia do país. A rápida criação de riqueza era agora um sonho concretizável e será difícil não nos questionarmos até que ponto terá sido *camuflada* pela nobilidade e pelo idealismo tão próprios da Idade Média e que aqui encontram representatividade na luta contra o infiel e na salvação das almas⁸.

Na linha da frente do desabrochar da grande expansão ultramarina esteve a Geração de Avis, encabeçada por D. João I, rei de Portugal entre 1385 e 1433. Mestre da Ordem de Avis e pioneiro na orientação da política de expansão africana⁹, D. João I *personificou a consciência nacional que com ele se afirmou*¹⁰, ao destruir as intenções castelhanas de tomar a independência de Portugal em seu proveito. A sua figura enigmática de perfil messiânico terá crescido no seio da expectativa de um povo ávido por reclamar a sua autonomia, por renovar o seu pensamento e fortalecer a consciência da nacionalidade, na busca pela fundamentação da ideia da portugalidade.

Filho ilegítimo do rei D. Pedro com Teresa Lourença, de origem galega, D. João subiu ao trono por eleição feita nas Cortes de Coimbra de 1385, tendo glorificado a sua coroação na estrondosa vitória de Aljubarrota¹¹. Para além desta, foram marcos importantes do seu reinado o Tratado de Windsor (1386) com a Inglaterra e o consequente Acordo de 1402, bem como o acordo com Segóvia (1411). Posteriormente, foram ainda descobertas as ilhas de Porto Santo (1418), da Madeira (1419), dos Açores (1427) e deu-se a colonização destas duas últimas. Igualmente, foram realizadas várias expedições às ilhas Canárias, as quais foram disputadas com Castela até ao ano de 1480¹².

Neste início de século, foi a descoberta da costa ocidental africana que delineou o principal objectivo das viagens, inauguradas pela expedição e conquista de Ceuta, em 1415. Ainda que factores económicos e comerciais traduzam algumas das ambições do prolongamento desta empresa, estamos diante de uma época em que se almejavam, essencialmente, os feitos de armas que cobrissem de glória o nome dos seus heróis e o nome de Deus. O espírito religioso da cruzada transbordava no sentimento do homem de quatrocentos, ao qual não ficaram alheios os príncipes de Avis. *Ipsa facto*, à expansão da fé cristã e à conversão do infiel estava subjacente a destruição do poderio islâmico, enquanto claro adversário da Cristandade¹³. Foi na sequência deste decoro que D. João I cedeu a seu filho, o Infante D. Henrique, a responsabilidade do governo-geral de Ceuta. Comprometido

⁸ A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, *Breve história de Portugal*, p. 130-131.

⁹ IDEM, *ibidem*, p. 137.

¹⁰ Cf. JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Vol. II, Editorial Estampa, 1994, p. 500.

¹¹ IDEM, *ibidem*, pp. 495-500.

¹² Cf. *João I de Portugal*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_I_de_Portugal. Acesso em: 03 de Novembro de 2008.

¹³ Sugerimos a leitura de JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO, *História de Portugal: a formação do estado moderno (1415-1495)*. Vol. II, 8.ª ed., Editorial Verbo, pp.19-28.

com esta empresa, defendeu a sua posse mesmo diante da captura de seu irmão, D. Fernando, na praça de Tânger, já no governo de D. Duarte. Dedicou parte da sua vida às campanhas de Marrocos e de Granada e a ele estão associados vários empreendimentos marítimos, ainda que as viagens para atingir a Ásia não tenham representado uma prioridade. Desta afeição partilhou também seu irmão, D. Fernando, que se dedicou quase exclusivamente a Marrocos e ao norte de África.

D. Duarte, sucessor ao trono, comungava das aspirações de seu pai e de seus irmãos. Todavia, parecia possuir um carácter mais ponderado, ou talvez maduro, no que respeitava a decisões de maior propagação social e política. Contrariamente ao entusiasmo exibido pelos seus irmãos, relativamente às guerras de África, D. Duarte manifestava grande preocupação com tais assuntos e uma enorme tendência introspectiva. O esmero da sua formação tê-lo-á preparado, desde cedo, para ser um homem de Estado e para estar à altura das obrigações governativas. De facto, todos os registos biográficos¹⁴ o retratam como um homem pensativo e responsável, ainda que sejam controversas as opiniões de alguns estudiosos relativamente à exactidão de certos pormenores físicos e psicológicos, por vezes, pouco dignificantes para a imagem do monarca. Por este motivo, temos de olhar com alguma reserva para as descrições que recolhemos, já que as próprias fontes podem pecar por excesso ou por escassez. Se relembrarmos que foi no reinado de D. Duarte que se deu o infeliz desfecho da empresa de Tânger, compreendemos que este terá, seguramente, ensombrado a sua governação e o juízo que dela se faz, sendo, por isso, evidentes alguns vestígios de natureza histórico-política na visão negativa do monarca e do seu reinado. O cronista Rui de Pina atribui-lhe uma descrição digna, que foca alguns dos seus traços físicos e das suas práticas desportivas, mas também as suas qualidades mais humanas e intelectuais. Neste retrato, vemos espelhadas as intenções do monarca já firmadas nas páginas do *LC*, a corroborar com o seu próprio exemplo de vida os ideais que aspirava para a nação:

[...] ElRey Dom Duarte foi homem de boa statura do corpo, e de grandes e fortes membros: tynha o acatamento de sua presença muy gracioso, os cabelos corredios, ho rosto redondo e alguû tanto enverrugado, os olhos molles, e pouca barba; foi homem desenvolvido, e costumado em todalas boas manhas, que no campo, na Corte, na paz, e na guerra a hum perfeito Principe se requeressem [...] foi homem alegre, e de gracioso recebimento: foy Principe muy Catholico e amigo de Deos, de que deu clara prova a boa vontade e grande devaçam com que sempre recebia os Sacramentos, e ouvya os Officios Divinos, e compria muy perfeitamente as Obras da Misericordia: foi muy piadoso, e manteve muy inteiramente sua palavra como scripta verdade: amou

¹⁴ Para a exploração de alguns dados biográficos de D. Duarte, sugerimos quatro leituras: JACINTO DO PRADO COELHO, *Dicionário de literatura*. 1.º vol., 4.ªed., Porto, Mário Figueirinhas Editor, 1997, pp. 275-276; JOEL SERRÃO, *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1965-1971, pp. 341-343; *Enciclopédia luso-brasileira de filosofia*. Vol. 1, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1989, pp. 1476-1480; *Duarte de Portugal*. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_de_Portugal. Acesso em: 03 de Novembro de 2008.

muito a justiça: foi homem sesudo e de claro entendimento, amador de sciencia de que teve grande conhecimento, e nom per descurso d'Escollas, mas per continuar d'estudar, e leer per boôs livros: caa soamente foi gramatico, e algum tanto logico: fez hum livro de Regimento pera os que costumarem andar a cavallo: e compôs per sy outro aderençado á Rainha Dona Lianor sua molher, a que entitulou, o *Leal Conselheiro*, abastado de muitas e singulares doctrinas, specialmente para os bens d'alma: foi, e nacêo natural eloquente, porque Deos ho dotou pera yssô com muitas graças: no comêr, e berber, e dormir foi muy temperado, e asy dotado de totalas perfeições do corpo, e d'alma¹⁵.

Nesta descrição, Rui de Pina despoja-se do crivo que habitualmente acompanha a sua leitura da figura de D. Duarte e do seu percurso enquanto monarca. À semelhança de Zurara, também Pina nutre a imagem de um rei fraco e sem vontade. Ambos os cronistas adoptam comparações, pela negativa, com a glória e o brilho das conquistas de armas dos seus irmãos, numa intencional diminuição da figura de D. Duarte. Esquecidos da verdadeira função do seu ofício, que seria a de registar a crónica do reino, da coroa portuguesa, com a propriedade e a imparcialidade que lhe pertence, perdem-se em frequentes insinuações de um rei desprovido do mérito e do brilho da *Ínclita Geração* a que pertencia.

Também Oliveira Martins não se privou em somar ironias e adjectivos pouco qualitativos à figura do rei. Contribuiu seriamente para a visão doentia e deprimida que dele se tem, ainda que sejam nitidamente dúbias e sugestivas as combinações entre certos laivos de história e de fantasia. As palavras com que encerra o primeiro capítulo d'*Os Filhos de D. João I* exaltam um retrato que reconhece o misto da sua debilitada virtude:

Nunca houve na terra bondade maior do que a de D. Duarte. Escrupuloso, metódico, pontual no cumprimento dos seus deveres, sem assomos de vaidade, nem violências de orgulho, sem maior grandeza de ânimo mas com um dom de resignação superior, o príncipe por sorte infeliz é um exemplo de quanto as qualidades passivas, nem sempre excelentes para dar serenidade à consciência dos reis, são inadequadas à conquista daquilo a que por uso se chama a fortuna, amante dos audazes e filha dilecta da sorte que é cega¹⁶.

Não menos agressivo foi Júlio Dantas, que colocou nos ombros do rei o peso das desgraças do reino, durante e após o seu reinado, reservando à sua doença a responsabilidade pelos infortúnios do país:

É na neurastenia de D. Duarte que nós encontramos a causa e a explicação de todos os desastres políticos do seu reinado e da própria regência que lhe seguiu. Que foi Tânger, senão a consequência social de uma crise de neurastenia? Que foi, mais tarde, Alfarrobeira, senão a resultante póstuma dessa crise¹⁷?

¹⁵ ALFREDO COELHO DE MAGALHÃES, *Chronica d'El-Rei D. Duarte de Ruy de Pina*. Cap. III. Porto, Edição da Renascença Portuguesa, Biblioteca Lusitana, 1914, pp.81-82.

¹⁶ OLIVEIRA MARTINS, *Os filhos de D. João I*. Lisboa, Guimarães Editores, 1973, p. 79, (publicado originalmente em 1889-1890).

¹⁷ JÚLIO DANTAS, *A neurastenia do rei D. Duarte*. In Júlio Dantas, *Outros tempos*. Lisboa, Livraria Clássica, 1916, p. 18.

Na verdade, enquanto D. João I se preparava para a conquista de Ceuta e os seus filhos o ajudavam, D. Duarte teria de governar o reino. E assim o fez, cumprindo a sua parte com zelo e dedicação. Mas o senso de responsabilidade e o empenho excessivo nas suas obrigações terá atraído a tristeza que o assombrou e despertado o *humor menencórico*¹⁸ de que admitiu sofrer e que se terá agravado com o desastre da expedição de Tânger, que colmatou com a morte do seu irmão, D. Fernando: «Na pátria, alguém chorava. Era D. Duarte a quem o coração lhe adivinhava toda a Desgraça do irmão»¹⁹.

O que estes autores parecem não valorizar é o facto de D. Duarte se ter orientado para a prática das virtudes como forma de autocura, e o tenha feito por sua iniciativa e vontade. Este autodomínio também recolhe indicadores de uma personalidade bem definida e disciplinada, merecedora de reconhecimento. O seu reinado está repleto de exemplos da sua força e autoridade enquanto governante, mas, de alguma forma, a doença minou qualquer outra visão de si que não fosse sinónima de uma fraqueza que deu voz a uma opinião preconcebida que se infundia e que contaminava todas as áreas da sua influência.

Ainda que o seu reinado tenha sido curto, D. Duarte já tomava parte nas decisões políticas do país desde os vinte anos de idade, uma experiência gradualmente encetada por seu pai, que depositava nele uma confiança notória e inabalável²⁰. Naturalmente que, com este antecedente, somos impelidos a compreender o seu padrão de excelência régia como integrante e indissolúvel do de seu pai e, assim, examinar a sua política de governação como um percurso que podemos considerar evolutivo, mas desprovido de instabilidade ou de ruptura com o padrão anterior:

Proseguiu, portanto, a política que vinha a fazer-se, mantendo nos cargos conselheiros e altos funcionários, assim como dando seguimento às estratégias governativas pelas quais se havia corresponsabilizado há muito. Não admira, pois, que se note um desenvolvimento coerente na condução dos negócios marroquinos, nas navegações atlânticas, no aproveitamento das ilhas, no processo de centralização monárquica e na área das relações com o estrangeiro²¹.

Todavia, para além de ser um homem de Estado, D. Duarte herdou de seu pai o amor pelo conhecimento, pela cultura e pelos livros. Esta faceta ter-lhe-á merecido o cognome de *Eloquente* e tê-lo-á marcado, dignamente, como um justo representante da *Ínclita Geração* tão aclamada por Camões. Com os príncipes de Avis, vemos emancipado o valor da escrita, da convivência intelectual e do intercâmbio cultural. O seu protagonismo patenteia-se na

¹⁸ A este respeito sugerimos a leitura de SÉRGIO ALCIDES, *D. Duarte e o regimento da melancolia*. In *Tempo & Memória*, ano 1, n.º1, Agosto - Dezembro de 2003, Literatura e História, pp.13-31. Igualmente importante para a exploração da «melancolia» de D. Duarte, é o artigo de C. A. DIAS, *D. Duarte e a depressão*. In *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 1, 1985, pp. 69-88.

¹⁹ ALFREDO COELHO DE MAGALHÃES, *Chronica d'El-Rei D. Duarte de Ruy de Pina*, p. 61.

²⁰ Cf. HUMBERTO BAQUERO MORENO, *História de Portugal medievo político e institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995, pp.226-227.

²¹ JOSÉ MATTOSO, *História de Portugal - a monarquia feudal (1096 - 1480)*, p. 501.

quantidade de textos e traduções por eles deixados, bem como no acumulado de títulos que compunham a sua biblioteca. Esta acção, enquanto colectiva, revela uma grande coesão ideológica que aponta para uma consciência bem clara da importância da sua propagação, na perspectiva da construção do pensamento e da interacção cultural.

Com cerca de oitenta títulos, a livraria de D. Duarte apresentava uma considerável variedade de obras que sugerem a orientação da família e do reino:

[...] uma cultura laica de cariz aristocrático, [...] em articulação com a natural e forte presença de uma cultura clerical, a reflexão sobre o poder e os grupos dirigentes, própria de uma dinastia recentemente instaurada, o desenvolvimento de uma historiografia régia e senhorial que iria suplantar a tradição cronística e analística peninsular que culminara na monumental *Crónica de 1344*, e a emergência de traços e formas do nascente humanismo renascentista²².

De entre os vários núcleos temáticos representados nesta biblioteca, destacam-se os de religião e de espiritualismo, bem como os de historiografia e de cronística. É também interessante referir que o inventário destas obras estabelece uma distinção entre as de *latym* e as de *lingoajem*, embora não se saiba a quem pertence a responsabilidade deste critério. O que, na verdade, é significativo é o número de obras escritas em linguagem, por ser francamente superior às que são escritas em latim. Este facto, só por si, testemunha um exemplo de apreço pela língua e, também, representa um forte contributo na propagação do seu uso, tanto directo como indirecto. Mais do que defensor da língua da nação, D. Duarte foi seu construtor exímio e tal qualidade não se lhe pode negar²³.

Poeta e escritor, destacam-se dos escritos de D. Duarte duas obras de carácter literário: *O Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* e *O Leal Conselheiro*, tendo este último sido escolhido para encabeçar a nossa proposta de estudo. Actualmente, ainda não é possível estabelecer uma data exacta para a composição destas obras, mas sabemos concretamente que terá sido entre 1428 (*a quo*) e 1438 (*ad quem*)²⁴, com tendência para

²² ANA ISABEL BUESCU, *Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas*. In *eHumanista*, volume 8, 2005, p. 144.

²³ IDEM, *ibidem*, pp. 145-146.

²⁴ Uma data anterior a 1428 seria muito pouco credível, uma vez que a composição do *LC* se deve a um pedido de D. Leonor, mulher de D. Duarte, com a qual terá casado nesse mesmo ano. O seu desejo de ver reunidos os escritos de natureza moral do rei vem expresso no prólogo, pela mão do próprio monarca: «Muito prezada e amada Rainha Senhora: vós me requerestes que juntamente vos mandasse escrever algũas cousas que havia scriptas per boo regimento de nossas consciências e vontades.» MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, *Dom Duarte. Leal Conselheiro*. Coleção Pensamento Português, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996, p. 7.

Por outro lado, o ano de 1435 (25 de Janeiro de 1435, mais precisamente) marca a data de uma carta transcrita no Cap. 98, pelo que o podemos viabilizar como o ano de finalização do manuscrito ou, pelo menos, um deles, já que a possibilidade é extensível até 1438, data da morte de D. Duarte. Cf. MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, *Dom Duarte. Leal Conselheiro*, p. XVI.

Joseph Piel suporta a ideia de ser justamente o seu último ano de vida (1438) o da finalização do *LC*. Da referência *que deos perdoe*, no Cap. 91, dirigida a Frei Gil Lobo, seu confessor e colaborador, transparece claramente a ideia de palavras póstumas ao seu falecimento (o encomendar a alma), e temos confirmação que este não terá ocorrido antes de 1437: «Frei Gil tomou parte na embaixada enviada ao papa Eugénio IV em 1436, cujos membros, depois de assistirem ao concílio de Basileia, iniciaram a viagem de regresso em meio de 1437. No *Diário da Jornada que fez o Conde de Ourem ao*

situar a conclusão do *LC* no seu último ano de vida²⁵. Não podemos também deixar de referir a importância dos apontamentos de D. Duarte inseridos no *Livro da Cartuxa* ou *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*²⁶, uma vez que estes terão sido transpostos para o *LC* pela afinidade do conteúdo, pela tónica moral e pela sua intencionalidade²⁷. A estes faz o monarca menção no Prólogo, quando alude às *cousas que havia scriptas* e aos *aditamentos* do seu tratado. Também a edição Rolandiana nos dá conta da existência desses textos avulsos e da sua integração no *LC*:

[...] este precioso tratado tem a vantagem de compreender em si um grande numero de composições avulsas do seu auctor, e fica ao mesmo tempo explicado como não poucas daquellas Memorias que João Franco Barreto e D. António Caetano de Sousa acháraõ na Cartuxa d'Evora, fazem effectivamente parte do Leal Conselheiro²⁸.

O horizonte histórico que apadrinha o nascimento do *LC* singulariza-se pelo vigor da acção da dinastia de Avis, fortalecida por um espírito ambicioso e inovador, responsável pelo perfil revolucionário que caracteriza o século XV português. Nas páginas do *LC*, encontramos vestígios da mentalidade de uma geração que, desde cedo, renunciou os alvares dos tempos modernos, bem como a marca mais directa de um homem idealista, empenhado em transmitir uma visão clarividente, sustentada na verdade cristã e nos valores morais, humanos e doutrinários que ambicionava para o homem português: um homem mais virtuoso, mais completo, capaz de redesenhar as suas potencialidades e de desafiar a visão de si mesmo, numa inspiração de orientação claramente humanista²⁹. Numa combinação entre a tradição

concílio de Basileia (...) há pelo menos três referências a êle, e se tivesse morrido antes do regresso da embaixada a Portugal, o autor do diário não teria com certeza deixado de registar êste facto.»

JOSEPH MARIA PIEL, *Leal Conselheiro o qual fez dom Duarte Rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, pp. IX-X.

Sobre esta matéria sugerimos também a consulta de JOÃO DIONÍSIO & BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA, *Sobre a datação do manuscrito P do Leal Conselheiro, de D. Duarte: a fórmula que deos perdoe*. In *eHumanista*: Vol. 8, 2007, pp. 117-132.

²⁵ Cf. JACINTO DO PRADO COELHO, *Dicionário de literatura*. 2.º vol., 4.ª ed., Porto, Mário Figueirinhas Editor, 1997, p. 522.

Cf. JOSÉ GAMA, *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p.58. Numa fase posterior deste estudo, retomaremos a questão da datação das obras e do respectivo manuscrito.

²⁶ O *Livro da Cartuxa*, também denominado de *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, da Livraria n.º 1928 do século XVI, terá sido publicado numa edição diplomática de João José Alves Dias, em Lisboa, pela editora Estampa, em 1982.

²⁷ Cf. MÁRCIO RICARDO COELHO MUNIZ, *Leal Conselheiro e Livro dos Conselhos de El-Rei Dom Duarte: diálogos*. Publicado em *Actes del X Congrès Internacional de L'Associació Hispànica de Literatura Medieval*. Alicante: Symposia Philologica. Vol. 2, pp. 573-585. Disponível em: http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/leal_conselheiro_e_livro_dos_conselhos_de_el-rei_dom_duarte_dialogos.pdf. Acesso em: 03 de Novembro de 2008.

²⁸ *Leal Conselheiro e Livro da Enseñança de bem cavalgar toda sella*. Lisboa, Edição Typographia Rollandiana, 1843, p. V.

²⁹ É no início do século XV que se plantam as primeiras sementes que sagram à fase pré-humanista. Reconhecemos em D. Duarte os prenúncios dos ideais subjacentes ao conceito de Humanismo, tanto perceptíveis nas entrelinhas do *LC* como numa visão extensiva à sua atitude governativa e pessoal. Simplificamo-los aqui da seguinte forma: «[...] a way of thought and life concerned with the realization of the fullest human career. [...] a break with a long-prevailing superstitious attitude and an authoritarian, sterile intellectual method, and, on the other hand, a turning to Greek and Latin writers as a source of inspiration and guidance. [...] it was in a broader and

medieval cristã e os prelúdios de um espírito renascentista, o *LC* desenha o contexto social do Portugal da época e testemunha a fase de transição que acompanhou a sua composição:

Há um certo projecto ou «ideal» de Portugal e do povo português que emerge da obra. As páginas de D. Duarte reflectem de modo imediato a sua personalidade, com determinadas situações e problemas especificamente pessoais; mas revelam também, e muito claramente, as preocupações profundas de um rei, dado à leitura e à reflexão, que ausculta os sinais de decadência e de ressurgimento da nação a que preside.

O *Leal Conselheiro* propõe um modelo de «verdadeira lealdade» na vontade, no entender e no agir [...]³⁰

De facto, o *LC* destaca-se na literatura da Idade Média por nos permitir entrever o estilo e o nível de cultura da aristocracia portuguesa da primeira metade do século XV. Simultaneamente, manifesta a personalidade rica de D. Duarte, na sua habilidade em especular de forma filosófica sobre temas morais, numa atitude pedagógica e finalística³¹. Por outro lado, a acção pedagógica de D. Duarte, ao situar-se ao nível dos problemas concretos da vida humana, reflecte, também, o modo de ser, de pensar e de agir dos portugueses, ao mesmo tempo que encontra alguma intemporalidade na sua mensagem, não só pela projecção actual que os seus princípios retêm, como pela manifestação de uma conduta de dimensão nacional, ininterruptamente operante na identidade moral e cultural do homem português.

Na verdade, o *LC* terá seguido também a moda da Europa da época, com todas as influências greco-latinas³² tão próprias da Idade Média, e ter-se-á assumido como uma variante muito ao género *espelho de príncipe*. Este tratado sobre a lealdade, enquanto principal virtude de um conselheiro, resume-se a um conjunto de ensinamentos transmitidos aos homens do reino, com a finalidade doutrinária de delinear uma imagem do conselheiro perfeito, numa conspexção moral e comportamental.

É precisamente numa perspectiva mais espreada que podemos enquadrar a definição de Buescu, relativamente à caracterização do género, e facilmente compreender as potencialidades de projecção deste ideal:

[...] a feição normativa que caracteriza certos tratados *ad usum delphini* que, para lá do ofício régio, codificam modelos de comportamentos sociais, atitudes, regras e condutas, ainda que originariamente destinados aos príncipes, diz na prática respeito aos círculos mais próximos do príncipe, isto é, a corte, e portanto

deeper sense a step forward in man's persistent endeavor to enlarge his acquaintance with the world, and thereby to win a more satisfying place in it for himself.» In *Collier's encyclopedia*, vol. 12, E.U.A., Maxwell Macmillan International Publishing Group, 1992, p. 349.

³⁰ JOSÉ GAMA, *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*, p. 74.

³¹ Alguns autores, nomeadamente Oliveira Martins, defendem que esta habilidade não era mais do que uma forma de afirmação e mesmo de ilusão, pois servia para camuflava um espírito ineficiente para governar. A escrita seria uma forma de manifestar a sua própria psicologia e angústia, sendo certo que nela encontramos as qualidades, mas também as limitações da sua personalidade.

³² Ao longo de toda a obra são feitas variadíssimas referências aos autores clássicos mais em voga na época, como Aristóteles (Cap. 50), Túlio Cícero (Cap. 58), São Gregório (Cap. 7, 8, 9), certamente muitos deles pertencentes à sua própria biblioteca.

os nobres; nesse sentido, ganham — não de forma tão inesperada como possa à primeira vista parecer — um alcance sociologicamente mais alargado, como modelo não só para o príncipe, mas também para os nobres³³.

É justamente na perspectiva da hierarquia, como D. Duarte defendia, que se clarifica a dimensão ideológica e social do LC. Na figura do rei espelha-se o exemplo a seguir pela sua corte e nesta firma-se o modelo de conduta extensível a toda a nação.

No prólogo, o próprio autor expressa, claramente, o destinatário das suas pretensões e os seus objectivos (moralistas e estruturais/formais):

E tal trautado me parece que principalmente deve pertecer pera homões da corte que algũa cousa saibham de semelhante sciencia, e desejem viver virtuosamente, porque aos outros bem penso que nom muito lhes praza de o leer nem ouvir³⁴.

[...] ãu A B C de lealdade, ca é feito principalmente pera senhores e gente de suas casas [...] por o A se podem entender os poderes e paixões que cada ãu de nós ha, e por o B o grande bem que percalçom os seguidores das virtudes e bondades, e por o C, dos males e pecados nosso corregimento. Porque destas tres partes, mesturadamente e nom assi per ordem, é meu proposito de mais trautar, com devida protestaçom, leixando todo ao corregimento daqueles a que pertecer³⁵.

No seu ideal de virtuosidade para o homem português, D. Duarte procura compilar uma série de ensinamentos e de modelos de conduta e pautar a sua vida por eles, no desejo de ser seguido na sua caminhada. Mais do que um conjunto de curiosidades filosóficas ou de entretenimento à reflexão, o LC anuncia uma forma de estar e de agir na vida, pois nutre um amplo fundamento prático e quotidiano. Por outro lado, manifesta claramente a consciência religiosa da profundidade de certos valores e de certas atitudes ponderadas com reflexão e espiritualidade, teorizando a natureza do Amor, da Saudade, da Tristeza, do Medo, do Pecado e do poder da Vontade, numa apoteose entre o racionalismo prático e a psicologia angustiada.

³³ Cf. ANA ISABEL BUESCU, *Imagens do príncipe: discurso normativo e representação (1525-49)*. Lisboa, Cosmos, 1996, p. 61. Para mais esclarecimentos sobre a temática, sugerimos os estudos de Márcio Muniz, de Nair de Nazaré Castro Soares, de Diego Quaglione e de Lester Krueger Born, todos dedicados à projecção social da figura do *príncipe perfeito* exposta nos tratados políticos.

³⁴ MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, *Dom Duarte. Leal Conselheiro*, p. 11. É pertinente referir que ao dirigir-se aos nobres, D. Duarte não estaria a desprezar o homem comum. Estaria, sim, a afirmar conscientemente que o acesso a este tipo de leitura era reservado a alguns, pois o estudo e a ciência eram um privilégio apenas da aristocracia.

³⁵ IDEM, *ibidem*, p. 9.

2. O itinerário e a datação do manuscrito do *Leal Conselheiro*

No ponto anterior, confirmámos os anos de confecção do *LC* entre 1428 e 1438. Curiosamente, o seu manuscrito manteve-se desconhecido durante quatro séculos, tendo sido descoberto apenas em 1804, pelo Abade Correia da Serra, na BRP³⁶, em volume conjunto com o *LEBC*, situados no Fundo Português 5, antigas cotas 278 e 7007³⁷.

Léon Bourdon esclarece a confusão feita com Cândido José Xavier que, em 1820, terá denunciado a existência do manuscrito do *LC* na BNP (ou BRP), num artigo inserido nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*, embora a ele não caibam as honras da sua descoberta. Estas pertencem, de facto, ao Abade Correia da Serra e a comprová-lo está a carta de António de Araújo de Azevedo, redigida em resposta à sua e datada de 28 de Julho de 1804, a felicitá-lo pela descoberta dos manuscritos do rei D. Duarte. Destes, o Abade fez uma cópia manuscrita, entregue à *Real Academia das Sciencias* depois da sua morte³⁸.

Em qualquer dos casos, não restam dúvidas de que se trata de uma obra com seis séculos de existência. Não podemos ignorar o facto de que a antiguidade de um texto pode torná-lo vítima das vicissitudes da época e vir a enredar-se em controvérsias resultantes do lançamento de cópias duvidosas, que podem descredibilizar um trabalho desta envergadura, que exige um suporte bibliográfico conceituado. Foi na perspectiva de salvaguardar a legitimidade e a fidedignidade do *corpus* que procurámos esclarecer o percurso que o manuscrito do *LC* sofreu e, desta forma, assumir uma escolha inteiramente segura.

Relembramos, então, que podemos encontrar estas duas obras do rei D. Duarte agrupadas conjuntamente num códice na Biblioteca Real de Paris, com a cota *Portugais 5*, embora não constituam o original redigido *manu propria*. Como tal, importa referir que, de acordo com a pesquisa de Maria Helena Lopes de Castro³⁹, se trata de uma cópia cujo autor é desconhecido, bem como o *scriptorium* que a originou. Provavelmente, trata-se da única cópia existente, pois não há qualquer registo de outro manuscrito que possa competir com este ou mesmo permitir diferentes conjecturas.

³⁶ MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, «Leal Conselheiro»: *Itinerário do manuscrito*. In *Penélope*, 16, 1995, pp. 109-124.

³⁷ Cf. JOSEPH MARIA PIEL, *Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte Rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta*, p. XX.

³⁸ LÉON BOURDON, *Question de priorité autour de la découverte du manuscrit du «Leal Conselheiro»*. In *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, pp. 3-26.

³⁹ Cf. MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, «Leal Conselheiro»: *Itinerário do manuscrito*, pp. 109-124.

Relativamente a este códice, a autora avaliou particularidades que remetem para uma escrita e uma decoração uniformes, que sugerem alguma inspiração de natureza italiana, bem como a manutenção de um único copista e revisor. Em relação à sua estrutura, interessa-nos saber que o códice apresenta uma organização nos seguintes moldes:

O códice «Portugais 5» é um volume de 128 fólhos pergamináceos, organizados em 18 cadernos: o primeiro é formado por 2 fólhos, o segundo por 10, os 14 seguintes por 8 fólhos cada, o décimo sétimo por 6 fólhos e, finalmente, o décimo oitavo por 4. O texto do *Leal Conselheiro* preenche os 13 primeiros cadernos e corresponde aos fólhos 2 a 96; o *Livro da Ensinança* aos fólhos 99 a 128. A separação entre os dois livros é estabelecida por dois fólhos em branco, ainda que enregrados, ambos incluídos no caderno 13⁴⁰.

Com a descoberta do manuscrito, seguem-se as primeiras edições do *LC*, perfazendo, actualmente, um total de cinco edições credíveis, a saber:

- Typographia Rollandiana (1843), conseguida a partir do manuscrito;
- José Inácio Roquete (1854, com “Introdução” datada de 1843 e assinada pelo Visconde de Santarém), também conseguida a partir do manuscrito;
- Joseph-Maria Piel (1942), elaborada a partir de fotografias tiradas na Biblioteca Nacional de Paris;
- Manuel Lopes de Almeida (1981), introduzida nas *Obras dos Príncipes de Avis* e elaborada a partir da edição de J. M. Piel;
- João Morais Barbosa (1982), que também segue o texto de Piel;
- Maria Helena Lopes de Castro (1998), feita a partir de fotografias do manuscrito, com crítica, introdução e notas da autora.

De acordo com Maria Helena Lopes de Castro, o Visconde de Santarém estaria correcto ao afirmar que o códice 7007 que agrupa estas obras é o mesmo exemplar que o monarca dera a sua esposa, D. Leonor, uma cópia feita diante do próprio, e que terá sido conduzida para Castela, aquando da regência de D. Pedro, para mais tarde ser apossada pelos irmãos da rainha:

⁴⁰ MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, *Dom Duarte. Leal Conselheiro*, p. XIX. Vejam-se também as páginas XX e XXI para mais informações sobre a ornamentação e a gráfica aplicada neste códice.

[...] é mais que provável que o códice tenha sido transportado para fora de Portugal pela rainha viúva, que se retirou para Toledo em 1440, em consequência do litígio em que se envolveu contra o regente D. Pedro. Tendo antes transferido todos os seus bens pessoais para a vila de Albuquerque, na Extremadura espanhola, é dificilmente credível que D. Leonor neles não tenha incluído um manuscrito de luxo com uma obra escrita pelo marido e a ela dedicada⁴¹.

A “Introdução” assinada pelo Visconde de Santarém confirma que o manuscrito que se encontra na Biblioteca de Paris é, justamente, uma cópia projectada por ordem de D. Duarte e, talvez, a mesma que dedicou a sua esposa, D. Leonor, a qual a terá conservado em seu poder até à morte, em Toledo. A preocupação do copista em esmerar-se num trabalho meticulosamente perfeito e luxuoso ajuda a reforçar a suspeita de que este seria um serviço encomendado e que aguardava a aprovação do próprio rei⁴².

Confirma-se, ainda, que o manuscrito veio a pertencer à biblioteca dos príncipes aragoneses, familiares de D. Leonor, a qual (biblioteca) se transferiu para Itália quando Afonso V de Aragão conquista Nápoles, em 1443. A própria cota que identifica o manuscrito, o qual reunia as duas obras num mesmo códice - n.º 71 N LXXI - é representativa da nomenclatura utilizada pelos reis aragoneses em Nápoles - CVI 8 (numeração romana e um sinal em forma de oito (8))⁴³.

Alfred Morel Fatio ajuda a corroborar a ideia de que D. Leonor terá realmente levado o manuscrito para Castela. No Prefácio da sua obra *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais* terá afirmado que o manuscrito *Portugais 5* veio da Biblioteca de Fontainebleau, depois de ter pertencido à colecção dos reis aragoneses de Nápoles. Ora, sabemos que, em 1495, quando Nápoles foi conquistada pelos franceses, que a sua biblioteca, outrora dos reis aragoneses, foi integrada na dos reis de França, nesta altura situada em Blois. Mais tarde, esta terá sido transferida para Fontainebleau e incrementada com todos os manuscritos da anterior biblioteca de Blois, que já havia recolhido o espólio dos aragoneses, sendo nesta fase de transição, em 1544, que se dá conta do primeiro registo (inventário) do LC. É só no final do reinado de Carlos IX, no século XVI, que a Biblioteca Real de França se transfere definitivamente para Paris, tendo o manuscrito acompanhado todo este trajeto⁴⁴.

⁴¹ IDEM, *ibidem*, p. XVIII.

⁴² JOSÉ INÁCIO ROQUETE, *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Duarte, pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve, e senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher*. Pariz, V.ª J. P. Aillaud, Monlon e C.ª, 1854, pp. XIV-XVI.

⁴³ Cf. MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, «Leal Conselheiro»: *Itinerário do manuscrito*, pp.116-117.

⁴⁴ Cf. ALFRED MOREL FATIO, *Catalogue des Manuscrits Espagnols et des Manuscrits Portugais*. Paris, Imprimerie Nationale, MDCCCXCII, p. V, VI e XXV.

Cf. MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, «Leal Conselheiro»: *Itinerário do manuscrito*, p.115. A suportar as conclusões da autora estão também as abonações de Léopold Delisle in *Mélanges Graux* (trabalho de Erudição Clássica dedicado a Charles Graux. Nota sobre Anciennes Impressions des *Classiques Latins* et d'autres auteurs conservés au XVe siècle dans la Librairie Royale de Naples - Paris, Ernest Thorin Editeur, 1884, pp.245-247) que aqui transcrevemos: «Cette bibliothèque [des rois aragonais de Naples] qui jouissait d'une grande et légitime considération parmi les lettrés de la Renaissance fut en grande partie, l'oeuvre de Ferdinand I qui occupa le trône de Naples depuis l'année 1458 jusqu'en 1494. Il est possible que Charles VIII s'en soit fait livre rume partie, lors de la conquête

J. M. Piel partilha da opinião da existência de um exemplar único oferecido a D. Leonor e defende que o autor não teve tempo de finalizar esse manuscrito, pois a existência de erros grosseiros e frequentes leva a deduzir que não lhe foi feita uma revisão definitiva⁴⁵.

De acordo com a “Notícia do Manuscrito” da edição Rollandiana, o códice n.º 7007 encontrado na Biblioteca Real de Paris contém uma cópia do manuscrito, *feita com a maior perfeição e luxo*⁴⁶. Nesta questiona-se se este manuscrito terá pertencido ao espólio de D. António Prior do Crato, mas o bibliotecário não possui quaisquer dados que o confirmem. No entanto, aquando da formação da biblioteca, Colbert terá pedido aos agentes diplomáticos e consulares da França para que comprassem todos os livros e manuscritos raros das diversas nações onde residiam, pelo que é legítima a possibilidade destes agentes o terem adquirido e enviado para Paris⁴⁷.

Da compilação de todos estes argumentos, podemos tirar algumas conclusões que envolvem não só o percurso que o manuscrito sofreu, como também a datação dos momentos mais decisivos desse trajecto. Uma vez que certos elementos aportam alguma ambiguidade, desenvolvemos um esquema cronológico (Quadro 1: Itinerário do manuscrito) que poderá ajudar a dissipar algumas dúvidas deixadas pela leitura anterior e a simplificar os argumentos atrás apresentados. Observe-se, para o efeito, o quadro seguinte:

du royaume de Naples en 1495; nous savons, en effect, qu’il rapporta de Naples et fit déposer au château d’Amboise onze cent livres imprimés au manuscrits les uns sur papier, les autres sur parchemin [1- Le fait est attesté par un inventaire du mobilier d’Anne de Bretagne (...)] Mais la partie la plus considérable du roi Ferdinand resta entre les mains des ses héritiers. Le dernier roi de la dynastie aragonaise, Frederic III, la fit transporter en France où il vint terminer sa vie à Tour le 9 Novembre 1504. (...) Une portion plus considérable de la librairie de Naples fut vendue à Louis XII par la veuve du roi Frederic. Cette vente, dont le souvenir était complètement effacé en France, nous à été récemment révélée par la publication à Naples d’un journal du Cardinal d’Aragon. On y voit qui, dans une visite au Châteaux de Blois, en 1517, le cardinal remarqua les livres du roi Ferdinand, achetés, disait-il, de l’infortunée reine Isabelle après la mort du roi Frédéric (...) Nous n’avons point le catalogue des livres que la reine Isabelle vendit à Louis XII.» IDEM, *ibidem*, p.117.

Sugere-se também a consulta a JOÃO DIONÍSIO & BERNARDO DE SÁ NOGUEIRA, *Sobre a datação do manuscrito P do Leal Conselheiro, de D. Duarte: a fórmula que deos perdoe*, pp.117-132.

⁴⁵ JOSEPH MARIA PIEL, *Leal Conselheiro o qual fez Dom Duarte Rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta*, pp. XX-XXI.

⁴⁶ *Leal Conselheiro e Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sella*. Typographia Rollandiana, p.VII.

⁴⁷ IDEM, *ibidem*, p.VI. Jean Baptiste Colbert esteve desde cedo ao serviço do governo de França, tendo sido apadrinhado pelo Cardeal Mazarin. Tornou-se num dos ministros da Coroa e mais tarde dedicou-se ao sector das finanças, das obras públicas e da marinha. Foi também conhecido pelo apoio que deu ao sector cultural e aos homens das letras. In *Collier’s Encyclopedia*, vol. 6, p. 692.

Quadro 1: Itinerário do Manuscrito

1438 → Morte de D. Duarte e data plausível para a finalização do *LC*.

1440 → Partida de D. Leonor para Toledo.

1443 (aprox.) → O manuscrito é adquirido pelos príncipes aragoneses, familiares de D. Leonor, e transferido para a Biblioteca de Nápoles, aquando da conquista da cidade.

1495 → O manuscrito é transferido para a biblioteca dos reis franceses (Biblioteca Real), quando estes conquistaram Nápoles. Esta situava-se em Blois.

1544 → A Biblioteca de Blois é transferida para Fontainebleu com todo o seu espólio.

(Final do reinado de Carlos IX) → A Biblioteca Real é novamente transferida, desta vez para permanecer em Paris.

1804 → O manuscrito é descoberto na Biblioteca Real de Paris pelo Abade Correia da Serra.

Mesmo diante da confirmação dos dados atrás apresentados, estão ainda por descobrir alguns passos que se encontram dispersos. A título de exemplo: terá, de facto, D. Leonor transportado o manuscrito consigo aquando da fuga para Toledo?; seria este o verdadeiro, redigido pelo marido?; terá ela doado esse manuscrito à biblioteca dos príncipes aragoneses?; terão estes, ou ela, mandado fazer uma cópia e terá sido essa a chegar até nós? Na verdade, são ainda muitas as questões que nos colocamos a respeito do percurso do *LC*. De qualquer forma, certamente que D. Duarte terá cumprido a sua palavra e escrito o *LC* pelo seu próprio punho e parece-nos muito provável que a rainha tivesse consigo esse manuscrito e que nunca se tenha desfeito dele, tendo apenas possibilitado a sua cópia para a posteridade.

Para finalizar, podemos sintetizar as abonações dos diferentes autores que procuraram desvendar o itinerário do manuscrito do *LC* e, também, definir os seus limites *a quo* e *ad quem*. Desta forma, podemos esclarecer o ponto da situação em que o tema se encontra. Vejamos:

Joseph Maria Piel - defende a existência de um único manuscrito situado na BNP que corresponde ao original dado a D. Leonor. Códice único, Fundo Português 5, antigas cotas 378 e 7007, contendo também o *LEBC*. Situa o limite *ad quem* no ano 1438;

Typografia Rollandiana - confirma que o códice 7007 da BNP contém uma cópia do manuscrito do *LC*. Questiona, mas não confirma, se o manuscrito terá pertencido ao espólio de D. António Prior do Crato. Notifica que, a pedido de Colbert, todos os livros e manuscritos raros das nações foram comprados pelos agentes consulares franceses e enviados para Paris;

Maria Helena Lopes de Castro - defende a existência de um manuscrito único, com o códice *Portugais 5* da BNP, contendo também o *LEBC*. Situa o limite *a quo* no ano 1428 e o *ad quem* no ano 1435-1438. Atribui a descoberta do manuscrito ao Abade Correia da Serra, em 1804, na BNP;

José Inácio Roquete - confirma a existência do códice 7007 da BRP/BNP, contendo uma cópia do manuscrito do *LC* e o *LEBC*. Situa o limite *a quo* no ano 1428 e o *ad quem* no ano 1437.

3. A tradição textual e as suas limitações

Desta forma esclarecidos em relação às problemáticas que envolvem o manuscrito *Portugais 5* da BNP, no que concerne ao texto do *LC*, podemos agora direccionar a nossa atenção para alguns aspectos que estão de acordo com uma visão inter-linguística deste tratado assinado pelo rei D. Duarte.

Até então, assumimos uma feição mais periférica no respeitante ao decurso deste estudo. Todavia, defendemos que uma análise de perfil linguístico, especificamente sintáctico, como a que nos propomos desenvolver, não se pode concretizar sem o esclarecimento prévio de determinados factores extra-linguísticos que contextualizam o *corpus* seleccionado e que o posicionam no tempo e no espaço, com respeito pela sua tradição histórica e textual. Como afirma Rosa Virgínia Mattos e Silva, «[...] cada documento medieval tem a sua história textual que deve ser conhecida para que se possa avaliar a sua documentação linguística⁴⁸.» O estudo de fases pretéritas da língua sofre com a impossibilidade de reconstruir totalmente o passado. Ainda que actualmente disponhamos de diversas ferramentas e possamos beneficiar de diferentes abordagens aos testemunhos que permaneceram, não conseguimos senão descrever esta fase de forma parcial. Esta é, aliás, umas das maiores dificuldades com que o historiador da língua se debate. Dos estádios medievos da nossa língua, possuímos, apenas, documentação fragmentária, pois esta não consegue representar todos os aspectos da língua. Tal insuficiência, embora natural, é ainda agravada pela incúria do Homem e pela escassez de materiais remanescentes que, conjuntamente, colocam muitas reservas à investigação histórica, limitações essas que afectam significativamente o trabalho do historiador. Tenhamos, pois, presente o que defende Ivo Castro:

O estudo dos estados passados de uma língua não pode contar com a experiência e a observação directa do linguista, mas apenas com os dois clássicos métodos conjecturais da **reconstrução** desses estados, baseada na comparação entre as variedades contemporâneas deles geneticamente decorrentes, e da exploração das **fontes escritas** produzidas na época que é objecto de atenção⁴⁹.

⁴⁸ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Estudos Gerais - Série Universitária, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 52.

⁴⁹ IVO CASTRO, *Curso de História da Língua Portuguesa*. Lisboa, Universidade Aberta, 1991, p. 173.

Neste sentido, as diversas edições existentes do *LC*, todas feitas a partir de um manuscrito *unicus* ou de fotografias do mesmo, são já um contributo muito valioso para um melhor conhecimento do português e do Portugal do século XV. Não obstante o elevado grau de fidedignidade e de coerência, estas edições contam com alguns argumentos menos valorativos, no que respeita a uma descrição da norma linguística da época de D. Duarte. Primeiramente, porque a linguagem da corte não constitui uma amostra perfeita das tendências linguísticas da maioria dos falantes, mas a singularidade de algumas mentes mais instruídas, cujo contributo é, todavia, inegável para o arranque da modernidade que mais tarde veio a identificar a restante sociedade da época; por outro lado, também têm de ser levadas em conta as incorrecções dos escribas (sejam elas ocasionais ou de interpretação defeituosa), pois parece-nos pouco provável que haja uma total ausência de incorrecções num texto desta extensão; simultaneamente, a própria exclusividade do seu testemunho impede um trabalho comparativo com outros códices, trabalho esse que poderia alargar o campo das descobertas, seja sobre a época ou sobre o texto em questão. Então, neste processo de confecção já concorrem várias debilidades, pois as formas linguísticas aqui presentes poderão ser distintas das formas ditas correntes. Lembremos que a actividade do escriba peca, em muitas situações, pelo afastamento existente entre o seu sistema linguístico e aquele com que possa estar em contacto no momento da prática. Por outro lado, e mesmo entre sistemas linguísticos reconhecíveis ou idênticos, existe um enorme potencial de diferenciação entre as estruturas orais e as estruturas escritas da língua, pelo que, este factor, só por si, já nos permite vislumbrar a indelével fragilidade de todo este processo:

Deve igualmente ter-se presente que, no próprio acto de elaboração dos textos, os escribas se adaptavam, em diferentes graus, a modelos linguísticos (e gráficos) não sendo fácil avaliar a diferença entre as formas e estruturas registadas nos textos e as da linguagem oral corrente daqueles que os escreveram⁵⁰.

Essencialmente caracterizado pela oralidade, o período arcaico vê-se desprovido de normatização. Ora, a ser assim, escrevia-se como se falava, como se ouvia e, certamente, dentro de certas tradições dominadas pelos escribas ao serviço dos *scriptoria* monásticos onde se produzia, com restrição, a maioria da literatura medieval. Para além disso, tanto os monges copistas como os escribas particulares estavam longe de imaginar a importância e o impacto que iria alcançar o acto da transcrição textual. Mesmo que preocupados em fazer um bom trabalho, encaravam a reprodução do texto com alguma liberdade e descontração, principalmente ao nível da forma, ou seja, mantinham respeito pelo original, mas ainda não estavam devidamente mentalizados para a necessidade de conservar o máximo de fidelidade ao texto original:

⁵⁰ CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Dos textos escritos à história da língua*. Braga, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2002, p. 235.

Um exemplo interessante da desenvoltura com que se portavam os amanuenses, mesmo os profissionais, é o da adaptação dos textos ao sistema linguístico, diferente do original, ao qual eles pertenciam: uma adaptação evidentemente útil a uma melhor compreensão por parte dos comitentes e usuários, mas também uma alteração irreparável da estrutura primitiva, tanto mais prejudicial quando a textura de partida era de tipo poético, porque então se perdiam muitas vezes a isometria e quase sempre a arquitectura rímica⁵¹.

Todavia, sobre esta matéria podemos apenas especular, uma vez que é hipotético o alcance das alterações introduzidas ou das perdas sofridas. As próprias inovações que crescem ao processo de modernização do texto são fonte de discórdia para com o original. De qualquer forma, as eventuais incorrecções não desmerecem a qualidade deste testemunho vivo que é o texto do *LC*, nem de reconhecê-lo como um trunfo para a posteridade dos estudos de ordem linguística e mesmo sociolinguística. As fontes escritas, ainda que insuficientes para uma reconstrução das fases passadas da língua, foram as que se conservaram ao longo do tempo e as que constituem o universo de estudo do historiador da língua. Na ausência de registos concretos da oralidade, são os dados textuais que traduzem o processo de evolução da língua e é neles que podemos distinguir os traços fonológicos que a foram afectando e que contribuíram para o fenómeno da mudança. É certo que os vestígios dessa oralidade serão mais fidedignos quando em presença de textos de carácter não-literário, já que um texto depurado do requinte literário e de reformulações vernáculas, de ordem diversa, estará mais próximo do registo do falante comum. Por outro lado, também o texto não-literário oferece, frequentemente, indicadores temporais e geográficos bastante claros, bem como o nome dos participantes na sua produção. Vejamos a opinião de Clarinda Maia a este respeito:

Elaborados os primeiros sem qualquer finalidade estética, apresentam “matéria-prima” da maior importância para as investigações histórico-linguísticas pelo facto de o investigador conhecer as coordenadas de tempo e espaço em que foram produzidos, isto é, pelo facto de serem textos datados e localizados, os documentos não-literários oferecem grandes vantagens sobre os textos literários, sendo possível, a partir deles, atender às vertentes diatópica, diacrónica e, em parte, diastrática, de cada fenómeno evolutivo. [...] Os materiais registados neste tipo de documentação podem ser produtivamente utilizados para estudos de fonética, de fonologia e de morfologia históricas, sendo também de grande valor para determinados estudos centrados sobre a história do léxico⁵².

Quanto às capacidades dos documentos literários para a investigação linguística, Rosa Virgínia Mattos e Silva advoga tanto em favor dos textos em verso como dos textos em prosa.

⁵¹ GIUSEPPE TAVANI - *O texto medieval e as suas “misérias e desventuras”*. In *Veredas* (Revista da Associação Internacional de Lusitanistas), vol. 8, Porto Alegre, 2007, p. 48.

⁵² CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *Dos textos escritos à história da língua*, pp. 240-241.

Quanto aos primeiros, a autora reforça a sua importância para o conhecimento do léxico da época e enquanto fonte de representação de aspectos fonéticos (nomeadamente os encontros vocálicos, o timbre vocálico, as vogais ou ditongos nasais/orais), morfológicos e sintácticos. Quanto aos segundos, e por comparação, a autora destaca as suas virtudes enquanto fonte de reconstrução linguística e opina da seguinte forma:

Para o conhecimento da língua na sua fase arcaica é fundamental a produção em prosa literária. A documentação poética e a não-literária se complementam para o conhecimento do léxico do português arcaico. A prosa literária documenta abundantemente a morfologia nominal e verbal, as estruturas morfossintácticas dos sintagmas nominal e verbal. Sobretudo é importante para o estudo das possibilidades sintácticas da língua, porque não sofre as limitações, já ressaltadas, da documentação poética e jurídica.

Para os estudos fonéticos oferece restrições decorrentes de não se poder sistematizar com o mesmo rigor, relativamente possível para a documentação seriada não-literária, as relações entre som e letra, e por não oferecer os recursos formais da poesia.

O facto de essa documentação não ser, em muitos casos, localizada, impede também que por ela se possa chegar a dados sobre a variação dialetal de então, quando é possível uma aproximação pela documentação jurídica.

Quanto à cronologia dos fenômenos linguísticos, embora não seja possível uma seriação estreita, como o é, para a documentação não-literária, toda ela datada, é possível, contudo, a partir de um *corpus* criteriosamente seleccionado - se não datado, pelo menos situável em um determinado momento desse período - estabelecer um estudo diacrônico no âmbito do período arcaico com bases nesses textos em prosa literária. Sem dúvida, é nesse tipo de texto que se podem entrever, com mais amplitude, os recursos sintácticos e estilísticos disponíveis para o funcionamento efetivo da língua nesse período, já por serem textos extensos, já pela variedade da temática⁵³.

Será, pois, necessário algum discernimento, por parte do historiador da língua, assim como uma acumulação de experiências de leitura e de observação de resultados provenientes de vários estudos, para situar correctamente as diferentes variáveis linguísticas que possam estar em análise e para discernir as diferenças entre a língua escrita e a língua falada, ou seja, entre a grafia e o sistema fonético-fonológico da época:

Portanto, nunca pode esperar-se que um texto - ou, para concretizar um pouco mais, um texto medieval - seja um puro reflexo da linguagem oral da época. Na Idade Média o problema das relações entre “grafia” e “língua oral” é mais complexo ainda que na actualidade: o desconhecimento, ou, pelo menos, a ausência de um conhecimento pleno do sistema fonológico e da realização fónica dos fonemas, e a própria natureza da grafia medieval, não fixada, cheia de numerosas alternâncias grafemáticas, dificultam

⁵³ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*, pp. 38-39.

extraordinariamente a tarefa de interpretação dos textos medievais⁵⁴.

É, portanto, imprescindível, que o linguista histórico, quando selecciona um *corpus* de trabalho, esteja consciente da forma como este foi transmitido, ou seja, da sua história, desde a origem à edição, pois vários aspectos concorrem para que se faça uma correcta avaliação da documentação linguística em causa. Há que ter presente que, na transmissão de um texto existem, inevitavelmente, vários tipos de falhas, desde os decorrentes do acto de leitura, aos de decifração e de transcrição do manuscrito:

Nesse longo caminho histórico têm de ser levados em consideração, no exame dos textos, desde os possíveis erros dos copistas envolvidos na tradição manuscrita de cada obra e as suas inovações; às interferências de modelos mais antigos desconhecidos, que serviram de base a cópias posteriores remanescentes; até às interpretações adequadas e inadequadas e às convenções adoptadas nas edições críticas e mesmo nas edições diplomáticas. No caso de obras traduzidas, ainda há a acrescentar os possíveis reflexos da língua original da qual se fez a tradução⁵⁵.

Como suporte, também argumentos de ordem paleográfica asseguram uma interpretação correcta dos escritos antigos, desde a confirmação da sua veracidade (pela leitura de caracteres externos), até à datação, à origem e às características do seu enquadramento geográfico e social. Sendo que a paleografia «É a ciência que nos ensina a ler e interpretar correctamente documentos manuscritos antigos, ocupando-se essencialmente com a origem e a evolução da escrita»⁵⁶, o princípio fundamental consiste em preservar estes documentos com rigor, de modo a que se mantenham o mais próximo possível do original, e procurar transmiti-los nas melhores condições e com o menor número possível de alterações. Será necessário não esquecer que o período medieval se caracteriza por uma forte instabilidade gráfica e pelo polimorfismo linguístico. Os motivos estendem-se desde a estrutura sistemática e interna a fenómenos de ordem extralinguística. Acresce, ainda, o carácter literário do *LC* que, apesar da sua riqueza sintáctica e semântica, sofre com a feitura de cópias que complexificam a sua tradição manuscrita. Este processo, só por si, exige que se reclame, cada vez mais, uma aposta em edições fidedignas para a concretização de um estudo linguístico rigoroso. Para minimizar erros é necessário dominar, cada vez mais, os diversos imperativos que subjazem à concretização deste processo, desde o respeito pelo estilo do autor e pelos seus hábitos linguísticos, à habilidade em proceder a uma

⁵⁴ CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *O galego-português medieval: sua especificidade no contexto dos romances peninsulares e futura diferenciação do galego e do português*. Separata das Actas do Congresso Internacional sobre o Português, organizado pela Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, 1994, p. 4.

⁵⁵ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*, p. 53.

⁵⁶ RICARDO ROMAN BLANCO, *Estudos paleográficos*. São Paulo, Laserprint, 1987. In ANA REGINA BERWANGER; JOÃO EURÍPEDES FRANKLIN LEAL, *Noções de paleografia e de diplomática*. 2.^a ed., Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 1995, p. 11.

interpretação devidamente contextualizada (essencialmente nas traduções) e em respeitar as características da escrita da época e do lugar em questão.

No caso particular do *LC*, e dentro dos aspectos já discutidos, optámos por uma edição recente, a de Maria Helena Lopes de Castro, conseguida através de fotografias do manuscrito que se encontra na BNP. Na verdade, o facto de existir uma única cópia manuscrita, reduz os riscos da nossa escolha, pois as várias edições convergem para uma certa uniformidade. Todavia, trata-se de uma edição mais recente (1998) e, portanto, conseguida com o reforço de recursos modernos e actualizados. Para além disso, esta edição recorreu também ao exame directo do manuscrito, para um melhor suporte crítico. Os critérios a que obedeceu a sua execução são extensos e vêm devidamente explicados pela autora nas primeiras páginas. Neles, encontrámos os motivos que abonam a favor desta edição e que favoreceram a nossa escolha. Podemos resumir-los da seguinte forma: leva em consideração as edições de Piel e a Rollandiana para o exame e solução de erros; utiliza critérios de grafia arcaica simplificada que preserve as características fonéticas, gramaticais, lexicais, morfológicas e sintácticas da língua do texto; preserva a relação entre a escrita e a oralidade conhecida pelo autor do texto, na medida em que são mantidos os sinais gráficos que actualmente possuem um valor grafémico idêntico ao da época ou são substituídos os que possuem um sinal moderno seu equivalente (quando este não existe, é mantida a grafia original); algumas palavras que estão unidas são separadas e as que estão divididas são unidas; as abreviaturas são desenvolvidas; a capitalização, a pontuação e a disposição dos parágrafos obedece aos usos modernos; acentuam-se graficamente os casos ambíguos; as emendas são assinaladas tanto no texto crítico, em itálico, como no rodapé; são igualmente registadas em nota de rodapé algumas particularidades, esclarecimentos ou factos de interesse, bem como rasuras e entrelinhados⁵⁷.

Ao escolhermos uma edição crítica, somos sensíveis às dificuldades de elaboração a que obriga esse trabalho. Para a reconstituição do original, a qual se pretende fidedigna, será necessário respeitar e reconhecer um conjunto de pressupostos que decorrem do próprio original e também da relação entre este e o seu autor. Para este efeito, contamos com a Crítica Textual, que «tem princípios capazes de restituir ao texto a forma mais próxima da última vontade do autor, senão a própria vontade do autor»⁵⁸.

Ivo Castro e M. Ramos apontam para o facto de o historiador da língua procurar edições cujos dados textuais sejam mais fiéis ao original. Para a História da Língua interessa desvendar as características de escrita que o texto original transmite e estabelecer a sua associação com o momento temporal em que ocorreram. Quando o texto sofre transformações, afasta-se do original e daqui resulta um texto diferente, menos autêntico, com o qual não lhe é benéfico trabalhar (principalmente se a fonte em questão sofreu

⁵⁷ MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, *Dom Duarte. Leal Conselheiro*, pp. XXIII-XXVI.

⁵⁸ CÂMILA DE PAULA MOREIRA; LARISSA GONÇALVES FORSTER ET AL., *O texto que se lê de autores nacionais*. *Revista de Filologia Linguística Portuguesa*, n.º 12 (1), 2010, p. 107.

demasiadas transformações que não estejam devidamente identificadas). São, portanto, os dados menos polidos, os mais ricos para o historiador da língua:

O linguista quer a edição diplomática. A ele interessa o conhecimento integral do manuscrito: os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correcções, as rasuras, etc. Uma boa edição diplomática é aquela que responde a todas estas exigências. Esta deverá ainda dizer-lhe rigorosamente como procedeu, se trabalhou directamente com o manuscrito, se o leu por microfilme ou fotografia, e que tipo de tácticas adoptou⁵⁹.

A fidelidade de uma edição ao seu original debate-se, ainda, com a questão da transcrição e da transliteração. Os dois conceitos oferecem, por vezes, alguma discussão, pois parece existir dificuldade em distingui-los quando colocados em prática. Ora, de uma forma sucinta, a transcrição reproduz o texto em questão, tal como ele se apresenta, portanto, aplicando caracteres idênticos aos do original; a transliteração representa esse texto substituindo os caracteres originais por outros⁶⁰. Evidentemente que ao historiador da língua convém manusear textos que tenham sofrido o mínimo de transliterações, pois estas afectam sobremaneira o original:

[...] a transcrição de um texto medieval é tanto mais fiel ao manuscrito original quanto menos operações de transliteração envolver⁶¹, e as edições conservadoras para estudos linguísticos devem idealmente constituir-se através de transcrições estreitas que impliquem um mínimo de operações de transliteração⁶².

Com os recursos que a informática coloca actualmente ao nosso dispor, este tipo de procedimento torna-se mais acessível e mais eficaz. Todavia, tal não implica que a edição de um texto medieval não ofereça alguns problemas, tanto humanos como técnicos. Apenas pretendemos esclarecer que é cada vez mais fácil conseguir uma reprodução escrupulosa de todo o tipo de grafia presente nos manuscritos originais e que isso implica dizer que a conservação dessas fontes, num formato diferente, proporciona também novas possibilidades de tratamento e de preservação do próprio original.

⁵⁹ IVO CASTRO; MARIA ANA GASSMANN RAMOS, *Estratégia e táctica da transcrição*. In *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*, Paris: Centre Culturel Portugais/Fondation Calouste Gulbenkian), 1986, p. 116.

⁶⁰ Veja-se a respeito ANTÓNIO EMILIANO, *A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal: problemas e perspectivas da filologia portuguesa face ao estudo das origens da escrita em português*. In *A EMILIANENSE I*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 33-63.

⁶¹ Negrito do autor.

⁶² ANTÓNIO EMILIANO, *Problemas de transliteração na edição de textos medievais*. In *Revista Galega de Filoloxía*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, p. 34.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO LINGUÍSTICO E CONSIDERAÇÕES SOCIOLINGUÍSTICAS

1. Trilhos da Língua Portuguesa: para um quadro linguístico do século XV

Para compreendermos as influências e as tendências linguísticas que subjazem à composição do *LC*, iremos traçar uma descrição que satisfaça a compreensão e o esclarecimento dos dados linguísticos característicos da época. Para tal, teremos de recuar um pouco no tempo, mesmo antes do século XV, na perspectiva de conseguirmos um quadro mais abrangente e coeso, que minimize as controvérsias inerentes às fronteiras que limitam a história da nossa língua.

Podemos começar a construir a história de uma língua a partir do momento em que reunimos dados comprovativos da sua existência e, também, da sua evolução num determinado momento do tempo. Mas se, aparentemente, essa tarefa parece simples, ela torna-se assaz complexa quando somos confrontados com dados pouco claros, pouco credíveis, indisponíveis ou mesmo inexistentes. Pesa contra as ambições dos estudiosos a carência de informações e, neste âmbito, temos de incluir o ramo da Linguística Histórica e da Sociolinguística, na sua busca pela descrição e análise das fases pretéritas da língua.

Da Linguística Histórica emerge a dimensão temporal e diacrónica da língua, bem como a reflexão sobre a natureza da mudança linguística e a receptividade a novos conceitos e metodologias provindos essencialmente da Sociolinguística (Histórica). Esta vem dar à língua o contributo dos factores sociais e enfatizar a sua ligação decisiva dentro da esfera comunicativa. De forma muito sumária, é desta combinação que resulta a observação e a explicação completa dos fenómenos linguísticos e é nela que se estabelece a valorização da sua vertente interna e externa, ou seja, na relação entre a história da língua e a história da sociedade que a utilizou.

Os primeiros séculos a que podemos recuar a história da língua portuguesa estão justamente mergulhados numa certa obscuridade, tanto que, actualmente, não conseguimos exhibir um quadro totalmente esclarecido, ainda que possamos reunir algumas informações relevantes para desenharmos os primeiros traços do seu esboço histórico-linguístico, muitas vezes pelo recurso a um processo de abstracção. O terreno linguístico que precede a romanização reveste-se de pressupostos arenosos, contrariamente à fase que se inicia com o domínio romano, cuja unidade e coesão transpõem as armas e a administração político-social, e se traduzem também numa língua única (o latim) de uso oral e escrito. Esta filiação latina permite-nos definir a romanização como o marco inaugural dos estudos de língua portuguesa,

em que a base latina evoluiu para o português que hoje conhecemos e baptizou o grande conjunto das línguas românicas⁶³.

Todavia, os romanos não foram pioneiros na invasão da Península Ibérica. Ao longo dos séculos, vários povos habitaram a Península (denominados de povos iberos ou lusitanos⁶⁴) e contactaram entre si, amigavelmente ou não, tendo contribuído para a fixação de um ambiente linguístico com características próprias⁶⁵. À sua chegada, os romanos encontraram uma Península dividida por dezenas de tribos das mais variadas origens, que viviam dispersas pelo território que, por si, constituía um panorama antropológico muito difícil de descrever. A falta de dados concretos e pouco seguros não tem facilitado a tarefa de reproduzir com maior exactidão o quadro pré-romano, ainda que possamos reconhecer com clareza os vestígios da assimilação celta, praticamente em toda a Península, e o seu peso na delimitação dos grupos geográficos e culturais que se foram insurgindo, de entre eles o galaico-português⁶⁶. Podemos afirmar, com segurança, que os ocupantes do território que hoje conhecemos como Portugal eram, em grande número, celtas, e que os traços linguísticos predominantes advinham da língua por eles difundida - o celta⁶⁷. A natural fusão entre os celtas e os iberos resultou no nascimento do grupo celtibero.

O ano 218 a.C. (século III) marca a chegada dos romanos à Península. Após a ocupação, decidiram dividi-la em duas províncias administrativas: a Hispânia Citerior (nordeste) e a Hispânia Ulterior (sudoeste)⁶⁸. Mais tarde, em 27 a.C., o imperador Augusto

⁶³ De acordo com PILAR VÁZQUEZ CUESTA e MARIA ALBERTINA MENDES: «Denominam-se românicas as línguas derivadas do latim e que conservam plenamente o seu vestígio no vocabulário, na sintaxe e, sobretudo, na morfologia.» In *Gramática da Língua Portuguesa*. Colecção Lexis, Edições 70, 1971, p. 159. Ao conjunto das línguas românicas também é comum apelidar de línguas neolatinas ou novilatinas, em função de serem provindas do latim. Todavia, ISMAEL DE LIMA COUTINHO abre um parêntese a este respeito e esclarece que: «As línguas neolatinas não se derivam directamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances*, - assim se chamavam as modificações regionais do latim -, dos quais saíram então as línguas românicas.» In *Pontos da Gramática Histórica*. 7.^a ed., Rio de Janeiro, Ao livro Técnico, S. A., 1976, p. 43.

⁶⁴ Cf. LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de Filologia Portuguesa*. Colecção Brasileira de Filologia Portuguesa, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1961, p. 154.

⁶⁵ De acordo com Serafim da Silva Neto, há que distinguir, primeiramente, entre os povos da cultura capsense e os povos da região cantábrico-pirenaica. Os primeiros estendiam-se desde o sul de Portugal e Andaluzia, até ao norte da Catalunha - destes irão nascer os Iberos, os Cónios, os Vetões, etc.; os segundos originarão os povos Vasco e Astur. Para além destes, conhece-se a influência de um povo de raiz lígure, denominado de *ambroilírio*, que terá povoado o norte de Portugal, a Galiza, as Astúrias e a parte ocidental de Leão. Cf. SERAFIM DA SILVA NETO, *História da Língua Portuguesa*. 6.^a ed., Colecção Linguagem 11, Rio de Janeiro, Dinalivro Presença, 1992, pp. 55-58.

⁶⁶ IDEM, *ibidem*, pp. 58-61.

⁶⁷ De acordo com Ivo Castro, dentro da família celta podem distinguir-se três grupos: os pré-celtas, que são mais antigos e que abarcam os ilírios, os ambrões e os lígures; os celtiberos, resultado da miscigenação de celtas com iberos; e os celtas propriamente ditos. Cf. IVO CASTRO, *Curso de História da Língua Portuguesa*, pp. 141-142.

⁶⁸ De acordo com Griera, referido por Kurt Baldinger, esta divisão deve-se ao facto de a romanização ter partido de dois centros distintos: a Bética, a Sul, e a Tarraconense, a Este. Griera avança, ainda, com uma tese de que a este eixo se deve a diferenciação linguística da Península Ibérica, com Portugal e Espanha romanizados pela Bética e a zona catalã, pelo Norte. KURT BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. 2.^a ed., (versión española de Emilio Lledo y Montserrat Macau), Madrid, Editorial Gredos, SA, 1972, p. 104-106.

Coloma Lleal também faz referência a uma política de anexação que se terá consumado com a divisão em duas províncias, Citerior e Ulterior, e cuja administração foi fortemente vinculada pela consolidação e expansão de fronteiras. O longo período de reconquista da Hispânia, que se prolongou até ao ano 19 a.C., dá provas dessa tenacidade dos romanos em propagar o império e em expandir os seus domínios. Todavia, com o fim da República, tornou-se necessário proceder a uma reorganização dos

divide a Hispânia Ulterior em duas províncias: a Lusitânia, a norte do rio Guadiana, e a Bética, a sul, tendo ficado definidas três províncias administrativas: Tarraconense, Lusitânia e Bética. Entre VII e II a.C., a Gallaecia, parte da Lusitânia a norte do rio Douro, é anexada à província Tarraconense, outrora Hispânia Citerior⁶⁹. A romanização deu-se com relativa facilidade, ainda que tenha sido um processo lento e pouco uniforme. Mesmo que a região norte tenha oferecido maior resistência do que a região sul, a verdade é que os romanos não se defrontaram com uma população unida pelos laços de uma consciência nacional, mas com tribos mais ou menos esparsas e, portanto, facilmente sujeitas à conquista e à aculturação.

Consigo trouxeram o esplendor das armas, uma cultura própria, várias técnicas laborais inovadoras e uma forte determinação em se impor. A fama e o prestígio precediam-nos e eram alvo da cobiça dos demais, mesmo aos olhos dos povos conquistados. Era um orgulho ser-se romano, imitar os seus hábitos, assimilar os seus costumes, a sua forma de pensar, de agir e de falar.

E, de facto, a sua superioridade foi igualmente extensível à língua - o latim - também este mais um elemento de assimilação e de unidade social. Ao instituir-se como língua oficial, absolutamente mais nada era escrito noutra língua e seria forçoso aos povos conquistados desenvolver a sua aprendizagem⁷⁰. Era, pois, previsível que este fenómeno conduzisse, como de facto aconteceu, à rápida propagação escrita do latim. Paralelamente, também este se tornou o idioma das escolas e estas esforçavam-se por garantir a assimilação da cultura, da tradição escrita e da mentalidade romanas. O seu prestígio demandava todos os esforços para se manter a língua pura, ou seja, para garantir a fidelidade às regras, à estética e às normas definidas. No entanto, este era um esforço infrutífero, pois a coesão linguística não era senão aparente. À medida que se expandia o latim, mais se acentuava o imenso paradoxo em que estava imerso: de um lado, o latim clássico, aquele escrupulosamente defendido pelos gramáticos, que pressupunha o contacto com a escola e que era propagado nos documentos escritos e cultos; de outro lado, o latim vulgar⁷¹, o *sermo vulgaris*, a língua popular dos

territórios: «Por una parte, se intensificó el proceso de municipalización iniciado por César, y además, basándose en la nueva división entre provincias senatoriales y provincias imperiales, se procedió a una reestructuración provincial de los territorios peninsulares. La primitiva provincia *Ulterior* fue reorganizada, de modo que la zona minera del alto Guadalquivir (en torno a Castulo) se anexionó a la *Citerior*, ahora denominada *Tarraconense*, mientras que el resto de la *Ulterior* se subdividió en dos nuevas provincias, *Baetica* y *Lusitania*. Tanto la *Tarraconense* como la *Lusitania* fueron consideradas provincias imperiales. La *Baetica*, en cambio, totalmente pacificada, quedó bajo la administración del senado, sin tropas legionarias establecidas en sus terras». COLOMA LLEAL, *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona, Barcanova Temas Universitários, 1990, p. 32. (ver também p. 31)

⁶⁹ PAUL TEYSSIER, *História da Língua Portuguesa*. Coleção “Nova Universidade”, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 3-4.

⁷⁰ Édouard Bourciez recorda-nos a importância da associação entre a língua e a comunidade de falantes que ela representa, lembrando que a expansão do latim está directamente ligada à imponência social de Roma e de tudo o que ela representa: «La diffusion d’une langue dépend en somme des succès remportés par les hommes qui la parle, et la propagation du latin se trouve en relation directe avec l’extension progressive de la puissance de Rome». ÉDOUARD BOURCIEZ, *Éléments de linguistique romane*. 4.ª ed., Paris, Klincksieck, 1946, p. 27.

⁷¹ O termo “vulgar” é, no entanto, bastante polémico, pois presta-se ao equívoco de que a língua dita “vulgar” está associada ao falar inculto ou ao falar dos incultos. Por este motivo, é conveniente substituir este termo por outros, nomeadamente, latim popular, familiar, comum ou

romanos, comum às classes baixas, transmitida oralmente e que emerge como a verdadeira fonte das línguas românicas⁷²:

É dessa língua popular (Volkssprache) que promanam os dialetos românicos, pois a língua escrita, apoiada no passado e só cultivada pelos escritores, não se prestava - pela própria natureza - à produção de novas línguas [...] A língua popular, no entanto, muito mais flexível, trazia em si o germe e a possibilidade de uma evolução determinada pelo tempo [...]⁷³

A diferenciação entre o latim clássico e o vulgar reside, primeiramente, na dependência social de cada um. Quer isto dizer que o seu distanciamento foi, antes de tudo, proporcional ao que distingue as camadas sociais a eles associadas - de um lado, a elite e, do outro, a restante camada populacional. Todavia, terá sido, talvez, esta mesma exclusividade responsável pelo destino de cada um. Na verdade, o latim clássico não era senão uma língua minoritária e, como tal, utilizada por grupos minoritários que, assim qualificados, nunca poderiam ascender a um estatuto mais lato. Ao nunca se actualizar na fala, facilmente perdeu a dinâmica e com ela a oportunidade de se difundir com as massas. Com o tempo, a distância entre eles tornou-se abissal, pois enquanto que o clássico gozava de alguma estabilidade - por estar reduzido ao registo escrito -, o vulgar caracterizava-se por uma variação cada vez mais crescente e influenciada por diversos factores de ordem social, geográfica e cultural, que combinados, acentuavam profundamente a sua falta de homogeneidade linguística⁷⁴.

protoromano. VEIKKO VÄÄNÄNEN, *Introduction au latin vulgaire*. 13.^a ed., Paris, Éditions Klincksieck, 1981, p. 3.

⁷² Para o estudo das línguas românicas toma-se como ponto de partida o latim falado durante o século I d.C. Neste momento do tempo, podemos verificar a coexistência do latim vulgar com a fase literária/escrita a que corresponde o latim clássico. Na 1.^a fase da língua latina, denominada de **pré-histórica**, não conta com o testemunho de fontes escritas, e compreende o período de tempo correspondente à implementação do povo latino no Lácio (século XII a. C.) e o século VI a. C.. A 2.^a fase, correspondente ao **latim arcaico**, divide-se num período pré-literário (entre os séculos VII-VI a. C.) e num literário (de 240 a. C. até 81 a. C.), inaugurado por Lívio Andronico. Segue-se o **latim clássico**, que se prolonga de meados do século I a. C. até à morte de Augusto. Nesta fase, o latim já revela um certo afastamento em relação à língua falada. Esta é a idade de ouro, o latim de Cícero e de Virgílio. Numa 4.^a fase, correspondente ao **latim imperial**, a qual se desenvolve entre os séculos III e IV d. C., reflecte um latim já incompreensível para os incultos. Por fim, o **latim tardio**, característico dos textos do final do império, decorreu até aos séculos VIII-IX d. C.. REINA TROCA PEREIRA, *Contributos da afixação greco-latina para a definição do valor aspectual na língua portuguesa*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003, pp. 302-304.

⁷³ SERAFIM DA SILVA NETO, *História da Língua Portuguesa*, p. 107.

⁷⁴ Tratando-se de uma língua falada, só conhecemos as características do latim vulgar através do estudo de documentos escritos que nos chegaram do período clássico. Pela comparação com este latim escrito, torna-se possível reconstruir aspectos da língua da oralidade e definir um quadro descritivo do funcionamento do sistema interno da língua vulgar. Segundo Ismael Coutinho, «os poucos informes que temos do *latim vulgar* são-nos ministrados: a) pelos trabalhos dos gramáticos, na correcção das formas errôneas usuais; b) pelas obras dos comediógrafos, quando apresentam em cena pessoas do povo, falando; c) pelas inscrições que nos legaram humildes artistas plebeus; d) pelos cochilos dos copistas; e) pelos erros ocasionais dos próprios escritores cultos, principalmente dos últimos tempos». ISMAEL DE LIMA COUTINHO, *Pontos de gramática histórica*, p. 31. A estas, Serafim da Silva Neto acrescenta o valor do *Appendix Probi*, das glossas e dos glossários. Sobre esta matéria, sugere-se também a consulta de MANUEL AUGUSTO NAIA DA SILVA, *Temas de história da língua latina*. Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 83-84.

Coloma Lleal, na tentativa de estabelecer a distinção entre o latim clássico e o vulgar, reconhece que esta não passa por uma fundamentação diastrática, nem diafásica e nem diatópica. Por um lado, o latim vulgar não possuía uma vertente de exclusividade social,

Ainda no seguimento deste raciocínio, Serafim da Silva Neto reforça a posição pouco privilegiada que o latim vulgar ocupava e aponta para a visão limitada que os gramáticos latinos tinham da língua falada, responsabilizando-os pelo pouco conhecimento que dela possuímos: «As fontes do *sermo usualis* (latim vulgar) são, infelizmente, muito escassas. E isto porque os gramáticos latinos, em vez de observá-lo e cuidadosamente estudá-lo, perseguiram-no com ódio implacável. Naquele tempo longínquo, em que a Lingüística ainda não tinha vindo demonstrar que a língua corrente é a matéria-prima de onde os artistas da palavra criam as suas obras d'arte, o *sermo cotidianus* (latim vulgar) era objecto de menoscabo e menospreço». SERAFIM DA SILVA NETO, *Fontes do latim vulgar (O Appendix Probi)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1946, p. 83.

Apesar da dificuldade em levantar os traços que diferenciam o latim clássico do latim vulgar, vamos tentar apontar alguns deles: a quantidade da vogal (breve ou longa) perdeu a função distintiva que distinguia, por exemplo, o nominativo do ablativo da primeira declinação. Este fenómeno conduziu à redução do sistema vocálico de dez (latim clássico) para sete vogais tónicas (latim vulgar). Quanto às vogais pretónicas, sabemos que não se manteve a oposição entre o grau de fechamento e de abertura das médias tónicas, o que resultou num quadro de cinco vogais pretónicas. FERNANDO TARALLO, *Tempos linguísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo, Editora Ática, 1990, pp. 94-96.

Ismael Coutinho regista, ainda, algumas alterações ao nível do sistema fonológico: a passagem de ditongos e hiatos para vogais simples (a /au/ correspondia /o/; a /ie/ correspondia /e/; a /ua/ correspondia /a/) e a variação entre /i/ e /e/, essencialmente em hiatos. ISMAEL DE LIMA COUTINHO, *Pontos de gramática histórica*, p. 32. Relativamente aos traços do sistema de consoantes do latim vulgar, o autor aponta os seguintes: a transformação ou queda de fonemas, como *justicia - iustitia*; o obscurecimento dos sons finais: *es - est*; a perda da aspiração do *h*: *omo - homo*; a desnasalação ou queda do *n* nos grupos *ns* e *nf*: *asa - ansa, costat - constat*; casos de assimilação: *isse - ipse*; prótese de um *i* nos grupos iniciais *st*, *sp*, *sc*: *istare - stare*. IDEM, *ibidem*, pp. 32-33.

Ao nível da morfossintaxe, o mesmo autor destaca as seguintes características: a redução para três declinações; a redução do número de casos para dois; a existência de alguns nomes neutros que foram absorvidos pelo masculino; a confusão entre os temas das conjugações verbais; a ocorrência de formas analíticas do comparativo e do superlativo em detrimento das sintéticas; a preferência por uma perífrase composta por *habere+inf. do verbo*, como substituta do futuro imperfeito do indicativo; o uso de perífrase para formar a passiva sintética; a regularização de alguns infinitivos irregulares; tendência para substituir o imperfeito pelo mais-que-perfeito do subjuntivo; desaparecimento do supino, do futuro do imperativo e do perfeito do infinitivo; transferência dos verbos depoentes para o grupo dos verbos activos. IDEM, *ibidem*, pp. 33-34. Sobre este assunto sugere-se a consulta de L. R. PALMER, *The latin language*. London, Bristol Classical Press, 1999, pp. 159-166. O autor reforça alguns dos pontos atrás destacados e aprofunda-os com bastante objectividade, nomeadamente ao fazer uma reflexão isolada acerca de alguns aspectos da morfologia, contemplando questões no âmbito do género, do adjetivo, do verbo, dos pronomes, do sistema de declinações e de casos.

Câmara Júnior considera o sistema consonantal relativamente simples e dele destaca a predominância de consoantes oclusivas, a existência de duas nasais, de duas constrictivas, de uma fricativa, de uma sibilante, de duas líquidas e da ocorrência de dois empregos consonânticos das vogais /i/ e /u/. CÂMARA JÚNIOR, JOSÉ MATTOSO, *História e estrutura da língua portuguesa*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1976, pp. 47-48.

L. R. Palmer é um pouco mais específico quanto às modificações do sistema de consoantes do latim vulgar. Dos seus apontamentos destacam-se, nomeadamente, a passagem do *b* intervocálico para fricativa bilabial [β], o enfraquecimento do *m* em posição final e a palatização do *g*. L. R. PALMER, *The latin language*, pp.158-159.

A sintaxe do latim vulgar oferece poucos dados, ainda que seja possível estabelecer um pequeno quadro descritivo. L. R. Palmer aponta aspectos relativos ao sistema de casos e ao funcionamento do verbo. A preposição *ad* seguida de acusativo substitui o dativo, do mesmo modo que traduz orações locativas; o verdadeiro ablativo é substituído por perífrases com *ex*, *ab* e *de*; o ablativo locativo com *in* surge em expressões de tempo; o uso de *de* com ablativo como substituto do genitivo; o supino e o gerúndio foram substituídos pelo infinitivo, embora no ablativo modal o gerúndio fosse usado em vez do participio presente; o gerúndio aparece como substituto do participio futuro passivo e também como substituto do participio presente, quando no nominativo; o participio presente e o participio futuro activo ocorrem sob a forma perífrástica; o subjunctivo é substituído pelo indicativo em várias construções; o indicativo surge em interrogativas indirectas, em orações consecutivas, depois do causal *cum* e após expressões de dúvida; o subjunctivo ocorre no lugar do acusativo e do infinitivo clássicos, em orações substantivas introduzidas por *quod*, *quoniam* e *quia*. IDEM, *ibidem*, pp. 166-168.

Ainda sobre os traços característicos do latim vulgar, recomenda-se a consulta de IVO CASTRO, *Curso de história da língua portuguesa*, pp. 104-127.

pois era falado por todas as classes sociais. No entanto, é certo que a pressão que as escolas exerciam sobre as classes mais cultas fosse no sentido de estas defenderem o uso e o prestígio do latim clássico em detrimento do vulgar. Por outro lado, não nos é possível aferir a diferenças de registo que sejam realmente significativas, no sentido de distinguir a escrita da fala, pois existem sempre vestígios de ambas. Por fim, apesar de conseguirmos estabelecer algumas diferenças de cariz geográfico, não distinguimos o latim falado no Lácio daquele que se falava nas outras províncias. Por estes motivos, a autora conclui que esta distinção se pretende mais simples:

[...] el «latín vulgar» correspondería al latín real, como lengua efectivamente actualizada por los latinos a lo largo de su historia, y que en numerosos aspectos presentaba unos usos divergentes de los que aparecen consagrados por la peculiar variante culta utilizada como modelo de la lengua literária y enseñada en las escuelas⁷⁵.

Por força destas considerações, o latim vulgar, nascido do contacto oral entre conquistadores e conquistados no século I d. C., ter-se-á transformado num fenómeno de profunda heterogeneidade, ainda que diante de uma aparente unificação. Note-se que a evolução que sofreu, pela sua forma e antecedentes, terá impulsionado uma tal diferenciação, que tão-somente o numeroso grupo das línguas românicas o pode comprovar⁷⁶. Foram peremptórios e decisivos os substratos linguísticos remanescentes em cada região conquistada. As consequências do bilinguismo terão deixado marcas, mais ou menos profundas, no desenvolvimento do latim, não obstante elas se tenham feito presentes e distintas.

Assim, às potencialidades do latim vulgar subjazem as influências dos seus substratos, uma vez que o processo de latinização se desenvolveu num ambiente de coexistência com as outras línguas já existentes na Península. O bilinguismo daqui resultante perpetua-se nos vestígios desta mestiçagem que, indubitavelmente, transformam a fisionomia de ambas as línguas envolvidas no processo. Este período de bilinguismo teve uma durabilidade muito variável, dependendo de cada caso. Todavia, diante da sobrevalorização do latim em detrimento das línguas indígenas, é ele que vai evidenciar, de forma notória, as marcas de diferenciação que, de região para região, vão particularizá-lo em função do grau de influência dos seus substratos⁷⁷.

Por outro lado, não podemos olvidar a importância da cronologia da romanização, esteja esta dependente do factor temporal ou do factor de resistência. Como é lógico, nem todas as regiões foram conquistadas em simultâneo e, naturalmente, estes intervalos de tempo criaram uma oportunidade de transformação, ou seja, se por um lado deram espaço para que o latim evoluísse, por outro, são responsáveis pelo facto de ele apresentar

⁷⁵ COLOMA LLEAL, *La formación de las lenguas romances peninsulares*, p. 51. Ver também pp.49-50.

⁷⁶ Sobre os factores de diferenciação do latim vulgar veja-se IVO CASTRO, *Curso de história da língua portuguesa*, pp. 127-151.

⁷⁷ Não dispomos de dados precisos que confirmem a duração do uso das línguas pré-romanas.

características diferentes nas várias zonas onde foi implantado. Por exemplo, as primeiras zonas romanizadas conheceram um latim diferente daquelas que foram romanizadas mais tarde, motivo pelo qual as primeiras têm mais probabilidades de conservar arcaísmos do que as segundas. Logo, o factor temporal, ao ser um condutor natural da mudança linguística, é também um forte aliado à fundamentação da heterogeneidade da língua latina e, portanto, do seu grau de diferenciação. Associado a este, e enquanto condicionador da mudança, está o grau de resistência exercido por parte dos conquistados. As zonas de intensa resistência situavam-se sobretudo na região norte, e a sua acção contribuía para manter vivas as línguas existentes, ao mesmo tempo que não permitia que o latim evoluísse à semelhança das outras regiões conquistadas.

Não menos relevante para o fenómeno da diferenciação do latim é a sua dependência de factores geográficos, na medida em que a proximidade em relação a Roma e a procedência social e regional dos colonizadores implicava um latim distinto e diversamente susceptível à evolução. Ao actuar como modelo linguístico, o latim de Roma actuava como elemento unificador. Todavia, as zonas mais afastadas da capital e de difícil comunicação com ela, acabaram por seguir a sua própria evolução, alheias, pelo menos parcialmente, às inovações da língua de Roma: «[...] con conservación de arcaísmos o, por el contrario, adopción de innovaciones desconocidas en el área central [...]»⁷⁸. Por outro lado, a origem geográfica dos colonos transfere uma carga dialectal muito específica ao latim por eles divulgado. Neste processo, mesmo a língua colonizadora acaba por adoptar alguns elementos das línguas com as quais está em contacto. O carácter inevitável desta comunhão conjuga-se com outro factor, de ordem diatrática, associado à origem social dos colonos. Este critério explica a existência de determinadas diferenciações linguísticas, nomeadamente, o facto de o estabelecimento de colónias na Bética ter favorecido a difusão de uma variante mais purista do latim⁷⁹.

Todos estes e outros factos que continuaremos a abordar terão contribuído para que o latim vulgar tomasse trilhos tão distintos e tivesse originado, não uma língua única, mas várias, as denominadas línguas românicas⁸⁰. Como afirma Serafim da Silva Neto, «A verdade é esta: cada língua românica é a continuação, é a fase atual do latim outrora falado no seu respectivo território.⁸¹» A Língua Portuguesa terá, pois, sem qualquer dúvida, sido profundamente afectada pela latina e o seu rumo não menos marcado pela herança histórica e linguística que nos deixou. Como afirma Harri Meier:

O português deriva, portanto, como as línguas românicas suas irmãs, essencialmente da linguagem falada dos últimos séculos do Império, do chamado latim vulgar: isto é um resultado irrefutável

⁷⁸ COLOMA LLEAL, *La formación de las lenguas romances peninsulares*, p. 37.

⁷⁹ IDEM, *ibidem*, pp. 43-45.

⁸⁰ A este respeito sugerimos duas leituras: IVO CASTRO, *Curso de história da língua portuguesa*, pp. 127-133; *História de Portugal*, vol. 2, Porto, Edição Monumental da Portucalense Editora, MCMXXIX, pp. 558-559.

⁸¹ SERAFIM DA SILVA NETO, *Introdução ao Estudo da Filologia Portuguesa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, pp.59-60.

das investigações filológicas do século XIX. Mas esta investigação adiantou ainda mais um passo: as estreitas relações, diz-nos ela, que ligavam as diferentes Províncias do Império pelo comércio e transportes, pela administração e educação, as fixações de colonos e as misturas de população contribuíram para que esta língua quotidiana, êste latim vulgar inundasse tôdas as particularidades idiomáticas regionais e para que a língua se unificasse em tôdas as partes do vasto Império. Da mesma maneira que uma camada de areia homogénea, também o latim vulgar cobriu todos os idiomas e dialectos locais e tôdas as tendências dialectais, e só no solo dêste idioma homogéneo se desenvolveram os particularismos das hodiernas línguas românicas⁸².

A partir do século IV d. C., com a consagração do Cristianismo, o latim vulgar conhece uma nova fase de difusão e de reunificação. A perspectiva catolicista da igreja demandava uma língua acessível ao povo e depurada do verniz que a tornava complexa para as massas. Compreende-se que os novos termos emergentes do perfil eclesiástico e das antigas versões bíblicas influenciaram a linguagem do quotidiano, conferindo-lhe uma certa acessibilidade e despreocupação gramatical, mas também unidade. Com a crescente importância social da igreja, o impacto destas transformações terá tido a extensão necessária e desejada, em cumplicidade com a doutrina espiritual que dava a conhecer, ou seja, se a princípio vestia a linguagem facilitada dos fiéis, numa fase posterior, não se manteve firme neste objectivo e distanciou-se:

Por seu lado a Igreja não deixaria, como não deixou, de imprimir o seu sêlo na fala geral. A linguagem de que ela se servia nos actos do culto, a princípio mais compreendida pela gente que a êles assistia, pelo seu conservantismo foi-se cada vez distanciando mais da que o vulgo usava, sempre em contínuo movimento, a ponto tal que por fim deixaria de ser entendida [...] ⁸³

Compreendemos melhor a importância deste fenómeno se lembrarmos que com a queda do Império Romano do Ocidente inicia a Época Medieval, e esta terá sido sustentada pelos vectores do Cristianismo e da propagação da fé cristã. A sustentabilidade social por si favorecida foi de uma firmeza inquestionável e o factor linguístico, na sua reciprocidade comunicativa, está naturalmente envolvido nesta ascensão⁸⁴.

⁸² HARRI MEIER, *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*. Separata da Revista *Biblos*, vol. XVIII, tomo II, 1943, p. 499.

⁸³ *História de Portugal*. Vol. II, Porto, Edição Monumental da Portucalense Editora, MCMXXIX., p. 559.

⁸⁴ Enquanto língua especial, o latim dos cristãos nasceu da necessidade de criar um vocabulário adequado aos interesses de um determinado grupo, neste caso, o das comunidades cristãs. No início, quando estas gozavam de um estatuto mais discreto, o latim por elas desenvolvido era quase incompreensível. Paulatinamente, com o triunfo do cristianismo, este latim começou a ganhar uma projecção cada vez maior e diferenciada da faceta inicial. Com um número de membros crescente, tratava-se, agora, de cativar o público e de lhe permitir a manipulação da linguagem utilizada e o entendimento da mensagem mais profunda. Existia, portanto, uma atitude ideológica deliberada, que levava a um afastamento em relação à língua comum. Naturalmente, daqui emerge um sistema muito próprio e coerente, que vai afectar os diferentes domínios da língua latina. L. R. Palmer faz algumas reflexões sobre o impacto deste latim sobre a língua comum, falada fora desse círculo exclusivo: «'Christian Latin' no less than 'Vulgar Latin' has been the occasion of terminological disputes. We are dealing with a particular adaptation of the Latin language to express new 'things' - objects, acts,

Após estas considerações, compreendemos que se o latim escrito se mantém como a língua da cultura, o latim falado evolui rapidamente e diversifica-se. A partir do século V (ano 409), com as invasões germânicas dos Vândalos, Alanos, Suevos e Visigodos, o quadro linguístico da Península sofre novas transformações. Os dois primeiros não assumem grande relevância, mas os Suevos e os Visigodos estabeleceram-se por muito tempo (até ao século VII). No entanto, a sua contribuição linguística foi muito reduzida e recaiu de forma negativa sobre a coesão deixada pelos romanos. Embora vencedores, estes povos não tiveram dúvidas em admitir a superioridade dos romanos e em absorver o latim como a sua língua. Com o encerramento das escolas romanas, o latim foi libertado para começar a evoluir sozinho e de forma desorganizada, pois cada tribo falava latim de maneira diferente. Com isto, rompeu-se definitivamente com a mitigada uniformidade e abriu-se, ainda mais, o caminho para a formação de línguas diferentes. Ainda assim, muitas das suas palavras foram adicionadas e influenciaram a língua predominante, o que resultou em mais um argumento para a mutabilidade do latim - o superstrato. A acção modificadora do superstrato não foi, no entanto, homogênea, pois foram vários os povos que se estabeleceram na România e, também, foram distintos os momentos da sua implementação.

Desde o século V até à chegada dos Muçulmanos, no século VIII, prepara-se a recepção do proto-romance que precede o galego-português. Perdida a unidade nacional, cada província passou a ter uma evolução à parte e a manifestar a sua própria variedade regional do latim vulgar, ou seja, o seu próprio romance, o qual irá permear a transição para o galego-português. O percurso do latim imperial vai acentuar as fronteiras linguísticas e separar os falares ibéricos ocidentais dos do centro peninsular e favorecer a emergência do galego-português⁸⁵.

Em 711, os Muçulmanos invadiram a Península e conquistaram-na rapidamente. Consigo trouxeram o Árabe como língua, o Islão como religião e toda uma influência

notions, forms of organization - and in particular to translate the Greek terms already evolved to designate these things. It need hardly be said that Christian concern with these specifically Christian things and their linguistic references to them vary in intensity and concentration from occasion to occasion. The 'Christianisms' will naturally be at their greatest density in the sacred Scriptures and the liturgical texts. Then familiarized by constant use in divine worship, Bible readings, sermons, and pastoral epistles, many of these special terms and turns of phrase passed into the common speech of the Christian communities». L. R. PALMER, *The latin language*, pp. 194-195.

Na verdade, o estudo deste latim tão específico oferece também a oportunidade de estudar as relações entre a língua e a religião, o que nos posiciona de acordo com uma abordagem social da questão. Se a língua pode oferecer recursos à expressão e à expansão de uma religião, também esta tem uma influência profunda na vida daqueles que a adoptam, sendo que estas transformações, a princípio individuais, virão a manifestar-se na língua e no colectivo dos seus utilizadores. Portanto, estamos perante a concretização de uma relação recíproca e interdependente, como explica Christine Mohrmann: «Cette langue de groupe manifeste d'une manière très claire la double influence exercée par la religion chrétienne sur le latin. D'une par les innovations sont inspirées par la nécessité de formuler l'idéologie chrétienne: ce sont ce que l'école de Nimègue appelle les éléments chrétiens directs, termes techniques, soit emprunts, soit néologismes lexicologiques, soit néologismes sémantiques qui désignent des choses ou des idées spécifiquement chrétiennes. D'autre part, il y a l'influence indirecte, résultant dès changements que la vie a subis sous l'influence du Christianisme. Elle affecte aussi bien le vocabulaire que la syntaxe, elle se manifeste aussi dans le domaine de la morphologie. L'école de Nimègue a appelé ces éléments des éléments chrétiens indirects». CHRISTINE MOHRMANN, *Études sur le latin des chrétiens*. 12.^a ed., tomo I, Roma, Edizioni di storia e letteratura, 1961, pp. 133-134.

⁸⁵ PAUL TEYSSIER, *História da língua portuguesa*, p. 11.

espelhada no seu *modus vivendi*. Apelidados de Mouros pelos Ibéricos, invadiram sem serem inteiramente invasivos, na medida em que respeitaram as leis, a religião e os costumes do povo residente. Todavia, também implementaram as suas próprias tradições, língua e hábitos de vida, ainda que o tenham feito com alguma reserva e afastamento, o qual não poderia perdurar por muito tempo, por força das influências que, paulatinamente, reflectiam os traços da miscigenação.

Como traço de união entre as duas culturas estava o moçarabe ou o romance moçarábico, língua falada pelos habitantes dos territórios ocupados e dominados pelos árabes. De acordo com Serafim da Silva Neto, a Beira seria a região em que os árabes teriam constituído o seu maior núcleo e procurado conservar, longa e intensamente, os seus romances, contribuindo para limitar a evolução linguística desta zona⁸⁶. O moçarabe era uma língua oral, falada, não escrita. Podemos vislumbrá-la através da literatura oral recolhida nas *hardjas*⁸⁷, cujos traços encontramos mais tarde na lírica galaico-portuguesa.

A região da Gallaecia, a norte do Douro (Galiza, Minho, Trás-os-Montes, Astúrias e Leão), manteve-se quase intransponível para os muçulmanos e à medida que os romances do Sul, já cimentados e estagnados, mostravam a face dos conquistadores, o Norte resistia e por si desenvolvia um tipo linguístico diferente deste romance do Sul. Com a Reconquista, a forte ofensiva nortenha na caça ao infiel terá aniquilado por completo este romance⁸⁸.

Durante os três séculos que constituem a defensiva (de 720 a 1002), o domínio era inteiramente muçulmano, ainda que o reino das Astúrias fosse para eles intransponível. Este reino, que paulatinamente se foi expandindo, veio a transformar-se no reino de Leão, dentro do qual se formou Portugal. Este, outrora condado em expansão, insurgia-se na luta contra o infiel e afirmava já uma independência que viria a concretizar. No espaço de tempo que medeia a defensiva e a reconquista propriamente dita, fecha-se o cerco e repelem-se os mouros para Sul, com as contínuas vitórias dos cristãos. O período de tempo de 1045 até 1250 marca a Reconquista, assinalada pelo recuo dos muçulmanos e pelas consequentes mudanças políticas, territoriais e linguísticas:

É que, por volta de 1095, D. Afonso VI destaca da monarquia leonesa o *condado portucalense* - trato de terra que se estendia, de fato, do Minho ao Mondego, e, de direito, do primeiro desses rios ao Tejo - e o entrega ao Conde D. Henrique, de Borgonha⁸⁹.

É pois, no início do século XI, que D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, concede a D. Henrique de Borgonha, seu genro, o Condado Portucalense como recompensa pelo seu auxílio na luta contra os muçulmanos. Este condado agrupava os territórios de Portucale e de

⁸⁶ SERAFIM DA SILVA NETO, *História da Língua Portuguesa*, p. 337.

⁸⁷ As *hardjas*, também denominadas de *carjas* ou *jarchas*, são estrofes de 2, 3 ou 4 versos que servem de remate à *muaxaha* (composição poética típica dos séculos XI, XII e XIII) e que são escritas em moçarabe ou em árabe vulgar. In *Dicionário de literatura* (Direcção de Jacinto do Prado Coelho), 1.º e 2.º vol., Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994, p. 153 e p. 676 (respectivamente).

⁸⁸ SERAFIM DA SILVA NETO, *História da Língua Portuguesa*, pp. 344-345.

⁸⁹ IDEM, *ibidem*, p. 361.

Coimbra e fazia fronteira com a Galiza, ofertada a D. Raimundo, o outro genro do rei. A fronteira entre os dois, o rio Minho, ainda respeitava uma antiga divisão romana.

Para além desta oferta, também D. Afonso VI cedera a mão de sua filha, D. Teresa, a D. Henrique. Desta união nasceu um filho, D. Afonso Henriques, que terá sido responsável pela formação do reino independente de Portugal. Encorajado por uma pequena aristocracia, D. Afonso Henriques irá reclamar a autonomia do condado portugalense que se encontrava demasiado ligado à Galiza, por preferência de sua mãe. Opondo-se a ela, ascende ao governo do condado no ano de 1128, após a Batalha de S. Mamede, marco que consagra a fundação da nação portuguesa. Com a declaração definitiva da independência de Portugal no ano de 1143, estava dado o passo no intento de resgatar a unidade entre o Norte e o Sul e restabelecer a sua língua de direito.

Dentro destes limites geográficos, que jamais serão suficientes para traçar a personalidade do país, nasceu Portugal. O seu alargamento, essencialmente em direcção ao Sul, estabelecerá um novo e posterior ajustamento populacional e, naturalmente, uma nova linha fronteiriça que cada vez mais aproximava o Atlântico do Mediterrâneo. Deste cruzamento entre o Norte e o Sul rompe o caminho de encontro à unidade da nação.

À medida que a Reconquista avança, delinea-se, também, um novo espaço territorial, resultante de novas movimentações populacionais. Este traçado vai reflectir-se na forma como a língua se vai manifestar em cada região. A Norte, por exemplo, apesar de imposta uma fronteira política, a população reunia características estáveis e antigas que não foi possível quebrar, pelo que apresenta grande resistência a qualquer tipo de inovação. Por este motivo, há uma tendência conservadora que se manifesta na sobrevivência de tipos lexicais arcaicos e de certa continuidade entre os dialectos galegos e os portugueses setentrionais: conservação da africada /tʃ/ correspondente à grafia <ch>, oposta à fricativa /ʃ/, grafada <x>; conservação da sibilante apical, conhecida como o “s” beirão; conservação dos ditongos /ow/ e /ej/ e betacismo, que consiste na indistinção b/v. O Centro e o Sul, pela sua localização geográfica, recebiam um fluxo migratório bastante significativo e, por força disso, eram objecto de uma política sistemática de repovoamento que terá exarado uma variedade linguística bastante diversificada. Por este motivo, esta região manifesta traços de maior inovação linguística e de tendência homogeneizante⁹⁰.

Assim constituído Portugal, encontra-se a língua num momento de viragem entre a fase proto-histórica e a fase histórica. Com início no século IX, o período proto-histórico caracteriza-se pelo surgimento de textos em latim bárbaro⁹¹, mas dentro dos quais podemos vislumbrar ocasionalmente palavras portuguesas. Ainda que não fosse escrito, o português, ou melhor, o galego-português já se falava. A partir do século XII inicia-se o período histórico da língua, em que os textos já aparecem redigidos em *português*. Para trás ficou a fase pré-

⁹⁰ ESPERANÇA CARDEIRA, *O essencial sobre a história do português*. Lisboa, Editorial Caminho, Faculdade de Letras de Lisboa, 2006, pp. 42-43.

⁹¹ De acordo com FERNANDO PEIXOTO DA FONSECA, entende-se por latim bárbaro aquele que manifesta a assimilação de formas latinas com formas romances. In *Noções de história da língua portuguesa*, p. 29.

histórica, com início no século I e prolongando-se até ao século IX, essencialmente caracterizada por falta de documentação e apenas passível de descrição por dedução.

Como vimos anteriormente, os romances do Norte absorveram por completo os romances moçarabes do Sul. Tendo os primeiros sobrevivido, quase que totalmente à influência árabe, viriam a culminar, entre os séculos IX e XII, na ascensão de três línguas diferentes: o galego-português, o castelhano e o catalão, as quais, por sua vez, caminharam conjuntamente em direcção ao Sul, por força da Reconquista. Neste período de notória heterogeneidade entre os romances peninsulares, acentuam-se as problemáticas entre a língua oral e a língua escrita, em que, por oposição ao romance, se conservava ainda o carácter oficial do latim para a escrita. É durante este período de convivência entre os dois, mais precisamente no século IX, que surge o primeiro documento em romance, *Serments de Strasbourg*⁹².

Todavia, foi a Norte do rio Douro, em território já separado de Leão e da Galiza, que nasceu a língua galego-portuguesa, a qual gradualmente foi conquistando o Centro e o Sul do país (onde se falavam dialectos moçarabes) e adoptando novas feições até se diferenciar suficientemente do galego para se transformar no português⁹³. Ramón Lorenzo avança em defesa da individualidade do galego, lembrando que a Galiza foi sempre território de falantes do galego e não do galego-português. Esta seria, pois, uma língua nova de raiz galega, cuja transformação ou formação terá sido motivada pelo nascimento de um território novo que necessitava de se diferenciar linguisticamente:

A separación política no século XI fixo que a Galicia do Sur se fixese independente e que os galegos do Sur pasasen a chamarse portugueses. Debido a isto, andando o tempo os portugueses pasaron a chamarlle á súa lingua portugués, desligándoa cada vez mais do galego. Quere isto dicir que nós en Galicia sempre falamos galego e que os heterodoxos neste caso foron os portugueses, que, porque lles deu a gana e por ser un país independente, decidiron chamarlle á súa lingua co nome do novo país⁹⁴.

Ivo Castro concorda que o português terá, de facto, tido descendência no latim dos galegos e reforça o impacto desta influência no destino dos romances peninsulares:

Evidentemente, o portugués non naceu asemade en todo o enorme conxunto de territorios que ocupa hoxe en día, sénon nun pequeno recanto do noroeste da Península Ibérica, mostrando sem dúbida tendencias de expansión cara ao sur. Naceu naquilo que Joseph Piel chamaba a Galécia Magna, denominación que abranguí a actual Galicia, o norte de Portugal e un pouco das Asturias. Non naceu, como pensaban Alexandre Herculano e Leite de Vasconcelos, no centro de Portugal; non é unha lingua que descende do latín dos lusitanos, sénon dos galegos. Por isso, é xusto darlle como berce

⁹² Cf. JAIME FERREIRA DA SILVA; PAULO OSÓRIO, *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*. Chamusca, Edições Cosmos, 2008, p. 32.

⁹³ Cf. PAUL TEYSSIER, *História da Língua Portuguesa*, pp. 5-7.

⁹⁴ RAMÓN LORENZO, *Reflexións crítico-eruditas e sentimentais sobre a lingua*. Real Academia Galega, A Coruña, 1999, p. 30.

simbólico Santiago de Compostela, aínda que fose mais largo e diferenciado o espazo en que dúas consoantes dentais, [l] e [n], se mostraron particularmente débiles en posición intervocálica e sufriron síncope; ao tratarse de dous sons moi frecuentes, un gran número de vocábulos víronse afectados por esa síncope, que tivo consecuencias colaterais nos encontros vocálicos, na estrutura silábica e nas distincións morfolóxicas. Estes fenómenos, unidos a outros de base fonolóxica, foron suficientes para condicionar a evolución futura do romance do noroeste peninsular, ao cal contribuíron a distinguir dos romances do centro e do sur da Península Ibérica⁹⁵.

Naturalmente que a evolución dos romances peninsulares (setentrionais e centro-meridionais) terá sido condicionada por factores de ordem lingüística e também extra-lingüística. A proximidade geográfica com a norma conferiu características ao romance centro-meridional que não vamos encontrar no romance setentrional, que se destaca pela proximidade com os dialectos galegos. Deste modo, o tipo e o grau de influência são diferentes, apesar da coesão que destacava o galego-português relativamente ao conjunto das línguas românicas:

Entre galego e português, a continuidade lingüística reflecte as comuns raízes históricas. Por isso se pode identificar esta unidade, o domínio lingüístico galego-português, com base em dois ou três traços: quer o português quer o galego se diferenciam de todos os outros domínios românicos pela palatalização dos grupos latinos iniciais PL, CL e FL em [tʃ], pela síncope de N e L latinos intervocálicos e pelas vogais abertas resultantes das breves latinas Ĕ e Ğ. E é também por isso que os dialectos setentrionais portugueses são, de algum modo, a continuação dos dialectos galegos e se distinguem tão claramente de uma área de dialectos centro-meridionais, mais homogénea e inovadora, em que se elaborou a norma do português⁹⁶.

De acordo com os estudos de Clarinda Maia, os traços distintivos do primitivo galego-português de finais do século XII ou princípios do século XIII são já visíveis nos textos escritos deste período e apresentam aspectos igualmente conservadores e inovadores:

[...] na conservação de F- inicial latino (FILIU- → *filho*; FARINA- → *farĩa* → *farinha*, etc.), na conservação da sequência latina -MB- (cf. *chumbo*, *pomba*, em contraste com o cast. *plomo*, *paloma*, etc.), na ausência de ditongação de /q/ /ɛ/, historicamente provenientes de /Ŏ/ e /Ĕ/ do latim clássico (cf. *porta*, *pé*, em face do castelhana *puerta*, *pié*), na conservação dos ditongos decrescentes *ou* e *ei* (*ouro*, *Janeiro*), ou, ainda, no tratamento do grupo -KT- (cf. *noite*, *oito*, em contraste com as formas castelhanas *noche*, *ocho*). [...] a síncope de -L- e -N- intervocálicos (cf. MALU-

⁹⁵ IVO CASTRO, *Galicia no espazo cultural e simbólico da Lusofonia*. In *Sociedades plurilingües: da identidade á diversidade*. Santiago de Compostela, Ed. H. Monteagudo, Consello da Cultura Galega, 2008, pp. 222-223.

⁹⁶ ESPERANÇA CARDEIRA; MARIA ALICE FERNANDES, *O português medieval: koinização e elaboração*. In *Veredas* (Revista da Associação Internacional de Lusitanistas), vol. 9, Porto Alegre, 2008, p. 156.

→ *mau*, MANU- → *mão*; LUNA- → *lúa* → *lua*), a palatização dos grupos PL-, KL-, e FL- em /č/ (cf. PLUUIA- → *chuvia* (arc.) → *chuiva* (arc.) → *chuva*; CLAMARE → *chamar*; FLAMMA- → *chama*) e a redução de *m'n* secundário a -*m*- (cf. HOMINE- → *hom'ne* → *ome* (arc. e pop.)⁹⁷.

A comprovar a expansão literária da língua e a sobrevalorização relativamente ao latim, que já a partir do século IX mostrava uma redacção muito discrepante, estão os primeiros textos escritos em português (ou galego-português), cujos registos iniciais se acreditava datarem do século XIII. Até muito recentemente, cabia à *Notícia de Torto* - um rascunho redigido em português arcaico, sem data exacta de elaboração, mas com caracteres paleográficos e marcas linguísticas que permitem situá-lo nos finais do século XII ou nos princípios do século XIII, com acribia antes de 1211,- e ao *Testamento de Afonso II* (1214), o título de textos não-literários mais antigos de redacção portuguesa⁹⁸. Todavia, estudos recentes nesta matéria vêm colocar em questão este saber e levam a debate a possibilidade de situar antes do ano de 1175, provavelmente ainda antes de 1173, o texto mais antigo escrito em galego-português. Cabe a José António Souto Cabo⁹⁹ o mérito da descoberta (e da polémica) em torno deste documento, que se encontrava na Torre no Tombo, em Lisboa, e cujo conteúdo descreve um pacto de não agressão formalizado por dois irmãos: Gomes e Ramiro Pais. A importância deste texto obriga, naturalmente, a uma avaliação rigorosa que tenha por objectivo confirmar a sua fiabilidade dentro dos estudos de ordem histórico-linguística. Tal exame encontra-se em progresso e só depois de ultrapassar as conjecturas e comprovar a sua validade é que o Pacto dos irmãos Pais poderá reivindicar o título de texto mais antigo. Por agora, podemos apenas ansiar pelo seu impacto e pelo enriquecimento que trará à História da Língua Portuguesa.

É por volta do ano de 1350, portanto século XIV, que se extingue a escola literária galego-portuguesa típica da lírica dos cancioneiros e o português se assume totalmente diferenciado do galego. Nesta altura começa a desenvolver-se a prosa artística, mas é no século XV que ela se aperfeiçoa, essencialmente durante os reinados dos primeiros monarcas da Dinastia de Avis e das suas acções em prol da cultura e da expansão da língua portuguesa, que terão contribuído para a sua maturidade. Para além disso, foram de sumária importância

⁹⁷ CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *O galego-português medieval: sua especificidade no contexto dos romances peninsulares e futura diferenciação do galego e do português*, pp. 7-8.

⁹⁸ Como o confirmam as palavras de LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA: «Les seuls textes portugais qu'on peut considérer comme les plus anciens - ainsi que l'analyse de l'écriture nous l'a indiqué au cours de cette même vérification faite en équipe - sont donc la charte privée, *Notícia de Torto* (d'avant 1211: l'écriture pourrait appartenir à la fin du XIIe siècle) et le *Testament d'Alphonse II*, charte royale dont l'écriture est semblable à celle du seul livre qu'on conserve de la chancellerie de ce même roi.» Transcrito de LUÍS FILIPE LINDLEY CINTRA, *Les anciens textes portugais non littéraires. Apport des anciens textes romans non littéraires à la connaissance de la langue du Moyen Age*. (Colloque organisé par le Centre de Philologie Romane de Strasbourg, du 30 Janvier au 4 Février 1961). Sep. da *Revue de Linguistique Romane*, tomo XXVII (1963), pp. 45-57. In EVENILDA PEREIRA DA SILVA VERDELHO, *Aspectos da História da Língua Portuguesa* (Sumários e bibliografias de cinco lições; textos dos sécs. X-XVI; páginas de consulta). Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, L Curso de férias, 1974, p. 87.

⁹⁹ Disponível no *Portal Galego da Língua*, ano VI, época 2007/08, em: www.agal-gz.org. Acesso a 30 de Outubro de 2010.

a centralização política no eixo Coimbra-Lisboa e a decisão de D. Dinis em tornar o português língua oficial. Como afirma Francisco da Silva Bueno:

[...] somente do séc. XV em diante, estendendo-se Portugal para o sul até Algarves, assimilando os moçarabes, pondo Lisboa por capital, é que a expressão se torna portuguesa, lusa, não só por ser a língua de um estado, de uma Nação, mas sobretudo porque os seus fenómenos característicos já de tal modo se acentuaram que não podem mais ser confundidos com os do galego¹⁰⁰.

Assim formado este novo eixo centro-meridional, a Corte de Avis irá absorver as distintas áreas dialectais e abandonar as antigas tendências regionais do Norte, traçando o novo modelo linguístico responsável pela unificação e normalização da língua. De acordo com Clarinda de Azevedo Maia, no século XV, a língua da Galiza e a de Portugal já devia ser bem distinta, pois a evolução verificada em cada uma delas era já bem intensa e divergente, apresentando traços linguísticos diferenciadores. Naturalmente, dentro do espaço geográfico do galego-português ocorreu o fenómeno da variação e da evolução interna da língua:

Ao mesmo tempo que determinam destinos históricos diferentes para os territórios situados a norte e a sul do Minho, esses acontecimentos [políticos e históricos] condicionam e explicam uma evolução interna diferenciada das duas variantes dialectais do primitivo galego-português, as quais acabam por constituir duas línguas diferentes, ainda que ligadas por estreitos laços de parentesco¹⁰¹.

Assim, este período, já nitidamente português, marca a segunda etapa do português arcaico, a qual a autora denominou de arcaica média. Esta caracteriza-se essencialmente por um momento de transição e de decisão entre as formas do período anterior - o galego-português - e as da nova fase clássica. Situa-se nos finais do século XIV e no decorrer do século XV, perdurando até às primeiras décadas do século XVI, onde dará lugar à era moderna¹⁰².

Ainda de acordo com as considerações da autora, é essencialmente entre o século XIV e XV que se detectam particularidades distintivas entre o galego e o português, nomeadamente ao nível do ensurdecimento de alguns fonemas (*Tereixa, sexa, Toxal, facendo, diçen, noçes, fazer*, etc.), na formação do plural dos nomes terminados em <-l> e dos que representam palavras latinas terminadas em <-one>; na assimilação de duas vogais

¹⁰⁰ Transcrito de FRANCISCO DA SILVEIRA BUENO, *A Formação histórica da língua portuguesa*. 3.ª ed., São Paulo, Edição Saraiva, 1967, pp. 39-40. In EVENILDA PEREIRA DA SILVA VERDELHO, *Aspectos da História da Língua Portuguesa*, pp. 68-69.

¹⁰¹ CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *O galego-português medieval: sua especificidade no contexto dos romances peninsulares e futura diferenciação do galego e do português*, p. 14.

¹⁰² CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *História da Língua Portuguesa. Guia de estudo*, pp. 77-79.

em hiato (*Triigáás* (século XIII); *formáás* (século XV); *rrayaas* (século XV); *puçaas* (século XV)) e na formação do plural dos nomes terminados em <-ol>: *lenzóós*, *fazeyróós*¹⁰³.

A partir do século XV, e embora D. Dinis tivesse decretado o português como língua oficial, a língua de ensino era ainda o latim, e era este o modelo linguístico de referência. Ora, naturalmente que a língua medieval não dava resposta a todas as necessidades linguísticas que, a passo acelerado, despoletavam em resultado de uma nova mentalidade social. Então, à falta de vocabulário português, recorre-se novamente ao latim, pois era ele a fonte que podia enriquecer o léxico e colmatar as lacunas da linguagem vulgar. Daqui resultou a reintrodução de latinismos na expressão de neologismos, estes necessariamente transformados pela evolução fonética e já apresentando uma feição mais modernizada e portuguesa.

É justamente dentro destas fronteiras linguístico-temporais que podemos localizar a composição do *LC* do rei D. Duarte. O nosso interesse centra-se, agora, numa descrição deste período, com vista à busca de argumentos que sustentem a análise sincrónica do *corpus* e que a projectem, com maior segurança, dentro das oscilações da dialéctica histórica.

¹⁰³ CLARINDA DE AZEVEDO MAIA, *O galego-português medieval: sua especificidade no contexto dos romances peninsulares e futura diferenciação do galego e do português*, pp. 9-10.

2. A influência da corte na definição da norma linguística

O século XV é um período histórico-linguístico particularmente favorável à mudança, pois delimita o momento de transição entre a Idade Média e os alvares da Modernidade. A passagem de um para o outro foi paulatina - tanto linguística como socialmente - e, por esse motivo, encontramos registos escritos desta época que evidenciam a coexistência entre formas antigas e novas (que rivalizam), bem como o conflito que antecede a adopção definitiva de algumas variantes inovadoras. É, portanto, um período que manifesta uma forte tendência para a mudança e, como tal, crítico no que concerne a elaboração da língua portuguesa.

Foi determinante o protagonismo da geração de Avis na afirmação de uma cultura e de uma língua de identidade nacional, como o admite Ivo Castro:

Mesmo sem partilhar de uma visão heróica da história, é de reconhecer que os infantes de Avis, os seus colaboradores e os seus contemporâneos, foram os grandes elaboradores da língua portuguesa do século XV, pese embora à arraia miúda e aos que têm uma visão épica da história¹⁰⁴.

O facto é que a nova realidade de Portugal demandava uma língua emancipada e, portanto, afastada da norma literária do século XIII e da sua proximidade ao galego. Como consequência, o domínio linguístico galego-português começa a perder força e a registar alguma flutuação, pelo que a separação entre o galego e o português acaba por se tornar iminente. Desta separação decorre a individualização de cada uma delas e, naturalmente, as duas línguas tomarão rumos linguísticos diferentes. Estamos, assim, diante de um momento de renovação (mudança) linguística.

Para além do protagonismo político, os príncipes de Avis desfrutavam de uma imagem polida e apreciada. A dinâmica governativa que os caracterizava e o empenho notoriamente pessoal que colocavam nas suas empresas materializava o simbolismo messiânico que nasceu com D. João I. A visão futurista que sempre os acompanhou colocou-os num patamar de prestígio revolucionário, não apenas pela força das armas, mas também pela força da razão. Neste último aspecto, reside a orientação de um espírito aberto ao pensamento moderno.

¹⁰⁴ IVO CASTRO, *A elaboração da língua portuguesa, no tempo do infante D. Pedro*. In *Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro* (25 a 27 de Novembro de 1992), pp. 105-106.

Dentro deste renovado projecto de Portugal, situa-se a língua numa nova fase histórica e linguística, ambas enformadas pelas circunstâncias que decorrem da nova mentalidade. A separação política com Castela, a fixação definitiva das fronteiras portuguesas e do novo eixo político, bem como o início da expansão e a ascensão de uma nova classe política vêm agitar convencionalismos e criar uma relação, de facto, entre língua e nação.

Definido um novo espaço como área de difusão cultural e linguística (eixo Coimbra/Lisboa, com a corte fixada em Lisboa), estava convencionada a fonte de todas as inovações. O Centro, outrora em Guimarães, desloca-se para o Sul, zona de tradições lusitano-moçárabes. Os novos dialectos falados na região de Lisboa ultrapassam aqueles falados no Norte e vão constituir a base que conduzirá à consolidação interna de uma norma de características meridionais. Quase que em simultâneo, a língua expande, a grande velocidade, para além das fronteiras da Europa. É, pois, neste novo eixo geográfico que se vai situar a corte e o falar da mesma, que têm um papel de relevo na fixação da norma culta que servisse de modelo a todo o país:

É este prestígio da norma linguística situada no eixo de Lisboa-Coimbra que explica o desaparecimento do [ʃ] e do [ʒ] de articulação ápico-alveolar, típica do português do Norte (e do castelhano), em favor do sêsseio (ou seja, da articulação predorsodental destas sibilantes, como [s], [z]), típico do Sul¹⁰⁵.

Esperança Cardeira observa, com relevância, que as circunstâncias históricas que deslocaram a corte para Sul e toda a reestruturação social que esse facto estimulou, determinaram uma nova hierarquização das variantes linguísticas. A autora aventa que a norma linguística funda-se nos dialectos centro-meridionais, cujo processo de selecção e aceitação por parte dos falantes se deve à sua associação à nova classe e, também, ao prestígio do novo espaço político-geográfico:

Parece-me importante salientar esta nova hierarquização, em que as variantes setentrionais ficam negativamente valorizadas, uma vez que o afastamento do português da corte em relação às variantes setentrionais será, simultaneamente, um afastamento em relação a uma tradição galaico-portuguesa. O dialecto que virá a percorrer o caminho da estandardização será não aquele em que foram escritos os cancioneiros, mas este que se enraíza numa tradição de miscigenação cultural e linguística¹⁰⁶.

Foi, portanto, neste novo eixo centro-meridional que se desenvolveu a cultura e a língua portuguesas, sendo que a corte assume um papel de relevo não só na construção da língua nacional, agora vista como instrumento de consolidação, como na criação de uma norma culta e modernizada. A nova elite, portanto, responsável pela padronização da língua é

¹⁰⁵ JAIME FERREIRA DA SILVA; PAULO OSÓRIO, *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*, p. 62.

¹⁰⁶ ESPERANÇA CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005, p. 51.

igualmente responsável pela unidade e coesão do território. Esta fase de transição, rica pelas possibilidades de variação que precedem a mudança linguística, coloca a língua num patamar de afirmação e de independência relativamente ao português antigo e aos idiomas seus vizinhos, conferindo-lhe, assim, uma intensa dinâmica sedenta de renovação. Nesta fase de adequação entre todos os agentes, linguísticos e sociais, caminha-se para a diferenciação dialectal e para o monolinguismo. A língua encontrava-se, agora, num momento de elaboração rumo à unificação de um idioma nacional.

Convém lembrar que Portugal sempre lidou muito bem com a diversidade linguística, apesar desta orientação para se tornar num país monolíngue. O plurilinguismo nunca foi um inconveniente à ascensão do país ao estatuto de nação política. Desde o celta ao árabe, do latim ao romance e ao galego-português, Portugal manteve sempre contacto com mais de uma língua no seu território. Mas à medida que crescia a consciência de uma identidade nacional, também o português se ia consolidando. D. Dinis terá tido uma responsabilidade acrescida neste processo ao decretar que toda a documentação oficial passaria a escrever-se em português e não em latim. É a partir do séc. XIV que assistimos às primeiras grandes compilações da cultura nacional, tanto poéticas como cronísticas ou historiográficas. Mas foi com o Mestre de Avis, D. João I, que se conseguiu um estado social e político em harmonia com a língua e com a cultura do país. D. João começou por ordenar a tradução de obras religiosas, com a intenção de que todos pudessem compreender a mensagem que emanava dos textos:

Tratava-se de operar uma tradução com uma eminente preocupação prática social. A compreensão do livro religioso pressupunha a opção pelo sistema morfológico e sintáctico português. A esta valorização da língua materna do monarca não deverá ser estranha a realidade plurilinguística que se verificava na sua corte. A corte régia portuguesa, refira-se, sempre esteve aberta à realidade multilingue ibérica e languedociana: o leonês, o castelhano, o catalão a «*langue d'Oc*» eram idiomas perceptíveis nela¹⁰⁷.

Ao ser bem sucedido neste intento, desencadeia uma sucessão de acontecimentos que vão acompanhar esta evolução, nomeadamente o crescimento substancial do número de traduções em português e a projecção das bibliotecas monásticas que começaram a ser visitadas com regularidade por vários tipos de leitores. Estava, assim, plantada a semente. E cada avanço correspondia a mais uma gota de água a alimentá-la. Dando ele próprio vários contributos para a literatura, soube também incutir este prazer nos seus filhos. D. Duarte e D. Pedro merecem algum destaque nesta matéria, pois terão sido protagonistas de várias obras originais e de tradução e terão cultivado, com igual esmero, a expansão da língua portuguesa dentro e fora de Portugal. D. Duarte traçou algumas considerações relativas a esta temática da tradução no *LC*. Nelas partilha o quanto estava consciente da importância deste

¹⁰⁷ SAUL ANTÓNIO GOMES, *As políticas culturais de tradução na corte no século XV*. In *Cahiers D'Études Hispaniques Médiévales*, n.º 33, 2010, pp. 175-176.

procedimento, bem como das consequências, tanto presentes como futuras, do tratamento errado dos dados. Por este motivo, frisa a necessidade de terem de ser respeitadas determinadas condições:

Porque muitos que som leterados nom sabem treladar bem de latim em linguagem, pensei escrever estes avisamentos pera elo necessarios.

Primeiro, conhecer bem a sentença do que ha-de tornar, e poêla enteiramente, nom mudando, acrecentando, nem mingundo algũa cousa do que está scripto.

O segundo, que nom ponha palavras latinadas nem doutra linguagem, mas todo seja em nosso linguagem scripto, mais aconchegadamente ao geeral boo costume de nosso falar que se pode fazer.

O terceiro, que sempre se ponham palavras que sejam direita linguagem, respondentes ao latim, nom mudando ãas por outras, assi que onde el disser per latim «scorregar», nom ponha «afastar», e assi em outras semelhantes, entendendo que tanto monta ãa como a outra; porque grande deferença faz, pera se bem entender, seerem estas palavras propriamente scriptas.

O quarto, que nom ponha palavras que segundo o nosso costume de falar sejam havidas por desonestas.

O quinto, que guarde aquela ordem que igualmente deve guardar em qualquer outra cousa que se screver deva, scilicet que screva cousas de boa sustancia, claramente, pera bem se poder entender, e fremoso o mais que ele poder, e curtamente quanto / for necessario. E pera esto aproveita muito parragrafar e apontar bem. Se ùu razoar, tornando de latim em linguagem, e outro screver, achará melhora de todo juntamente per ùu seer feito¹⁰⁸.

Na verdade, no acto da tradução os príncipes encontravam mais uma forma de servir a nação e de intensificar o uso da língua vernácula. Tratava-se, pois, de «um acto de sublime amor pelas *humaniores litterae*, quanto um serviço à «*res publica*», aos portugueses, cuja língua pátria, por viva, suplantava o latim dos antigos autores»¹⁰⁹. Ainda que o latim mantivesse um lugar de prestígio, era seu objectivo claro fazer circular uma escrita comum a todos e incentivar o seu uso em todas as esferas da sociedade, a começar pela corte. Posicionada em Lisboa, coube-lhe (à corte) o privilégio de ser o berço destas transformações e de ser pioneira no contributo para a expressão da língua portuguesa enquanto veículo de informação e de instrução. A advogar esta afirmação, estão as palavras de Leandro Teodoro, que deixam bem clara a linha que une a língua à política e à história social:

No século XV, em Portugal, a concentração dos poderes administrativos nas ações da dinastia de Avis e a dispersão da fé cristã pelo território português fizeram com que o poder régio tivesse a sua eficiência confirmada no uso da língua vernácula, bem como na própria disseminação de preceitos religiosos cristãos¹¹⁰.

¹⁰⁸ MARIA HELENA LOPES DE CASTRO, *Dom Duarte. Leal Conselheiro*. Cap. LRIX, p. 363.

¹⁰⁹ SAUL ANTÔNIO GOMES, *As políticas culturais de tradução na corte no século XV*, p. 180.

¹¹⁰ LEANDRO ALVES TEODORO, *A escrita da história na Corte dos reis de Avis*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: *Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP - USP, São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, p.3.

Quando escreveu o *LC*, D. Duarte não se preocupou com o esmero linguístico. Ele próprio afirma, no *Prólogo*, ter por intenção o entendimento das suas palavras, mais do que o exemplo literário. Todavia, reconhecemos nele uma formação aprimorada e acrescida das influências marcantes da época. Por este motivo, não é de todo absurdo encontrar no seu discurso algumas tendências que o afastem dos hábitos linguísticos do povo. Ainda assim, duvidamos que o seu comportamento linguístico se distancie sobremaneira da norma da restante comunidade, exceptuando no recurso aos latinismos tão em voga na época e no rigor ortográfico. Na verdade, o texto de D. Duarte reclama para si o privilégio da sua abundância textual, do seu enquadramento cronológico e do seu potencial linguístico, dentro de um envolvimento social riquíssimo e a transbordar prosperidade. Conta, ainda, com a vantagem de ser um único manuscrito de origem portuguesa e, portanto, livre das influências dos tradutores e das orientações particulares dos *scriptoria*.

Frente aos nossos objectivos, é com segurança que extraímos do texto do *LC* dados que irão testemunhar uma aproximação sintáctica à realidade da língua do período arcaico médio; que poderão corroborar com algumas delimitações cronológicas da história da língua; que conduzirão à distinção de sinais de mudanças linguísticas que ocorreram na época. Simultaneamente, também ambicionamos colaborar na compreensão de certos fenómenos relativos a sincronias do português; valorizar a expansão diacrónica dos mesmos e, cumulativamente, revalidar os contornos histórico-sociais da época.

3. Os vectores linguísticos do português arcaico (médio)

No ponto 2 do Capítulo I, pudemos traçar os limites *a quo* e *ad quem* do manuscrito do *LC*. Esclarecemos, imparcialmente, que as fronteiras delimitadas se situam no intervalo de tempo que vai de 1428 a 1438. Aceitando que o limite *ad quem* apresente alguma variação, a qual será mínima, tal não irá afectar o nosso julgamento, nem tão-somente os objectivos de enquadramento que nos propomos conseguir.

Sem necessidade de nos debatermos com a questão da periodização linguística, podemos situar, sem qualquer tipo de controvérsia, a composição do *LC* no período arcaico da língua portuguesa. Todavia, as fronteiras que demarcam o início e o final desta fase podem apresentar algumas variações, em função da perspectiva diferenciada dos vários estudiosos que se debruçaram sobre este assunto, bem como dos seus fundamentos linguísticos e extralinguísticos.

Porém, a falta de homogeneidade dentro das balizas cronológicas da língua torna-se mais proeminente, quando nos defrontamos com a necessidade de subdividir este longo período que é o arcaico. Na verdade, nem os limites temporais que correspondem à 2.^a sincronia do português arcaico, nem os termos seleccionados para a identificar, são sempre uniformes. A nossa apreciação leva-nos a valorizar algumas propostas como a de Clarinda de Azevedo Maia, como já referido anteriormente, que dividiu o período arcaico em duas fases: a do *galego-português* e a do português *arcaico médio* (de finais do século XIV até inícios do século XVI), situando-se o nosso estudo neste último estágio. Dentro da mesma sintonia argumentativa, Evanildo Bechara define a fase *arcaica média* para todo o século XV e a primeira metade do século XVI. Já Pilar Vázquez Cuesta denomina de *pré-clássico* o período que vai de 1385 a 1536/1540. Lindley Cintra localiza o *português médio* no ano de 1420 a 1550¹¹¹ e Paulo Osório, numa investigação mais recente, propõe o seguinte:

[...] para termo *a quo* do português arcaico médio a data de 1420/1425 e como termo *ad quem* do mesmo período linguístico, o ano de 1450.

Significa que, segundo a análise que desenvolvemos, em 1450 a língua atinge uma plataforma de estabilidade e nasce o português moderno. [...]

Em 1450, assistimos ao termo do português arcaico médio e ao nascimento do português moderno que caberá aos vindouros

¹¹¹ Cf. ESPERANÇA CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, pp. 25-32.

estudar de forma detalhada e à luz de outros fenómenos sintáctico-semânticos...¹¹²

Os estreitos limites temporais que esta última proposta avança são, todavia, convenientes para o nosso estudo, já que nos permitem um enquadramento muito ajustado aos limites definidos para a composição do *LC*. Poderemos, desde já, questionar-nos sobre a possibilidade de corroborar ou não com ela, o que só será possível desvendar na fase final da nossa pesquisa, também ela apoiada em traços linguísticos internos de perfil sintáctico-semântico. Por outro lado, coloca o *LC* muito próximo do momento de transição do período arcaico para o arcaico médio, trazendo à superfície a possibilidade de novas descobertas na descrição das mudanças linguísticas ocorridas nesta fase e o conhecimento das tendências mais ou menos progressistas da época de D. Duarte. Quais as variações do presente e quais as heranças do passado que vislumbramos na redacção do *LC*, neste que é o *período de maior pujança do português arcaico médio*?

Estes objectivos conseguem-se através de critérios que confirmem a afinidade com o quadro descritivo da época em questão e pelo enriquecimento desse mesmo quadro. É dirimindo interrogações que as futuras investigações encontram o caminho mais esclarecido.

Já foi atrás desenhado o contexto histórico-social que norteia a rota trilhada pelo português do período arcaico. Se considerarmos os preceitos da Sociolinguística Histórica, este contexto está longe de ser considerado extralinguístico, pois enquanto defensora da importância da relação entre os factores externos e os factores internos da língua, ela determina que estes condicionam a mudança linguística e, portanto, têm implicações no desenvolvimento e no devir linguístico dos sistemas vivos e funcionais que são as línguas. Dentro dos critérios internos e sistemáticos que individualizam o português arcaico (médio), podemos examinar as suas tendências lexicais, fonéticas, morfológicas e sintácticas e apurar, dentro destas, as particularidades mais sonantes para a efectivação do nosso estudo. Queremos com isto dizer que assumem maior importância os aspectos relacionados com a sintaxe do verbo (e da frase, por analogia) e com alguns fenómenos concernentes à morfologia verbal, que serão de observação obrigatória para um estudo mais completo do comportamento sintáctico dos verbos que nos propomos estudar.

Fiéis a este objectivo, delinearemos, em seguida, uma retrospectiva sobre a morfossintaxe dos verbos do sistema linguístico do período arcaico, procurando conseguir uma descrição coerente do seu funcionamento e, simultaneamente, um esteio empírico que nos guie.

No domínio do sistema linguístico, ao nível da morfossintaxe do verbo do período arcaico, consideramos importante sintetizar os seus traços distintivos mais dominantes. Assim, e de acordo com Ismael de Lima Coutinho¹¹³, apurámos a seguinte listagem: a 2.^a pessoa do plural dos verbos terminava em <-des>: *amades*; o participio passado dos verbos da

¹¹² A sustentabilidade da proposta *ad quem* dada pelo autor reside na substituição de HABÈRE por TENÈRE e do condicional pelo imperfeito. PAULO OSÓRIO, *Contributos para uma caracterização sintáctico-semântica do português arcaico*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2004, p. 323.

¹¹³ ISMAEL DE LIMA COUTINHO, *Pontos de gramática histórica*, pp. 66-67

2.^a conjugação terminava em <-udo>: *teúdo*; havia participios presentes em <-nte>: *temente*; a 3.^a pessoa do pretérito terminava em <-om>: *ouverom*; algumas formas verbais foram substituídas por outras: *senço* - sinto; *fezeste* - fizeste; *som* - sou; o participio passado variava entre <ter> e <haver>: *averás passadas atribulações*; o gerúndio podia ser regido pela preposição <sem>: *sem levando-a*; usava-se o caso-complemento do pronome pessoal pelo caso sujeito, e vice-versa: *o coração pode mais ca mim*; a expressão <um e outro> era precedida de artigo: *a ùa ouve nome dona Maria Soarez, a outra ouve nome dona...*; a preposição podia seguir-se aos verbos de movimento: *veerom da Gallya Gotica em Espanha*; empregava-se <home> como sujeito indefinido: *home nõ poderia mostrar*; o verbo podia conservar-se no singular quando tinha um sujeito colectivo plural: *hi morreo grandes gentes*; usava-se o partitivo: *e elle pedio-lhe per aravia da agua*; usava-se <cujo> como interrogativo: *Cuja é esta gloria?*; as frases optativas com o valor de <assim> eram iniciadas por <se> ou <si>: *si Deus mi perdon*; empregavam-se duas negativas pré-verbais: *nem nenhum princepe non foi tam poderoso*; alguns verbos, como <pedir> e <perguntar>, tinham dois acusativos, como no latim: *rogarom-no que estevesse com eles*; eram frequentes os pleonasmos e os anacolutos: *oje em este dia*; nas frases optativas, a 2.^a pessoa do imperativo era substituída pela do subjuntivo: *digas-me mandado de mha senhor*; tinha valor demonstrativo: *ei noj'e pesar em*; <de> aparecia como segundo termo de comparação: *Desej' eu mui mais doutra rem*; havia maior liberdade na colocação dos pronomes oblíquos: *mas farei-te hua cousa*; a regência de alguns verbos era diferente da actual: a preposição <a>, ou nenhuma preposição, regia os verbos <soer>, <convir>, <dever>, <cuidar>, <ousar>, <travar>; a preposição regia o verbo <pecar> e <eleger>; a colocação das palavras na frase era mais livre, com predomínio pela ordem inversa; a pontuação era escassa.

Para além destes, podemos também acrescentar outros traços realçados por Fernando V. Peixoto da Fonseca¹¹⁴, de forma a complementar esta nossa descrição. São eles: verbos como <cinger>, <finger> e <reduzer>, que fazem agora parte da 3.^a conjugação, pertenciam à 2.^a; alguns verbos aproximavam-se mais dos seus étimos: <ongir>-<ungir> (étimo *Ungēre*); <mongir>-<mungir> (étimo *Mulgēre*); também existiam participios irregulares: *maltreito* (de *Maltratar*); *colheito* (de *Colher*); o participio em <-ido> veio substituir o participio em <-udo>; os tempos compostos eram formados maioritariamente pelo verbo <haver> e não pelo verbo <ter>; mas com os verbos <ir>, <vir>, <partir>, <morrer> e outros, empregava-se preferencialmente <ser>; em vez do futuro e do condicional, encontrava-se <haver> seguido da preposição <a> ou sem ela e infinitivo: *hei a sofrer/ ir havia*; existia um pretérito perifrástico formado com o pretérito do verbo <ser> e o infinitivo do verbo principal: *fostes vencer = vencestes*; omitia-se a preposição <de> nas perífrases formadas com o verbo auxiliar <haver>: *non háas tu entrar en ela*; as desinências da 3.^a pessoa do plural eram <-om>, <-on>, <-am>, <-ão>; as desinências da 2.^a pessoa do plural do imperativo eram <-des>, <-de>; para o pretérito era <-stes>; nos imperativos dos verbos de tema em <e> e <i> trocavam-se

¹¹⁴ FERNANDO V. PEIXOTO DA FONSECA, *Noções de história da língua portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1959, pp. 72-83.

respectivamente em <i> e <u> o <e> e <o> que precediam a sílaba final do infinitivo: *aprender-aprinde/ferir-fire; sobir-sube*; o verbo <estar> (de *Stare*) fazia o pretérito perfeito em *estívi* ou *estive, esteveste, esteve e estevo*, etc.; o verbo <haver> (de *Habere*) fazia o pretérito perfeito em *hôuvi, houveste*, etc.; fazia o imperativo em *havede*; o verbo <seer> (de *Sedere*) fazia o presente do indicativo em *sejo, sees, see, seemos, seedes, seem*, ou *som, soo, sam* ou *são, és, é* ou *est, somos, sodes, som*; fazia o pretérito perfeito em *sive* ou *sevi, seveste, seve, sevemos, sevestes, sevêrom* ou *foi* ou *fui, fúisti* ou *fuste, foi* ou *fui, fomos*, etc.; fazia o pretérito mais-que-perfeito em *severa*, etc. ou *fora*, etc.; fazia o futuro em *seerei*, etc.; fazia o condicional em *seeria*, etc.; fazia o imperativo em *see* ou *sei, seede*; fazia o imperfeito do conjuntivo em *sevesse*, etc. ou *fosse*, etc.; fazia o futuro em *sever*, etc. ou *for*; fazia o gerúndio em *seendo*; o verbo <têer> e <teer> (de *Tenere*) fazia o pretérito perfeito em *tívi* ou *tive, teveste*, etc.; fazia o futuro em *terrei*; fazia o condicional em *terria*; no futuro do conjuntivo ocorria também a forma *tevier*; o particípio passado dos verbos transitivos nos tempos compostos concordava com o complemento directo: *tinha andadas duas léguas*; depois dos verbos que indicavam conhecimento ou percepção, como <prometer> e <jurar>, o facto futuro expresso pela oração integrante era indicado pelo presente e o imperfeito do conjuntivo: *fez-lhe preito que nunca entrasse*; em vez do imperativo, em orações afirmativas, utilizava-se o conjuntivo com ou sem a partícula <que>, e também a perífrase formada com o verbo <querer> e infinitivo: *tu... digas-me mandado de mia senhor/digades, filha, porque tardaste na fontana fria*; o condicional e o imperfeito do conjuntivo eram substituídos pelo mais-que-perfeito do indicativo: *mataram mais se não fora que*; o infinitivo era geralmente precedido da preposição <de>: *meu dano seria de viver mais um dia*; encontrava-se o indicativo com a preposição <até que>: *ata que vejo a vossa fim*; empregava-se o modo indicativo em orações condicionais e relativas, para expressar um facto futuro: *ali onde o seu corpo jazerá*; o sujeito surgia antes dos participios: *e eles assi jazendo apareceu-lhes o cavaleiro*.

A completar a síntese dos traços distintivos da morfologia e da sintaxe do verbo do período arcaico da língua, deixamos a perspectiva de Jaime Ferreira da Silva e de Paulo Osório relativa à posição sintáctica dos clíticos:

[...] para a primeira fase da diacronia do português, e no que concerne à posição sintáctica dos clíticos, nas orações principais afirmativas (sem o verbo em posição inicial e não introduzidas por constituintes proclisadores), podemos constatar o seguinte: adjacência obrigatória e variação entre ênclise e próclise, com maior frequência da ênclise. Nas orações subordinadas finitas e nas orações principais com constituintes proclisadores, a próclise é obrigatória, havendo ainda variação entre interpolação e adjacência ao verbo¹¹⁵.

¹¹⁵ JAIME FERREIRA DA SILVA; PAULO OSÓRIO, *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*, p. 72.

A finalizar, acrescentamos as conclusões de Mariana Fagundes de Oliveira¹¹⁶ num estudo sobre o comportamento da voz passiva no período arcaico da língua. A partir de um *corpus* medieval que se estende do século XII ao século XV, a pesquisa da autora permite-nos fazer alguns apontamentos bastante interessantes. Primeiramente, pôde comprovar que é a voz passiva pronominal a que mais se faz representar no começo do português moderno, ao passo que a passiva de tipo nominal se exerce de forma mais significativa no período arcaico. É, no entanto, comum aos dois períodos a ausência de agente da passiva que culmina na não identificação do sujeito. Não obstante, há provas da existência do agente da passiva nos começos do português moderno, em casos de voz passiva pronominal. Este agente da passiva surge precedido de uma preposição que, no início do português moderno, apresenta alguma variação. No português arcaico, não ocorre variação na concordância verbo-nominal em voz passiva pronominal, mas esta já dá sinais nos princípios do português moderno.

Simplificados os elementos morfológicos e sintáticos que retratam o português arcaico, interessa-nos agora apontar para as especificidades do período arcaico médio. Como vimos anteriormente, podemos situar cronologicamente este período entre o ano 1420/1425 (*a quo*) e o ano 1450 (*ad quem*) e que dentro destes limites se situava a produção do *LC*, obra que conserva o nosso *corpus* em estudo. Assim sendo, pretendemos, neste momento, particularizar o perfil deste período, dentro dos limites linguísticos já definidos aquando da descrição do período arcaico, para que a partir dele possamos desvendar afinidades e também contribuir, com validade, para a ampliação desses dados. Então, novamente de acordo com as constatações de Jaime Ferreira da Silva e de Paulo Osório¹¹⁷, podemos reter os seguintes pontos:

- a) Dá-se a unificação das terminações <-an>/<-am> e <-on>/<-om> em <-ão> para todas as palavras da língua, incluindo as formas verbais tónicas (*dan > dão, cantarán (futuro) > cantarão, son > são*) e átonas (*cantáran > cantarão - mais-que-perfeito, hoje escrito cantaram e cantáron*);
- b) Na segunda pessoa do plural dos verbos, o <-d-> intervocálico desaparece já no século XV, dando origem às terminações <-ais>, <-eis> e <-is>: *amais*, escrito por vezes *amaes, dizeis*, com a variante gráfica *dizees*;
- c) Verifica-se o uso de <que> por <quem>: *peessoas mui principais a que fazia grandes mercês*;

¹¹⁶ MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA, *A voz passiva no período arcaico do português e começos do moderno*. Comunicação ao VI Encontro Internacional da Associação Brasileira de Estudos Medievais, Salvador, 2003, p. 13.

¹¹⁷ JAIME FERREIRA DA SILVA; PAULO OSÓRIO, *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*, pp. 81-84.

- d) Constata-se a preferência do mais-que-perfeito simples do indicativo relativamente ao imperfeito do conjuntivo ou ao condicional e ao gerúndio em casos que, hoje, exigem o infinitivo precedido das preposições <a>, <de> ou <sem>: *sem saindo por sem sair; non cessam chorando por não cessam de chorar*;
- e) Avultam os latinismos (formas eruditas e semieruditas), principalmente durante o século XV, com a prosa didáctica dos autores da Casa de Avis e com a prosa histórica dos cronistas. A influência do latim na sintaxe é visível na obra de D. Duarte, quando usa uma oração infinitiva depois do verbo <crer>: *Fé e virtude per a qual o fiel crê aquilo seer verdade que nom sentenem entende*;
- f) Dá-se a substituição de <habēre> por <tenēre>;
- g) Dá-se a substituição do condicional pelo imperfeito.

A finalizar, temos a posição de Ana Maria Martins relativamente à colocação sintáctica dos clíticos. Neste caso, verifica-se a substituição da ênclise pela próclise, em que exemplos como <dai-me> passam a <me dai> ou <dae>:

A opção pela ênclise, largamente dominante durante o século XIII, vai sendo progressivamente substituída pela opção pela próclise, que se torna maioritária no século XV e quase exclusiva no século XVI. Quer isto dizer que a mudança em causa, que é lenta e gradual [...], se esboça já no século XIV, consolidando-se nos séculos XV e XVI. O momento em que se produz a inversão de tendência relativamente à colocação dos clíticos situa-se na primeira metade do século XV, coincidindo assim com a transição de fase entre o português antigo e o português médio¹¹⁸.

¹¹⁸ANA MARIA MARTINS, *Mudança sintáctica e história da língua portuguesa*. In: HEAD, Brian F. *et alii* (orgs.) - *História da língua e história da gramática*. Braga (Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho), 2002, p. 269.

4. Enquadramento teórico: pressupostos sociolinguísticos. Breve sinopse

Pertence a Rita Marquilhas a observação de que «[...] se os factores sociais não causam propriamente a mudança linguística [...] eles determinam a sua expansão»¹¹⁹. Concordamos com a investigadora, na medida em que compreendemos o fenómeno linguístico aconchegado num determinado espaço e tempo que decorre da dinâmica social e que a torna simultânea e irrevogavelmente espectadora e árdua empreiteira da evolução desses fenómenos, ou seja, da mudança linguística e das suas motivações. Tal não implica que defendamos que o estudo da língua deva partir de uma perspectiva externa, ao invés de uma perspectiva interna. Todavia, será impossível fazê-lo sem considerar as implicações sociais que motivam os falantes à mudança. Podemos, talvez, encarar esta dualidade do mesmo modo que o linguista encara a dicotomia sincronia/diacronia: uma não existe sem a outra, pois se a sincronia subsiste num ponto dentro do devir diacrónico, também a diacronia se consubstancia num conjunto de várias sincronias existentes ao longo da dialéctica espacio-temporal. Do mesmo modo, o movimento linguístico desencadeado pelos falantes decorre dentro da grande esfera social a que todos pertencemos, bebendo dela, absorvendo a sua própria dinâmica e actuando como veículo de promoção de formas concorrentes. E é desta forma que a língua não morre - porque se renova.

Quando falamos de uma ciência como a Linguística Histórica temos de ter presente a indissociabilidade entre o argumento linguístico e o histórico. O compromisso entre ambas é um critério intrínseco ao próprio objecto de estudo e não uma mera circunstância teórica que o norteia. Dante Lucchesi¹²⁰ aponta para uma análise centrada na oposição entre a concepção da língua como um sistema e a questão da mudança linguística. Considerar a língua como um sistema implica a visão de uma estrutura fixa, condicionada a regras e funções próprias,

¹¹⁹ RITA MARQUILHAS, *Mudança linguística*. In ISABEL HUB FARIA et alii (org.), *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, p. 587.

¹²⁰ DANTE LUCCHESI, *Sistema, mudança e linguagem. Um percurso da Linguística neste século*. Colecção Estudos Linguísticos, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 24-25 e p. 185.

A concepção da língua como uma estrutura partiu da corrente Estruturalista. Ferdinand Saussure foi considerado o responsável pela aceitação da Linguística enquanto ciência e o impacto da sua tese alterou o rumo dos estudos sobre a língua. No seu *Curso de Linguística Geral*, o autor discorre sobre os princípios de uma teoria assente na sistematização da língua enquanto estrutura fixa de enfoque sincrónico, concentrada na sua constituição interna, na relação entre os signos, e não na relação destes com os objectos do mundo. A dimensão diacrónica, histórica foi totalmente relegada para segundo plano e com isso, os estudos sobre a mudança linguística perderam valor e foram deixados ao esquecimento.

especificamente fixadas para fazer face às necessidades da comunicação e para que possam explicar o seu funcionamento. Toda esta mecânica é, no entanto, vulnerável, pois não consegue ser imune à influência daqueles que a utilizam e do meio em que subsiste. É, pois, esta nova perspectiva que vai quebrar a concepção diminuta da estrutura sistemática e que vai reconhecer a dimensão histórica e social que a língua sempre possuiu. Esta nova doutrina histórica vai imprimir ao objecto de estudo da Linguística uma feição totalmente renovada, pois deixa de ser parte de um sistema estático e sem história, *para se tornar um produto do processo histórico de constituição da língua*.

Quando falamos da natureza social da língua, temos de considerar este enquadramento na perspectiva das implicações que despoleta na definição da identidade social dos falantes e na consequente desigualdade linguística para que reporta. Na verdade, o nível de sofisticação linguística é claramente um factor de valor, pois demonstra o grau de conhecimento que o falante possui. Este conhecimento, sendo maior ou menor, reflecte as características sociais dos falantes e determina o grau de prestígio que lhes deve ser reconhecido, seja na perspectiva da actuação individual, seja na visão do grupo em que insere¹²¹. Desta forma, fica claro que o acto de fala, sendo assente na relação entre falantes e ouvintes, é profundamente condicionado pelas exigências que a sociedade em que vivemos nos impõe, sendo estas extensíveis aos vários domínios da esfera social (profissional, cultural, pessoal). R. A. Hudson debruçou-se sobre esta relação entre os actos de fala e a sociedade. O autor defendeu a tese de que a sociedade controla a fala dos indivíduos pela forma como induz a aprendizagem das normas e pelo modo como motiva a adopção das mesmas:

En primer lugar, por el hecho de proporcionar un conjunto de normas, que aprendemos a seguir (o a reírnos de ellas en ocasiones) más o menos hábilmente, pêro que varían de unas sociedades a otras, aunque algunas pueden ser más universales que otras. [...] En segundo lugar, la sociedade proporciona la *motivación* de adherencia a las normas, y para poner esfuerzo en el habla (como en la interacción social en general)¹²².

De facto, é através da língua que se transmitem as normas e as marcas culturais de uma determinada comunidade de fala, pois o uso que se faz dela manifesta-se na atitude social dos indivíduos. A motivação inerente ao processo de aquisição está intimamente ligada a uma escolha psicológica ou psicossociológica, uma vez que está associada a uma clara consciência da relação entre o prestígio linguístico e o social, bem como ao grau de bem-estar e de segurança procedentes: «Se podría definir el *prestigio* como un proceso de concésion de estima y respeto hacia individuos o grupos que reúnen ciertas características y

¹²¹ A respeito da identidade linguística/social recomenda-se a leitura de ANDRÉE TABOUREK-KELLER, *Language and identity*. In F. Coulmas (ed.), *The handbook of sociolinguistics*, Oxford, Blackwell, pp. 315-326.

¹²² R. A. HUDSON, *La sociolingüística*. 2.^a ed., Barcelona, Editorial Anagrama, 2000, pp. 130-131.

que lleva a la imitación de las conductas y creencias de esos individuos o grupos»¹²³. Os falantes têm, portanto, plena consciência de quais escolhas linguísticas são mais benéficas para si, pois sabem que o seu grupo prefere determinados usos linguísticos e que certos usos são próprios de uns grupos e não de outros.

A influência, na língua, dos factores externos de índole sociocultural tem sido a inspiração dos estudos de âmbito sociolinguístico. A problematização dos dados provenientes dessa reflexão tem implicações ao nível linguístico e metalinguístico, pelo que confere uma visão mais aberta e fecunda do fenómeno da mudança: «Afinal, uma língua é um sistema complexo e permeável às influências da cultura e às vivências do povo que a utiliza»¹²⁴.

Como vimos, as motivações inerentes à mudança linguística e à variação podem situar-se a um nível interno - a estrutura linguística - ou a um nível externo, extralinguístico - social, cultural, geográfico ou político. Se, por um lado, temos uma língua com ambiguidades, permeável a várias interpretações, temos também as regras que opõem resistência à mudança; se, por outro lado, temos um léxico que acolhe novas entradas, o mesmo também esquece outras; se particularidades de certas línguas estrangeiras podem exarar da nossa morfologia e da nossa sintaxe, também a simplificação de alguns elementos do sistema pode ser uma realidade. A mudança é, então, algo natural. E não obstante a complexidade em descortinar as circunstâncias que desencadeiam a mudança e que estão na origem do que a provoca, o processo retém em si um elevado grau de liberdade criadora e funcional, uma vez que o ser humano tem o poder de criar o seu discurso e de inovar, à medida que encontra novas formas que servem a comunicação. Assim, se a inovação é individual, a sua aceitação tem uma vertente social. Deste modo, falar em realidades linguísticas estáticas é perfeitamente absurdo e obtuso. A mutabilidade da língua é parte da sua essência, do seu carácter vivo.

A abordagem ao fenómeno da mudança linguística tem sido o objecto de estudo da Linguística Histórica e uma investigação centrada na evolução da língua não deve marginalizar as circunstâncias históricas que a acolhem, pois embora as mudanças históricas não garantam necessariamente mudanças linguísticas, elas tornam o terreno propício à sua recepção e mesmo à sua emergência, assim como o referiu Jr. Hall:

The development of any language [...] is best treated from two points of view: the history of its use, and that of its structure. The former involves the vicissitudes of its use in the varying political and social conditions which have determined its spread, prestige and (in some instances) decline or extinction. This is known as its «external» history¹²⁵.

¹²³ FRANCISCO MORENO FERNÁNDEZ, *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. 4.ª ed., Barcelona, Editorial Ariel Letras, 2009, p. 187. Ainda a respeito da problemática que envolve a atitude e a identidade linguística, vejam-se as pp. 177-184.

¹²⁴ PAULO OSÓRIO, *Contributos para uma caracterização sintático-semântica do português arcaico*, p. 70.

¹²⁵ JR. HALL; A. ROBERT, *External history of the romance languages*. Nova York, Elsevier, 1974, p. 1.

Repare-se que nenhuma mudança ocorre se não for socialmente significativa, ou seja, uma determinada variante só é aceite e generalizada sob influência social, assim o defende a Sociolinguística. A sua trajectória não depende apenas de factores linguísticos, nem tão-somente da variabilidade do discurso. Isto significa que as mudanças não são acidentais; elas fazem parte da natureza da própria língua, que procura valorizar-se e renovar o seu leque de opções comunicativas, sempre em função das necessidades expressivas dos falantes e do meio onde eles se inserem. Estamos, portanto, diante de um jogo de inter-relação, em que as motivações linguísticas e sociais emanam quase que em perfeita sintonia, pela sua intimidade, desencadeando o processo contínuo e natural da mudança. Assim, o reclamam estudos actuais sobre o processo da mudança linguística:

Apesar da coexistência de factores sistemáticos e externos na língua, sabemos da importância que a inter-relação destes assume na marcha evolutiva da mesma língua. Assim, a mudança linguística origina-se em fontes de inovações que percorrem até ao estado de mudança¹²⁶.

O papel da mudança linguística é fundamental para os estudos sociolinguísticos, que estudam a língua em uso no seio das comunidades de fala e a relação entre ambas (língua e sociedade), oferecendo diferentes modelos metodológicos para a análise da variação e da mudança em si. A relação entre língua e sociedade oferece uma discussão centrada na descrição da variação e da mudança que se pode observar num determinado contexto social de produção e de uso da língua. De acordo com estas considerações, vejamos a seguinte explicação:

A Sociolinguística permitiu uma nova abordagem, mostrando a variação sistemática motivada por pressões sociais e também linguísticas, e postulando que é na heterogeneidade da língua que se deve buscar a estrutura e o funcionamento do sistema. Esse novo modo de “olhar” a língua permitiu analisar e descrever o uso de variáveis linguísticas pelos indivíduos em uma determinada comunidade de fala, como também mostrou que a presença da heterogeneidade governada por regras variáveis é o que permite ao sistema linguístico se manter em funcionamento mesmo nos períodos de mudança linguística. [...]

Em suma: a Sociolinguística tem como preocupação estudar a língua na sua produção real, no âmbito de uma comunidade, buscando entender a regularidade dentro da variação da fala¹²⁷.

É, portanto, à Sociolinguística que devemos a introdução dos estudos centrados na relação entre as formas linguísticas variantes e os factores sociais, bem como a discussão que contempla o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação que precede a mudança. A língua deixa de ser uma estrutura homogénea, como era concebida pelo estruturalismo e pelo

¹²⁶ JAIME FERREIRA DA SILVA; PAULO OSÓRIO, *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*, p. 12.

¹²⁷ MARCOS LUIZ WIEDEMER, *Introdução aos conceitos básicos da sociolinguística*. In *Cadernos do CNLF*, vol. XIII, n.º 03, Rio de Janeiro: CIEFIL, 2009, p. 130.

generativismo, e passa a ser observada na sua verdadeira diversidade diafásica, diastrática e diatópica.

No seu trabalho, William Labov¹²⁸ realça, justamente, o papel da comunidade na concretização da mudança e distingue uma plataforma social sustentada na importância do estatuto e de pertença a um grupo. Os preceitos da sua teoria assentam, precisamente, no facto de a mudança ter origem num determinado grupo social e que o perfil deste grupo é o que lhe vai conferir um determinado estatuto. Este irá determinar a aceitação e a expansão da mudança a outros grupos, que vão tomá-lo como modelo. Ao espriar-se a outras comunidades, a forma inovadora sujeita-se a uma maior exposição e, por isso, a um conjunto de influências diferentes das que a envolviam na fase inicial de pertença a um grupo exclusivo. Este factor poderá afectar, positiva ou negativamente, o próprio prestígio social de que desfrutava anteriormente. O estatuto de diferenciação poderá manter-se como uma marca de valor do grupo em que nasceu e ser reconhecida como tal, opondo-se cada vez mais à forma com a qual concorre. Finalmente, uma das formas vence, mas até a mudança estar inteiramente completada, é necessário um período de co-existência, que culminará no apagamento de uma em detrimento da outra¹²⁹.

Ao declarar que todas as comunidades são heterogêneas, Labov entendia que a variação linguística era regulada por factores sociais, tais como a idade, o género, a raça, o estrato sócio-cultural, entre outros, e seria, pois, em função destes argumentos sociais que os falantes fariam as suas opções linguísticas. A teoria variacionista que encabeçou procurou dar resposta ao problema da mudança pela análise de cinco etapas distintas, que devem ser examinadas em total correlação¹³⁰. Paralelamente, veio viabilizar o carácter heterogêneo do sistema linguístico e conferir-lhe alguma ordem dentro da desordem aparente da heterogeneidade. Dizemos aparente, porque, na verdade, é nela que reside a estrutura que fundamenta o sistema e o seu próprio funcionamento. Nesta nova relação entre a língua e o falante, este demonstra um ajuste perfeito das suas competências linguísticas a essa heterogeneidade, sem que a eficácia da comunicação seja comprometida:

A especulação linguística a partir de uma visão de estrutura linguística como homogênea pelos estruturalistas e gerativistas é considerada ineficaz por não ser compatível com a realidade; para os chamados sociolinguistas americanos, a estrutura é intrinsecamente heterogênea, e heterogeneidade e estrutura não são incompatíveis, ao contrário, são necessárias para o funcionamento real de qualquer língua. Prova-se isso pela capacidade e competência do indivíduo em codificar e decodificar essa heterogeneidade¹³¹.

¹²⁸ WILLIAM LABOV, *Principles of linguistic change. Internal factors*. Vol. I, Oxford-Cambridge, Blackwell, 1994.

¹²⁹ Sugere-se a consulta de ESPERANÇA CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, pp.56-57.

¹³⁰ Cf. MARIA JOSÉ SIMÕES PEREIRA DE CARVALHO, *Do português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1996, pp. 8-10.

¹³¹ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Sobre a Mudança Linguística: uma revisão histórica*. Separata do *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, Lisboa, Centro de linguística da Universidade de Lisboa, 1980/81, pp. 96-97.

Assim, este processo começaria pela reflexão sobre os factores que condicionam a mudança, o *constraints problem*. Nesta primeira etapa, procura-se relacionar o tipo e o número de mudanças que podem ocorrer, bem como as condições que lhes são favoráveis num determinado momento e num determinado lugar. Esta fase conduziria a uma outra, o *embedding problem*, ou seja, o encaixamento destas mudanças dentro de uma estrutura linguística e, simultaneamente, extralinguística. Este momento identifica-se com o envolvimento entre o sistema linguístico em que actua a mudança e as influências sociais exaradas dentro desse sistema, na busca por afinidades não acidentais entre diferentes tipos de mudanças. Uma vez que os efeitos da mudança são reconhecidos dentro do sistema linguístico, isso implica que podemos avaliar o seu impacto a vários níveis. Assim, o *evaluation problem* encontra-se relacionado com a reacção do falante face ao processo de implementação da mudança, na medida em que envolve noções de prestígio associadas à óptica da valorização social. Todavia, a observação da mudança passa por estágios intermédios, o que nos remete para o *transition problem*. Neste processo, a atenção recai sobre duas formas em curso que transitam de um estado para outro, em função de determinados factores sociais. É a observação dos dados que essa passagem oferece que valoriza esta etapa e que determina a implementação da própria mudança, ou seja, o *actuation problem*. Nesta última fase, procura-se desvendar o porquê de uma mudança ocorrer num determinado momento e num determinado lugar e não noutra contexto qualquer. Afinal, quais são os factores que favorecem ou não a mudança?

De acordo com Fernando Tarallo, só após a satisfação de todos estes pontos é que podemos falar de teorias predicativas: «[...] para que uma teoria da mudança linguística de bases predicativas seja viabilizada, necessário se faz que todas essas questões sejam devidamente pesadas e satisfatoriamente respondidas»¹³². Ao referir-se a teorias predicativas, o autor aventa para a capacidade de uma teoria linguística poder prever a evolução de uma dada língua num determinado momento do tempo, ou seja, de poder descrever os contínuos progressos que o sistema viria a sofrer. Tal teoria *forte*, apenas poderá vingar quando a Linguística Histórica assumir que toda a mudança ocorre num contexto heterogéneo de fala e que todos os contextos comunicativos são heterogéneos e diferenciados. O apego a uma perspectiva que faz depender a estrutura linguística de factores de homogeneidade é, hoje, inteiramente ultrapassada:

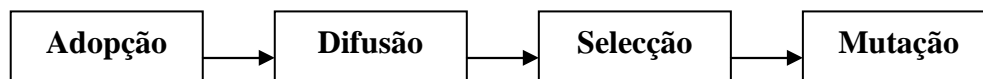
The association between structure and homogeneity is an illusion. Linguistic structure includes the orderly differentiation of speakers and styles through rules which govern variation in the speech community; native command of the language includes the control of such heterogeneous structures¹³³.

¹³² FERNANDO TARALLO, *Tempos linguísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa*, p. 60.

¹³³ U. WEINREICH; W. LABOV; M. HERZOG, *Empirical foundations for a theory of language change*. In W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.), *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968, pp.187-188.

Na verdade, o objectivo de Labov e da Sociolinguística Histórica é tão-somente entender a própria existência/origem da mudança, no respeito pelas suas motivações sociais e pela relação entre elas e as particularidades do tempo e do espaço que lhes preside. O resultado deste envolvimento reflectir-se-á na estrutura linguística que, subordinada aos imperativos sociais, vai traduzir as suas exigências e também as suas ambições.

A corroborar a teoria laboviana da motivação social, enquanto factor determinante da mudança linguística, está o trabalho de Eugenio Coseriu¹³⁴, no qual o autor distingue quatro fases no processo da mudança linguística:



De acordo com esta formulação, a inovação é adoptada e difundida por um grupo de falantes dentro da comunidade, que, por um período de tempo variável, a utilizam a par com a variante concorrente. O tempo de convivência mútua vai-se esgotar na valorização de uma das realizações linguísticas em detrimento da outra. Ao ganhar mais prestígio, a variante escolhida evolui e transita de uma escolha individual para uma aceitação social ainda maior do que aquela que possuía. A consagração desse momento assenta na fase de mutação, quando uma das variantes estigmatiza e cede lugar à outra que legitimamente ascendeu e conquistou o seu território. Lembremos, ainda, que este processo pode tornar-se bastante moroso. Por vezes, da fase de coexistência das variantes até à sua mutação propriamente dita, decorrem alguns séculos.

Coseriu concebe, assim, a língua como um fenómeno histórico que envolve causas e consequências. Desta forma, propõe tratar o problema da mudança linguística tendo em conta os motivos e as condições que levam a língua a mudar num determinado momento da sua existência. Colocado o problema desta forma, fica claro que qualquer resultado será decorrente da relação entre dois elementos fundamentais - o homem e a sociedade - e que estes, numa análise profunda, se vão desmembrando em elementos menores até se conseguirem isolar os dados particulares que estão na origem da renovação de cada fenómeno em si.

Até então, esboçámos um caminho para o entendimento do problema da mudança, sem procurarmos ser exaustivos. Esta questão não se esgota nos meandros da nossa discussão, nem tão pouco se materializa numa sinopse tão breve como a que apresentámos. Apenas, desejámos reforçar a necessidade de entender a língua na sua dinâmica social e, a partir desse conceito, estreitar a possibilidade de encontrar explicações sociais para as estruturas linguísticas utilizadas pelos falantes. Recordamos, no entanto, que por mais importantes que sejam os factores sociais, estão condicionados às exigências do sistema linguístico, pelo que só actuam onde este lhes permite.

¹³⁴ EUGENIO COSERIU, *Linguistic change does not exist*. In *Revista de Linguistica Classica Mediovale e Moderna - Linguistica Nuova et Antica*, ano 1, 1983, pp. 51-63.

A arquitectura deste trabalho, a selecção de um texto único como fonte de análise e a dimensão sincrónica do estudo possibilitarão apenas algumas reflexões de foro sociolinguístico, às quais vamos aludindo discretamente e que procrastinamos para um momento mais oportuno. Será, pois, dentro da tessitura interna da língua que daremos um contributo maior, seja na descrição da fase arcaica (média) do português, tendo em conta os argumentos sintácticos e semânticos dos verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter**, seja na demarcação deste período da história da língua, sendo que na concretização deste último objectivo está patente uma discussão de perfil social e seus derivantes.

PARTE II

DIMENSÃO SINTÁCTICA DOS FENÓMENOS EM ANÁLISE

«O grande número de determinações que enriquecem a flexão do verbo provém sem dúvida de ele ser, como palavra que significa um processo, - ligado ao tempo, iniciado ou actuado por um sujeito, objectiva ou subjectivamente dependente da vontade do emissor, etc. -, o núcleo por excelência da frase e aquela que mais facilmente desempenha só por si a função da frase».

JOSÉ HERCULANO DE CARVALHO, *Teoria da linguagem*. Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1974, p. 602.

Capítulo I

O SISTEMA VERBAL: PRESSUPOSTOS MORFOSSINTÁCTICOS

1. O sistema verbal: do latim ao português

Naturalmente que o sistema verbal português não oferece a mesma riqueza de formas que o sistema verbal latino. A evolução espontânea da língua desencadeou diversas alterações, que resultaram numa simplificação dos fenómenos como resposta à necessidade de encontrar formas mais simples e expressivas. Por outro lado, as influências a que ficou sujeito o latim, a transição deste para o romance e depois para o galego-português, aportam um certo distanciamento relativamente à estrutura original (latina), como seria de prever. Todavia, como defende Joseph Maria Piel, inquestionavelmente «o verbo românico herdou do latim um sistema variado de flexão»¹³⁵, e a este vamos aludir nas próximas páginas.

O reconhecimento do verbo enquanto elemento central de qualquer enunciado remonta já aos estudos da língua latina. Porém, esta antiguidade gramatical a que se encontra associado, não diminuiu o seu potencial de estudo, que há muito estimula a curiosidade dos linguistas. Começemos, então, por explorar o interior da organização do sistema verbal latino, dentro do qual existia uma distribuição concentrada em cinco conjugações temáticas:

- a) A primeira conjugação, de **tema em A**
(*amo, amas, amare, amaui, amatum*);
- b) A segunda conjugação, de **tema em E**
(*moneo, mones, monere, monui, monitum*);
- c) A terceira conjugação, de **tema em Consoante**
(*lego, legis, legere, legi, lectum*);
- d) A quarta conjugação, de **tema em I**
(*audio, audis, audire, audiui, auditum*);
- e) A quinta conjugação, de **tema em U**
(*Tribuo, tribuis, tribuere, tribui, tributum*).

¹³⁵ JOSEPH MARIA PIEL, *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Estudos Gerais/Série Universitária, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 213.

Estas cinco conjugações ficaram, no português, cingidas a três, caracterizadas pelas vogais temáticas *a*, *e*, *i*, sendo a primeira a categoria mais rica das três, pois não só absorveu os verbos de tema em A e a sua contínua e vasta produção, como acumulou verbos de outros temas, como *torrĕre* (torrar), *fidĕre* (fiar) e *mollĭre* (molhar). De acordo com Joseph Maria Piel, «tal redução deve-se à absorção, em tempos proto-históricos, dos verbos da 3.^a conjugação (em *-ĕre*) pelos da 2.^a (em *-ĕre*)¹³⁶».

Não tão rica como a primeira, a conjugação em *-er* inclui os verbos da 2.^a e da 3.^a conjugação latina. Ao contrário da anterior, esta conjugação perdeu parte do seu espólio original com a passagem de verbos como *fugir*, *parir*, *possuir* e *rir*, que em latim tinham o infinitivo em *-ĕre* e *-ĕre*, para a 3.^a conjugação de tema em I¹³⁷. De acordo com Edwin Williams¹³⁸, a fusão destas duas conjugações aportou uma série de modificações, cuja profundidade ou rapidez foi bastante variável. Em relação à perda do iode, esta ocorreu na 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo e também em todo o presente do subjuntivo dos verbos da 2.^a conjugação do latim clássico, por analogia com verbos da 3.^a conjugação (*respondĕo*>*respondo*). No entanto, este fenómeno não foi extensível a todos os verbos desta conjugação, como o podem confirmar casos como *tĕnĕo*>*tenho*, do mesmo modo que, em algumas circunstâncias, foi extensivo a toda a conjugação, como é exemplo *muñir* e *tolher*. Para além do iode, verifica-se também o deslocamento do acento da antepenúltima sílaba para a penúltima nos seguintes casos: infinitivo, todo o singular e 3.^a pessoa do plural do imperfeito do subjuntivo (infinitivo pessoal), 1.^a e 2.^a pessoa do plural do presente do indicativo, 2.^a pessoa do plural do imperativo presente de verbos da 3.^a conjugação do latim clássico (por analogia com os da 2.^a), como é o caso de *dicĭmus*>*dizemos*. Apenas as formas arcaicas *treides* (de *trahĭtis*) e *treide* (de *trahĭte*) da 2.^a pessoa do plural não sofreram este deslocamento. Paralelamente, também o *ĕ* do infinitivo passou a *e* fechado. A estes fenómenos segue-se a substituição de *-unt* e *-ĭunt* por *-ent*, que mais tarde passou a *-em*, na 3.^a pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos da 3.^a conjugação do latim clássico, por analogia aos da 2.^a conjugação, como os casos de *perdunt* > *perdem*, *capĭunt*>*cabem*. A forma *uadunt* foi a única a sobreviver com a terminação *-unt*, a qual veio dar origem à forma *vão*. Por outro lado, também alguns participios arcaicos terminados em *-udo* (em ambas as conjugações) adoptaram a forma *-ido* na passagem para o português moderno, passando a ter uma variante fraca e outra forte. Em alguns casos, uma das formas prevaleceu, mas noutros, é perfeitamente aceite o uso de ambas, desde que se respeite o seu enquadramento semântico. A finalizar esta descrição, definiu-se um conjunto de terminações com *e*, que foi comum para as diversas formas do pretérito.

¹³⁶ IDEM, *ibidem*, p. 215.

¹³⁷ IDEM, *ibidem*, p. 216.

Veja-se também REINA TROCA PEREIRA, *Contributos da afixação greco-latina para a definição do valor aspectual na língua portuguesa*, p. 77.

¹³⁸ EDWIN B. WILLIAMS, *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 6.^a ed., Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Brasileiro, 1994, pp. 165-166.

Por fim, temos ainda o tema em I, conjugação em *-ir*, que agrupa um conjunto tão interessante como o de tema em A. Para além dos verbos da 4.^a conjugação latina, a ela pertencem muitos de tema em E da 3.^a e da 2.^a conjugação, como vimos anteriormente¹³⁹. Do mesmo modo, também acumulou os verbos de tema em U, como *tribuere*.

Sumariando, das cinco conjugações existentes sobreviveram três, sendo que duas delas se agruparam parcialmente numa só. Frisamos que este agrupamento foi parcial, na medida em que houve empréstimos e transferências ocasionados pela mudança de tema que alguns verbos sofreram, aquando da sua passagem do latim para o português. O resultado deste processo foi, naturalmente, a simplificação do sistema ao nível da conjugação verbal. Vejamos, então, estes argumentos esquematizados no quadro que se segue:

Quadro 2: Sistema de conjugações latinas vs portuguesas

Sistema de conjugações latinas	Sistema de conjugações portuguesas
1. ^a conjugação - tema em A (-āre) <i>Amo, amas, amare, amavi, amatum</i>	1. ^a conjugação - tema em A (-ar) <i>Amo, amas, ama, amamos, amais, amam</i>
2. ^a conjugação - tema em E (-ēre) <i>Moneo, mones, monere, monui, monitum</i>	2. ^a conjugação - tema em E (-er)
3. ^a conjugação - tema em Consoante (-ēre) <i>Lego, legis, legere, legi, lectum</i>	<i>Quero, queres, quer, queremos, quereis, querem</i>
4. ^a conjugação - tema em I (-īre) <i>Audio, audis, audire, audiui, auditum</i>	3. ^a conjugação - tema em I (-ir)
5. ^a conjugação - tema em U (-uere) <i>(Tribuo, tribuis, tribuere, tribui, tributum)</i>	<i>Fujo, foges, foge, fugimos, fugis, fogem</i>

Para além do sistema de conjugações, existia também uma estrutura bipartida, que era responsável pela ordenação dos tempos verbais latinos. Esta retratava dois grupos ou temas de carácter oposto - o *infectum* e o *perfectum* - responsáveis pela fusão dos valores de tempo e de aspecto numa mesma forma¹⁴⁰. Os tempos do *infectum* enunciavam uma acção no seu desenvolvimento, inacabada; os do *perfectum* indicavam uma acção completada ou passada. Do *infectum* faziam parte o presente, o futuro e o imperfeito; o *perfectum* conservava o perfeito, o mais-que-perfeito e o futuro perfeito. Os seis tempos verbais que constituíam o *infectum* e o *perfectum* eram, ainda, governados por sete modos - indicativo, conjuntivo, imperativo, infinitivo, participio, gerúndio e supino -, duas vozes - activa e passiva -, e três géneros, conservando o masculino, o feminino e o neutro, expressos na primeira, na segunda e na terceira pessoa do singular ou do plural.

Temos, em sùmula, um esquema descritivo traduzido da seguinte forma:

¹³⁹ PILAR VÁZQUEZ CUESTA; MARIA ALBERTINA MENDES, *Gramática da língua portuguesa*, p. 406.

¹⁴⁰ A sobrevalorização do carácter aspectual veio a esbater-se já no latim coloquial tardio em detrimento das características mais concretas de tempo.

Quadro 3: Tempos e modos do verbo latino

Modos	Tempos
Indicativo	<i>Infectum</i> : Presente, pretérito imperfeito, futuro imperfeito. <i>Perfectum</i> : pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito, futuro perfeito.
Conjuntivo	<i>Infectum</i> : Presente, pretérito imperfeito. <i>Perfectum</i> : pretérito perfeito, pretérito mais-que-perfeito.
Imperativo	Presente, futuro.
Infinitivo	Presente, futuro.
Particípio	Presente, futuro.
Gerúndio	Casos genitivo, dativo, acusativo e ablativo.
Supino	Forma única: <i>amatum</i> .

Naturalmente que o verbo latino perdeu algumas das suas propriedades ao longo do curso, dando lugar a formas recicladas para o português actual. Ainda assim, o sistema verbal português conservou-se bastante fiel ao sistema latino e, ainda, conseguiu reter um grau equiparado de complexidade. É através do verbo que o português (e mesmo as outras línguas de raiz indo-europeia) traduz a ideia e a dinâmica da acção, pelo que este conserva o estatuto central relativamente aos outros elementos do enunciado, representando o sintagma regente que determina o sintagma regido.

Ora, na passagem do latim para o português, e indagando sobre as inovações que foram mais pertinentes, reconhecemos que algumas se destacaram e tomaram uma nova expressão, tendo por isso conquistado um lugar mais permanente. Não nos é alheio que as transformações desencadeadas sejam visíveis nos diversos domínios da gramática da língua, como é evidente. Mas por uma questão de coerência com os nossos objectivos, iremos apenas frisar aquelas que se enquadram no nível morfossintáctico. Para isso, optámos por adoptar a descrição feita por Pilar Cuesta e Maria Albertina Mendes, que sumaria com muita clareza a natureza dessas inovações¹⁴¹. Assim sendo, vejamos os resultados:

- a) o futuro imperfeito do indicativo foi substituído por uma perífrase com o infinitivo e o presente contraído do verbo *haver*: *cantarás (cantar+hás)*;

¹⁴¹ Cf. PILAR VÁZQUEZ CUESTA; MARIA ALBERTINA MENDES, *Gramática da língua portuguesa*, p. 407.

- b) o imperfeito do conjuntivo foi substituído pelo mais-que-perfeito do conjuntivo: *amavissem*> *amasse*;
- c) o perfeito do conjuntivo foi substituído por uma perífrase com o presente do conjuntivo do verbo *ter* ou *haver*, mais o particípio passado do verbo a conjugar: *tenha falado*;
- d) a passiva sintética dos tempos derivados do tema do presente foi substituída por uma passiva analítica com o auxiliar *ser*: *são feitos*;
- e) o imperativo do futuro desapareceu;
- f) o infinito perfeito foi substituído por uma perífrase com o infinitivo de *ter* ou *haver*, mais o particípio passado do verbo a conjugar: *ter sofrido*;
- g) o particípio do futuro desapareceu;
- h) o supino desapareceu;
- i) o futuro perfeito do indicativo foi substituído pelo futuro imperfeito do conjuntivo e mais tarde por uma perífrase com o futuro do indicativo do verbo *ter* ou *haver* e o particípio passado do verbo a conjugar: *amaveris*>*amares*>*terei cantado*;
- j) o mais-que-perfeito do conjuntivo passou a imperfeito do conjuntivo e mais tarde foi substituído por uma perífrase com o imperfeito do conjuntivo do verbo *ter* ou *haver* e o particípio passado do verbo a conjugar: *amavissem*>*amassem*>*tivessem cantado*;
- k) o particípio e o gerúndio adquiriram o estatuto de formas nominais.

A perda destes fenómenos tradicionais do latim foi, na verdade, compensada por outras inovações menos inequívocas e, portanto, mais acessíveis a todos os falantes e mais expressivas que as antigas. São, pois, legítimas as variações diastráticas, diatópicas e diafásicas que nascem do uso de qualquer língua e que a ajustam às necessidades reais da comunicação entre os falantes. Com o latim não foi diferente, pois foram justamente essas variações que conduziram às mudanças que hoje nos permitem falar em português. Foi exactamente desta forma que a renovação se deu e que novas criações linguísticas se instalaram. A emergência de certos fenómenos resulta da queda de outros, sendo que o contrário também se verifica. É esta a natureza da mudança. De qualquer forma, como procedente dessa simplificação já anunciada, temos a consolidação de três grandes e significativas inovações de carácter permanente. São elas:

- a) as novas construções perifrásticas;
- b) o condicional e o infinitivo pessoal ou flexionado;
- c) os tempos compostos.

De entre o conjunto das classes de palavras, o verbo é, de facto, aquele que possui o paradigma flexional mais complexo, pois consegue reter em simultâneo as características da sua variação em modo e tempo, como vimos, mas também as de aspecto, pessoa, número e voz:

Em português, à semelhança de outras línguas como o francês, o inglês, o espanhol, entre outras línguas indo-europeias, o verbo é conjugado, isto é, apresenta certas variações ou flexões de forma: varia em pessoa, primeira, segunda ou terceira, consoante o(s) sujeito(s) seja(m) aquele(s) que fala(m) (correspondendo aos pronomes eu/nós), aquele(s) a quem se fala (correspondendo aos pronomes tu/vós) ou aquele(s) de quem se fala (ele, ela/eles, elas); em número, singular ou plural, se há um ou vários sujeitos, respectivamente; em tempo, conforme a relação que existe entre o momento em que se dá o facto expresso pelo verbo e o momento da enunciação, existindo para tal três tempos naturais: presente, passado ou pretérito, e futuro; em modo, apontando as diferentes formas que assume o verbo para indicar a atitude do falante - que pode ser de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc. - em relação ao facto que enuncia - indicativo, conjuntivo, imperativo e formas nominais do verbo; em aspecto, exprimindo a forma como o falante percebe e se apercebe do processo de que fala, da sua duração, desenvolvimento ou finalização (por exemplo, a oposição entre pretérito perfeito, que define uma acção acabada, e pretérito imperfeito, que define uma acção inacabada).

[...] O verbo pode também sofrer uma variação em voz, de acordo com o papel que é atribuído ao sujeito na própria enunciação, distinguindo-se para o efeito a voz activa, a voz passiva e a voz reflexiva, conforme o facto expresso pelo verbo seja praticado pelo sujeito, seja sofrido por este ou tenha sido praticado e sofrido simultaneamente pelo sujeito, respectivamente¹⁴².

A gramática tradicional considera o verbo como uma palavra variável que exprime uma acção, um acontecimento que vem representado no tempo e que resulta do argumento de um sujeito actuante. O estatuto de predicado responsabiliza-o pela organização dos restantes constituintes da frase e pela sua combinação devidamente articulada e linear, sendo compromisso da sintaxe essa mesma distribuição:

Numa acepção sintáctica, o verbo serve de predicado a uma oração, isto é, afigura-se como um monema nuclear predicativo, capaz de surgir combinado ou não com modalidades, e em torno do qual se organizam os vários elementos que com ele co-ocorrem, definindo, relativamente a si, a sua função¹⁴³.

Da herança latina, o verbo recebeu também a capacidade de ser flexionável. A flexão fazia-se sentir pela concordância do verbo com o sujeito, em termos semânticos, a qual era marcada pelo morfema número-pessoal, como actualmente acontece.

¹⁴² SANDRA MAÍSA VIDINHA CARMO, *Sintaxe e semântica do verbo Ser no romance* Em nome da terra de *Vergílio Ferreira*. Funchal, Universidade da Madeira, 2004, pp. 39-41.

¹⁴³ REINA TROCA PEREIRA, *Contributos da afixação greco-latina para a definição do valor aspectual na língua portuguesa*, p. 78.

Um outro conceito interessante a reter é o da impossibilidade de separar o tempo e o modo em português. Avançada por Rosa Virgínia Mattos e Silva, a ideia assenta na convicção de que o modo e o tempo estão representados cumulativamente pelo morfema modo-temporal, sendo impossível separá-los ou sequer representá-los individualmente.

Uma vez que não é nosso objectivo aprofundar as propriedades do sistema modo-temporal, mas apenas distinguir alguns traços do seu percurso, vamos finalizar com um esquema representativo do sistema de tempos e modos do verbo português, apenas a título de confrontação com o que foi feito anteriormente para o verbo latino. Neste, podemos observar uma distribuição semelhante, mas simplificada com a perda da bipartição temporal do *infectum* e do *perfectum*. A novidade é a formação dos tempos compostos:

Quadro 4: Tempos e modos do verbo português

Modos	Tempos simples	Tempos compostos
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicativo ▪ Conjuntivo ▪ Imperativo ▪ Infinitivo ▪ Condicional¹⁴⁴ 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Presente ▪ Pretérito perfeito ▪ Pretérito imperfeito ▪ Pretérito mais-que-perfeito ▪ Futuro (imperfeito) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pretérito perfeito do indicativo ▪ Pretérito mais-que-perfeito do indicativo ▪ Futuro do presente do indicativo ▪ Futuro do pretérito do indicativo ▪ Pretérito perfeito do conjuntivo ▪ Pretérito mais-que-perfeito do conjuntivo ▪ Futuro do conjuntivo ▪ Infinitivo (pessoal)

¹⁴⁴ Alguns gramáticos defendem que o condicional corresponde a um tempo do modo indicativo, o qual designam de futuro do pretérito.

2. Verbos principais e auxiliares

Dentro dos critérios sintácticos que reportam à nossa análise, a categoria da função (do verbo) legitima o carácter bipolar que isola dois pólos em antítese: de um lado, a função de verbo principal, e do outro, a de verbo auxiliar. Distinga-se, primeiramente, que o carácter bipolar é fruto da pluralidade de significados permitidos pela ambiguidade da própria língua, que concede a um sintagma um determinado grau de mutabilidade, de acordo com a sua relatividade semântica. Neste sentido, à mutabilidade do verbo está associada uma classificação que se objectiva em função de uma intenção fiel àquela que reproduz o seu significado pleno, formando por si próprio o núcleo da oração, ou uma intenção que exige a combinação com outro verbo, transformando o sentido etimológico (do primeiro) e remetendo-o para a categoria de auxiliar. É, pois, nesta distinção entre principal e auxiliar, que Celso Cunha e Lindley Cintra esclarecem o seguinte acerca deste último:

[...] aquele que, desprovido total ou parcialmente da acepção própria, se junta a formas nominais de um verbo principal, constituindo com elas locuções que apresentam matizes significativos especiais¹⁴⁵.

De acordo com Alicia Yllera, o conceito de verbo auxiliar está intimamente associado às transformações semânticas a que esse estatuto obriga, pois é aquele que se «une a un verboide para expresar los valores de tiempo, modo y aspecto o bien al que presenta, en estos empleos, una pérdida de su significado próprio»¹⁴⁶. De acordo com uma perspectiva formal, a formação de um núcleo verbal complexo implica a união com uma forma nominal. Mas na representação da auxiliaridade, há que relembrar um critério fundamental que se prende com a perda de significado, ou seja, com o processo de deslexicalização do verbo, particularmente responsável pela possibilidade de adopção de novos significados. A concretização de significados diferentes do seu original, implica a assimilação de novos valores aspectuais, modais e também temporais, pelo que, assim definidos, estamos perante uma estrutura gramatical totalmente reciclada.

A classificação de verbo auxiliar procede da construção complexa que resulta da combinação de dois verbos. A tentativa de delimitar *a priori* este grupo verbal nem sempre é

¹⁴⁵ CELSO CUNHA; LINDLEY CINTRA, *Nova gramática do português contemporâneo*. 17.^a ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2002, p. 385.

¹⁴⁶ ALICIA YLLERA, *Sintaxis histórica del verbo español: las perifrasis medievales*. Zaragoza, Universidade de Zaragoza, (Departamento de Filología), 1979, p. 13.

coerente e também nem sempre é unânime a selecção prévia dos verbos a ela pertencentes, isto porque se trata de uma subclasse que tem aumentado significativamente, não podendo cingir-se ao conjunto cristalizado de membros a que se reportava anteriormente. A explicação para este facto está associada à perda do valor semântico original, mas também à crescente necessidade de reproduzir novos significados e novas intenções. A isto se referiu Jorge Barbosa, quando explorou o conceito de verbo auxiliar e depositou no verbo *Ser* os critérios enformadores de que perfilham os auxiliares *Estar*, *Haver* e *Ter*:

Foi necessário pois, para a enunciação completa de nossos conceitos, que o verbo substantivo simples chamasse em sua ajuda outros verbos, que juntos e conjugados com elle, acabassem de formar o painel da enunciação total dos diversos modos possíveis, porque o espirito póde conceber, e concebe uma coisa existente. Estes verbos chamam-se por isso *auxiliares*, porque auxiliam o verbo *ser* para tomar todas as fórmulas compostas, e as combinações precisas para este fim¹⁴⁷.

Anabela Gonçalves, no seu estudo sobre a sintaxe dos verbos auxiliares do português europeu, observou que os critérios que comprovam o carácter dos auxiliares estão limitados a duas permissas fundamentais:

- i. o auxiliar e o verbo principal têm de pertencer ao mesmo domínio frásico e evidenciar uma forte coesão sintáctica;
- ii. o auxiliar é desprovido de uma grelha argumental própria, o que implica que o SN-Sujeito final seja um dependente temático do SV cujo núcleo é o chamado principal¹⁴⁸.

Compreendemos que a relação entre o verbo auxiliar e o principal é de total interdependência. É, aliás, da combinação dos dois que nasce o SV, sendo que o núcleo reside no verbo principal. A ser assim, naturalmente que é este último que reflecte a relação do SV com o sujeito e com os restantes complementos da frase, cabendo ao verbo auxiliar a função de adjunto na formação de enunciados e de significações especiais.

Neste contexto, a autora desenvolveu um conjunto interessante de propriedades exclusivas, com vista a definir critérios que comprovem os comportamentos verdadeiramente próprios dos auxiliares. Esse conjunto de critérios, que surge enumerado abaixo, assenta, essencialmente, em compatibilidades semânticas e morfológicas:

1. Impossibilidade de co-ocorrência com uma oração completiva finita e com uma oração completiva infinita;
2. Impossibilidade de negação do predicado verbal encaixado, vulgarmente designado por verbo principal;

¹⁴⁷ JERÓNIMO SOARES BARBOSA, *Grammatica philosophica da Língua Portuguesa ou princípios da Grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822, p. 134.

¹⁴⁸ ANABELA GONÇALVES; MADALENA COLAÇO; MATILDE MIGUEL; TELMO MÓIA, *Quatro estudos em sintaxe do português. Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros*. Colecção Estudos Linguísticos, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 10.

3. Obrigatoriedade de subida do clítico para uma posição de adjacência à esquerda ao (primeiro) auxiliar, em condições que determinam a ordem *cl-V*;
4. Impossibilidade de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos;
5. Impossibilidade de substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo *o*;
6. Não imposição de restrições de selecção ao SN que ocupa a posição de Sujeito final, que deve ser semanticamente compatível com o chamado verbo principal;
7. Não atribuição de papel- θ externo, que varia de acordo com a grelha temática do chamado verbo principal¹⁴⁹.

Concordamos com a autora quando defende que uma das diferenças de comportamento entre os verbos auxiliares e os verbos principais é, justamente, o facto de seleccionarem complementos diferentes. Os primeiros seleccionam um complemento verbal que tem como núcleo o verbo principal; os segundos escolhem um complemento frásico, ou seja, nominal. Os primeiros têm, portanto, um enfoque mais restrito e localizado, contrariamente aos segundos, que possuem um campo de actuação mais abrangente.

Os verbos que se tornam auxiliares sofrem um processo de gramaticalização, embora com frequência se conserve algum do seu significado originário. Isto implica que os verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** que nos propomos estudar nesta tese, e que são justamente considerados os verbos auxiliares de uso mais frequente, terão sofrido essa gramaticalização, deslexicalizando-se, e assumindo outros valores para expressar uma nova modalidade do conceito verbal. Implica dizer que a sua função na oração não se limita apenas à de auxiliar, pois em determinados contextos semânticos, todos eles assumem um comportamento morfossintático livre, no seu carácter pleno de verbos principais. Quer isto dizer que, inevitavelmente, o seu estatuto aparece associado à questão da auxiliaridade quando, de facto, auxiliam a conjugação de outro verbo e com ele formam um tempo composto; mas, simultaneamente, também se concretizam na expressão de um tempo simples, quando são fiéis à sua significação própria. Observemos os seguintes casos:

Auxiliar	Principal
«...se grande feito nunca lhes <u>foi encomendado</u> ...»	«...porque maldito <u>he</u> o homem...»
«...por <u>estar pensando</u> achava mui contraíro...»	«...e ambas <u>estom</u> na natureza inteleitual.»
«... porque tanto <u>haveria de trabalhar</u> nos feitos...»	«...mas <u>havera</u> sempre aquela mais perfeita lembrança...»
«...e as cousas que <u>tem de fazer</u> ...»	«E <u>tem</u> estas virtudes e costumes...»

Na coluna da esquerda, os verbos em questão funcionam como auxiliares, os quais se conjugam e depois se fazem acompanhar da forma nominal do verbo principal. Na coluna da direita, os mesmos verbos se assumem como principais, não necessitando de nenhum outro verbo para existirem plenamente. Ora, isto implica que o perfil de auxiliar não seja exclusivo

¹⁴⁹ IDEM, *ibidem*, pp. 11-12.

à sua natureza, pelo que, numa perspectiva sintáctico-semântica, a variação/classificação é coerente com a intencionalidade discursiva. Note-se que no 1.º exemplo da coluna da direita, o verbo **Ser** é copulativo e necessita do predicativo, mas não de um outro verbo, pois manifesta a ideia central de estado ou qualificação permanente (contida no próprio verbo); no 2.º caso, o verbo **Estar** remete para a ideia de permanecer, existir; no 3.º caso, o verbo **Haver** surge como sinónimo de existir; e no 4.º caso, o verbo **Ter** expressa claramente a posse, uma característica já implícita na sua etimologia.

Deste modo, quando a intenção do falante é reproduzir significados distintos aos que são próprios a cada verbo, ou conseguir um grau subtil de parentesco, a língua permite-lhe utilizar outros recursos e recorrer a combinações capazes de expressar as suas intenções de forma mais específica. Daqui nasce um grupo verbal formado por um auxiliar e um verbo principal, o qual constitui um complexo predicativo único (locução verbal).

Desta forma, compreendemos que é nas propriedades da auxiliaridade que vamos encontrar um novo potencial e uma renovada empregabilidade para a expressão destes verbos. Tal expressividade traduz-se na formação de um núcleo sintáctico complexo, como podemos ver nos exemplos que se seguem, que permite combinações diferenciadas e, portanto, dá resposta a intenções comunicativas também diferentes. A *Nova gramática do português contemporâneo*¹⁵⁰ aborda esta questão com bastante clareza e apresenta o seu parecer com relação aos usos dos auxiliares **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter**. Vejamos uma sùmula:

- **Ser** - emprega-se com o particípio do verbo principal para formar a passiva de acção: *As cartas serão escritas por nós.*
- **Estar** - emprega-se com o particípio do verbo principal para formar a passiva de estado: *Estou encantado contigo.*
 - Emprega-se também com o gerúndio ou o infinitivo do verbo principal antecedido da preposição **a**, para indicar uma acção durativa, continuada: *Estava tratando do caso. / Estava a tratar do caso.*
 - Emprega-se ainda com o infinitivo do verbo principal antecedido da preposição **para**, para exprimir a iminência de um acontecimento, ou o intuito de realizar a acção expressa pelo verbo principal: *A festa está para começar. / Estou para telefonar-lhe há horas.*
 - Emprega-se também com o infinitivo do verbo principal antecedido da preposição **por**, para indicar que ainda não foi realizada uma acção que já o deveria ter sido: *A ficha está por fazer.*
- **Ter** e **haver** - empregam-se com o particípio do verbo principal para denotar um facto acabado, repetido ou contínuo: *Tenho escrito várias cartas. / Havíamos feito uma promessa.*
 - Empregam-se também com o infinitivo do verbo principal antecedido da preposição **de** para exprimir a obrigatoriedade ou o firme propósito de

¹⁵⁰ CELSO CUNHA; LINDLEY CINTRA, *Nova gramática do português contemporâneo*, pp. 393-394.

realizar algo: Tenho de escrever várias cartas./Havemos de fazer uma promessa.

Capítulo II

OS BINÓMIOS “SER/ESTAR” E “HAVER/TER”

1. “Ser” e “Estar”

O verbo *Ser* provém do latim *Sedere*¹⁵¹, que, inicialmente, significava “estar sentado”, “manter-se”, “permanecer”, “estar”, entre outros. Todavia, a conjugação deste verbo resulta da fusão de formas pertencentes a *Sedere* e a *Esse*. Do mesmo modo, da ideia inicial de “estar sentado”, tomou também outras, nomeadamente a de “estar” e também a de “ser”:

Em geral: o port. arc. *ser* no início significou “estar sentado” [...]. Mas apareceu em data precoce com o sentido de “ser” [...]. O verbo derivado de *sēdere* foi conjugado em sua inteireza no português arcaico, mas muitas das suas formas foram cedo substituídas por formas do lat. *esse*¹⁵².

Ora, ao transportar consigo formas de dois étimos diferentes, facilmente se depreende que este verbo jamais seria desprovido de alguma complexidade, uma vez que a irregularidade o acompanha desde o berço. A. Ernout¹⁵³ frisa que o verbo *Ser* conservou as características da sua estrutura complexa, nomeadamente, o tema *es-* do presente, alternado com *s-*. Este último terá fornecido algumas formas temáticas do indicativo presente, do conjuntivo e do particípio composto. As restantes formas do indicativo presente, do imperativo, do imperfeito, do futuro e do infinitivo presente assentam sobre o tema *es-*.

De um ponto de vista mais específico, vamos começar por observar o comportamento de *Ser* no presente do indicativo. A conjugação inicial, totalmente herdada de *Sedere*, apresentava as seguintes formas: *sēdēo* (arc. *sejo*), *sēdes* (arc. *sees*), *sēdēt* (arc. *sē*), *sēdēmus* (arc. *semos*), *sēdētis* (arc. *sedes/sedes*), *sēdent* (arc. *seem*). Todavia, estas formas não

¹⁵¹ Torna-se pertinente reforçar a ideia de que a teoria desenvolvida ao longo deste capítulo, que envolve a origem e o percurso do verbo *Ser*, segue uma orientação que não é partilhada por todos os autores que se debruçam sobre o tema. Por este motivo, devemos frisar a existência de teses que apontam para uma origem mais complexa e também mais remota do verbo *Ser*. Os argumentos apresentados por estes estudiosos são credíveis e, como tal, merecem o nosso respeito, nomeadamente pelo facto de tornarem a nossa posição mais vulnerável. Neste sentido, seguem-se alguns títulos de excelência: VICTOR HENRY, *Les Trois Racines du Verbe «Être» dans les Langues Indo-Européennes*. Lille, 1878; AUGUST SCHLEICHER; LEO MEYER, *Compendio di grammatica comparativa dello antico indiano, greco ed itálico*. Torino e Firenze, Ermano Loescher, 1869; FRANÇOIS BOPP, *Grammaire comparée des langues indo-européennes: comprenant le sanscrit, le zend, l'arménien, le grec, le latin, le lithuanien, l'ancien slave, le gothique et l'allemand*. 2.^a ed., Paris, Imprimerie Impériale, M DCCC LXVI; KARL BRUGMANN; BERTHOLD DELBRÜCK, *Grundriß der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen*. Auflage, Straßburg, 1897-1916; FRIEDKICE DIEZ, *An etymological dictionary of the Romance languages*. London, Williams and Noroate, 1864; AUGUST SCHLEICHER; HERBERT BENDALL, *A compendium of the comparative grammar of the Indo-European, Sanskrit, Greek, and Latin languages*. London, Trübner and Co., 1874.

¹⁵² EDWIN B. WILLIAMS, *Do latim ao português*, p. 241.

¹⁵³ ALFRED ERNOUT, *Morphologie historique du latin*. Paris, Éditions Klincksieck, 1989, p. 175.

perduraram e acabaram por ser substituídas por outras, desta vez herdadas de *Esse*. Por conta disso, o verbo *Ser* adoptou formas totalmente novas para a sua conjugação e, ao fazê-lo, aceitou também os significados que elas possuíam, quer parcial quer inteiramente. Assim, passamos, em seguida, a especificar estas mudanças com maior precisão. O presente do indicativo passa a conjugar-se da seguinte forma: *sum* (arc. *som*) ou *sō* (arc. *são*), *es*, *est*, *sūmus*, *estis*, *sunt/som*. O imperativo adopta as formas *ēs* e *ēstē* para o presente e as formas *ēstō(d)*, *ēstōtē*, *sūntō(d)* para o futuro. O presente do subjuntivo forma-se com *siem*, *siēs*, *siet*, *sīmus*, *sītis*, *sint*. O imperfeito do subjuntivo conjuga-se com *essem*, *essēs*, *esset*, *essēmus*, *essētis*, *essent*. O imperfeito do indicativo forma-se com *eram*, *erās*, *erat*, *erāmus*, *erātis*, *erant*. O futuro do indicativo segue com *erō*, *eris*, *erit*, *erimus*, *eritis*, *erunt*. O pretérito, que tinha a sua conjugação apoiada em *Sedere* (*sēduī*, *sevi* (arc. *sive*), *sēduit* (arc. *seve*), *seduērunt* (arc. *severom*)), adopta também as formas do verbo *Esse*: *fūī*, *fuisti*, *fūīt*, *fuiuss*, *fūistis*, *fuerunt*¹⁵⁴.

Como vamos observar nas páginas que se seguem, o percurso do verbo *Ser* apresenta imensas curiosidades. A começar pelo latim clássico, vemos que este verbo possuía já uma distribuição que, como podemos verificar pelo Quadro 5, não só legitima os atributos que lhe outorgavam como esclarece as suas características morfossintácticas dentro do panorama dos tempos do *infectum* e do *perfectum*. A distribuição dos diferentes radicais aponta claramente para o nível de irregularidade que possuía:

Quadro 5: Formas do verbo “Ser” (*esse*) no *infectum* e no *perfectum* do latim clássico

Formas do <i>infectum</i>	Formas do <i>perfectum</i>
<p>Radical <i>es</i> ou <i>s</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • na 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo: <i>sum</i>; • na 1.^a e 3.^a pessoas do plural do presente do indicativo: <i>sumus</i>, <i>sunt</i>; • em todo o presente do subjuntivo: <i>sim</i>, <i>sis</i>, <i>sit</i>, <i>simus</i>, <i>sitis</i>, <i>sint</i>; • na 3.^a pessoa do plural do imperativo futuro: <i>esto</i>, <i>esto</i>, <i>estote</i>, <i>sunto</i>; <p>Radical <i>er</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • no imperfeito do indicativo: <i>eram</i>, <i>eras</i>, <i>erat</i>, <i>eramus</i>, <i>eratis</i>, <i>erant</i>; • no futuro: <i>ero</i>, <i>eris</i>, <i>erit</i>, <i>erimus</i>, <i>eritis</i>, <i>erunt</i>. 	<p>Radical <i>fu</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • perfeito do subjuntivo: <i>fuerim</i>, <i>fueris</i>, <i>fuerit</i>, <i>fuerimus</i>, <i>fueritis</i>, <i>fuerint</i>; • mais-que-perfeito do subjuntivo: <i>fuissem</i>, <i>fuissemus</i>, <i>fuissetis</i>, <i>fuisset</i>, <i>fuissemus</i>, <i>fuissetis</i>, <i>fuisset</i>.

¹⁵⁴ ALFRED ERNOUT, *Morphologie historique du latin*, pp. 175-179; EDWIN B. WILLIAMS, *Do latim ao português*, p. 241-243; A. ERNOUT; A. MEILLET, *Dictionnaire etymologique de la langue latine. Histoire de mots*. 13.^a ed., Paris, Librairie Klincksieck, 1951, pp.1174.

Na época clássica, o verbo *Esse* empregava-se tanto na qualidade de verbo principal como na qualidade de verbo auxiliar. No entanto, as possibilidades de predicção eram mais extensas enquanto verbo principal, do mesmo modo que era já visível o seu elevado potencial sinonímico. Alcir da Silveira¹⁵⁵, no seu trabalho sobre a história do verbo *Ser*, distinguiu os empregos dos diferentes tipos de predicção e esclareceu o contexto discursivo em que se enquadravam, na medida em que pôde formar um quadro descritivo dos seus valores discursivos. Epitomou-os da seguinte forma:

Quadro 6: Empregos do verbo *Esse* no latim clássico

Verbo principal	Verbo auxiliar
Verbo de ligação com o significado de “ser” ou com a acepção de “estar”.	Para formar a passiva com o particípio perfeito do verbo principal, nos tempos do <i>perfectum</i> .
Verbo intransitivo enquanto sinónimo de “existir” ou com a acepção de “acontecer”.	Para formar o infinitivo futuro da activa do verbo principal.
Como sinónimo de “custar”, quando junto do ablativo de preço.	Para constituir uma perífrase verbal que reproduz a intenção de se fazer algo ou de que algo está prestes a acontecer (distinguindo-se do futuro do <i>infectum</i>).
Com a acepção de “valer”, quando junto do genitivo de adjectivos e pronomes indefinidos quantitativos.	Para formar o particípio futuro da passiva do verbo principal.
Formava sintagma com: <ul style="list-style-type: none"> • o genitivo e o dativo de posse; • o dativo final; • o genitivo ou o ablativo de qualidade. 	

Pela leitura do Quadro 6, depreendemos que o verdadeiro potencial de expansão do verbo *Esse* residia, sobretudo, nas suas propriedades de verbo pleno, na medida em que já adoptava valores semânticos muito diversos. Todavia, o seu papel na formação de tempos compostos anuncia possibilidades de expressão igualmente flexíveis e de impacto na difusão de novas acepções sintáctico-semânticas.

Na passagem para o latim vulgar, o verbo *Ser* manteve muitos dos usos já registados na época clássica. Todavia, também assumiu alguns valores distintos, fruto do seu potencial semântico. Este, que de há muito se mostrava crescente, extravasava os sinais inovadores da sua própria riqueza linguística. Vejamos quais¹⁵⁶:

- como verbo de ligação podia adoptar o sentido de “ser”, “estar”, “ficar”;

¹⁵⁵ ALCIR LEOPOLDO DIAS DA SILVEIRA, *História do verbo Ser do latim ao português*. Colecção Estudos Universitários, Natal, Editora Universitária, 1980, pp. 21-24.

¹⁵⁶ ALCIR LEOPOLDO DIAS DA SILVEIRA, *História do verbo Ser do latim ao português*, pp. 31-34.

- na qualidade de verbo intransitivo, adoptava o sentido de “estar, achar-se”, “existir”, “acontecer”, “aparecer, surgir”;
- enquanto verbo principal era usado de forma impessoal com nomes designando tempo, com advérbios de modo, com a significação de “ser longe de”; era também usado de forma pessoal com expressões que indicam tempo decorrido; ligava-se ao dativo de posse; formava sintagma com o genitivo de posse e de qualidade;
- enquanto auxiliar, formava a passiva com o particípio perfeito do verbo principal; constituía também uma perífrase verbal com o particípio futuro da activa do verbo principal; formava com o particípio futuro do verbo principal o infinitivo futuro deste; com o particípio futuro passivo do verbo principal formava uma perífrase verbal passiva impessoal e pessoal.

De acordo com Alcir Silveira¹⁵⁷, a fase que se caracteriza pelo latim bárbaro e que nos fornece os dados que determinam o período proto-histórico da língua deixa clara a substituição de *Sedere* (“estar sentado”) por *Esse* (“ser”) e, portanto, reconhece a proximidade e a equivalência semântica entre eles. Esta afinidade torna-se legítima em função dos traços que são comuns a ambos, na qualidade de verbos que exprimem um estado contínuo no tempo e não uma acção, traços estes que, mais tarde, serão o móbil da sua fusão. O verbo *Sedere*, ao perder parte do seu significado inicial (“estar sentado”) para passar a designar genericamente “estado”, aproximou-se do valor semântico de *Esse*. Todavia, não foi apenas o parentesco semântico que levou o uso vulgar a fundi-los, pois também a evolução fonética do vocábulo demonstra a analogia etimológica evidente para muitas das formas do verbo *Ser*: *sedere*>*seer*>*se*; *sedendo*>*seendo*>*sendo*; *sede*>*see*>*sê*. Estas transformações são já evidentes no período arcaico da língua, bem como outras de carácter fonético e lexical. Do mesmo modo, esta fase aporta não só a coexistência das formas verbais derivadas de *Esse* e de *Sedere*, enquanto equivalentes, como a sua fusão num só paradigma. A título de exemplo, a forma “era”, proveniente de *Esse*, usava-se ao lado da forma *seia*, proveniente de *Sedere*.

A fusão entre os dois verbos é também comentada por Maria Fernanda Moreira Gonçalves, que observa o predomínio das formas de *Esse* sobre as de *Sedere*, na materialização dos paradigmas do verbo *Seer*:

Na fase galego-portuguesa da língua, o verbo *seer* reveste-se de grande interesse pelas particularidades que apresenta, dado ser resultante da fusão de dois verbos latinos: *ESSE* e *SEDERE*. A reconstrução dos paradigmas do não-perfeito e do perfeito revela que as formas dominantes são aquelas que provêm de *ESSE*, ao passo que as continuadoras de *SEDERE* são minoritárias¹⁵⁸.

¹⁵⁷ ALCIR LEOPOLDO DIAS DA SILVEIRA, *História do verbo Ser do latim ao português*, pp. 37-39.

¹⁵⁸ MARIA FERNANDA MOREIRA GONÇALVES, *A morfologia verbal do galego-português: contributos para um estudo sincrónico-descritivo*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1999, p. 130.

Repare-se que o verbo *Esse* era essencialmente existencial, copulativo; e «embora pudesse adquirir numerosos significados, era por assim dizer um termo geral e não tinha uma significação concreta e limitada»¹⁵⁹. Já o verbo *Sedere* (“estar sentado”, “ficar”) firmava essencialmente o aspecto durativo (que *Esse* não possuía) e estativo da acção e possuía um carácter intransitivo. Esta particularidade permitia, no entanto, um número vasto de aplicações na língua, um uso de tal modo generalizado que o foi distanciando do seu significado concreto. Este factor favoreceu o seu valor enquanto verbo auxiliar e proporcionou a aproximação com *Esse* ao ponto de ser capaz de substituí-lo em determinados contextos. Por apresentar uma conjugação incompleta, *Esse* foi buscar a *Sedere* os tempos que não possuía, suprimindo assim as suas faltas¹⁶⁰.

A ser assim, podemos, então, sintetizar que o posicionamento de *Sedere* diante de *Esse*, no período arcaico da língua, era de igualdade, nos casos em que funcionava como verbo auxiliar; naqueles em que adoptava funções de verbo pleno, era firme no seu sentido primitivo, do mesmo modo que, ao substituir *Esse*, lhe transferiu as características durativas que possuía:

Na época medieval, a posição de SEDERE perante ESSE era pois a seguinte: SEDERE encontrava-se fundido com ESSE tendo portanto o papel de verbo auxiliar; mas continuava a ter conjugação completa e a usar-se em alguns casos com o seu sentido concreto primitivo. Por outro lado, se se tornou capaz de substituir ESSE nas suas funções, exerceu nele uma influência considerável introduzindo em numerosas construções o elemento durativo¹⁶¹.

Pela auscultação dos textos do período arcaico da língua, podemos vislumbrar o ambiente discursivo subjacente às diversas ocorrências do verbo *Ser*. Essa observação, que sumariamos no Quadro 7 que se segue, tem em conta a frequência das ocorrências verbais e a distinção entre elas, essencialmente dentro dos critérios sintácticos da função verbal¹⁶². Desta leitura destaca-se uma sobrevalorização da qualidade de verbo principal em detrimento da função de auxiliar, o que não se verificava no período clássico. Nessa época, este domínio não existia, o que nos leva a concluir que, no período arcaico, a proximidade semântica já teria avançado para um estágio de distinção dos valores agora assumidos pelas formas adoptadas para o verbo *Ser*, sejam elas provenientes de *Esse* como de *Sedere*. O campo de actuação de cada uma estava a mudar e a assumir uma nova identidade. Claramente, *Ser* transporta agora valores predominantemente focados na sua significação plena, dentro de um leque vasto de propriedades gramaticais articuladas entre si, dando novos indícios de versatilidade e de alcance linguístico. A auxiliaridade limitava-se à formação da passiva e da perifrástica:

¹⁵⁹ MARIA TERESA BOTELHO DE SOUSA VIEIRA, «SEER» e «ESTAR» no português medieval. Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1961, p. 18.

¹⁶⁰ IDEM, *ibidem*, pp. 22-23.

¹⁶¹ IDEM, *ibidem*, p. 125.

¹⁶² Cf. ALCIR LEOPOLDO DIAS DA SILVEIRA, *História do verbo Ser do latim ao português*, pp. 49-53.

Quadro 7: O verbo “Ser” no período arcaico

Verbo principal	Verbo auxiliar
Enquanto verbo de ligação: • Com a acepção de “ser”; • Como sinónimo de “estar”; • Com o sentido de “ficar, tornar-se”.	Formava a passiva com o particípio perfeito do verbo principal.
Enquanto verbo intransitivo: • Como sinónimo de “existir”; • Com o sentido de “estar”; • Com a acepção de “acontecer”; • Como sinónimo de “realizar-se”.	Formava conjugação perifrástica com o gerúndio do verbo principal.
Era impessoal junto de designações de tempo.	
Equivalia a “ser feito de” junto da preposição de , em orações interrogativas.	
Combinava-se com o sintagma constituído de preposição a e de verbo no infinitivo.	
Como sinónimo de “custar”, quando formava sintagma com nomes que designavam preço.	
Podia ligar-se a um sintagma constituído pela preposição de seguida de nome que indicava posse.	
Era impessoal com expressões de modo.	
Formava uma expressão de realce com a partícula que .	
Usava-se como vicário.	

Enquanto que o verbo **Ser** resulta de dois étimos latinos, o verbo **Estar** provém de um único verbo - **Stare**. Este retinha o significado principal de “estar em pé”, a par com outros como “manter-se”, “parar”, “persistir” e, à semelhança de **Sedere**, marcava o aspecto durativo da acção e a intransitividade. Do mesmo modo, **Stare** era copulativo e fazia-se acompanhar de atributos e de argumentos circunstanciais ou pronominais para se representar em estruturas de posse, de localização e de perífrase¹⁶³. Todavia, a sua evolução manifestou-se, essencialmente, na capacidade de ampliar as potencialidades que já possuía, no respeito pela sua própria natureza, pelo seu sentido concreto e fundamental. No entanto, isto não o impediu de conquistar uma posição mais preponderante em algumas estruturas destinadas ao verbo **Seer** e a espriar o emprego das suas formas. Todavia, o seu carácter restrito mantém-se. O verbo **Seer** pode substituir **Stare** em todas as circunstâncias, mas o contrário não se verifica, nem mesmo nos nossos dias.

No período arcaico, a distinção entre **Ser** e **Estar** era pouco clara e rigorosa. Na verdade, os dois verbos comungavam dos mesmos valores semântico-discursivos e ocorriam em igual número e circunstância, tanto na qualidade de verbos principais como na de

¹⁶³ MARIA TERESA BOTELHO DE SOUSA VIEIRA, «SEER» e «ESTAR» no português medieval, pp. 98-115. Sobre os vários significados de **Stare**, consultar JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3.ª ed., vol. 3, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. 478.

auxiliares. Nesta época, ainda se vislumbravam poucos indícios de um afastamento que seria difícil de prever se tivermos em conta a força da sua sinonímia. Mas com o tempo, o seu significado primitivo foi-se perdendo e, actualmente, cada um deles tem um campo bem distinto de actuação e um valor semântico divergente, mesmo que comunguem da mesma função de auxiliares.

Como já reforçámos anteriormente, a proximidade do sentido de *Stare* com o de *Esse* não vai resultar numa fusão num único paradigma, nem tão-somente numa aproximação morfossintáctica, apesar da influência que um exerceu sobre o outro, já que algumas formas de *Stare* se desenvolveram por analogia com as de *Seer*: *stom* > *som*, *stemos* > *semos*, *estomos* > *somos*¹⁶⁴. Na verdade, a cumplicidade entre *Esse* e *Sedere*, vem acentuar o carácter distintivo de *Stare* relativamente a *Esse* e reduzir os traços comuns que os aproximava. Do mesmo modo, também a actuação destes verbos, enquanto independentes, com valor próprio, não cessa de existir. O valor concreto de cada um mantém-se vivo, bem como a sua função de auxiliares, e ambas vão coexistir ao longo deste período medieval. É evidente que esta mudança, a par com todas as que ocorrem ao longo da história da língua, deu-se de modo gradual, processando os seus efeitos de forma paulatina e respeitando a dinâmica temporal.

De acordo com Maria Teresa Vieira¹⁶⁵, as diferenças patentes ao uso dos verbos *Seer* e *Stare* no período arcaico, resumem-se às apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 8: Diferentes usos de *Seer* e *Stare*

<i>Seer</i>	<i>Stare</i>
Pode funcionar como verbo de existência.	Não pode funcionar como verbo de existência.
Verbo copulativo que se fazia acompanhar de atributos como adjectivos, advérbios, substantivos, frases de valor adjectivo, proposições e pronomes. <i>Seer</i> + atributo = qualidade ou estado do sujeito.	Verbo copulativo que se fazia acompanhar de atributos como adjectivos, advérbios, frases de valor adjectivo. <i>Estar</i> + atributo = estado do sujeito (unicamente).
Exprime situações de localização e de posse.	Exprime apenas situações de localização.
É o auxiliar da voz passiva. Utiliza-se também na conjugação perifrástica.	Não faz a voz passiva, mas usa-se na conjugação perifrástica.

Note-se que o carácter existencial era exclusivo a *Seer*, do mesmo modo que o era a construção da passiva, da estrutura possessiva e da atributiva qualitativa. Partilhavam, no entanto, a formação da perifrástica e a representatividade locativa e atributiva estativa.

O confronto com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*¹⁶⁶ permite-nos estabelecer algum paralelo entre o período arcaico da língua e o moderno e, essencialmente,

¹⁶⁴ EDWIN B. WILLIAMS, *Do latim ao português*, pp. 227-228.

¹⁶⁵ MARIA TERESA BOTELHO DE SOUSA VIEIRA, «SEER» e «ESTAR» no português medieval, p. 150.

¹⁶⁶ DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA. Vol. I e II, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Editorial Verbo, 2001, pp. 1567, 3390 e 3391.

compreender a amplitude semântica que cada um destes verbos conquistou desde o seu período hodierno até aos nossos dias. Não só distinguimos analogias e dissemelhanças entre os diferentes usos que os verbos **Ser** e **Estar** conservam actualmente, como também compreendemos a versatilidade da sinonímia, pois esta está presente na extensão significativa de cada um deles. Após a leitura do quadro que se segue, compreendemos que **Ser** e **Estar** partilham de alguma proximidade enquanto verbos plenos, nomeadamente enquanto parentes em significados como “situar-se em determinado lugar” ou “ficar”. O campo de significações é mais expressivo em **Estar**, enquanto verbo copulativo e auxiliar, na medida em que abrange um leque de combinações substantivas ou predicativas manifestamente plúrimo e diferenciado. Enquanto verbo modalizador, **Ser** aponta para uma grande diversidade de significados que estão dependentes de uma contextualização adequada e que se expressam pela combinação com outros elementos frásicos ou verbais. Vejamos, então, o quadro que se segue:

Quadro 9: Usos de “Ser” e “Estar” no português moderno

Ser	Estar
<p>Ser1 [sér]. v. (Do lat. <i>sedēre</i> ‘estar sentado’).</p> <p>I. Como verbo pleno significa: 1. Ter existência real. ≈ EXISTIR. <i>razão* de ser</i>. 2. Ter ocorrência, ter lugar. ≈ ACONTECER, OCORRER, SUCEDER. 3. Situar-se, alguma coisa, em determinado lugar. ≈ ESTAR, FICAR, LOCALIZAR-SE. 4. Desenrolar-se, de modo fixo, um evento, em determinado lugar. ≈ DECORRER, PASSAR-SE. 5. Ter lugar, um acontecimento, em dado momento do tempo. ≈ OCORRER, REALIZAR-SE. 6. Chegar, a hora, um momento do tempo, uma estação, uma quadra, uma época... 7. Vir, alguém ou alguma coisa, de determinado lugar. (Seguido da prep. <i>de</i>). ≈ PROVIR. 8. Pertencer a alguém ou alguma coisa (Seguido da prep. <i>de</i> ou <i>poss.</i>). 9. Situar-se, alguém, entre; estar alguém, colocado entre. (Seguido da prep. <i>de</i> e nome plural ou colectivo). 10. Estar, alguma coisa, relacionada com; dizer, alguma coisa, respeito a. (Seguido da prep. <i>com</i>). 11. Ter, alguém, uma qualidade em alto grau. (Seguido da prep. <i>de</i>). 12. Mostrar-se, uma qualidade, digna, própria de alguém. ≈ CONVIR A. 13. Ter, alguém, capacidade, inclinação. (Seguido da prep. <i>para</i> ou <i>de</i>). 14. Mostrar-se, alguém, favorável a, partidário de. (Seguido da prep. <i>por</i>). ≈ TORCER POR. 15. Custar, alguma coisa,</p>	<p>Estar [iftár]. v. (Do lat. <i>stāre</i> ‘estar firme’).</p> <p>I. Como verbo pleno significa: 1. encontrar-se em determinado lugar. ≈ ACHAR-SE, ENCONTRAR-SE. <i>Sala* de estar</i>. 2. (Us. na 1ª pes. Do pl.) Encontrar-se em determinado momento, data, ocasião. 3. Encontrar-se em determinado ponto, grau, valor... ≈ ATINGIR. 4. Ajustar-se ou harmonizar-se de determinada maneira. ≈ FICAR, IR. 5. Ser de opinião. ≈ ACHAR, ACREDITAR, CONSIDERAR, PENSAR. 6. Consistir, residir. (Seguido da prep. <i>em</i>). 7. Encontrar-se na companhia, na presença de alguém. (Seguido da prep. <i>com</i>). 8. Viver com alguém. (Seguido da prep. <i>com</i>). 9. Ser partidário de alguém, de uma causa... (Seguido da prep. <i>com</i>). ≈ CONCORDAR COM. 10. Encontrar-se na posse de. (Seguido da prep. <i>com</i>). 11. <i>Fam.</i> Ter vontade, disposição. (Seguido da prep. <i>para</i>). 12. Em construções impessoais, indica o estado do tempo.</p> <p>II. Usa-se como verbo copulativo ou de ligação: 1. Seguido de um adjectivo, de um grupo nominal introduzido por preposição ou de um advérbio, indica qualquer informação acerca do sujeito, como uma qualidade, estado, condição... relativamente duradoira, embora não inerente. ≈ ACHAR-SE, ANDAR, ENCONTRAR-SE. 2. Combinado</p>

<p>determinado valor, preço... ≈ VALER.</p> <p>II. Como verbo copulativo ou de ligação entre o sujeito e o complemento predicativo, indica: 1. Identificação, eventualmente com o sujeito implícito. 2. Classificação, inclusão. 3. Atribuição, qualificação permanente. 4. Resultado de uma acção, quando, seguido de particípio passado, funciona como auxiliar de construção passiva.</p> <p>III. Como verbo modalizador indica: 1. Exortação, ordem, usado no presente do indicativo (3ª pes. sg) e seguido de infinitivo. 2. Obrigatoriedade, quando está seguido de infinitivo regido pela prep. <i>de</i> ou <i>para</i>. ≈ DEVER. 3. Reforço do valor dubitativo de frases interrogativas, nas formas <i>será</i> e <i>seria</i>, seguidas de completiva. 4. <i>Fam.</i> Confirmação positiva, nas formas <i>é</i>, <i>foi</i>, <i>era</i>... como resposta a determinadas perguntas afirmativas e em substituição do verbo destas. ≈ SIM. 5. <i>Fam.</i> Confirmação positiva, usado em determinadas frases interrogativas, nas formas <i>não é</i>, <i>não foi</i>, <i>não era</i>... em concordância de tempo com o verbo principal ou o auxiliar e em sua substituição, permitindo antever resposta afirmativa. 6. <i>Fam.</i> Ênfase contrastiva incidindo sobre o constituinte à sua direita, quando está só ou em correlação descontínua com <i>que</i>, <i>o que</i>, <i>quem</i>..., ou sobre o constituinte à sua esquerda, quando em combinação contínua com as mesmas formas <i>que</i>, <i>o que</i>, <i>quem</i>... .<i>é que</i>, forma fixa que permite enfatizar contrastivamente o constituinte à sua esquerda. <i>era uma vez</i>, construção que serve para introduzir algo fantástico, imaginário, inverosímil. ≈ EXISTIR, HAVER. <i>essa é (muito) boa</i>, diz-se de algo que provoca espanto, incredulidade. <i>foi quando</i>, usada no início de frase, estabelece relação temporal com a anterior, inserindo um facto inopinado, repentino. <i>não ser da conta de alguém</i>, não dizer respeito a. <i>não ser de</i>, não ter inclinação para. <i>não ser para menos</i>, serve para justificar o que foi dito anteriormente. <i>por quem é</i>, fórmula de deferência usada para atenuar um conselho, uma exortação, um pedido. <i>que</i></p>	<p>com substantivos abstractos, regidos pela prep. <i>com</i>, indica um estado, uma situação... que caracterizam momentaneamente o sujeito. ≈ TER.</p> <p>3. Seguido de um particípio passado, funciona por vezes como auxiliar de construções passivas, indicando estado ou resultado de um processo.</p> <p>III. Usa-se como verbo auxiliar: 1. Seguido de um verbo no gerúndio ou no infinitivo precedido da prep. <i>a</i>, indica decurso de acção, actividade, processo estado... ≈ ACHAR-SE A, ANDAR A, ENCONTRAR-SE A. 2. Seguido de um verbo no infinitivo precedido da prep. <i>por</i>, indica que a acção expressa pelo verbo ainda não foi executada. 3. Seguido de um verbo no infinitivo precedido da prep. <i>para</i>, indica que a acção ou processo expresso pelo verbo está próximo no tempo, prestes a verificar-se. 4. Seguido de um verbo no infinitivo precedido da prep. <i>para</i>, indica intenção, propósito que pode ou não verificar-se. <i>aí está</i>, eis. <i>está bem</i>, expressão que se usa para manifestar concordância, aceitação. « SIM. <i>estar a ponto de</i>, estar prestes ou quase a. <i>estar bem arranjado</i>, <i>Irón.</i>, estar metido em sarilhos ou dificuldades; estar com problemas. <i>estar de partida</i>, estar prestes a deixar um lugar. <i>estar de regresso</i>, ter voltado, regressado, a um lugar. <i>estar de viagem</i>, andar em viagem. <i>estar de volta</i>, o m. que <i>estar de regresso</i>. <i>estar mortinho</i>, <i>Fam.</i>, ter enorme vontade; estar ansioso. <i>estar na berlinda</i>, ser o alvo das atenções, das críticas ou elogios; estar em evidência. <i>estar na(s) mão(s) de alguém</i>, depender inteiramente. <i>estar nas suas sete quintas</i>, <i>Fam.</i>, estar como quer, como deseja. <i>estar no mato sem cachorro</i>, estar sem meios, recursos, defesa. <i>estar no segredo dos deuses</i>. 1. Ser do conhecimento de apenas alguns. 2. Ter conhecimento de um segredo, de um assunto confidencial. <i>estar nos seus dias</i>, <i>Fam.</i>, sentir-se bem disposto, alegre, inspirado, entusiasmado. <i>estar para aí virado</i>, <i>Fam.</i>, ter disposição, vontade, apetência. <i>estar para nascer quem</i>..., <i>Fam.</i>, usa-se para indicar que essa pessoa não existe. <i>estar para ver</i>, <i>Irón.</i>, ficar a aguardar, à</p>
--	---

<p>é/foi/será (feito) de, que acontece, aconteceu, acontecerá a; qual é, foi, será o fim de. ser a favor de , concordar com. ser capaz de, sequência modalizadora que significa ter probabilidades de. ≈ PODER. ser como, equivaler a. ser contra, opor-se a. ser dado a, ter propensão para. ser de boa boca, gostar de comer de tudo. ser de justiça, tornar-se justo, justificar-se. ser de opinião, entender, julgar. ser de parecer, o m. que <i>ser de opinião</i>. ser do contra, estar em oposição a. ser do revirinho, o m. que <i>ser do contra</i>. é que são elas, indica dificuldade de realização do que foi expresso antes. ser fogo. 1. Ter um preço muito elevado. 2. Bras. Pop., Ser difícil. ser pau para toda a obra, prestar-se a tudo, fazer todo o tipo de serviço. ser todo olhos, estar muito atento ao que se vê. ser todo ouvidos, prestar toda a atenção ao que se ouve.</p>	<p>espera. estar pela hora da morte, estar muito caro. estar por tudo, <i>Fam.</i>, aceitar qualquer coisa. estar-se a cagar, <i>Gross.</i>, não ter qualquer interesse por. estar-se nas tintas, <i>Fam.</i>, não dar qualquer valor, importância; ser completamente indiferente a. já lá está, já morreu.</p>
---	--

2. “Haver” e “Ter”

A história do binómio **Haver/Ter** tem vindo a despertar o interesse de vários estudiosos ao longo dos tempos, justamente por ser um dos fenómenos que marca o percurso evolutivo do português arcaico e que ajuda ao estabelecimento da periodização da língua. Apesar de existir um forte paralelismo comportamental entre os verbos *Habere* e *Tenere*, tal não impediu que, já em latim, o verbo *Habere* começasse a perder lugar para *Tenere*, o qual «empleado en caso de necesidad y, al parecer, en distintas épocas, al lado de *habere*, se convirtió de ayudante en usurpador¹⁶⁷». Apesar da afinidade de significação dos dois verbos e da sua coexistência em vários contextos, é certo que, ao longo do período arcaico, *Teer* começa a substituir *Aver* até debilitar as suas propriedades semânticas e se apoderar de grande parte do seu património.

No período arcaico da língua, *Teer* tinha um campo de utilização mais restrito que *Aver*. Enquanto que *Aver* era empregue para designar qualquer tipo de posse, por exemplo, *Teer* era utilizado para designar a posse temporária de bens ou a de bens materiais adquiríveis¹⁶⁸. Naturalmente que os valores distintos que estes verbos apresentavam nesta época, nomeadamente semânticos, procedem do facto de já comportarem diferenças desde o latim e de estas acompanharem a sua própria evolução.

Mas a vitalidade de *Aver* era muito grande, especialmente entre os séculos XIII e XIV, sendo utilizado frequentemente como verbo independente. Este não só era escolhido para traduzir qualquer tipo de posse como era utilizado para designar a posse de facto. Já *Teer* designava a posse temporária de um bem. Ainda que durante o século XIV apareçam em variação livre nos três tipos de posse (mas com visíveis diferenças semânticas na sua expressão) e coexistam, facto que constitui um indicador de mudanças em curso, *Aver* era ainda o verbo dominante. Todavia, a disparidade torna-se crescente entre os dois e acaba por culminar na utilização de *Teer* em todas as situações que tinham sido exclusivas de *Aver* e na aceitação clara dessa primazia até aos nossos dias. Ao estudar o confronto entre estes dois verbos na língua espanhola, Eva Seifert tentou encontrar as motivações para este fenómeno e verificou que a substituição de um verbo pelo outro deveu-se ao facto de serem «ambos

¹⁶⁷ EVA SEIFERT, *Haber e Tener como expresión de la posesión en español*. In *Revista de Filología Española*, tomo XVII, cuadernos 3 y 4, Madrid, 1930, p. 233.

¹⁶⁸ MARIA JOÃO MARQUES ALVES DA COSTA, *Os valores dos verbos “aver” e “teer” no português arcaico. Estudo diacrónico de carácter sintático-semântico*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1998, pp.38-39

verbos desprovidos de sentido próprio, funcionando como cópula expressiva de uma ideia vaga de acción o posesión¹⁶⁹».

Na passagem para o século XV, este retrocesso é ainda mais notório, pois o verbo *Aver* passa a assumir novas acepções associadas aos valores de verbo existencial e de verbo auxiliar, enquanto *Teer* ganha projecção na expressão da posse e expande, começando nas estruturas de tipo BMA (Bens Materiais Adquiríveis), seguindo para as de tipo BIA (Bens Imateriais Adquiríveis) e, finalmente, para as de tipo QE (Qualidades Específicas, não adquiríveis)¹⁷⁰, também designadas de BI (Bens Inerentes). Este alcance de *Teer* ocorre na dependência de factores linguísticos, naturalmente, mas também devemos associá-lo a factores extralinguísticos - sociais, políticos ou económicos -, na medida em que o valor de um vocábulo está dependente da sua aceitação por parte da comunidade linguística, que determina a sua escolha e, também, o impacto da sua orientação semântica: «le contenu informationnel d'une unité linguistique est inversement proportionnel à sa fréquence¹⁷¹».

Jean-Claude Chevalier reforça este conceito ao associar ao feudalismo a criação ou a renovação de vocábulos que fizessem frente à nova realidade político-social. No caso específico dos usos de *Tenere* e *Habere* na Idade Média, o autor aponta para a necessidade de distinguir entre dois tipos de bens e a relação das pessoas para com eles. Enquanto que *Habere* traduzia a posse de um bem que é transmissível, inalienável, hereditário, *Tenere* utilizava-se para manifestar a posse alienável, temporária¹⁷². Esta distinção dos dois verbos para a expressão da posse conduziria a uma maior separação entre eles e, portanto, a uma crescente oposição/individualização dos seus usos e da sua significação, limitando, assim, o seu uso indiscriminado. Contudo, com o desaparecimento do sistema feudal, esta distinção deixou de ser necessária e restabeleceu-se o uso sinonímico que lhes era próprio.

De acordo com o estudo de Maria João Alves da Costa sobre a variação deste binómio, ao longo do período arcaico, em estruturas de posse, é justamente na documentação de quatrocentos que *Teer* ocorre com maior frequência e que evidencia o valor semântico de posse permanente, um atributo que anteriormente era exclusivo de *Aver*¹⁷³. A autora reforça que, ao longo do período arcaico, são três as estruturas em que frequentemente ocorre o binómio *Aver/Teer*¹⁷⁴:

¹⁶⁹ EVA SEIFERT, *Haber e Tener como expresión de la posesión en español*, p. 384.

¹⁷⁰ JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, *Estudos de história da língua portuguesa. Obra dispersa*. Coleção Poliedro 7, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2001, pp. 3-25. Também publicado como artigo, sob o título: *Les verbs haber - tener el l'emploi de l'anaphorique y dans le Libro de los Gatos*. In *Boletim de Filologia*, tomo XXVI (1980/81), Lisboa, 1981, pp.287-289.

¹⁷¹ IDEM, *ibidem*, p. 4. O autor reforça também o conceito já avançado por Jean-Claude Chevalier, da influência do feudalismo na definição de valores

¹⁷² JEAN-CLAUDE CHEVALIER, *De l'opposition aver-tener*. In *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, n.º 2, Paris, Klincksieck, Março de 1977, pp. 5-48.

¹⁷³ MARIA JOÃO MARQUES ALVES DA COSTA, *A variação "aver"/ "teer" em estruturas de posse no português arcaico*. In Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Faro, 29-30 de Setembro e 1 de Outubro de 1999). Vol. I, Braga, 2000, p.288.

¹⁷⁴ MARIA JOÃO MARQUES ALVES DA COSTA, *Os valores dos verbos "aver" e "teer" no português arcaico. Estudo diacrónico de carácter sintáctico-semântico*, p.38.

- 1) estruturas de posse;
- 2) perífrases de *aver/teer* + de + infinitivo (ou *aver/teer* + a + infinitivo);
- 3) *aver/teer* + participio passado.

Habere (*haber* > *haver* > *aver*) traduzia um vasto leque de significações em latim, tais como: *ter*, *possuir*, *manter*, *guardar*, *deter*, *tratar*, *dever*, *considerar*, *realizar*, entre outros. Do mesmo modo, também *Tenere* (*tener* > *têr* > *teer* > *ter*) possuía um campo de emprego bastante polivalente: *ter na mão*, *segurar*, *possuir*, *manter*, *deter*, *ocupar*, *tomar*, *guardar*, *observar*, *obrigar*, entre outros¹⁷⁵. Todavia, se inicialmente o verbo *Habere* era o verbo de eleição, gradualmente começou a esvaziar o seu centro semântico e a perder terreno para *Tenere*. Este, que mantinha significados mais concretos, passa a competir com *Habere* e a ocupar o seu campo de utilização, até se afirmar como o principal verbo para designar a posse¹⁷⁶. É facto que *Habere* sempre apresentou um aspecto durativo, desde a sua origem, mas ficou limitado a ele, não sendo capaz de expandir o seu alcance. A diferença aspectual relativamente a *Tenere* é que este fortaleceu as suas capacidades na expressão da ideia de continuidade, de duração e de persistência:

Significando embora a posse de bens materiais, *tenere* e *habere* exprimiam matizes significativos aspectuais: enquanto *tenere* indicava a obtenção e conservação dos bens (aspecto durativo), *habere* indicava a obtenção na sua singularidade¹⁷⁷.

[...] *tenere* [...] ocupou quase todo o espaço semântico de *habere*. Como estrutura de posse significava sobretudo o modo de aquisição de bens materiais, mas exprime principalmente o usufruto dos direitos comuns aos cidadãos e a assunção de direitos exercidos por delegação de outrem. Este verbo continha em latim virtualidades durativas que o tornavam particularmente apto a exprimir não só o aspecto durativo, mas também a continuação ou repetição da acção, dado que o verbo *habere* iria perder, a partir do século VI, o aspecto resultativo; daí que *tenere*, pelas suas virtualidades semânticas estivesse apto a preencher o vazio deixado por *habere*. De facto, *tenere* ao significar *conservar*, *manter*, exprimia em latim o aspecto permansivo [...] o aspecto contínuo [...] o aspecto durativo¹⁷⁸.

O facto é que, as virtualidades semânticas de *Tenere* deram-lhe a aptidão e a flexibilidade necessárias para aglutinar os significados de *Habere* e, em conjunto com os seus, reforçar o seu próprio sentido pleno. No entanto, essa aglutinação, já previsível diacronicamente, ainda não estava inteiramente exposta na época arcaica da língua. No

¹⁷⁵ AMADEU TORRES, *Gramática e linguística. Ensaios e outros estudos*. Braga, Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Filosofia - Instituto de Letras e Ciências Humanas - Centro de Estudos linguísticos), 1998, p. 214.

¹⁷⁶ JOÃO RODRIGUES FERREIRA, *Contributos para o estudo da evolução dos verbos ter e haver na língua portuguesa*. Braga, Universidade do Minho, 1994, pp. 68-71.

¹⁷⁷ FERNANDO LOPES GONÇALVES, *Os verbos ter e haver em Fernão Lopes*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, 1996, p. 69.

¹⁷⁸ IDEM, *ibidem*, pp. 76-77.

período medieval, os dois verbos mantinham ainda alguns traços distintivos, um espaço próprio de cada um, ainda que já se empregassem comum e indiscriminadamente em diversos contextos, como se pode verificar pela leitura do quadro que se segue¹⁷⁹:

Quadro 10: Os diversos usos livres de *Habere* e *Tenere* no período medieval

Usos de <i>Habere</i>	Usos de <i>Tenere</i>	Usos de <i>Habere</i> e/ou <i>Tenere</i>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exprime a aquisição, a retoma, aposse material, o domínio sobre alguém; ▪ Usa-se com o sentido de manter alguém num local; ▪ Expressa os sentimentos de forma abstracta; ▪ Exprime as qualidades inerentes ao sujeito; ▪ Usa-se nas perífrases verbais com o infinitivo e com o particípio perfeito; ▪ Verbo modal, que exprimia obrigação, necessidade; ▪ Sinónimo de usar, trazer consigo, ser proprietário. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exprime a ideia de ocupar uma posição hierárquica; ▪ Exprime a vontade própria; ▪ Usa-se no sentido de se manter nalgum lugar, de segurar ou agarrar; ▪ Sinónimo de manter, defender um lugar, chegar a um lugar; ▪ Exprime a ideia de apanhar alguém pelas suas próprias palavras; ▪ Sinónimo de ser acusado, ser apanhado em flagrante, ser condenado; ▪ Exprime o domínio ou não dos sentimentos; ▪ Exprime a ligação a uma promessa; ▪ Exprime a obrigação, mas o vínculo de alguém a algo; ▪ Sinónimo de manter, conservar, durar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Exprime a ideia de ter por si, ser do partido de, dispor de; ▪ Combinação com nomes que designavam espaço - sentido de ocupar pela força ou ocupar um lugar pacífica e permanentemente; ▪ Usa-se no sentido de caminhar, dirigir, governar, saber e compreender.

À semelhança do verbo *Ser*, também *Haver* e *Ter* eram auxiliares temporais da activa, uma construção actualmente perdida. Todavia, ao passo que *Ser* tem o comportamento sintáctico de predicativo, *Haver* e *Ter* enunciam um estado, seja ele físico, emocional ou mental, mas sempre de pertença, de posse entre o possuído e o possuidor. Essa condição natural dá-lhes um potencial de transitividade que não se espraia ao verbo *Ser*, uma vez que este expressa um estado do que é, uma relação que o liga de forma intrínseca e consubstancial ao sujeito do enunciado¹⁸⁰. Fernando Lopes Gonçalves clarifica que esta explicação se associa ao carácter pleno dos verbos e que estes só conseguem manifestar diferentes valores semânticos quando combinados com outros lexemas, pelo que é, de facto,

¹⁷⁹ Este quadro apresenta uma síntese dos conteúdos desenvolvidos por FERNANDO LOPES GONÇALVES, *Os verbos ter e haver em Fernão Lopes*, pp. 69-77.

¹⁸⁰ FERNANDO LOPES GONÇALVES, *Os verbos ter e haver em Fernão Lopes*, pp. 48-53.

na auxiliaridade que mostram toda a sua polivalência e que conseguem criar uma série de combinações e de significados secundários:

Ora é justamente a possibilidade de decomposição em semas que torna estes verbos capazes de exprimirem uma grande pluralidade de significados, isto é, na combinação com outros lexemas, há semas que se tornam dominantes, sobrepondo-se ao sema/arquilexema “posse”. É esta possibilidade dos semas serem actualizados na frase que os torna plurissignificativos¹⁸¹.

Num estudo precedente, Maria Lúcia Sampaio observa, dentro do contexto do século XV (e de outros séculos), alguns aspectos pertinentes para a descrição dos usos dos verbos *Ter* e *Haver*, os quais comungam dos argumentos já abordados neste escopo:

No português do século XV, para a expressão da posse, o verbo “ter” predomina sobre o verbo “haver”. Isto se verificou em consequência do enfraquecimento de sentido do verbo “haver” no século anterior¹⁸².

Para além da posse, a autora reforça o facto de ser também visível a preferência pelo verbo *Ter* nas perífrases com o participio e enquanto auxiliar da conjugação composta, o que mais uma vez sustenta o desgaste expressivo sofrido pelo verbo *Haver* e a progressiva propagação de *Ter* como seu indiscutível substituto¹⁸³. Incontestavelmente, «Au XVe siècle c’est la décadence de *haber*»¹⁸⁴.

José de Azevedo Ferreira, após a análise envolvendo a evolução deste binómio no *Libro de los Gatos*¹⁸⁵, aponta para o facto de *Haver* ser utilizado com maior frequência do que *Ter* e que isso terá contribuído para diminuir a sua carga semântica e assim favorecer a substituição de um verbo pelo outro:

Or, comme l’usage de *habere* augmentait considérablement, son contenu informationnel diminuait, et on sentait, donc, la nécessité d’une autre unité linguistique. C’est-à-dire, quoique conservant la forme, *habere* commence à perdre une partie de sa matière, et cette perdre est compensée par le verbe *tenere*. Ainsi, *tenere* ne s’appliquant au début qu’à l’expression concrète d’un concept, commence à s’étendre aussi à des notions abstraites, soit, il gagne le champ sémantique de *habere*¹⁸⁶.

De acordo com o autor, *Tenere* surge com maior frequência depois do século XIII e a substituição de *Habere* também deve ter começado nesta altura. No entanto, defende que é

¹⁸¹ IDEM, *ibidem*, p. 56.

¹⁸² MARIA LÚCIA PINHEIRO SAMPAIO, *Estudo diacrônico dos verbos TER e HAVER, duas formas em concorrência*. São Paulo, Assis, 1978, p. 40.

¹⁸³ IDEM, *ibidem*, pp. 44-50.

¹⁸⁴ JOSÉ DE AZEVEDO FERREIRA, *Estudos de história da língua portuguesa. Obra dispersa*, pp.245-270.

¹⁸⁵ IDEM, *ibidem*, pp. 3-25.

¹⁸⁶ IDEM, *ibidem*, pp. 4-5.

no século XV que *Habere* revela maior vitalidade, ainda que esteja numa fase de desaparecimento progressivo, ao mesmo tempo que *Tenere* começa a traduzir noções abstractas.

PARTE III

ANÁLISE DAS FONTES DOCUMENTAIS

«En la historia de los estudios lingüísticos hasta nuestros días, la descripción y explicación de la evolución lingüística han permitido la formulación de diversos métodos y modelos de investigación».

FRANCISCO GIMENO MENÉNDEZ, *Hacia una sociolingüística histórica*.
In: Estudios de la Universidad de Alicante, nº 1, 1983, p. 185.

Capítulo I

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1. Descrição do *corpus*

Um dos grandes problemas do linguista histórico é reconstruir as fases pretéritas da língua com precisão¹⁸⁷. Na verdade, este trabalho só é possível pela análise da documentação escrita, mas esta encontra-se dispersa e, por vezes, fragmentada ou sujeita a cópias duvidosas, o que torna difícil a captação dos processos que estão na base da mudança linguística. Nem sempre é fácil reunir um *corpus* fiável e extrair dele mais do que suposições. É claro que, à medida que os estudiosos se vão aventurando e as investigações vão convergendo para resultados similares e coerentes, mais se desbrava o caminho e se esclarece o percurso dos tempos passados.

Para esta finalidade, tem sido preferido o tratamento dos textos não-literários aos textos literários, uma vez que se aproximam muito mais das particularidades da linguagem oral. Aos textos literários fica reservada a dúvida acerca da sua fiabilidade ou da sua cronologia, pesando também o distanciamento em relação à linguagem oral. No entanto, tendo D. Duarte um objectivo educativo e não ficcional para o seu *LC*, e sendo este um texto em prosa, acreditamos tratar-se de um documento fiel ao padrão linguístico da época e extensível, na medida do possível, à comunidade portuguesa de quatrocentos. Temos de considerar aqui o distanciamento da sua formação comparativamente ao vulgo, pois esta não deixará de estar manifesta na escrita, ainda que de forma intencionalmente parcimoniosa.

Para a análise das variáveis sintácticas em questão, seleccionámos, então, um *corpus* exclusivamente composto pelo texto do *LC*. Da autoria do rei D. Duarte, este texto enquadra-se nos limites do ano de 1428-1438, portanto no século XV, e situa-se num momento histórico decisivo para Portugal, distinguido por uma nova abertura ao mundo. Este factor, só por si, vai privilegiar a nossa análise, na medida em que coloca a língua ao nível da própria emancipação social e, assim, previsivelmente susceptível a fenómenos de mudança linguística. Por outro lado, permitir-nos-á detectar alguns registos próprios da época e com eles validar outras investigações do mesmo teor. Reconhecemos que a inexistência de um confronto com outros textos produzidos pela corte ou representativos da mesma época e da mesma obra, não nos permite apurar certas particularidades diatópicas, diastrática ou

¹⁸⁷ Veja a este respeito o artigo de CLARINDA DE AZEVEDO MAIA - *Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno*. Separata da Revista *Diacrítica*, n.º 10, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 1995, pp. 11-13.

dialectais que sejam conclusivas; todavia, um foco mais concentrado apurará, certamente, aspectos determinantes do português quatrocentista.

Enquadrado num momento da história da língua denominado de arcaico, esse posicionamento será apenas viável numa perspectiva mais ampla desta fase. Os limites *a quo* e *ad quem* previstos para a redacção do texto colocam-no num momento de transição denominado, por alguns, de arcaico médio. À parte as diferenças de nomenclatura, a maioria dos estudiosos das fases pretéritas da língua são unânimes em admitir a existência de uma 2.^a fase ou 2.^a sincronia dentro do período arcaico, pelo que é para nós confortável possuir este reforço e avançar na busca de uma cronologia mais específica.

Igualmente importante é confirmar que as potencialidades linguísticas do *LC* estão ainda por desvendar. O tratamento sintáctico que nos propomos fazer vai, certamente, possibilitar uma melhor compreensão da língua escrita da época, numa primeira instância, e a partir deste dado traçar similitudes que nos conduzam à proximidade com a linguagem oral.

A edição impressa que seleccionámos para a análise do *LC* é a de Maria Helena Lopes de Castro, uma edição crítica, com introdução e notas da autora e prefácio de Afonso Botelho. Datada de 1998, esta edição foi feita através de fotografias do próprio manuscrito, depositado na BNP (ou BRP).

A versão digitalizada que permitiu o levantamento das ocorrências e o estudo percentual dos dados é a que se insere no programa *Phrasis* (Projecto Vercial, versão 2.0, copyright © 2003 - 2007), que elegemos para essa mesma finalidade estatística, sendo que os dados levantados são decorrentes das limitações desta escolha. Trata-se de um programa de concordâncias de textos em português antigo (séculos XII - XVI). O texto do *LC* é uma transcrição feita por José Barbosa Machado, a partir da edição de 1842 (Paris, Aillaud, publicada por José Inácio Roquete) e da edição de 1543 (Lisboa, Tipografia Rollandiana), em confronto com a edição de José Maria Piel (Lisboa, Bertrand, 1942) e a edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro (Lisboa, Instituto Nacional Casa da Moeda, 1998).

2. Objecto e selecção das variáveis linguísticas

As variáveis que seleccionámos para conduzir o nosso trabalho são de argumentação sintáctica, mas em respeito pela sua interacção e dependência semântica. Propomo-nos observar, sincronicamente, os traços sintácticos dos verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** e, com este objectivo, decidimos examinar um conjunto de traços específicos que definem o comportamento das variáveis em observação e do sistema verbal onde se inserem. Considerámos a sua distribuição na cadeia sintáctico-semântica (por vezes, morfossintáctica), com vista a formar um padrão que favoreça a recolha, o agrupamento e o seu posterior tratamento. São eles:

- a) distribuição e leitura comparativa dos tempos e modos verbais em que ocorrem **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter**;
- b) **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** em estrutura atributiva (ADP, ADT, ALP, ALT, ALNP, ALNT, ALG);
- c) leitura comparativa do binómio **Ser/Estar** em estrutura atributiva;
- d) a transitividade - tipo de predicado (PE, PAE, PAD, PAL, PAP, PI);
- e) a auxiliaridade: as diferentes modalidades nominais (particípio, infinitivo e gerúndio) e os tipos distintos de formação;
- f) leitura comparativa do binómio **Haver/Ter** em estruturas de posse (BMA, BIA, BI);
- g) observação dos auxiliares predominantes;
- h) casos de variação gráfica.

3. O método

Para proceder à nossa investigação, vamos socorrer-nos de alguns recursos técnicos e metodológicos. De entre a variedade de métodos possíveis, escolhemos aquele que considerámos mais adequado aos nossos objectivos, sempre em consciência das limitações de qualquer opção. Optámos, assim, pelo método quantitativo, que prevê a mensuração das variáveis já pré-estabelecidas e permite analisar a frequência das incidências, bem como estabelecer relações entre as mesmas, com vista à descrição dos resultados. A aproximação quantitativa permite avaliar a vitalidade das formas, na medida em que demonstra a frequência do seu uso e, simultaneamente, a força que estas possuem dentro do sistema linguístico (e social) seu contemporâneo. Deste modo, sumariamos o nosso plano da seguinte forma:

- recolha e contagem estatística dos dados, numa perspectiva quantitativa da informação. Pelo recurso à versão digitalizada do *LC*, do Programa *Phrasis*, faremos a extracção e a contagem dos dados lexicais, para posteriormente serem expostos de forma estatística;
- análise dos dados e distribuição selectiva dos traços sintácticos em questão;
- distribuição axiológica dos dados e contagem estatística dos mesmos;
- interpretação linguística pelo recurso à argumentação sintáctica e semântica;
- amostragem percentual e gráfica dos resultados para uma apreciação comparativa.

Optaremos, igualmente, pelo tratamento sincrónico do *corpus*, embora sem excluir a dimensão diacrónica que explica o funcionamento dos elementos em questão e cuja contextualização determina fortemente a própria ocorrência e correlação dos mesmos.

4. Enquadramento sintáctico-semântico dos predicados

É facto que o nosso estudo exige alguma aproximação ao carácter morfológico dos verbos em causa. E assim o fizemos. Todavia, é imperativo enquadrar os fenómenos linguísticos em destaque dentro da perspectiva sintáctica (e semântica) com que os pretendemos observar.

A análise dos traços sintácticos dos verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** exige uma preocupação com a descrição do carácter sintáctico e também semântico destes mesmos verbos, ou seja, com a sua natureza funcional dentro da estrutura frásica. E esta funcionalidade a que nos referimos centra-se no seu núcleo, ou seja, preocupa-se com as diversas possibilidades de expressar a predicação verbal, dentro da sua relação com o sujeito e com os complementos¹⁸⁸.

Para tal, seguiremos de perto as considerações de Rosa Virgínia Mattos e Silva¹⁸⁹ e tomaremos por base a classificação semântico-sintáctica de predicados desenvolvida pela autora, bem como a análise da estrutura atributiva e do tipo de posse. Esta configura-se da seguinte forma:

- a) **predicados existenciais (ou impessoais)**, que se caracterizam por não seleccionarem sujeito e que no português arcaico se expressam pelos verbos **Haver** e **Ser**;
- b) **predicados atributivos** subdivididos em quatro tipos:
 - b1) **equativos (ou identificacionais)**, que se caracterizam semanticamente pela equivalência referencial entre o sujeito e o complemento do núcleo verbal do predicado. O verbo *Seer* ocupava esta posição no período arcaico;
 - b2) **descritivos**, que se caracterizam semanticamente por atribuírem uma qualidade permanente ou transitória ao sujeito que se expressa

¹⁸⁸ Vamos concentrar a nossa análise essencialmente na relação com o sujeito e nem tanto na relação com os complementos, pelo que deixaremos de fora a descrição mais exaustiva dos predicados de tipo transitivo.

¹⁸⁹ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *O português arcaico. Uma aproximação*. Vol. II - *sintaxe e morfologia*, pp.13-45; ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*, pp. 147-159.

por um nominal. Os verbos *Seer* e *Estar* ocupavam o núcleo do SV, mas não lhes era exclusivo;

b3) **locativos**, que se caracterizam semanticamente por apresentarem um complemento que localiza o sujeito de forma permanente ou transitória, no espaço, no tempo ou nocionalmente. Os verbos *Seer* e *Estar* representavam esta estrutura, a par com outros verbos;

b4) **possessivos**, que descrevem a relação de posse existente entre o possuidor e o (objecto) possuído. Por norma, têm como núcleo do SV o verbo (H)aver, que no período arcaico comutava com *Têer/Teer*.

- c) **predicados intransitivos**, que requerem apenas o sujeito da frase. Todavia, dentro deste temos os **verdadeiramente intransitivos**, em que o sujeito não se assume como o agente do processo verbal, e os **ergativos** ou **neutros**, em que o sujeito não é nem origem nem agente;
- d) **predicados transitivos**, que para além do sujeito, requerem pelo menos mais um argumento, seja SN ou SPREP¹⁹⁰.

4.1. A estrutura atributiva

Para além da definição do tipo de predicado, a nossa análise incorre, ainda, sob a discriminação semântica da estrutura atributiva. Orientada para a compreensão do sentido, valoriza a significação da estrutura frásica, no sentido de interpretar a intencionalidade discursiva. Este tipo de estrutura subdivide-se nos seguintes grupos:

ADP - Atributiva Descritiva Permanente

«E assi como se fazem freos de feições desvairadas, e os que ùas bestas nom enfream as outras som em eles bem aderçadas, semelhante se faz nas moraes ensinanças, antre as quaes esta deve seer contada.» (Prólogo)

ADT - Atributiva Descritiva Transitória

«De temperança como estam, olhem ao comer, beber e feito de molheres como se cada ùu governa, em que principalmente tal virtude se demonstra; desi se todos feitos assi temperadamente obram que nom tressaiam nas partes sobejas ou falidas.» (Cap. RIX)

¹⁹⁰ Vd nota 188.

ALP - Atributiva Locativa Permanente

«Com esto concorda üu capitulo que no Livro do Cavalgar havia scripto, o qual aqui fiz traladar, de nos guardar de cair pera diante, apropriandoo aas cousas contrairas.» (Cap. LXXXII)

ALT - Atributiva Locativa Transitória

«E des que partiom com os officaes de minha casa estava ataa XI horas.» (Cap. XIX)

ALNP - Atributiva Locativa Nocial Permanente

«E quando se cobrarem ou perderem, naquela conta se devem teer, conhecendo que som mais inclinados aa parte do bem, ou do mal, segundo as sentirmos per o que veemos ou speramos.» (Cap. RI)

ALNT - Atributiva Locativa Nocial Transitória

«E esta natural se parte em duas: üa he prudencia e outra justiça; e ambas estom na natureza inteleitual.» (Cap. LIX)

ALG - Atributiva Locativa Geográfica

«Quinta, ordenança que se deve teer em nossa capela, por que grande parte acrecenta em boa devaçom os officos devinos seerem dictos e ouvidos bem e devotamente, e a boa devaçom faz leixar os pecados e seguir as virtudes.» (Cap. LRI)

(Ambas, permanente e transitória, expressam tanto o atributo/qualidade do sujeito, como a localização espacial, temporal ou nocial; mas enquanto que o carácter permanente se situa ao nível do predicado de indivíduo, o transitório situa-se ao nível do predicado de estado.)

4.2. Os tipos de posse

Finalmente, sublinhamos, ainda, a análise da relação possessiva. Esta expressa uma dependência entre o sujeito e o predicado, relação essa que canaliza o valor semântico do objecto possuído. É da necessidade de distinguir no predicado diferentes indicadores de natureza semântica, que surge uma classificação que opera a três níveis:

a) **BMA** - posse de bens materiais adquiríveis, exteriores ao possuidor:

«E posto que nom acertem de fazer que ja verdadeiramente se fez, nem dos que afirmam haver **ouro encantado**, o que tenho por grande bulrra, por evidentes razões e boos enxempros que prolixo seriam descrever, por em sobrestas obras da natureza meu conselho he que ligeiramente nom se cream por as mentiras que algüus que parecem doutoridade sobrelas afirmam.» (Cap. XXXVII)

b) **BIA** - posse de bens/qualidades imateriais adquiríveis, intrínsecos ao possuidor:

«Todo boo homem, pela graça de Deos, deve teer **entençom** de trazer sempre ante seus olhos os bées e mercees que recebe dele, e esso meesmo dos senhores, e nas boas obras e serviços que lhe fazem seus amigos e servidores.» (Cap. XI)

c) **BI** - posse de bens inadquiríveis e inalienáveis, inerentes ao possuidor:

«E üu capelam meu que tem esta **virtude**, e tambem de parirem as mulheres sem cajom em sua presença, nom som cousas que se bem cream.» (Cap. XXXVII)

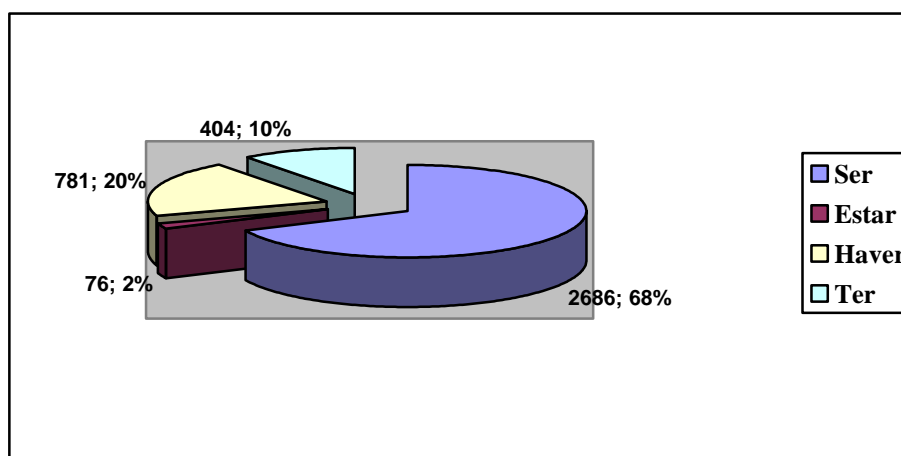
Capítulo II

TRATAMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DOS DADOS DO *CORPVS*

1. Quantificação geral dos dados da amostra

Numa primeira apreciação dos dados documentais em análise, podemos observar a discrepância na totalidade das ocorrências recolhidas. Num total de 3948 registos, 2686 pertencem ao verbo **Ser**. Naturalmente que mesmo sendo este o verbo que previsivelmente alcançaria maior projecção na estatística, não deixa de nos surpreender que este número concorra com apenas 781 ocorrências do verbo **Haver**, 404 do verbo **Ter** e 76 do verbo **Estar**. Nitidamente em superioridade numérica, o verbo **Ser** alcança uma percentagem que excede em larga escala os restantes dados desta amostragem. Este levantamento deixa-nos a seguinte interpretação gráfica:

Gráfico 1: Total de ocorrências dos verbos “Ser”, “Estar”, “Haver” e “Ter”



De acordo com os dados extraídos, e no que se refere à frequência de uso dos quatro verbos no *corpus* do *LC*, **Ser** e **Haver** dominam o universo destes verbos, o primeiro em 68% e o segundo em 20%. Considerando o binómio **Ser/Estar**, é inquestionável a preferência de **Ser** sobre **Estar**, que ocupa apenas 2% da amostragem. Do mesmo modo, também a observação do binómio **Haver/Ter** não deixa dúvidas quanto à superioridade de **Haver** (20%) relativamente a **Ter** (10%). Temos, portanto, em síntese, a seguinte organização:

Ser	Haver	Ter	Estar
68%	20%	10%	2%

1.1. Distribuição e leitura comparativa dos tempos e modos verbais

Levantámos todas as ocorrências dos verbos em causa nas suas diversas possibilidades, na perspectiva de partir de uma observação geral do nosso objecto, para depois nos determos sobre as diferentes variações que nos propusémos examinar¹⁹¹. Numa primeira instância, optámos por proceder ao seu agrupamento quantitativo em unidades modo-temporais, como se pode ver no quadro que se segue. Esta distribuição surge na dependência de um em relação ao outro, pois tempo e modo são morfologicamente inseparáveis. Ainda que cada um protagonize a sua própria função dentro do sistema, a sua representação faz-se de forma cumulativa através de um mesmo morfema modo-temporal:

Quadro 11: Distribuição global dos tempos e modos no LC

SER	ESTAR	HAVER	TER
MODO INDICATIVO			
Presente			
Soo (4 ocs.)	-----	Hei (8 ocs.)	Tenho (30 ocs.)
Es (5 ocs.)	-----	Has (3 ocs.)	-----
He (761 ocs.)	Esta (18 ocs.)	Ha/Hade (119/3 ocs.)	Tem/Têe (101/2 ocs.)
Somos (45 ocs.)	Estamos (2 ocs.)	Havemos (59 ocs.)	Teemos (4 ocs.)
Soes (4 ocs.)	Estaes (2 ocs.)	-----	Teendes (2 ocs.)
Som/Sam (456/5 ocs.)	Estom/Estam (2/5 ocs.)	Ham (69 ocs.)	Teem (85 ocs.)
Pretérito Imperfeito			
Era (12 ocs.)	Estava (2 ocs.)	Havia (7 ocs.)	-----
-----	-----	-----	-----
Era (70 ocs.)	Estava (3 ocs.)	Havia (15 ocs.)	-----
Eramos (15 ocs.)	-----	Havíamos (18 ocs.)	Tinhamos (2 ocs.)
-----	-----	-----	-----
Eram (7 ocs.)	-----	Haviam (7 ocs.)	Tinham (1 oc.)
Pretérito Perfeito			
Fui (13 ocs.)	-----	Houve (1 oc.)	Tive (2 ocs.)
-----	-----	Houveste (1 oc.)	-----
Foi (51 ocs.)	-----	Houve (10 ocs.)	Teve (3 ocs.)
Fomos (4 ocs.)	-----	Houvemos (1 oc.)	Tevemos (3 ocs.)
-----	-----	Houvestes (1 oc.)	-----
Forom/Foram (25/3 ocs.)	-----	Houverom (8 ocs.)	Teverom (1 oc.)

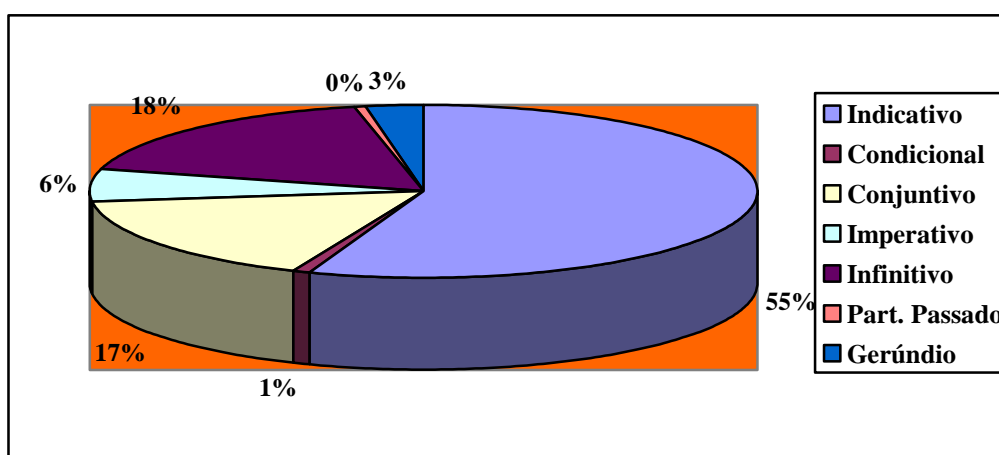
¹⁹¹ *Vd supra*, p. 54 e p. 136.

Pretérito Mais-que-perfeito			
Fora (2 ocs.) -----	Estevera (0 ocs.) -----	Houvera (0 ocs.) -----	-----
Fora (9 ocs.) Foramos (1 oc.) -----	Estevera (1 ocs.) -----	Houvera (3 ocs.) -----	----- Teveramos (2 ocs.) -----
Forom/Foram (0/0 ocs.)	-----	Houverom (1 oc.)	Teverom (0 ocs.)
Futuro			
Serei (1 oc.) Seras (1 oc.) Sera (41 ocs.) Seremos/Seeremos (11/1 ocs.) -----	----- ----- ----- -----	----- ----- Havera (12 ocs.) Haveremos (15 ocs.) Haveres (1 oc.) Haverom (2 ocs.)	----- ----- ----- ----- -----
Seram/Seeram (12/1 ocs.)	-----	-----	-----
MODO CONDICIONAL			
Seria (1 oc.) -----	----- -----	Haveria (1 oc.) -----	----- -----
Seria (12 ocs.) -----	----- -----	Haveria (1 oc.) Haveríamos (3 ocs.) -----	Terria (2 ocs.) ----- -----
Seriam (10 ocs.)	-----	Haveriam (2 ocs.)	-----
MODO CONJUNTIVO			
Presente			
Seja (1 oc.) Sejas (5 ocs.) Seja (174 ocs.) Sejamos (18 ocs.) Sejades/Sejaes (1/2 ocs.) Sejam (54 ocs.)	----- ----- ----- ----- ----- -----	Haja (2 ocs.) Hajas (2 ocs.) Haja (19 ocs.) Hajamos (18 ocs.) Hajaes (1 oc.) Hajam/Hajom (24/16 ocs.)	Tenha (2 ocs.) ----- Tenha (15 ocs.) Tenhamos (6 ocs.) Tenhaes (3 ocs.) Tenham (14 ocs.)
Pretérito Imperfeito			
Fosse (1 oc.) -----	Estevesse (0 ocs.) -----	Houvesse (1 oc.) -----	Tevesse (2 ocs.) -----
Fosse (37 ocs.) Fossemos (5 ocs.) -----	Estevesse (1 oc.) Estevessemos (1 oc.) -----	Houvesse (4 ocs.) -----	Tevesse (4 ocs.) Tevessemos (1 oc.) -----
Fossem (20 ocs.)	-----	Houvessem (1 oc.)	Tevessem (3 ocs.)
Futuro			
For (0 ocs.) Fores (1 oc.) For (105 ocs.) Formos (16 ocs.) -----	Estever (0 ocs.) ----- Estever (2 ocs.) -----	Houver (0 ocs.) ----- Houver (10 ocs.) Houvermos (6 ocs.) Houverdes (1 oc.) Houverem (12 ocs.)	Tever (0 ocs.) ----- Tever (5 ocs.) Tevermos (5 ocs.) Teverdes (2 ocs.) Teverem (6 ocs.)
Forem (29 ocs.)	Esteverem (1 oc.)	-----	-----

MODO IMPERATIVO			
----- Seja (175 ocs.) Sejamos (18 ocs.) ----- Sejam (0 ocs.)	Esta (0 ocs.) ----- ----- ----- -----	----- Haja (35 ocs.) ----- Hajamos (1 oc.) ----- ----- Hajam/Hajom (1/0 ocs.)	Tem/Têe (0/0 ocs.) ----- Tenha (2 ocs.) ----- Tenhamos (2 ocs.) ----- ----- Tenham (1 oc.)
FORMAS NOMINAIS			
Infinitivo Impessoal/Pessoal			
Ser/Seer (1/331 ocs.) Seeres (1 oc.) Seermos (15 ocs.) Serem/Seerem (2/50 ocs.)	Estar (22 ocs.) ----- Estarem (3 ocs.)	Haver (175 ocs.) ----- Havermos (16 ocs.) (D')Haverdes (4 ocs.) ----- Haverem (11 ocs.)	Ter/Teer (1/60 ocs.) ----- Teermos (5 ocs.) ----- Teerem (1 oc.)
Gerúndio			
Sendo/Seendo (1/40 ocs.)	Estando (11 ocs.)	Havendo (41 ocs.)	Tendo/Teendo (1/21 ocs.)
Particípio Passado			
-----	-----	Havido (9 ocs.)	Teudo (4 ocs.)

Partindo do quadro anterior, podemos imediatamente verificar que existe uma clara hierarquia dentro do conjunto dos exemplos arrolados, sendo o modo Indicativo o mais representado. A este segue-se o Infinitivo, logo depois o Conjuntivo, posteriormente o Imperativo, o Gerúndio, o Condicional e o Particípio Passado. A análise aqui realizada pretende, essencialmente, estabelecer a relação entre o uso do verbo e o conteúdo do texto em questão, bem como o grau de homogeneidade ou de heterogeneidade resultantes dessa mesma leitura. Para uma melhor compreensão, observe-se o gráfico que se segue:

Gráfico 2: Leitura comparativa dos modos verbais presentes no LC



A larga predominância do Indicativo (55%) relativamente aos restantes modos verbais aponta para a extensão clara do realismo e da objectividade intencionada dos factos textuais.

A natureza do texto justifica este papel, denunciando o tom das premissas vincadas pelo perfil da obra e pela intenção do seu autor em manter um registo declarativo que favoreça a intemporalidade dos valores e da ética que enuncia:

«E quando nos veem cousas temerosas, contrairas, e que a sanha ou tristeza nos queira derribar, consiiradas segundo si, apropriamse aa parte iracível, nas quaes podemos teer boas tres maneiras per esta guisa: se o feito e tal em que nom ha remedio, com mansidõe filhar paciência». (Cap VI)

Ao modo Indicativo segue-se o Infinitivo com 18% de ocorrências. Este, ao tratar-se de um modo genérico, não é marcado pela flexão temporal, e pode ser adoptado como substituto de outros tempos verbais. Para além disso, confere à acção um carácter abstracto, não a particularizando, pelo que é também a forma seleccionada para exercer a função substantiva que é própria dos sintagmas nominais:

«E diz mais: «Nom presumas seer ou estar com algũa molher soo em lugar secreto e ascondido sem juiz e testemunha»». (Cap. RVII)

A presença do modo Conjuntivo (17%), enquanto representativo dos factos hipotéticos e desejáveis, está igualmente presente na natureza do próprio texto, na medida em que expressa o desejo do autor em ver aplicados os valores, os conselhos e as orientações que é necessário seguir para se ser um bom conselheiro. Todavia, a distância em relação ao Indicativo reforça uma intencionalidade comunicativa que é actual e imediata, por isso claramente mais afastada do carácter eventual do Conjuntivo, que transporta a realização dos factos para o futuro:

«Quem se gloriar no Senhor, haja gloria». (Cap. XII)

Mais distante se encontra o Imperativo, na representação de atitudes de ordem ou de instrução (6%). A fraca ocorrência deste modo verbal justifica-se pelo tom de proximidade que o autor pretende dar ao texto. Temos a confirmação disso mesmo pela inclusão de si próprio na obra, seja no papel de protagonista das directrizes que apregoa, seja no papel de receptor, humanizando-se ao lado dos restantes homens a quem se dirige. Desta forma, reforça também o carácter pedagógico do *LC*, não o transformando num manual de leis a cumprir, mas antes numa leitura de orientação e de respeito pelo ser humano:

«Terceira, que nom sejamos vencidos desordenadamente em algũa paixom damor, temor e assi das outras que adiante se diram». (Cap. I)

A corroborar a ideia apresentada para a fraca incidência do Conjuntivo está também o registo de apenas 3% de ocorrências para o Gerúndio. O aspecto inacabado que expressa terá contribuído para este resultado, por não estar em conformidade com o perfil semântico que temos vindo a descortinar:

«E o Senhor diz que, estando ante o altar, se nos lembrar que nosso irmão tem algüu escandalo conta nos, que leixemos nossa oferta e nos vaamos reconciliar com el». (Cap. XVI)

A essência futura tão característica do Condicional, certamente justifica a sua fraca ocorrência de apenas 1%. Este resultado confirma, justamente, a intenção do autor em situar-se ao nível do imediato, do momento real, como forma de tornar o texto actual em todos os momentos de leitura:

«E a esto bem penso que, per vinho, muito seria derribado, porque de üu acordo em semelhante caso muito mal fazem, ca el assi destroio a alma, corpo e fazenda com taes amores». (Cap. RVI)

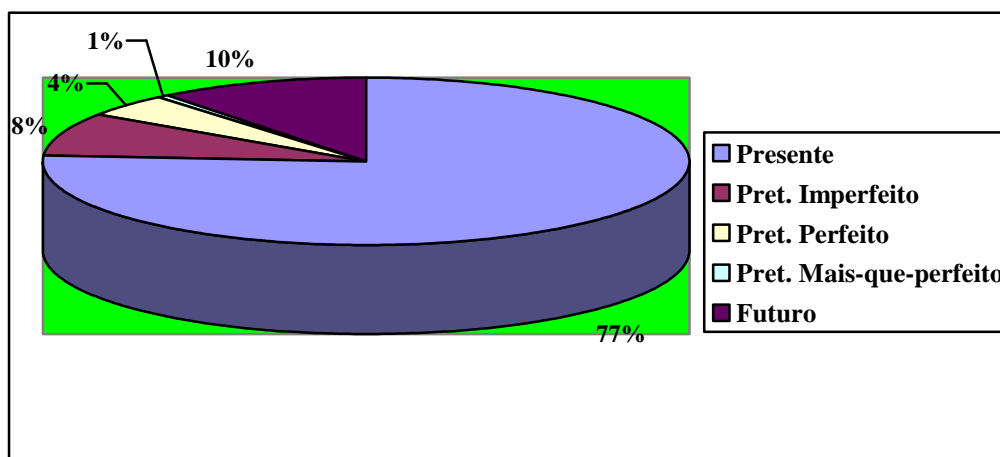
A ocupar a última posição está o Particípio Passado, com uma participação totalmente nula em relação aos restantes:

«Aos quaes respondendo com reprehensom por que se venciam per esta revessada voontade, dizendolhes que pois a eles satisfazia como era teudo, que havia de fazer nem dizer sobre o que aos outros graciosamente de seu boo plazer queria dar?» (Cap. XV)

Em relação ao uso dos modos e dos tempos verbais é conveniente abrir um parêntesis sobre um ou outro aspecto significativos. Podemos dizer que, no exame destas ocorrências, considerámos características estritamente objectivas daqueles que são os valores básicos dos enunciados em que ocorrem. Quer isto dizer que não tiveram tratamento especial as formas semanticamente extensíveis, ou seja, aquelas cuja expressão pode ir além do seu núcleo significativo e expressar factos ou intenções próprias de outras, como será o caso de formas do presente com expressão de futuro. Estes casos, claramente existentes e pertinentes, não cabem, no entanto, nos nossos objectivos. Tal implicaria um aprofundamento mais minucioso que nos desviaria das verdadeiras intenções deste estudo. Pretendemos, apenas, uma interpretação parcimoniosa dos dados que, não sendo superficial, exclua, parcialmente, perspectivas decorrentes de uma visão interna e aprofundada dos contextos semânticos.

Desta forma esclarecidos, retomamos a análise que estava em curso. Ora, a par com a organização dos modos, podemos também observar uma hierarquia em relação aos tempos verbais, que vai corroborar com o que acima foi dito sobre a relação entre a natureza do texto e a escolha dos modos e tempos verbais. Para já, avançamos com uma proposta de perfeita homogeneidade entre ambas e sugerimos a observação do próximo gráfico para avançarmos na análise e confirmármos as nossas suposições.

Gráfico 3: Leitura comparativa dos tempos verbais presentes no LC



O predomínio do presente, representando 77% das ocorrências, coloca-o a uma distância considerável dos restantes tempos verbais. Verifica-se, igualmente, que a referência a acções passadas (total 13%) é mais frequente do que a referência a acções futuras (10%), ainda que a proximidade entre elas seja muito grande. Aliás, é justamente por isso que as observamos em parceria. O apelo ao passado pode fazer-se por analogia ou por necessidade de buscar nele a confirmação dos assuntos reais do presente. Do mesmo modo, a presença do futuro nunca estará completamente ausente de um texto tão rico como o *LC*. De qualquer forma, é a distância que separa estes dois do tempo presente, que merece o nosso interesse. Repare-se que o uso do presente subjaz à reflexão do autor sobre os problemas que gravitam da sociedade portuguesa. Esses, a si contemporâneos na sua maioria, traçam o estado actual das coisas e exigem medidas que se legislem no momento presente e para o momento presente, sugerindo uma acção a concretizar agora.

Assim sendo, e de acordo com os dados dos gráficos anteriores, é na expressão do presente que se faz a análise social, ética e moral de D. Duarte e é na linha de extensão do real observado para o real realizado que se exorciza a sua actuação pedagógica e finalística. À homogeneidade semântica preside, pois, a conformidade linguística presente nas escolhas morfossintáticas dos verbos em estudo.

«E se a enveja he dos males que outrem faz ou he desposto costumado de fazer, quem tal sente erra muito, contra os quaes se diz em no salmo: «Nom queiras haver enveja dos maleciosos, nem desejo de seguir os fazedores de maldades, porque assim como feno trigosamente secarom, e assi como herva nova logo asinha passarom»». (Cap. XV)

É oportuno referir que um dos pilares que sustenta a definição do termo *ad quem* do português arcaico médio é, justamente, a substituição do condicional pelo imperfeito. Na publicação da sua tese, Paulo Osório comprova que a partir do século XIV se assiste ao predomínio do imperfeito, o qual se vai acentuando paulatinamente. O autor é ainda mais específico quando afirma que:

[...] é a partir de 1437-38 (com a produção dos príncipes de Avis) que se dá uma mutação linguística no que respeita às formas em estudo. [...]

A data de 1437-38 continua a ser a nossa proposta para o auge do português arcaico médio que, em meados do séc. XV, estará terminado, iniciando-se o português moderno¹⁹².

A leitura atenta dos dados por nós apresentados mostra que há um número reduzido de formas verbais no condicional (30 ocs.), por comparação a um número significativo de ocorrências no imperfeito (240 ocs.). Este resultado possibilita-nos corroborar com essa teoria e auxiliar na sua sustentação. Relembramos que os limites propostos pelo autor para o período arcaico médio são para nós um desafio, e os indicadores são favoráveis ao contributo que pretendemos dar. É já claro, a esta altura, que o *LC* regista laivos de modernidade característicos da fase de transição em que se situa. A emancipação das formas do imperfeito relativamente às do condicional, com uma margem bastante alargada, é mais uma evidência desse mesmo facto:

«E no dicto Livro das Colações se lee de üu monje que era doestado per certos infiees, os quaes lhe diziam que mostrasse sinal de bondade que havia em sa lei». (Cap. XIII)

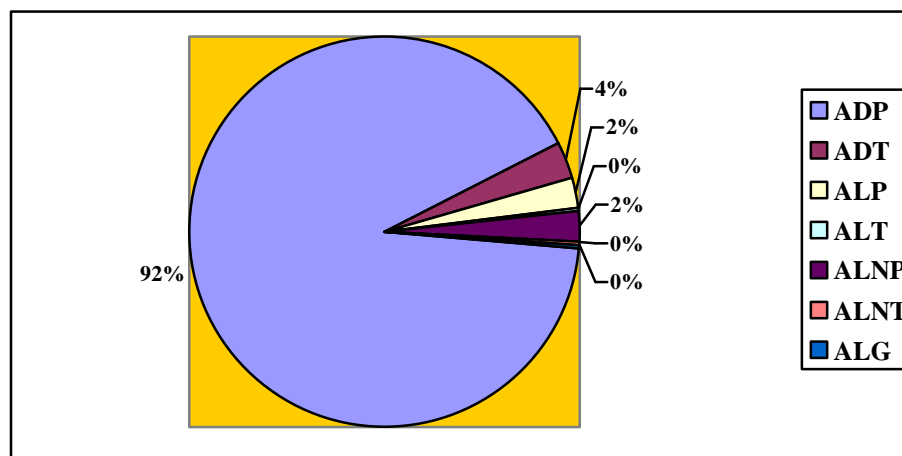
«Ca seendo assi nom haveríamos livre alvidro e, per consequinte, nem desmercimento o que a Santa Igreja per contrairo determina e manda creer». (Cap. XXI)

Concluída a leitura interpretativo-comparativa dos modos e tempos verbais dos verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter**, seguimos agora para a descrição do comportamento sintáctico-semântico destas mesmas formas verbais. Começaremos por observar a estrutura atributiva, o tipo de predicado, a auxiliaridade com as formas nominais e as estruturas de posse. Finalizaremos com a interpretação do tipo de auxiliares que acompanha estes verbos e também com a exploração das formas que ocorrem em variação gráfica.

¹⁹² PAULO OSÓRIO, *Contributos para uma caracterização sintáctico-semântica do português arcaico*, pp- 269-270.

1.2. A estrutura atributiva: distribuição comparativa dos dados

Gráfico 4: “Ser” em estrutura atributiva



Considerámos, dentro da estrutura atributiva, tanto os atributos permanentes como os transitórios de carácter descritivo ou locativo. Verificamos, pois, que *Ser* ocorre em todas as possibilidades, ainda que praticamente escasso em estruturas de tipo ALT/ALNT (locativo transitório, nocional ou não) ou em estruturas de tipo ALG (locativo geográfico). Predomina, indiscutivelmente, a descritiva permanente, com 92% conquistados do total de exemplos arrolados:

«O quarto decimo he que nom seja palavroso, nem havedor de arroidos nem riso, porque a temperança muito val em o homem». (Cap. L)

O verbo *Estar*, considerada a mesma estrutura, revela indicadores diferentes. O gráfico que se segue indica a preferência para ocorrer em estruturas transitórias, sejam elas locativas ou descritivas:

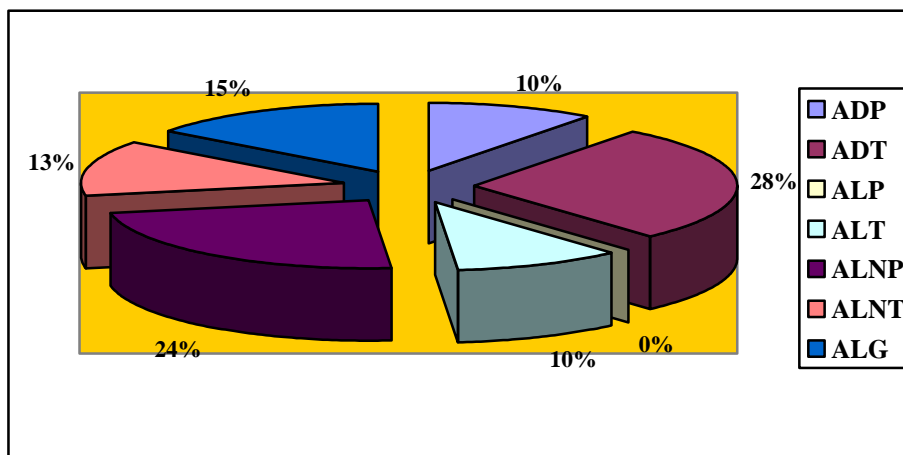
«Pois tal he dos logares das pestenenças onde continuamente muitos morrem, a respeito dos semelhantes que som de saude, por em sandice he, sem special necessidade, estar onde ela andar». (Cap. LIII)

Os contextos semânticos permanentes estão presentes, mas apenas significativos dentro da estrutura locativa:

«E em esto me parece que devemos estar a determinaçom da Sancta Madre Igreja». (Cap. LIII)

Observe-se o gráfico que se segue para uma compreensão visual dos resultados:

Gráfico 5: “Estar” em estrutura atributiva

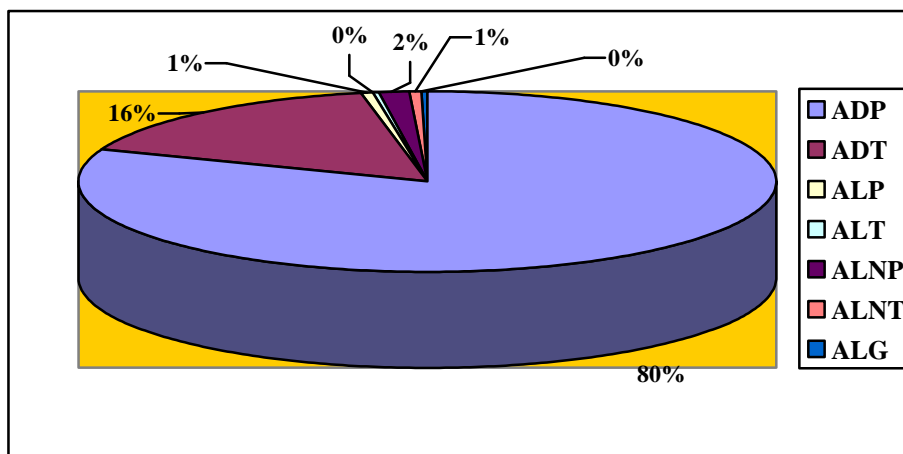


Considerámos, também, a relação entre os verbos **Haver** e **Ter** dentro da análise atributiva. Relativamente a **Haver**, verificámos, novamente, a primazia da estrutura descritiva sobre a locativa. Do mesmo modo, também os atributos permanentes superam os transitórios em larga escala:

«Sperança he iuu atrevimento de vontade, concebida da largueza de Deos, pera haver vida perduravel, segundo Sancto Agostinho». (Cap. LXI)

A este respeito, vejamos o gráfico que se segue:

Gráfico 6: “Haver” em estrutura atributiva



Em relação ao verbo **Ter**, os resultados são semelhantes. É a estrutura descritiva a preferida, bem como o carácter permanente o mais seleccionado:

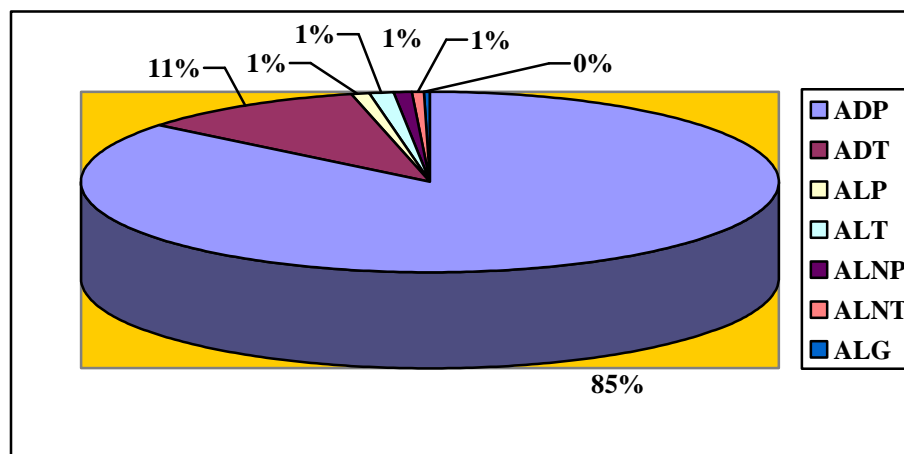
«Ca os sobervosos muito sentem se outros com eles se querem igualar ou sobrepojalos, dos quaes eles se teem em maior conta». (Cap. LXXVI)

Os contextos locativos são os que apresentam uma frequência mais baixa, praticamente insignificante face aos restantes dados:

«Pera esta val muito continuamente querer saber toda cousa que razoada seja, guardando aquela palavra que, teendo na cova o pee, ainda desejamos daprender, per que se demostra como devemos sempre teer esta teençom; porque do boo aprender nace boo saber e jeito densinar». (Cap. I)

Veja-se o gráfico seguinte para um melhor esclarecimento:

Gráfico 7: “Ter” em estrutura atributiva

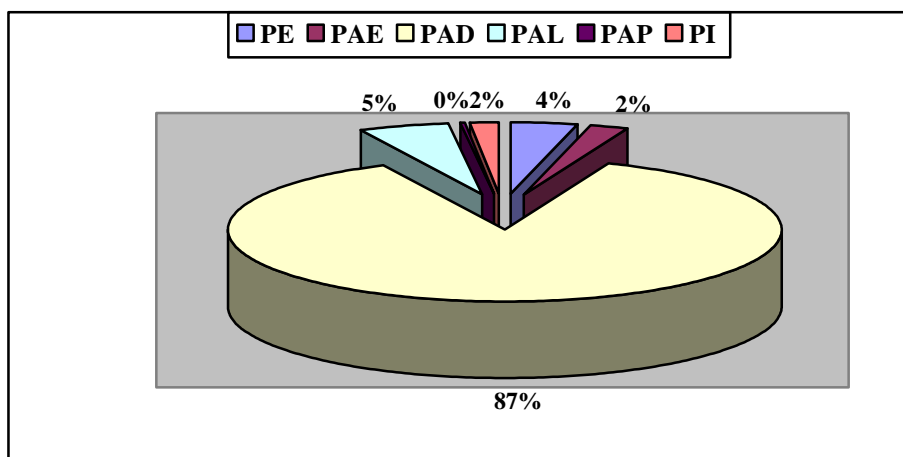


1.3. O tipo de predicado: distribuição comparativa dos dados

Igualmente importante para o nosso estudo é a observação do tipo de predicado como um indicador da expressão verbal face ao sujeito. Este foca as relações funcionais entre o SV - predicado, e o SN - sujeito, para a formação de frases, dentro de um contexto sintáctico-semântico.

O conjunto de gráficos que se segue vai conduzir a conclusões interessantes a este respeito. Começemos por observar os dados referentes ao verbo *Ser*:

Gráfico 8: “Ser” e o tipo de predicado



Verifica-se a predominância de predicados atributivos descritivos, com 87%, seguindo-se os restantes com percentagens muito reduzidas em relação a este. A conformidade destes valores assume-se pela coerência dos mesmos comparativamente aos do gráfico 4, em que *Ser* era já o verbo seleccionado para os contextos descritivos permanentes:

«Muitas vezes veem sem sanha, e por em nom propriamente, segundo me parece, por partes dela devem seer contadas». (Cap. XXV)

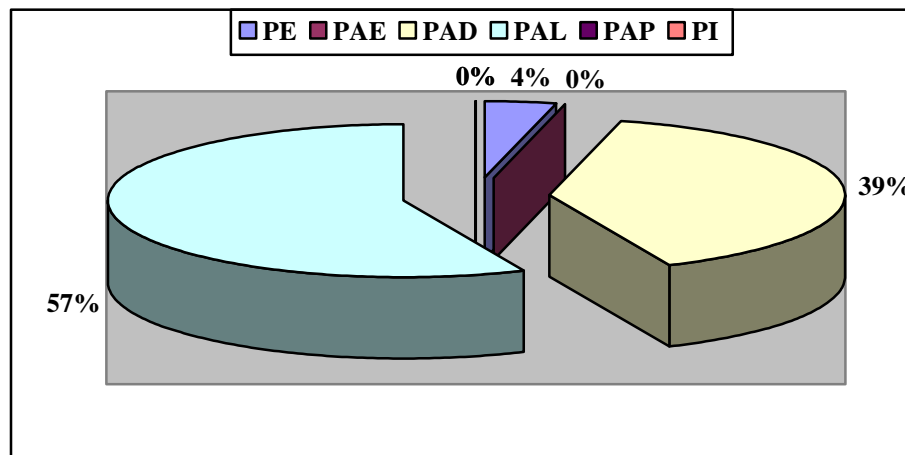
O verbo *Estar* demonstra um maior equilíbrio entre a estrutura predicativa locativa e a estrutura predicativa descritiva:

«Outro ensinamento: cousa perigosa he scoller homem estar no lugar onde morrem de pestelença, e cousa mais segura partirse, ca mais morrem dos que ficam, e poucos dos que se partem». (Cap. LRV)

«Item devem seer avisados de se nom andarem bulindo na estante ou coró, mas cada iu estar assessegado em seu lugar, se a necessidade o nom costranger». (Cap. LRV)

Mesmo sendo a locativa a que predomina, a variação entre elas é ainda muito próxima no contexto do *LC*. Este equilíbrio já se evidenciava nos contextos semânticos atributivos. Vejamos o gráfico 9:

Gráfico 9: “Estar” e o tipo de predicado



O verbo **Haver** evidencia-se pela predominância do predicado de tipo possessivo (52%), variando nesta estrutura com o verbo **Ter**:

«Per aquesta repartiçom, vos poderees haver algüu special conhecimento de nossos falicimentos». (Cap. LXVII)

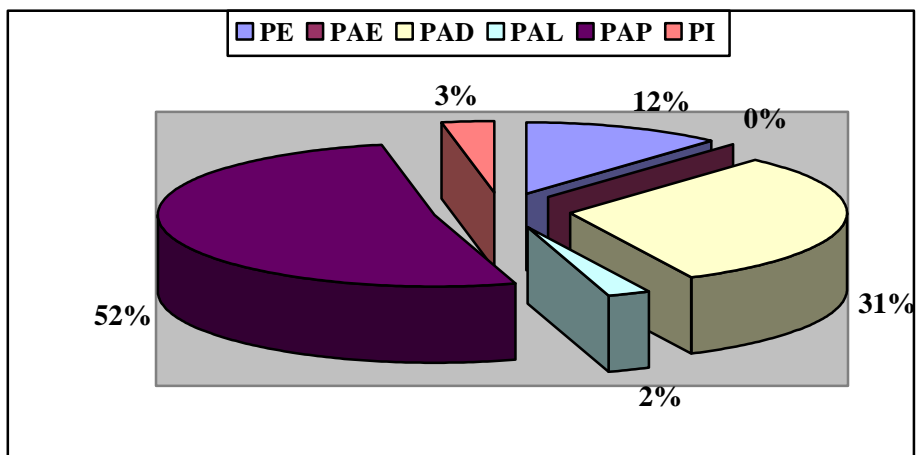
Todavia, a posse não é exclusiva a este verbo, e se observarmos o gráfico atentamente, verificamos um alto número de ocorrências para os atributivos descritivos e algumas dentro da estrutura existencial:

«E quando rijo per tentaçom de algüu pecado, a que muito se inclinam, som requeridos, leixamse vencer tam fracamente como aqueles que ante desprezavam e por pecadores haviam». (Cap. XIII)

«E haver desprazer por os outros seerem avançados por mal obrar e por elo seerem louvados e prezados, nom por desejarmos semelhante, nem querermos que eles fossem delo abatidos por medrarmos per tal maneira, mes por nos desprazer das cousas mal feitas». (Cap. XV)

Os resultados do PAD devem-se, em parte, à flutuação semântica entre **Haver**, **Ser** e **Ter**, onde estes surgem em sinonímia. Vejamos o gráfico correspondente:

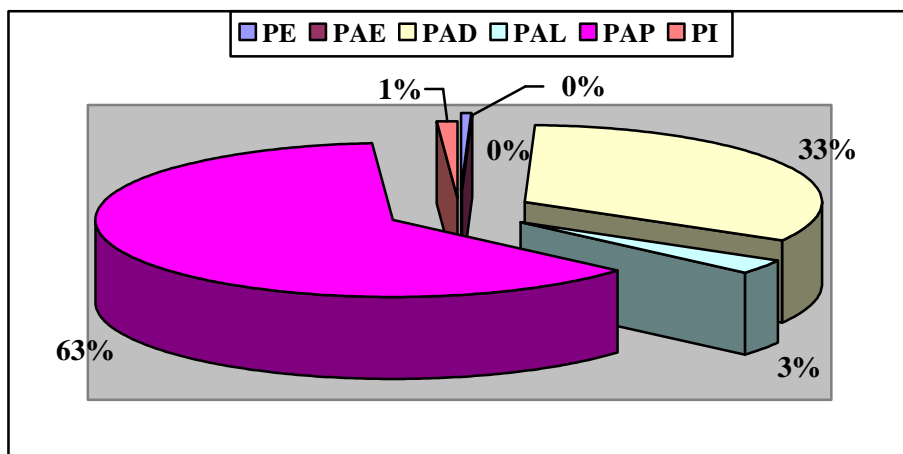
Gráfico 10: “Haver” e o tipo de predicado



O verbo *Ter*, como previsível, é escolhido para a expressão da posse em 63% dos exemplos existentes. Também se verificam alguns resultados para a estrutura PAD, à semelhança do verbo *Haver*, mas é bem clara a predominância dos atributos possessivos sobre os descritivos:

«E tem este pecado outras tres deferenças». (Cap. X)

Gráfico 11: “Ter” e o tipo de predicado



1.4. O tipo de posse: distribuição comparativa dos dados

No período arcaico, **Haver** e **Ter** não estavam em variação livre nas estruturas de posse. É só na passagem do século XIV para o século XV que o verbo **Ter** dá sinais de superar **Haver** e de afirmar-se como principal verbo para designar a posse, ainda que possam comutar em determinados contextos. Vejamos quais os principais atributos que aparecem com **Haver** e com **Ter**:

Gráfico 12: “Haver” e o tipo de posse

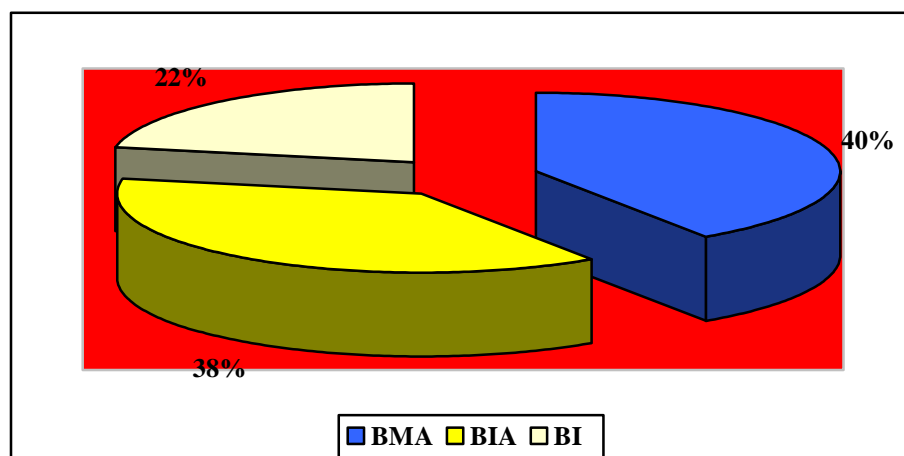
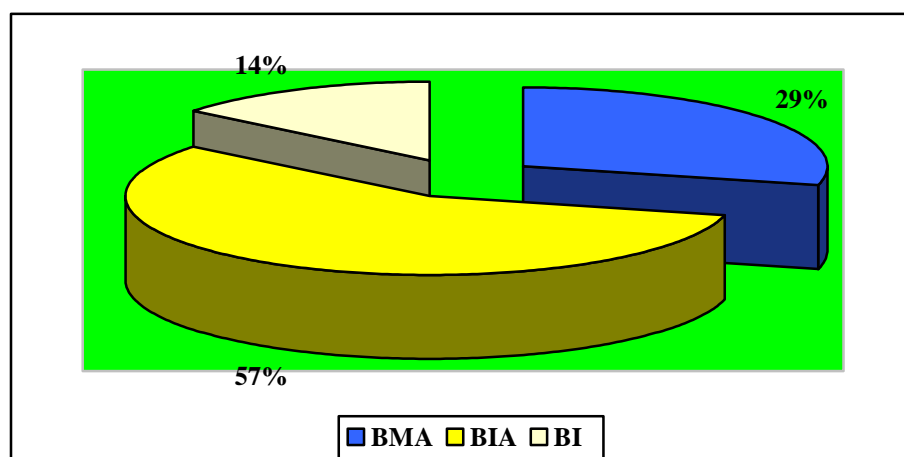


Gráfico 13: “Ter” e o tipo de posse



Os atributos de tipo BMA e BIA ocorrem de forma equilibrada com o verbo **Haver**, sendo inferior a frequência da estrutura de tipo BI:

«Sperança he iu atrevimento de vontade, concebida da largueza de Deos, pera haver vida perduravel, segundo Sancto Agostinho». (Cap. LXI)

«Outros a teem por maneira dagoiro e aquesto poendo tam firme teençom em dizer algũa oraçom ou trazer certas reliquias que por elo entendem haver sua salvaçom, vivendo a comprimento de seus maos desejos». (Cap. LX)

Com o verbo **Ter** aparece a posse de tipo BI em último lugar e a de tipo BIA em primeiro, esta relativamente distante da de tipo BMA:

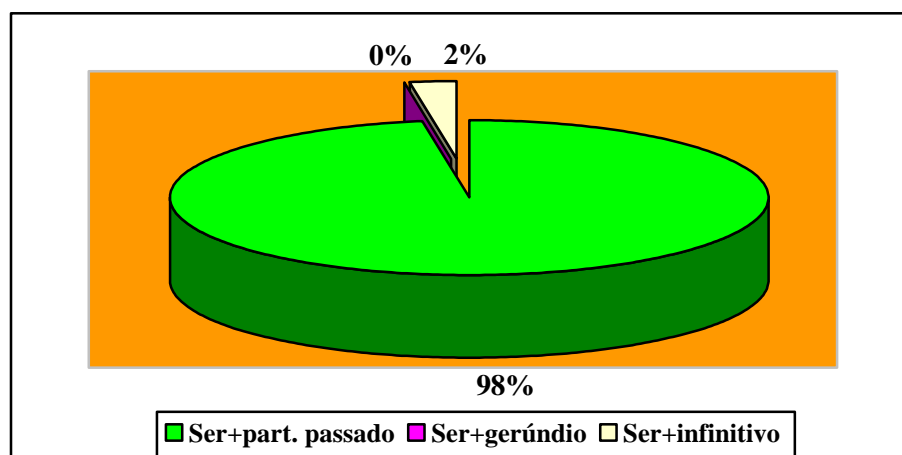
«Todo boo homem, pela graça de Deos, deve teer entençom de trazer sempre ante seus olhos os bões e mercees que recebe dele, e esso meesmo dos senhores, e nas boas obras e serviços que lhe fazem seus amigos e servidores». (Cap. XI)

Ora, isto não acontece com **Haver**, em que a proximidade entre ambas destaca subtilmente o tipo de posse BMA comparativamente a BIA. Com estes dados é-nos apenas possível confirmar que **Ter** supera **Haver** no tipo de posse BIA, mas **Haver** supera **Ter** nas de tipo BMA. A posse de tipo BI é ainda superior com o verbo **Haver**. Assim, confirmamos que a expansão de **Ter** sobre o campo semântico de **Haver** se difunde primeiro do contexto BIA para o BMA.

1.5. As diferentes modalidades nominais: distribuição comparativa dos dados

No conjunto das possibilidades de ocorrência dos verbos em questão, foram levantadas as referentes às estruturas em que **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter** ocorrem com participípio passado, gerúndio e infinitivo¹⁹³. Para o efeito, considerámos apenas as construções plenas, em que as formas verbais em questão representam o auxiliar da forma verbal composta. Advertimos que o resultado obtido é, no entanto, limitado para uma descrição mais ampla do problema, pois o número de casos encontrados é bastante diminuto (com excepção do verbo **Ser** que possui um número de exemplos mais significativo). Ainda assim, podemos adiantar algumas conclusões e corroborar com outros estudos a respeito. Desta forma, aceitamos a limitação que o *corpus* nos impõe e avançamos, com segurança, para a exploração dos gráficos que se seguem:

Gráfico 14: “Ser” nas diferentes modalidades nominais



De acordo com o gráfico, o verbo **Ser** ocorre em número superior quando acompanhado de Participípio Passado (98%), sendo quase insignificante o número de ocorrências registadas para as restantes modalidades (2% com Infinitivo e 0% com Gerúndio). É aqui importante referir que a aceitação do Participípio Passado como um tempo composto permanece envolvida em alguma controvérsia. Autores como Said Ali¹⁹⁴ e Mattoso Câmara

¹⁹³ Sobre a caracterização das perífrases com infinitivo, gerúndio e participípio, Emílio Alarcos procura fazer uma distinção de carácter geral e simplificado, que vai de encontro às várias teorias encabeçadas por outros estudiosos sobre esta matéria e que se apresenta nos seguintes moldes: «[...] las perífrasis con infinitivo ofrecen una *perspectiva de realización*, un *valor progresivo*, un *valor futuro*, las perífrasis con gerundio un carácter *continuativo*, *durativo* y las perífrasis con participio un valor *retrospectivo*, *perfectivo*, dirigido hacia el pasado». EMILIO ALARCOS LLORACH, *Estúdios de gramática funcional del español*. Madrid, Gredos, 1970, pp. 57-60.

¹⁹⁴ SAID ALI, M., *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Académica, 1957, p. 126.

Jr.¹⁹⁵ insistem que quando a flexão do particípio concorda com o objecto directo, não se pode considerar um tempo composto, pois não se dá a fusão sintáctico-semântica implícita nesse tipo de construção verbal. Por outro lado, também é fraca a unanimidade quanto à definição do momento da história da língua em que este fenómeno terá sofrido mudanças e a partir de que momento podemos realmente falar de tempos compostos.

Desta forma, advertidos para esta directiva, tivemos especial atenção à nossa recolha, por forma a detectar as construções que pudessem levantar alguma controvérsia e que, na verdade, não formassem um tempo composto verdadeiro, mas duas acções simultâneas que pudessem confundir-se numa só. Oportunamente, são nulos, no nosso *corpus*, os registos deste particípio a concordar com o objecto directo. Na verdade, os poucos exemplos irregulares que encontramos podem ser apenas um erro, tanto de impressão, como do copista, uma vez que não formam um padrão minimamente sugestivo. Desta forma, é pouco provável que existisse variação na concordância do particípio passado. Repare-se nos exemplos encontrados:

Exemplo 1: «Aas quaes eu respondo, segundo melhor me parece, porque **som**, per requerimento da voontade e per razom, muito **inclinado** a seguir o conselho dos fisicos, e lhe fovgir cedo longe e tornar tarde.» (Cap. LIII)

No exemplo 1, o auxiliar não concorda com o sujeito e, por sua vez, falha também na concordância com o Particípio. Este concorda com o sujeito. Parece-nos que o problema se situa no auxiliar, que apresenta a forma da 3ª pessoa do plural em vez da 1ª pessoa do singular.

Exemplo 2: «Os meãos **som**, per outras tres maneiras, brevemente **scriptas**.» (Cap. XXXIII)

No exemplo 2, o auxiliar concorda com o sujeito, mas o Particípio concorda com o complemento circunstancial de modo.

Exemplo 3: «E a estes defensores **som dados** grandes liberdades e privilegios por a grande necessidade a que per eles toda comunidade **som** algüas vezes no tempo do grande mester acorridos.» (Cap. IV)

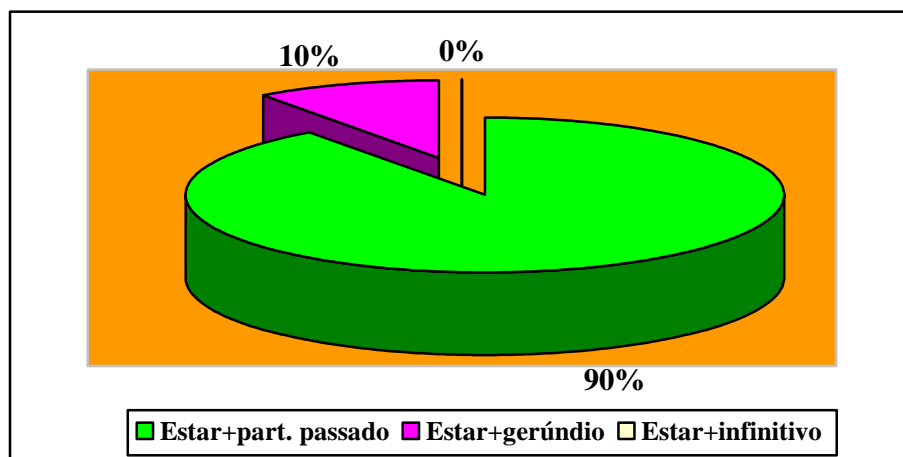
No exemplo 3, o Particípio concorda com o complemento indirecto e não com o sujeito. É possível que tenha ocorrido alguma falta de correcção na identificação do sujeito da frase, tendo este sido confundido com o complemento. A proximidade semântica poderá tê-lo motivado.

¹⁹⁵ MATTOSO CÂMARA JR., *Uma forma verbal portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Académica, 1956, p. 82.

Em suma, as irregularidades apresentadas não seguem qualquer tipo de norma ou padrão, aparentando ser meras inconveniências da escrita. Parece-nos, por isso, muito provável que correspondam a falhas de redacção, por parte do copista, e não a indícios sugestivos de um qualquer tipo de flutuação gramatical.

Continuando a explorar a ocorrência das diferentes modalidades nominais com as formas verbais em questão, vamos agora passar para o verbo **Estar** e tirar as conclusões que os dados nos permitem relativamente a este verbo. Vejamos, então, o gráfico:

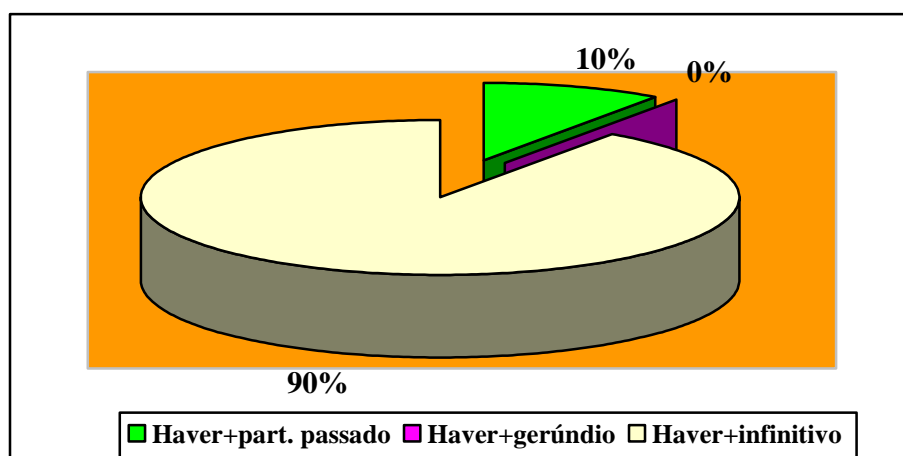
Gráfico 15: “Estar” nas diferentes modalidades nominais



Com o verbo **Estar**, a modalidade predominante é também a do Particípio Passado, com 90%. A esta segue-se o Gerúndio, com 10%, e o Infinitivo sem nenhuma ocorrência:

«E que esto faleça, per seu virtuoso cuidado ham dele boo passamento, como screvem de Cipiom que de si dizia nom se sentir menos soo que quando soo estava, ca per boos cuidados sempre lhe parecia estar bem acompanhado». (Cap. XXIII)

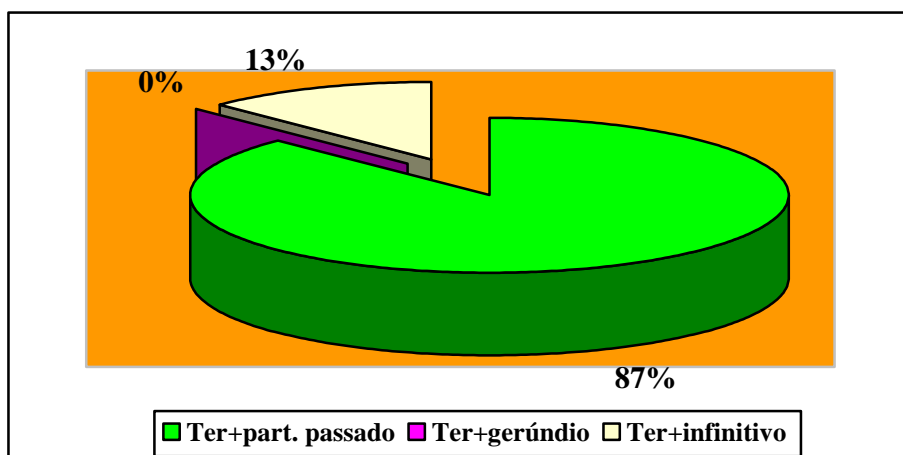
Gráfico 16: “Haver” nas diferentes modalidades nominais



O verbo **Haver** mostra um resultado distinto dos anteriores, com um destaque de 90% para a estrutura com Infinitivo. Seguem-se os 10% de frequência para o Particípio Passado e nenhuma ocorrência para o Gerúndio:

«E por ende haver de quebrar o mandado da Sancta Igreja, por cumprir o que jurou, nom he razom, porque a jura nom pode obrigar a fazer tal cousa per que sejam desobedientes aa Sancta Madre Igreja, e do quebrantamento dela deve-se fazer satisfação, se tal caso for». (Cap. XXXIII)

Gráfico 17: “Ter” nas diferentes modalidades nominais



Com o verbo **Ter**, destacam-se as estruturas com Particípio Passado (87%), seguindo-se o Infinitivo (13%) e o Gerúndio sem qualquer ocorrência:

«Da compreissom, manha, saber, condiçom, virtudes, enquanto reguardarmos ao que Nosso Senhor Deos nos tem naturalmente outorgado, por a razom suso scripta sempre devemos seer contentes, nunca lançando a el achaque de nossas culpas e falicimentos». (Cap. LXXIII)

Podemos, assim, concluir que o Particípio Passado ocorre predominantemente com os verbos **Ser**, **Estar** e **Ter** e que com os mesmos são quase inexistentes as ocorrências com o Gerúndio e com o Infinitivo. É o verbo **Ser** que apresenta mais exemplos com Particípio, seguindo-se **Ter**, **Haver** e **Estar**, nesta ordem. Este é um dado muito interessante, na medida em que **Ter** supera **Haver** neste tipo de construção, o que comprova a sua expansão e a sua afirmação como seu sucessor. Apesar de partirmos de um *corpus* muito específico e, portanto, parcialmente representativo do estado da língua no século XV, os resultados são exactos e muito significativos. Note-se que esta tendência é análoga à das estruturas possessivas, em que também **Ter** é o verbo mais seleccionado. Esta é, pois, uma fase privilegiada na história da língua portuguesa, onde podemos perceber as mudanças que traçarão, mais tarde, as linhas do português moderno.

Igualmente importante é observar o comportamento sintáctico destas estruturas. A par com a predominância das ocorrências, verificámos também a existência de seis tipos distintos de formação com o Particípio Passado. As tabelas que se seguem exemplificam as

tendências dos dados do *corpus* e fazem-se acompanhar de exemplos retirados da obra, para uma melhor compreensão dos mesmos. Assim sendo, vamos examinar cada uma delas, individualmente.

Tipo 1: (aux.+part. passado+ G.N.)

«E assi nunca devemos leixar de obrar com ela ataa onde mais e melhor obrar podermos, porque grande mal e pecado he nom curarmos daquela estremada virtude per que o Senhor Deos de todas outras criaturas deste mundo nos **ha estremado em vantagem e melhoria**». (Cap. LIII)

Ser	Ter	Haver	Estar
273 ocs.	9 ocs.	4 ocs.	3 ocs.

Tipo 2: (G.N.+aux.+part. passado)

«E tal convem sentir das semelhantes, por ende nom e de perder o bem **que per contriçom do mal havemos recebido**, nem per arrependimento das cousas per nos bem feitas o galardom, que per mercee de Nosso Senhor del speramos, em nada seja tornado, mais sempre façamos fim de taes cuidados em louvar seu Santo Nome, por nos relevar as grandes penas na vida presente de que eramos por taes feitos merecedores». (Cap. XXV)

Ser	Ter	Haver	Estar
258 ocs.	22 ocs.	7 ocs.	1 ocs.

Tipo 3: (G.N.+part. passado+aux.)

«E o perfioso e pertinaz, seguindo e comprindo o desordenado desejo de seu coração e voontade, quer mal e como nom deve seus feitos levar adiante, filhando por grande falimento com vãagloria e soberva decer e **leixarse de cousa que começada tenha**, entendendo que fazelo assi he sua mingua, seendo grandemente enganado, porque o falimento he el fazer ou dizer o que de razom haja a leixar e nom comprir». (Cap. LXXX)

Ser	Ter	Haver	Estar
29 ocs.	1 oc.	0 ocs.	0 ocs.

Tipo 4: (part. passado+aux.+G.N.)

«Dela nadem e veherom muitos males, como diz Sam Joham Cassiano no Livro dos Statutos, que esta, morando em nos, cega os olhos da alma com treevas mui empecivees, nom leixa haver juizo dereito de discreçom nem vista de honesta contemplaçom, nem leixa possuir madureza de conselho, nem consente seer os homêes quinhoeiros da sancta vida, nem reteedores da justiça, nem recebedores de spiritual e verdadeiro lume, porque diz o profeta: «**Torvados som meus olhos pela sanha**». (Cap. XVI)

Ser	Ter	Haver	Estar
17 ocs.	0 ocs.	0 ocs.	0 ocs.

Tipo 5: (aux.+G.N.+part. passado)

«Ca nom entendamos que nos he dado lugar por cousas que razoadas pareçom haver sanha, como assi seja que qualquer cega os olhos da razom, pois que deferença sera pera tirar a vista: poer ante os olhos pasta de chumbo, ou douro? Certo e que assi a ùa como a outra a vista embarga, e aquela tirada, logo pera cair **estamos muito aparelhados**». (Cap. XVI)

Ser	Estar	Haver	Ter
159 ocs.	4 ocs.	3 ocs.	3 ocs.

Tipo 6: (part. passado+G.N.+aux.)

«Do cedo **mandado nos he** que nom tardemos de comprir as cousas que por Deos proprosemos fazer; em segredo, porque o Senhor manda que a mão ezquerda nom saibha o que fezer a direita, ledamente porque o Apostolo diz que Deos ama a quem por El com ledice da suas esmolos e ofertas; per boa consiiraçom, por guardar aquel dicto que todalas cousas façamos per boa ordenança e conselho». (Cap. XXIX)

Ser	Estar	Haver	Ter
2 ocs.	0 ocs.	0 ocs.	0 ocs.

As estruturas predominantes são, portanto, as de tipo 1 e 2, com um grau de frequência muito próximo um do outro. Entre **Ser** e **Estar**, a preferência recai sobre o primeiro, que também oferece um *corpus* de análise muito mais extenso. Entre **Haver** e **Ter**, a primazia é de **Ter** em todos os tipos registados. Ora, esta superioridade assevera a sua expansão em relação a **Haver** e, mais uma vez, é um claro indício de que **Ter** se encontrava no caminho certo para se tornar o verbo mais seleccionado na representação deste tipo de locução verbal.

Por outro lado, observámos anteriormente que a estrutura do tempo composto só seria legítima a partir do momento em que este deixasse de ser flexionado em concordância com o complemento. Ora, as conclusões a que chegámos é que essa concordância não se verifica, pelo que não podemos falar de variação, mas sim de unificação. É, pois, esta uma fase de inovação da língua, claramente sugerida e reflectida no trabalho de D. Duarte, e já dominante num *corpus* com esta extensão. Reconhecemos que não aspiramos a mais do que uma pequena sondagem. No entanto, a ausência de flutuação neste tipo de construção é deveras marcante e não deve ser tratada como uma mera curiosidade. Acreditamos que o facto de se tratar de uma obra de Avis, tenha grande influência nos resultados, não fosse este

o punho que deu à língua portuguesa a expressão da modernidade. Será que podemos afirmar que, neste momento, estava em marcha o português arcaico médio?

Por oposição, o verbo **Haver** inverte os papéis e dá primazia às estruturas com Infinitivo, para relegar para segundo lugar o Particípio Passado e o Gerúndio. Nas perífrases formadas com Infinitivo, confirma-se, pois, que é **Haver** o verbo mais seleccionado neste *corpus* do século XV:

Haver	Ter	Ser	Estar
90%	13%	4%	0%

Confirmada a preferência pela perífrase formada com **Haver**, retomamos a observação destas ocorrências perifrásticas lembrando que, à semelhança do que aconteceu com as estruturas formadas com Particípio, continua a não existir uma estrutura fixa para a sua formação, pois no *corpus* pudemos encontrar três tipos distintos, todos eles prováveis com **Ser**, **Haver** e **Ter**. Vejamos os exemplos e a frequência das ocorrências:

Tipo 1: (Ser/Haver/Ter (de)+inf.)

«E sobre taes fundamentos cousa **nom tem dobrar** pera dar a exucuçom, nem meter em proveitosa ordenança». (Cap. XII)

«O XIIº, que seja de forte e perseverante proposito em aquelas cousas que sabe e entende que **tem de fazer**, e audaz e sem temor e mingua». (Cap. L)

Ser	Haver	Ter
27 ocs. (2 sem a preposição “de”)	120 ocs. (5 sem a preposição “de”)	5 ocs. (2 com a preposição “de”)

Tipo 2: (Ser/Haver/Ter+__+(de)+inf.)

«E **nom he porem de teer** que todas estas cousas nos podem obrigar nem costringer a pecarmos». (Cap. XXI)

Haver	Ser	Ter
9 ocs. (4 com a preposição “de”)	0 ocs.	0 ocs.

Tipo 3: (Ser/Haver/Ter de+__+inf.)

«E poderemos assi dizer, por dar boo exemplo, o proposito que **hавemos de nos guardar** do pecado e cousas mal feitas, como Sam Paulo dizia que nunca seria que el jamais em al filhasse gloria senom em na cruz de Nosso Senhor Jesu Cristo». (Cap. XIII)

Haver	Ser	Ter
2 ocs.	0 ocs.	0 ocs.

Em suma, regista-se a preferência pela perifrástica de tipo 1, na qual os elementos se apresentam contíguos. Esta pode surgir com ou sem a preposição “de”, tendo maior vigor o uso da preposição, mas não havendo qualquer registo que evidencie a escolha pela preposição “a”. A nível semântico, verifica-se a mesma intencionalidade na escolha da perífrase com **Haver**, muitas vezes marcada pela futuridade, e também no valor de obrigatoriedade ou necessidade infligido pela perífrase com **Ter**. O verbo **Ser** reforça significativamente a oração existencial, embora mostre indícios de necessidade e de futuridade. Curiosamente, os verbos **Ser** e **Ter** não manifestam os tipos 2 e 3, mas o verbo **Haver** espraia-se pelos 3 tipos definidos, valorizando a sua presença na perifrástica de tipo1.

Apenas os verbos **Ser** e **Estar** ocorrem no *corpus* seguidos de Gerúndio. Apesar de apresentarem uma frequência muito reduzida, merecem alguma atenção da nossa parte. A respeito desta estrutura, observa Rosa Virgínia Mattos e Silva:

A estrutura em causa pode ser interpretada ou como constituindo um grupo ou locução verbal em que expressa um acto único em seu aspecto durativo ou dois actos independentes, embora concomitantes ou simultâneos, constituindo duas orações. No primeiro caso, os verbos enumerados acima funcionariam como auxiliares, não expressando assim a sua significação lexical como verbo pleno; no segundo, funcionariam como verbos plenos, constituindo duas orações¹⁹⁶.

Considerando estes factores, vamos examinar os dados do *corpus* e definir uma abordagem mais precisa. O verbo **Ser** apresenta três casos:

1. «E posto que esto todo pareça mao de guardar, se o **for acostumando** parecera bem ligeiro de fazer». (Cap. C)
2. «E porque o entendimento e nossa virtude mui principal, screvi del ùa breve repartiçom, e o mais **fui ajuntando** segundo melhor pude fazer». (Prólogo)
3. «E per estas partes suso scriptas, que brevemente **fui tocando**, segundo que muito melhor e mais largamente per aqueles que das virtudes e vicios ham boo conhecimento se poderia dizer, porque a todo se estende, se pode bem consiirar quanto mal se recrece do sobejo ou minguido sentido que filhamos em todos nossos feitos». (Cap. LXXVIII)

O verbo **Estar** apresenta apenas um caso:

1. «E esso medes de reter as obras da necessidade per qualquer guisa, dos tempos bruscos e contrairos ao que desejava, sentia empecimento de me

¹⁹⁶ ROSA VIRGÍNIA MATTOS E SILVA, *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*, p. 447.

apartar soo, por **estar pensando** achava mui contrairo, posto que a voontade per vezes me demandava». (Cap. XX)

Estas quatro passagens favorecem uma interpretação sintáctico-semântica bastante clara. Tanto **Ser** como **Estar** funcionam como auxiliares dos verbos *acustumar*, *ajuntar*, *tocar* e *pensar*, formando com eles uma estrutura perifrástica legítima. Nenhum deles se assume na sua significação plena, portanto, todos se libertam do seu significado lexical para dar uma nova vitalidade aos verbos principais a que se associam. Em todos os casos, a acção expressa um acto único, durativo ou continuado. Formam, portanto, uma locução verbal ou tempo composto.

1.6. Os auxiliares predominantes: distribuição comparativa dos dados

Interessante é também observar a variedade de auxiliares que cada verbo aporta na sua conjugação. Do verbo **Ser** surgem vários exemplos em que ocorre acompanhado de auxiliar. No total, são 36 verbos diferentes que lhe servem de auxiliar ao longo do *corpus*. De entre estes, destaca-se o verbo “Dever” com o maior número de ocorrências:

«Devem seer amoestados os scassos, que hajam de saber que esta he a primeira enjuria que fazem a Deos, o qual lhe deu todalas cousas, e nom lhe fazem nehüu sacrificio». (Cap. LR)

Veja-se a tabela para uma leitura mais esclarecida:

Tabela 1: Auxiliares de “Ser” e número de ocorrências

Aquecer	1 oc.	Avondar	1 oc.	Afirmar	1 oc.	Começar	1 oc.
Conhecer	1 oc.	Crer	1 oc.	Demonstrar	1 oc.	Entender	1 oc.
Guardar	1 oc.	Pertencer	1 oc.	Provir	1 oc.	Resguardar	1 oc.
Ter	1 oc.	Trabalhar	1 oc.	Ver	1 oc.	Cobiçar	2 ocs.
Consentir	2 ocs.	Costumar	2 ocs.	Dizer	2 ocs.	Merecer	2 ocs.
Mostrar	2 ocs.	Prazer	2 ocs.	Tornar	2 ocs.	Vir	2 ocs.
Desejar	3 ocs.	Esperar	3 ocs.	Pensar	3 ocs.	Fazer	4 ocs.
Parecer	5 ocs.	Ser	5 ocs.	Cumprir	6 ocs.	Convir	7 ocs.
Haver	10 ocs.	Querer	10 ocs.	Poder	59 ocs.	Dever	94 ocs.

Quanto ao verbo **Estar**, são apenas 5 os auxiliares com que surge acompanhado. Destes, destaca-se o verbo “Dever” com maior número de ocorrências, à semelhança do que acontece com **Ser**:

«Item que se nom consenta riir nem scarnecer enquanto durar o officio a nem üu que seja, e muito menos aos capelães e a moços da capela, os quaes devem estar mais honestamente que poderem, como aqueles que fazem serviço spiritual a Deos». (Cap. LRVI)

Tabela 2: Auxiliares de “Estar” e número de ocorrências

Convir	1 oc.	Costumar	1 oc.	Parecer	2 ocs.	Poder	2 ocs.
Dever	3 ocs.						

O verbo **Haver** faz-se acompanhar de 18 auxiliares diferentes. Mais uma vez, é o verbo “Dever” que detém a primazia relativamente aos restantes:

«Outra consiraçom devemos sobresto haver». (Cap. XI)

Tabela 3: Auxiliares de “Haver” e número de ocorrências

Afirmar	1 oc.	Cobiçar	1 oc.	Consentir	1 oc.	Começar	1 oc.
Costumar	1 oc.	Entender	1 oc.	Parecer	1 oc.	Sentir	1 oc.
Fazer	2 ocs.	Pensar	2 ocs.	Deixar	3 ocs.	Desejar	3 ocs.
Esperar	3 ocs.	Convir	7 ocs.	Querer	9 ocs.	Ser	10 ocs.
Poder	37 ocs.	Dever	38 ocs.				

Por fim, temos o verbo *Ter*, que também regista a preferência pelo auxiliar “Dever”, dentro do conjunto dos 9 verbos que com ele formam um tempo composto:

«Pera esta val muito continuadamente querer saber toda cousa que razoada seja, guardando aquela palavra que, teendo na cova o pee, ainda desejamos daprender, per que se demostra como devemos sempre teer esta teençom; porque do boo aprender nace boo saber e jeito densinar». (Cap. I)

Tabela 4: Auxiliares de “Ter” e número de ocorrências

Querer	1 oc.	Saber	1 oc.	Tornar	1 oc.	Ver	1 oc.
Desejar	2 ocs.	Fazer	2 ocs.	Poder	5 ocs.	Ser	8 ocs.
Dever	31 ocs.						

Ora, concluímos que o verbo modal “Dever” é aquele que mais vezes sobressai como auxiliar dos verbos *Ser*, *Estar*, *Haver* e *Ter*. Este dado é bastante curioso pela sua homogeneidade. De facto, somos obrigados a atribuir essa preferência à natureza do texto do *LC*, ao seu tom moralizante, à sua finalidade ética e espiritual, dentro de uma atmosfera fortemente cristã, associada ao dever do ser humano em atingir o objectivo proposto pelo autor. Tudo isto confere à obra uma carga significativa especial, de tal forma que facilmente conseguimos compreender o enquadramento semântico do verbo “Dever” e o seu uso tão predominante face aos quatro verbos em estudo.

1.7. Casos de variação gráfica: distribuição comparativa dos dados

Os verbos **Ser**, **Estar**, **Haver** e **Ter**, que fazem parte do nosso escopo, são verbos de padrão especial. Quer isto dizer que obedecem a determinadas irregularidades e que, por isso, não se enquadram dentro dos grupos regulares. São, por esse motivo, detentores de uma especificidade própria e de uma complexidade a si inerente. Partindo deste raciocínio, reunimos o conjunto das variações gráficas destes verbos, e propomo-nos examiná-las, na tentativa de explicar o motivo dessa flutuação, podendo esta ser de natureza fónica, gráfica ou mesmo morfológica. O período de que nos ocupamos apresenta ainda uma forte instabilidade gráfica, a qual poderá estar na origem dos resultados obtidos. O facto de se tratar de uma fase de charneira implica que aporta registos do abandono progressivo de determinadas formas, do mesmo modo que perscruta a aceitação de formas novas. Para o efeito, observemos atentamente as tabelas que se seguem:

Tabela 5: Variação gráfica de “Ser”

Som (456 ocs.) ~ Sam (5 ocs.)	Sejades (1 oc.) ~ Sejaes (2 ocs.)
Forom (25 ocs.) ~ Foram (3 ocs.)	Ser (2 ocs.) ~ Seer (331 ocs.)
Seremos (11 ocs.) ~ Seeremos (1 oc.)	Serem (2 ocs.) ~ Seerem (50 ocs.)
Seram (12 ocs.) ~ Seeram (1 oc.)	Sendo (1 oc.) ~ Seendo (40 ocs.)

Cabe ao verbo **Ser** o maior número de exemplos de variação gráfica. Este dado é, todavia, previsível somente pela extensão das suas ocorrências e pelo facto de se poder classificar, ainda hoje, como um verbo de frequente utilização. São três os tipos de variação em que ocorre:

1.º) Variação gráfica entre **-om** ~ **-am** em posição silábica final, que sugere um alteamento da vogal do lexema por condicionamento da vogal temática. No caso de *som* ~ *sam*, do étimo latino -UNT, a alternância entre as duas formas veio a convergir na direcção do ditongo *-ão*, provavelmente como resultado de um processo fonético natural, mas também por analogia, como o entendem autores como José Joaquim Nunes, Edouard Bourciez ou José Inês Louro¹⁹⁷. Ramón Lorenzo¹⁹⁸ lembra que nesta análise é necessário ter presente que as terminações *-ão*, *-an* e *-on* existiam no português antigo e que, no século XV, a terminação *-om*, tónica ou átona, passa a confluir com *-am* e esta com *-ão*, da mesma forma que *-am*, tónica ou átona, também se confunde com *-om*. O autor apoia, igualmente, a existência de uma explicação

¹⁹⁷ Para um maior aprofundamento do tema, sugere-se a consulta destes três autores.

¹⁹⁸ RAMÓN LORENZO, *Consideracións sobre as vocais nasais e o ditongo -ão en portugués*. In Dieter Kremer (ed.), *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988, pp. 289-326.

analogica para a concretização desta evolução, procedente de uma tendência natural para a uniformização das formas. Por outro lado, é também interessante a posição de Ana Maria Martins¹⁹⁹ com relação a esta questão, na medida em que a autora propõe que a ditongação apenas ocorre nos casos de vogais tónicas, deixando de lado a possibilidade de associar esta explicação fonética para os exemplos *forom* ~ *foram* também em observação.

As formas *forom* ~ *foram*, sendo terminações nasais átonas, não foram atingidas pela ditongação. Embora o número de ocorrências prenuncie maior vitalidade para a forma *forom*, não foi isso que aconteceu na transição para o português moderno. A coexistência das duas formas deve-se, justamente, à proximidade do seu som. Temos, na verdade, o fenómeno fonético da dissimilação, em que os sons são semelhantes por serem nasalados.

No entanto, a elevada frequência da grafia *-om* relativamente a *-am* é um sinal de conservadorismo deixado pelo texto do *LC*, o que revela que este processo de uniformização fonética ainda não estava concluído.

2.º) Variação *Ser* ~ *Seer* (e semelhantes), em que a grafia indica a fusão de vogais idênticas, fenómeno que ocorre quando uma delas está em sílaba acentuada. Postas em contacto, a proximidade sonora propicia a queda de uma delas, originando a síncope do *-e*. A amostra revela um maior número de ocorrências para a variante não sincopada, embora já se registre um conjunto significativo de casos sincopados.

3.º) Variação *Sejades* ~ *Sejaes*, sendo a primeira forma típica do período arcaico. Vários estudos comprovaram que, no século XV, já se regista a síncope do *-d-* intervocálico. Embora o conjunto dos dados seja inconclusivo, podemos admitir que a variante sincopada, cuja frequência é superior, já existia na língua ao longo do século XV e que a sua variação com a forma plena é, pois, ainda natural neste período de transição. De acordo com Esperança Cardeira, «o momento de inversão da tendência ocorre precisamente na viragem do primeiro para o segundo quartel do século XV²⁰⁰».

Tabela 6: Variação gráfica de “Estar”

Estam (5 ocs.) ~ Estom (2 ocs.)

O verbo *Estar* regista uma variação semelhante à já verificada no verbo *Ser*: a variação entre a vogal *o* ~ *a* em contexto silábico final, tratando-se de uma sequência nasalizada em final de vocábulo. A explicação reside no processo de dissimilação do som

¹⁹⁹ ANA MARIA MARTINS, *A evolução das vogais nasais finais [ã], [õ], [-e], no português*. In Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira (orgs.), *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 617-646.

²⁰⁰ ESPERANÇA CARDEIRA, *Entre o português antigo e o português clássico*, p. 277.

vocálico, que veio a preterir **-am** em relação a **-om**, depois de um período de confluência. A semelhança do som, que se regista por influência do som nasal **-m**, difere do caso *foram* ~ *forom* apenas pela tónica final e pelo étimo latino, que no caso de *estam* ~ *estom* se representa por **-ÁNT**.

Tabela 7: Variação gráfica de “Haver”

Hajam (25 ocs.) - Hajom (16 ocs.)	Haver (172 ocs.) Dhaver (3 ocs.)
Haverdes (3 ocs.) - Dhaverdes (1 oc.)	

O verbo **Haver**, para além de registar exemplos de dissimilação (vogal **o** ~ **a** em posição silábica final) idênticos aos que se encontraram com os verbos **Ser** e **Estar**, apresenta também exemplos como *Haver* ~ *Dhaver* e *Haverdes* ~ *Dhaverdes*, em que há uma clara abreviação resultante da oralidade. A forma *Dhaver*, conseguida pela junção da preposição **de** + **haver**, é originada pela existência da consoante **-h** surda a intermediar o final da preposição e a forma verbal propriamente dita. O ritmo que caracteriza o discurso oral favorece a forma abreviada, que erradamente ultrapassou esses limites (do oral) ao ser transposta para a escrita.

Haverdes ~ *Dhaverdes* são também exemplos em que persiste o **-d-** intervocálico, à semelhança de *Sejades*.

Tabela 8: Variação gráfica de “Ter”

Ter (1 oc.) - Teer (60 ocs.)	Tendo (1 oc.) - Teendo (21 ocs.)
Tem (101 ocs.) - Tëe (2 ocs.)	

O verbo **Ter** dá exemplos de síncope do **-e**, nos casos de *Ter* ~ *Teer* e de *Tendo* ~ *Teendo*, em que a grafia indica a fusão das vogais idênticas, à semelhança das formas *Ser* ~ *Seer*. Em ambos os casos predomina a forma não sincopada. Este fenómeno ocorre quando uma delas está em sílaba acentuada e é favorecido pela proximidade sonora que favorece a queda de uma delas. No caso de *Tem* ~ *Tëe*, a segunda forma aparenta ser um recurso gráfico à nasalação.

Diante dos factos apresentados, fazemos, então, as seguintes considerações:

- os verbos **Ser** e **Ter** apresentam vários casos de síncope do **-e**, em que há um predomínio, em número, das formas não sincopadas. É importante que se diga que, não obstante a sua resistência, os dados apontam para uma clara flutuação entre as duas formas.

- ainda que em variação, parece preparar-se a consumação do fenómeno da síncope do *-d-* intervocálico.
- a variação entre *om* ~ *am* em final de sílaba previa maior vitalidade para a forma com *-om*, facto que não veio a consumir-se no português moderno. Com os verbos **Estar** e **Haver**, o equilíbrio entre as duas é superior e há mesmo maior predominância para a forma em *-am*. Todavia, após a contagem da totalidade dos casos, a superioridade recai sobre a variação em *-om*. Estas terminações viriam a unificar-se nas formas *-am* e *-ão*. Todavia, é importante lembrar que existe uma forte probabilidade de esta variação gráfica não estar associada a alterações na pronúncia, como aponta Edwin B. Williams, mas apenas à sua afinidade fonológica e gráfica:

[...] a confusão dos copistas no seu esforço de usar coerentemente três grafias familiares para representarem uma e mesma pronúncia. Assim, pareceria que, enquanto *-ão* continuava a ser usado onde quer que se tivesse desenvolvido fonologicamente, isto é, onde quer que proviesse do lat. *-anum* ou *-adunt*, *-am* veio a ser usado para representar o *-ão* analógico e *-om* para representar *-ão* analógico não acentuado [...]²⁰¹.

²⁰¹ EDWIN B. WILLIAMS, *Do latim ao português*, pp.183-184.

Conclusão

Importa, nesta fase final, avaliar o alcance dos objectivos propostos no início da pesquisa. Temos consciência de que um *corpus* tão específico e diminuto como o nosso não poderia conduzir a conclusões de maior escala. Todavia, apoiado por estudos anteriores e posteriores, dará certamente um contributo relevante e, visto desta perspectiva, a dimensão do seu impacto será notoriamente superior. Sendo assim, mesmo não podendo observar momentos precisos no processo de mudança, o nosso trabalho permite reconhecer a coexistência entre variantes antigas e modernas e, em alguns casos, antever aquela que seria seleccionada para prevalecer no futuro. Por outro lado, é igualmente importante frisar que o *LC* apresenta já uma combinação sintáctico-semântica determinante e extremamente coerente, demonstrando que não é possível fazer sintaxe sem semântica.

Relacionando as características que definem o período arcaico médio com os dados do nosso estudo, as conclusões que apurámos apontam para a localização do *LC* no início deste período, uma vez que encontramos, maioritariamente, formas em variação e não mudanças totalmente consumadas. A ser assim, não poderemos situar a obra num momento amadurecido do português arcaico médio, mas numa fase inicial e de transição. Assim, arriscamos sugerir que o *LC* terá sido redigido nos primeiros anos do casamento de D. Duarte, entre 1428 e 1430, talvez, não ultrapassando um limite razoável para a fase mais jovem deste período da língua.

Desta forma, avançamos para os resultados que as variáveis seleccionadas nos forneceram e afirmamos que **Ser** e **Haver** estão em vantagem numérica no quadro geral da amostra, ainda que **Ser** domine este universo com larga superioridade. Considerando o binómio **Ser/Estar**, é clara a preferência por **Ser**, já que **Estar** ocupa apenas 2% da amostragem. Relativamente ao binómio **Haver/Ter**, a preferência recai sobre **Haver**, com o dobro de ocorrências.

A distribuição das ocorrências por unidades modo-temporais aponta para diferentes ilações, destacando-se a preferência pelo uso do tempo Presente e do modo Indicativo. Esta preferência justifica-se pela natureza literária e semântica do próprio texto. Na expressão do presente, D. Duarte faz a análise social, ética e moral que domina as linhas do *LC* e que está em conformidade com o seu tempo e com o contexto a si contemporâneo. O tom das premissas alcança intemporalidade pela adopção de um registo realista e objectivo, que reforça os valores que enunciam os factos textuais e que preconiza uma actuação predominantemente pedagógica e finalística.

Do mesmo modo, verifica-se uma clara substituição do Condicional (30 ocs.) pelo Imperfeito (240 ocs.). Este é um indicador de extrema importância para este estudo, uma vez que representa uma das balizas para a definição de fronteiras temporais do português arcaico médio.

Com **Ser** predomina fortemente a estrutura atributiva descritiva de carácter permanente. Com **Estar** predomina a estrutura de tipo transitório, seja locativa ou descritiva. Este verbo distribui-se com maior equilíbrio pelas diferentes estruturas. Com **Haver** verifica-se a primazia da estrutura descritiva sobre a locativa e dos contextos permanentes sobre os transitórios. Com **Ter** predomina a descritiva e o carácter permanente, à semelhança do verbo **Haver**.

Em relação ao binómio **Ser/Estar**, podemos estabelecer um quadro comparativo dentro da estrutura atributiva, de modo a verificar quais os tipos que revelam maior frequência e quais possam registar índices mais baixos de concentração. Os gráficos anteriores já possuem os indicadores necessários, mas uma vez que se encontram expostos de forma individualizada, podem não facilitar a leitura desejada. Assim sendo, elaborámos o quadro de leitura comparativa que se segue. Observemo-lo cuidadosamente:

Quadro 12: “Ser” e “Estar” em estrutura atributiva

	ADP	ADT	ALP	ALT	ALNP	ALNT	ALG
Ser	92%	4%	2%	0%	2%	0%	0%
Estar	10%	28%	0%	10%	24%	13%	15%

Do conjunto dos dados da tabela, verificamos que as estruturas atributivas descritivas ocorrem com maior frequência em **Ser** do que em **Estar**. Já as locativas são superiores com **Estar**, face à ocorrência quase nula com **Ser**. Do mesmo modo, regista-se a preferência de **Ser** em estruturas semanticamente permanentes e de **Estar** em estruturas semanticamente transitórias. Confirma-se, igualmente, que o avanço de **Estar** sobre **Ser**, em contextos semanticamente transitórios, cresce mais nas estruturas locativas que nas descritivas.

Com estes dados, concluímos e corroboramos significativamente com estudos anteriores, na asserção de que, no século XV, o verbo **Ser** era claramente preferido em estruturas descritivas e permanentes, substituindo **Estar** dentro desta variação semântica, enquanto que o verbo **Estar** era, sem dúvida, o verbo típico para a expressão dos atributos locativos e descritivos transitórios.

A observação do binómio **Haver/Ter** dentro da estrutura atributiva revela indicadores interessantes, pelo que também elaborámos um quadro de leitura comparativa. Vejamos os dados expostos:

Quadro 13: “Haver” e “Ter” em estrutura atributiva

	ADP	ADT	ALP	ALT	ALNP	ALNT	ALG
Haver	80%	16%	1%	0%	2%	1%	0%
Ter	85%	11%	1%	1%	1%	1%	0%

Pela leitura dos dados da tabela, verificamos que as estruturas atributivas descritivas ocorrem de forma muito equilibrada com **Haver** e com **Ter** e o mesmo acontece com as locativas, cuja percentagem de ocorrências é, também, muito próxima. Do mesmo modo, idêntico equilíbrio se verifica na preferência de ambos os verbos por estruturas semanticamente permanentes. Entre os contextos transitórios há, igualmente, um nível de ocorrência equilibrado. Com estes dados, somos obrigados a concluir que **Haver** e **Ter** coexistiam nos mesmos contextos semânticos e predominavam em contextos atributivos descritivos permanentes.

Com **Ser** predominam largamente os predicados atributivos descritivos. Uma leitura comparativa destes dados relativamente aos da estrutura atributiva revela coerência de resultados, pois este já era o verbo predominante para os contextos descritivos (permanentes, no caso). Com **Estar** dominam os predicados locativos e não há qualquer representação para os de tipo PAE, PAP e PI. Os descritivos também têm uma representação significativa. Com **Haver** predominam os predicados possessivos, com representação significativa para os de tipo descritivo e existencial. Não se representam os de tipo PAE. Com **Ter** também predominam os possessivos, como seria de prever, com alguma representação dos de tipo descritivo. Não há ocorrências para os tipos PAE.

É, igualmente, importante destacar a preferência de **Haver** como verbo existencial, comparativamente a **Ter**, cuja ocorrência é quase inexistente, mas não a **Ser**, cuja percentagem de ocorrências aparenta valores consideravelmente inferiores, mas apenas enquanto valor percentual, pois é ocasionado em função da relação entre o conjunto dos restantes tipos de predicado, do mesmo modo que se protagoniza num universo de ocorrências totalmente distinto. Se compararmos exclusivamente o número de ocorrências, percebemos que a proximidade é muito grande, com 100 ocorrências para o verbo **Ser** e 99 para o verbo **Haver**. Portanto, apesar de vários estudos apurarem a emancipação de **Haver** neste tipo de estrutura, já no século XV, a proximidade deste com **Ser** não nos oferece as mesmas conclusões, apenas nos permitindo confirmar que ainda se encontravam em variação livre.

Com **Haver** predominam os tipos BMA, evoluindo para os tipos BIA e BI. Com **Ter** predominam os tipos BIA, seguindo-se os tipos BMA e BI. As estruturas de posse evoluem de forma diferente com cada verbo. **Ter** supera **Haver** nos tipos BIA e **Haver** supera **Ter** nos tipos BMA. A posse de tipo BI é de menor frequência em ambos, ainda que ligeiramente superior com **Haver**. Assim, confirmamos que a expansão de **Ter** sobre o campo semântico de **Haver** se difunde primeiro do contexto BIA para o BMA. Todavia, é importante referir que a explicação

para esta conclusão pode residir na natureza semântica do próprio texto, como abordámos anteriormente, na medida em que esta pode exercer uma grande influência em alguns resultados, justamente por se tratar de um texto ético-moral, em que abundam os indicadores espirituais acima dos materiais. Este apontamento pode, por si só, justificar a maior ocorrência de uma estrutura sobre a outra, e não servir de marco linguístico típico do século XV.

Com **Ser** predominam exemplos com o Particípio Passado, existindo uma fraquíssima representação das estruturas com Gerúndio. Com **Estar** a modalidade predominante é, também, o Particípio Passado, não existindo estruturas com o Infinitivo. Com **Haver** predominam as estruturas com Infinitivo, não se fazendo representar com o Gerúndio. Com **Ter** também predominam as estruturas com Particípio Passado e não se representa com o Gerúndio.

Concluímos que é o Particípio Passado a modalidade nominal que mais se representa com os verbos **Ser**, **Estar** e **Ter**. As ocorrências com **Ter+part. passado** superam as de **Haver** em número, o que aponta para a sua expansão enquanto seu sucessor. Dentro deste quadro, são ainda as estruturas de **tipo 1 (aux.+part. passado+G.N.)** e **2 (G.N.+aux.+part.passado)** que apresentam maior frequência de ocorrências. Nestas, **Ser** supera **Estar** e **Ter** supera **Haver**. Predominam também as perífrases de **tipo 1 (aux. (de)+inf.)**. Com **Haver** há ocorrências com todos os tipos, o que não se verifica com os restantes auxiliares.

O Gerúndio tem uma representação muito reduzida e apenas com **Ser** e **Estar**.

Destaca-se o verbo “dever” como auxiliar predominante com todos os verbos. Este facto decorre da natureza textual do *LC*, fortemente imbuída de um discurso moralista e cristão.

Com **Ser** verificam-se os fenómenos da síncope do **-d-** intervocálico e do **-e**, e a dissimilação dos sons **-om** e **-am**. A elevada ocorrência de **-om** revela algum conservadorismo e comprova que a uniformização fonética não estava concluída. Por outro lado, são as formas não sincopadas que ocorrem em maior número. Com **Estar** e **Haver** também se verificam casos de dissimilação dos sons **-om** e **-am**. O verbo **Haver** apresenta ainda exemplos de síncope do **-d-** intervocálico. Um aspecto interessante a reter é que as formas **som**, do presente do indicativo, e **forom**, do pretérito perfeito do indicativo, ocorrem com maior frequência do que **sam** e **foram**. A explicação desta situação pode estar no facto de ambas terem a origem latina comum no étimo -UNT. Já a forma do presente do indicativo **estam** é superior aos exemplos com **estom**, do mesmo modo que **hajam** ocorre mais vezes que **hajom**. Neste caso, o que apresentam em comum é a tónica em sílaba final e a origem no étimo -ANT.

Com **Ter** temos casos de síncope do **-e**, em que predomina a forma não sincopada. Embora este resultado, sendo semelhante ao do verbo **Ser**, não seja uma marca de modernidade, é importante que se diga que os dados apontam para uma clara flutuação entre as duas formas. A coexistência entre elas é uma evidência de que a mudança estava em curso.

Bibliografia

ALCIDES, Sérgio - *D. Duarte e o regimento da melancolia*. In *Tempo & Memória*, ano 1, n.º 1, Literatura e História, Agosto-Dezembro de 2003, pp. 13-31.

ALI, M. Said - *Dificuldades da língua portuguesa. Estudos e observações*. 5.ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.

ALI, M. Said - *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1966.

ALMEIDA, Manuel - *Sociolingüística*. 2.ª ed., La Laguna, Colección Materiales Didácticos Universitários, Universidad de la Laguna, 2003.

ALONSO-CORTÉS, Ángel - *Lingüística*. Madrid, Edições Cátedra, 2002.

ARONOFF, Mark; RESS-MILLER, Janie - *The handbook of linguistics*. E.U.A., Blackwell Publishers Ltd, 2001.

ARROYO, José Luís Blas - *Sociolingüística del español. Desarrollos y perspectivas en el estudio de la lengua española en contexto social*. Madrid, Edições Cátedra, 2005.

ARRUDA, Lúgia Maria de Melo - *Contribuição para o estudo das nominalizações com o verbo suporte TER*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 1987.

BALDINGER, Kurt - *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. 2.ª ed., (versión española de Emilio Lledo y Montserrat Macau), Madrid, Editorial Gredos, SA, 1972.

BAPTISTA, Jorge - *Sintaxe dos predicados nominais com Ser de*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

BARBOSA, Jerónimo Soares - *Grammatica philosophica da língua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1822.

BARBOSA, João Morais - *Dom Duarte - Leal Conselheiro*. (Actualização ortográfica, introdução e notas de). Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Biblioteca de Autores Portugueses, 1982.

BARROSO, Henrique - *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo. Visão funcional/sincrónica*. Coleção Mundo de Saberes 5, Porto, Porto Editora, 1994.

BECHARA, Evanildo - *A contribuição de M. Said Ali à lingüística portuguesa*. Pôrto-Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, Instituto Cultural Brasileiro-Árabe, Livraria Sulina Editora, 1970. (Conferência proferida em 13 de Outubro de 1969 no auditório do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, em Pôrto-Alegre, a convite do Instituto Cultural Brasileiro-Árabe.)

BECHARA, Evanildo - *Moderna gramática portuguesa*. 37.^a ed., Rio de Janeiro, Editora Y. H. Lucerna, 2001.

BERLINCK, Rosane de Andrade; BARBOSA, Juliana Bertucci; MARINE, Talita de Cássia - *Reflexões teórico-metodológicas sobre fontes para o estudo histórico da língua*. Revista da ABRALIN, vol. 7, n.º 2, julho/dezembro 2008, pp. 169-195.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin - *Noções de paleografia e de diplomática*. 2.^a ed., Santa Maria, Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 1995.

BORN, Lester Kruger - *The perfect prince: a study in thirteenth and fourteenth century ideals*. In *Speculum*, 3, Massachusetts, 1928, pp. 470-471.

BOSQUE, Ignacio - *Las categorías gramaticales. Relaciones y diferencias*. 5.^a ed., Madrid, Editorial Sintesis, 1998.

BOUET, Pierre; CONSO, Danielle; KERLOUEGAN, François - *Initiation au système de la langue latine. Du latin classique aux langues romanes*. Paris, Nathan Université, 1975.

BOURCIEZ, Edouard - *Eléments de linguistique romane*. 4.^a ed., Paris, Klincksieck, 1946.

BOURDON, Léon - *Question de priorité autour de la découverte du manuscrit du «Leal Conselheiro»*. In *Arquivos do Centro Cultural Português*, XIV, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

BRESNAN, Joan - *Lexical-functional syntax*. USA, Blackwell Publishers, 2001.

BRITO, Ana Maria Barros de - *Os estudos de sintaxe generativa em Portugal nos últimos trinta anos*. Braga, Associação Portuguesa de Linguística, 1999.

BUESCU, Ana Isabel - *Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas*. In *eHumanista*, volume 8, 2005, p. 144.

BYNON, Theodora - *Lingüística histórica*. Madrid, Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos, S. A., Cambridge University Press, 1977.

CALAFATE, Pedro - *Portugal como problema. Séculos V-XVI - A afirmação de um destino colectivo*. Vol. I, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público, Comunicação Social, SA, 2006.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso - *Uma forma verbal portuguesa. Estudo estilístico-gramatical*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1956.

CAMÕES, Luís Vaz de - *Os Lusíadas*. Porto, Porto Editora, 1978.

CAMPOS, Ana - *O relacionamento Portugal-Galiza: das afinidades históricas e linguísticas à cooperação económica*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa; XAVIER, Maria Francisca - *Sintaxe e semântica do português*. Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

CAMPOS, Maria Henriqueta Costa - *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional De Investigação Científica e Tecnológica, 1998.

CANAES, Maria da Piedade; PÁDUA, Mariz - *A ordem das palavras no português arcaico*. Coimbra, Instituto de Estudos Românicos, Faculdade de Letras, 1960.

CARDEIRA, Esperança - *Entre o português antigo e o português clássico*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

CARDEIRA, Esperança - *O essencial sobre a história do português*. Lisboa, Caminho, 2006.

CARDEIRA, Esperança - *Revisitando a periodização do português: o português médio*. In *Domínios de Lingu@gem*, ano 3, n.º 2, 2.º semestre, 2009, pp.103-115.

CARDEIRA, Esperança - *Português médio: uma fase de transição ou uma transição de fase?* In revista *Diacrítica*, n.º 24/1, Vila Nova de Famalicão, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos em colaboração com as Edições Húmus, 2010, pp. 75-95.

CARDEIRA, Esperança; Fernandes, Maria Alice - *O português medieval: koinização e elaboração*. In *Veredas* (Revista da Associação Internacional de Lusitanistas), vol. 9, Porto Alegre, 2008, pp. 155-176.

CARMO, Sandra Maísa Vidinha - *Sintaxe e semântica do verbo Ser no romance Em Nome da Terra de Vergílio Ferreira*. Funchal, Universidade da Madeira, 2004.

CARVALHO, JOSÉ HERCULANO DE - *Teoria da linguagem*. Tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1974, p. 602.

CARVALHO, Maria José Simões Pereira de Carvalho - *Do português arcaico ao português moderno. Contributos para uma nova proposta de periodização*. Coimbra, Faculdades de Letras, 1996.

CASTRO, Ivo (com a colaboração de Rita MARQUILHAS e J. LÉON ACOSTA) - *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

CASTRO, Ivo - *A elaboração da língua portuguesa, no tempo do infante D. Pedro*. In *Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro* (25 a 27 de Novembro de 1992) - (Também in *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXIX), 1993, pp.97-106.

CASTRO, Ivo - *Introdução à história do português*. 2.ª ed., Lisboa, Edições Colibri, 2006.

CASTRO, Ivo - *Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa*. Barcelona, Institut d'Etudis Catalans, 16.3.2007, pp. 1-11.

CASTRO, Ivo - *Galícia no espazo cultural e simbólico da lusofonia*. In *Sociedades plurilingües: da identidade á diversidade*. Ed. H. Monteagudo, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 2008, pp. 219-252.

CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana Gassmann - *Estratégia e táctica da transcrição*. In *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*, Paris: Centre Culturel Portugais/Fondation Calouste Gulbenkian, 1986, pp. 99-122.

CASTRO, Maria Helena Lopes de - «Leal Conselheiro». *Itinerário do manuscrito*. In *Penélope*, 16, 1995.

CASTRO, Maria Helena Lopes de - *Dom Duarte. Leal Conselheiro*. Coleção Pensamento Português, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1996.

CEPEDA, Isabel Vilares - *Dois manuscritos litúrgicos medievais da biblioteca nacional - sua identificação e descrição*. Lisboa, 1985.

CHEVALIER, Jean-Claude - *De l'opposition aver-tener*. In *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, n.º 2, Paris, Klincksieck, Março de 1977, pp. 5-48.

CHOMSKY, Noam - *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2.ª ed., Coleção Stvdivm - temas filosóficos, jurídicos e sociais, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1978.

CHOMSKY, Noam - *Estruturas sintáticas*. Lisboa, Edições 70, 1980.

CLETO, Ana Paula Baptista Marques - *Aspectos sintáticos e semânticos dos verbos para-copulativos*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1994.

CLIMENT, Mariano Bassols de - *Sintaxis histórica de la lengua latina*. Tomo 1, Barcelona, 1945.

COSERIU, Eugenio - *Linguistic change does not exist*. In *Revista de Linguistica Classica Medioevale e Moderna - Linguistica Nuova et Antica*, ano 1, 1983, pp. 51-63.

COSERIU, Eugénio - *Teoria da linguagem e lingüística geral*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Presença Edições, 1987.

COSTA, Maria João Marques Alves da - *Os valores dos verbos "aver" e "teer" no português arcaico. Estudo diacrónico de carácter sintático-semântico*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1998.

COSTA, Maria João Marques Alves da - *A variação "aver"/ "teer" em estruturas de posse no português arcaico*. In *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Faro, 29-30 de Setembro e 01 de Outubro de 1999). Vol. I, Braga, 2000, pp. 283-291.

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*. Porto, Companhia Editora do Minho, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.

COSTA, Sara Figueiredo - *A regra de S. Bento em português: estudo e edição de dois manuscritos*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

COUTINHO, Ismael de Lima - *Pontos de gramática histórica*. 7.^a ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S. A., 1976.

Critérios para a realização de edições interpretativas de fontes medievais para a história da língua portuguesa (v. 2.1.1). Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Linha de Investigação 4 - Linguística Histórica, 2002, pp.1-180.

CUESTA, Pilar Vázquez; LUZ, Maria Albertina Mendes da - *Gramática da língua portuguesa*. Coleção Lexis, Edições 70, 1971.

CUNHA, António Geraldo da - *Os verbos Dar, Dizer, Estar e Fazer no vocabulário do português medieval*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley - *Nova gramática do português contemporâneo*. 17.^a ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 2002.

DANTAS, Júlio - *A neurastenia do rei D. Duarte*. In Júlio Dantas, *Outros tempos*. Lisboa, Livraria Clássica, 1916.

DAVIES, Alan; ELDER Catherine - *The handbook of applied linguistics*. Australia, Blackwell publishing, 2007.

DELISLE, Léopold - *Mélanges graux* (trabalho de Erudição Clássica dedicado a Charles Graux. Nota sobre Anciennes Impressions des *Classiques Latins* et d'autres auteurs conservés au XVe siècle dans la Librairie Royale de Naples). Paris, Ernest Thorin Editeur, 1884.

DIAS, Augusto Epiphânio da Silva - *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918.

DIEZ, Xoán Carlos Lagares - *Sobre a noção de gallego-português*. In *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, n.º 35, 2008, pp. 61-82.

DUARTE, Rui Miguel de Oliveira - *Aventuras de um editor de textos críticos gregos*. Universidade de Aveiro - *Praxis XXI*. In *Ágora, Estudos Clássicos em Debate* 3, 2001, pp. 25-50.

ELIA, Sílvio - *Orientações da lingüística moderna*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1955.

EMILIANO, António - *O estudo dos documentos notariais latino-portugueses e a história da língua portuguesa*. In *Signo, Revista de História de la Cultura Escrita*, 11, Universidade de Alcalá, Alcalá de Henares, 2003, pp. 77-126.

EMILIANO, António - *O tratamento dos dados da linguística histórica e da história da língua: fixação, disponibilização, análise e interpretação de fontes primárias medievais (considerações gerais sobre métodos e procedimentos)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2003.

EMILIANO, António - *A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal: problemas e perspectivas da filologia portuguesa face ao estudo das origens da escrita em português*. In *A EMILIANENSE I*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 33-63.

EMILIANO, António - *Problemas de transliteração na edição de textos medievais*. In *Revista Galega de Filoxía*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, pp. 29-64.

ERNOUT, Alfred - *Morphologie historique du latin*. Paris, Éditions Klincksieck, 1989.

ERNOUT, Alfred; THOMAS François - *Syntaxe latine*. 2.^a ed., Paris, Éditions Klincksieck, 1997.

FARIA, Isabel Hub; PEDRO, Emília Ribeiro; DUARTE, Inês; GOUVEIA, Carlos A. M. - *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 1996.

FATIO, Alfred Morel - *Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais*. Paris, Imprimerie Nationale, MDCCCXCII.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno - *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. 4.^a ed., Barcelona, Editorial Ariel Letras, 2009.

FERREIRA, João Rodrigues - *Contributos para o estudo da evolução dos verbos ter e haver na língua portuguesa*. Braga, Universidade do Minho, 1994.

FERREIRA, José de Azevedo - *Les verbs haber-tener et l'emploi de l'anaphorique y dans le Libro de los Gatos*. In *Boletim de Filologia*, tomo XXVI (1980/81), Lisboa, 1981, pp.245-270.

FERREIRA, José de Azevedo - *Estudos de história da língua portuguesa. Obra dispersa*. Coleção Poliedro 7, Universidade do Minho, Centro de Estudos Humanísticos, 2001.

FERREIRA, Teresa Duarte; SANTANA, Ana Cristina - *O tratamento documental de manuscritos ao serviço da investigação: a experiência da Biblioteca Nacional*. 2006, pp. 1-14. Disponível em: purl.pt/6393/1/comunicacoes/manuscritos.pdf.

FIÉIS, Maria Alexandra Moreira de Jesus - *Clíticos num corpus do português do século XIII*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

FILHO, Américo Venâncio Lopes Machado - *Breve incursão pelo léxico medieval do português: o testemunho de um manuscrito trecentista*. Universidade Federal da Bahia. Trabalho originalmente apresentado em sessão de comunicação coordenada na XIX Jornada de Estudos Lingüísticos do GELNE, em Fortaleza, 2002, pp. 1-13.

FILHO, Américo Venâncio Lopes Machado - *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador da Bahia, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2004.

FONSECA, Fernanda Irene - *Para o estudo das relações de tempo no verbo português*. Separata do *Boletim de Filologia*, Tomo XXIX, Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1984.

FONSECA, Fernando V. Peixoto da - *Noções de história da língua portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1959.

FONSECA, Joaquim - *A centralidade do verbo no enunciado*. Revista da Faculdade de Letras do Porto (Línguas e Literaturas), II série, vol. III, 1986, pp. 53-68.

FONSECA, Joaquim - *Estudos de sintaxe-semântica e pragmática do português*. Porto, Porto Editora, 1993.

FOWLER, Roger - *Crítica linguística*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos - *Lições sobre o contentamento nas narrativas históricas medievais*. In *Revista Topoi*, vol. 6, n.º 11, Julho-Dezembro, 2005, pp. 227-245.

FREIRE, António - *Gramática latina*. 5.^a ed., Coleção Cursos Universitários, Braga, Livraria A. I., 1992.

GAFANHA, Maria Raquel Madail - *Morfologia histórica do verbo: o futuro do indicativo no período arcaico da língua portuguesa. Um contributo para a periodização na história da língua*. (Dissertação de mestrado). Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; SOUSA, Maria Clara Paixão de - *Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa*. (Pesquisas em torno do Projecto *Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança linguística*, Universidade Estadual de Campinas, 1998.) Textos reunidos no “Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe”, e disponíveis em:
<http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>.

GAMA, José - *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

GAYA, Samuel Gili - *Curso superior de sintaxis española*. Barcelona, Vax, 2000.

GOÉS, Carlos - *Syntaxe de concordancia*. 6.^a ed., Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Renato Americano, 1935.

GOMES, Saul António - *As políticas culturais de tradução na corte no século XV*. In *Cahiers D'Études Hispaniques Médiévales*, n.º 33, 2010, pp. 173-181.

GONÇALVES, Anabela Proença Leitão - *Para uma sintaxe dos verbos auxiliares em português europeu*. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1992.

GONÇALVES, Anabela; COLAÇO, Madalena; MIGUEL, Matilde; MÓIA, Telmo - *Quatro estudos em sintaxe do português. Uma abordagem segundo a teoria dos princípios e parâmetros*. Coleção Estudos Linguísticos, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

GONÇALVES, Fernando Lopes - *Os verbos ter e haver em Fernão Lopes*. Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, 1996.

GONÇALVES, Maria Fernanda Moreira - *A morfologia verbal do galego-português: contributos para um estudo sincrónico-descritivo*. (Dissertação de Mestrado), Coimbra, Faculdade de Letras, 1999.

HALL Jr.; ROBERT A. - *External history of the romance languages*. Nova Yorque, Elsevier, 1974.

HARRIS, Alice C.; CAMPBELL, Lyle - *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

HARRIS, Martin; VINCENT, Nigel - *The romance languages*. Routledge, London e New York, 1997.

HAUY, Amini Boainain - *História da língua portuguesa. Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo, Editora Ática, 1989.

HIDALGO, Maria José; PÉREZ, Dionísio; GERVÁS, Manuel J. R. (eds.) - «*Romanización*» y «*Reconquista*» en la Península Ibérica: nuevas perspectivas. Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998.

História da expansão portuguesa: a formação do império (1415-1570). Vol. I. (Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri). Temas e Debates, 1998.

História de Portugal. Vol. II, Porto, Edição Monumental da Portucalense Editora, MCMXXIX.

História dos descobrimentos e expansão portuguesa. Lisboa, Universidade Aberta, 1999.

HUBER, Joseph - *Gramática do português antigo*. 2.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

HUDSON, R. A. - *La sociolingüística*. 2.^a ed., Barcelona, Editorial Anagrama, 2000.

JÚNIOR, Câmara; MATTOSO, José - *História e estrutura da língua portuguesa*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Padrão Livraria Editora, 1976.

LABOV, William - *Principles of linguistic change. Internal factors*. Vol. I, Oxford-Cambridge, Blackwell, 1994.

Leal Conselheiro e Livro de ensinança de bem cavalgar toda sella. Lisboa, Typographia Rollandiana, 1843.

LLEAL, Coloma - *La formación de las lenguas romances peninsulares*. Barcelona, Barcanova Temas Universitários, 1990.

LLORACH, Emilio Alarcos - *Estudios de gramática funcional del español*. Madrid, Gredos, 1970.

LOBO, Tânia - *A colocação dos clíticos em português. Duas sincronias em confronto*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1992.

LORENZO, Ramón - *Considerações sobre as vocais nasais e o ditongo -ão em português*. In Dieter Kremer (ed.), *Homenagem a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1988, pp. 289-326.

LORENZO, Ramón - *Reflexiões crítico-eruditas e sentimentais sobre a língua*. Real Academia Galega, A Coruña, 1999.

LOURO, José Inês - *Origem e flexão de alguns nomes portugueses em -ão*. In *Boletim de Filologia*, 1952, pp. 23, 37-65.

LUCCHESI, Dante - *Sistema, mudança e linguagem. Um percurso da Linguística neste século*. Lisboa, Coleção Estudos Linguísticos, Edições Colibri, 1998.

MAIA, Clarinda de Azevedo - *Dos textos escritos à história da língua*. Separata do livro *História da Língua e História da Gramática*. In *Actas do Encontro*. Coleção Poliedro, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 2002.

MAIA, Clarinda de Azevedo - *História da língua portuguesa. Guia de estudo*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1995.

MAIA, Clarinda de Azevedo - *História do galego-português: estado linguístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1986.

MAIA, Clarinda de Azevedo - *O galego-português medieval: sua especificidade no contexto dos romances peninsulares e futura diferenciação do galego e do português*. Separata das *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*, Coimbra, organizado pela Associação Portuguesa de Linguística, 1994.

MAIA, Clarinda de Azevedo - *Sociolinguística histórica e periodização linguística. Algumas reflexões sobre a distinção entre português arcaico e português moderno*. Separata da Revista *Diacrítica*, n.º 10, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, 1995.

MAIA, Clarinda de Azevedo - *Periodização na história da língua portuguesa: status quaestionis e perspectivas de investigação futura*. In *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main, Eberhard Gärtner, Cristine Hundt, Axel Schönberger (eds.). Biblioteca luso-brasileira, 1999.

MALMBERG, Bertil - *Histoire de la linguistique. De Sumer à Saussure*. Paris, Puf Fondamental, Presses Universitaires de France, 1991.

MARÇALO, Maria João Broa Martins - *Da fonologia à sintaxe. A teoria funcionalista de André Martinet*. Évora, 1991.

MARÇALO, Maria João Broa Martins - *Introdução à linguística funcional*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, 1992.

MARINS, Ânderson Rodrigues - *Crítica Textual: compromisso com a preservação e transmissão fiel dos textos*. Disponível em:
http://www.filologia.org.br/iiijnflp/textos_completos/pdf/Cr%C3%ADtica%20textual-%20compromisso%20com%20a%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20transmiss%C3%A3o%20fiel%20dos%20textos%20-%20%C3%82NDERSON.pdf.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos de uma vida quotidiana*. 3.ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Breve história de Portugal*. Cap. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

MARTINS, Ana Maria - *Clíticos na história do português*. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1994.

MARTINS, Ana Maria - *A evolução das vogais nasais finais [ã], [õ], [-e], no português*. In Cilene da Cunha Pereira e Paulo Roberto Dias Pereira (orgs.), *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1995, pp. 617-646.

MARTINS, Ana Maria - *Mudança sintáctica e história da língua portuguesa*. In: HEAD, Brian F. et alii (orgs.) - *História da língua e história da gramática*. Braga (Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho), 2002, pp. 251-297.

MARTINS, Edson Ferreira; MARÇALO, Maria João; OSÓRIO, Paulo José - *Um problema de sintaxe histórica: a descrição das construções com se apassivador/indeterminador*. In *língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora, Universidade de Évora, 2010, pp. 39-40.

MARTINS, Oliveira - *Os filhos de D. João I*. Lisboa, Guimarães Editores, 1973, (publicado originalmente em 1889-1890).

MATEUS, Maria Helena Mira - *O português do séc. XV e o texto da Vida e feitos de Júlio César*. In *Domínios de Lingu@gem*, ano 3, n.º 2, 2.º semestre 2009, pp. 129-139.

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; FARIA, Isabel Hub; FROTA, Sónia; MATOS, Gabriela; OLIVEIRA, Fátima; VIGÁRIO, Mariana; VILLALVA, Alina - *Gramática da língua portuguesa*. 5.ª ed., (coleção Universitária, série Linguística dirigida por Maria Raquel Delgado-Martins), Lisboa, Editorial Caminho, SA 2003.

MATEUS, Maria Helena Mira; CARDEIRA, Esperança - *O essencial sobre língua portuguesa: norma e variação*. Lisboa, Editorial Caminho, 2007.

MATTOSO, José - *História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480)*. Vol. II, Editorial Estampa, 1994.

MATTOSO, José - *Portugal medieval: novas interpretações*. 2.ª ed., Imprensa Nacional Casa da Moeda, Temas Portugueses, 1992.

MAURER JR., Th. Henrique - *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1959.

MEDINA, João - *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Vol. IV, Parte I (*Os descobrimentos. O mar sem fim*). Clube Internacional do Livro, Amadora, 1997.

MEIER, Harri - *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*. Separata da Revista *Biblos*, vol. XVIII, tomo II, 1943.

MENDES, Amália - *Predicados verbais psicológicos do português. Contributo para o estudo da polissemia verbal*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MENÉNDEZ, Francisco Gimeno - *Hacia una sociolingüística histórica*. In *Estudios de la Universidad de Alicante*, nº1, 1983, p. 185.

METZELTIN, Michael; CANDEIAS, Marcolino - *Semântica e sintaxe do português*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

METZELTIN, Michael - *Semântica e sintaxe do português*. (Com colaboração de Marcolino Candeias). Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

MILROY, James - *Linguistic variation & change. On the historical sociolinguistics of English*. Oxford, Blackwell Publishing, 1992.

MOHRMANN, Christine - *Études sur le latin des chrétiens*. 12.^a ed., tomo I, Roma, Edizioni di storia e letteratura, 1961.

MONTEIL, Pierre - *Éléments de phonétique et de morphologie du latin*. Série Langues Anciennes, Paris, Éditions Nathan, 1986.

MOREIRA, Camila de Paula; FORSTER, Larissa Gonçalves *et al.* - *O texto que se lê de autores nacionais*. In *Revista de Filologia Linguística Portuguesa*, n.º 12 (1), 2010, pp. 105-123.

MOREIRA, Júlio - *Notas philológicas I. Sintaxe popular. Contribuição para o estudo da syntaxe histórica*. In *Lusitana*, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1906, pp. 324-383.

MORENO, Humberto Baquero - *História de Portugal medievo político e institucional*. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

MOTA, Othoniel - *Questões philológicas. Um ensaio de syntaxe histórica. A evolução do gerúndio*. Campinas, Centro de Ciências, Letras e Artes, 1914, pp. 1-14.

MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho - *Leal Conselheiro e Livro dos conselhos de El-Rei Dom Duarte: diálogos*. Publicado em *Actes del X Congrès Internacional de L'Associació Hispànica de Literatura Medieval*. Alicante: Symposia Philologica. Vol. 2, pp. 573-585. Disponível em: http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/leal_Conselheiro_e_livro_dos_conselhos_de_el-rei_dom_duarte_dialogos.pdf.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida A.; GONÇALVES, Maria Filomena (org.) - *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. Série Trilhas Lingüísticas, São Paulo, Editora Cultura Acadêmica, 2007.

NASCIMENTO, Aires - *Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada*. In *Península*, Revista de Estudos Ibéricos, n.º 2, 2005.

NETO, Serafim da Silva - *Fontes do latim vulgar (O Appendix Probi)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1946.

NETO, Serafim da Silva - *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956.

NETO, Serafim da Silva - *Manual de filologia portuguesa. História, problemas, métodos*. 2.ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.

NETO, Serafim da Silva - *História da língua Portuguesa*. 6.ª ed., Coleção Linguagem 11, Rio de Janeiro, Dinalivro, 1992.

NUNES, José Joaquim - *Crestomatia arcaica. Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI*. 8.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1981.

NUNES, José Joaquim - *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*. 9.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1989.

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de - *A voz passiva no período arcaico do português e começos do moderno*. Comunicação ao VI Encontro Internacional da Associação Brasileira de Estudos Medievais, Salvador, 2003.

OLIVEIRA, Mariana Fagundes de - *A voz passiva portuguesa: um estudo diacrônico*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2005.

ORDÓÑEZ, Salvador Gutiérrez - *Principios de sintaxis funcional*. Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997.

OSÓRIO, Paulo - *Contributos para uma caracterização sintático-semântica do português arcaico médio*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2004.

PALMER, Leonard R. - *The latin language*. London, Bristol Classical Press, 1999.

PAUL, Hermann - *Princípios fundamentais da história da língua*. 5.^a ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

PEREIRA, António dos Santos - *Portugal descoberto. Cultura medieval e moderna*. Vol. I. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2008.

PEREIRA, Reina Troca - *Contributos da afixação greco-latina para a definição do valor aspectual na língua portuguesa*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2003.

PERES, João Andrade; MÓIA, Telmo - *Áreas críticas da língua portuguesa*. Lisboa, Editorial Caminho, 1995.

PESSOA, Fernando - *A mensagem*. Porto, Edições Asa, 1996.

PIEL, Joseph Maria - *Leal Conselheiro o qual fez dom Duarte rey de Portugal e do Algarve e senhor de Cepta*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1942.

PIEL, Joseph Maria - *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Estudos Gerais/Série Universitária, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

PINKSTER, Harm - *Sintaxis y semântica del latin*. Madrid, Ediciones Clásicas, 1995.

PINTO, Abílio Fernando Bento - *O Leal Conselheiro de D. Duarte: uma “moral filosofia”*. (Dissertação de Mestrado em Filosofia Medieval). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.

PINTO, Isabel Maria do Poço Lopes - *Estudo sintáctico e axiológico das formas cantava e cantaria em português*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1995.

PRADO, Lorenzo Ramirez de - *Consejo y consejero de príncipes*. Ed. e prólogo de Juan Beneyto, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1958.

QUAGLIONE, Diego - *Il modelo del principe cristiano: gli specula principum fra Médio Evo e prima Età Moderna*. In *Modelli nella storia del pensiero político I*, Coordenação de V. I. Comparato, Leo S. Olschki, Florença, 1987, p. 103.

RANCHHOD, Elisabete Marques - *Sintaxe dos predicados nominais com ESTAR*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1990.

REIS, Carlos - *O cânone da literatura queirosiana*. In *Veredas* (Revista da Associação Internacional de Lusitanistas), vol. 8, Porto Alegre, 2007, pp. 185-199.

RONCONI, Alessandro - *Il verbo latino. Principi di sintassi storica*. Bologna, Nicola Zanichelli Editore, 1946.

ROQUETE, J. I. - *Leal Conselheiro, o qual fez Dom Duarte, pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher*. V.^a J. P. Aillaud, Pariz, Monlon e C.^a, 1854.

ROUVERET, Alain - «Être» et «Avoir». *Syntaxe, sémantique, typologie*. Collection Science du Langage, Saint-Denis, Presses Universitaires de Vincennes, 1998.

RUBIO, Lisardo - *Introducción a la sintaxis estructural del latín*. Barcelona, Editorial Ariel, S.A., 1984.

RUSSO, Harold J. - *Morphology and syntax of the Leal Conselheiro*. Lancaster, Lancaster Press, Inc., Pa., University of Pennsylvania, Philadelphia, 1942.

SAMPAIO, Alberto - *A sintaxe da frase portuguesa: um modelo teórico. A expressão oral e escrita*. Universidade Lusíada, Lusolivre, 1994.

SAMPAIO, Maria Lúcia Pinheiro - *Estudo diacrônico dos verbos TER e HAVER, duas formas em concorrência*. São Paulo, Assis, 1978.

SANTOS, Diana - *Uma classificação aspectual portuguesa do português*. In *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996). Vol. I, Lisboa, 1997, pp. 299-315.

SANTOS, Isabel Almeida - *Varição linguística em espaço rural. A vogal [ü] numa comunidade do Baixo Mondego*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

SANTOS, Maria Joana de Almeida Vieira dos - *Os usos do conjuntivo em língua portuguesa. Uma proposta de análise sintática e semântico-pragmática*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SCHENDL, Herbert - *Historical linguistics*. Oxford, Oxford University Press, 2001.

SEIFERT, Eva - *Haber e Tener como expresión de la posesión en español*. In *Revista de Filología Española*, tomo XVII, cadernos 3 e 4, Madrid, 1930, pp. 233-389.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal: estado, pátria e nação (1080-1415)*. Vol. I. 3.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal: a formação do estado moderno (1415-1495)*. Vol. II. 3.^a ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

SILVA, Antonino da Conceição de Almeida - *O sistema verbal do português arcaico: o papel da analogia na regularização dos paradigmas verbais do português da segunda fase*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1998.

SILVA, Giselda Brito - *História e lingüística: algumas reflexões em torno das propostas que aproximam a história da análise do discurso*. In *Saeculum*, Revista de História, 11, João Pessoa, Agosto/Dezembro 2004, pp. 28-41.

SILVA, Jaime Ferreira da; OSÓRIO, Paulo - *Introdução à história da língua portuguesa. Dos factores externos à dinâmica do sistema linguístico*. Chamusca, Edições Cosmos, 2008.

SILVA, Manuel Augusto Naia da - *Temas de história da língua latina*. Lisboa, Edições Colibri, 1998.

SILVA, Michelle Tatiane Souza e - *O problema da divulgação da moralidade em Portugal no século XV*. (Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP - USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.)

SILVA, Michelle Tatiane Souza e - *Práticas de leitura e ensinamentos morais na corte de Avis*. Franca, UNESP, 2009.

SILVA, Paulo Nunes - *Os tempos compostos do sistema verbal português*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *O estudo linguístico de um texto português do século XIV*. Separata do *Boletim de Filologia*, tomo XXII, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1973, pp. 264-280.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *Sobre a mudança linguística: uma revisão histórica*. Separata do *Boletim de Filologia*, tomo XXVI, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1980/81, pp. 83-99.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *Contribuição para a leitura crítica de textos medievais portugueses: sintaxe e grafia*. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1986.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *Diversidade e unidade: a aventura linguística do português*. In Revista *ICALP*, vol. 11, Março de 1988, pp. 60-72; Revista *ICALP*, vol. 12/13, Junho - Setembro de 1988, pp. 13-28.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Estudos Gerais - série universitária, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista*. In *Estudos lingüísticos e literários*, n.º 19, Março 1997, pp. 253-286.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e - *O português arcaico. Uma aproximação*. Vol. II - *sintaxe e morfologia*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.

SILVEIRA, Alcir Leopoldo Dias da - *História do verbo Ser do latim ao português*. Coleção Estudos Universitários, Natal, Editora Universitária, 1980.

SOARES, Nair de Nazaré Castro - *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerônimo Osório*. Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1994.

SOUSA, Armindo de - *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. Vol. I, Série *História Medieval - 4*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

Tabourek-Keller, Andrée - *Language and identity*. In F. Coulmas (ed.), *The handbook of sociolinguistics*, Oxford, Blackwell, pp. 315-326.

TARALLO, Fernando - *Tempos linguísticos. Itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo, Editora Ática, 1990.

TAVANI, Giuseppe - *O texto medieval e as suas "misérias e desventuras"*. In *Veredas* (Revista da Associação Internacional de Lusitanistas), vol. 8, Porto Alegre, 2007, pp. 46-74.

TAVARES, Maria José Ferro - *História de Portugal medievo (economia e sociedade)*. Lisboa, Universidade Aberta, 1992.

TEODORO, Leandro Alves - *A escrita da história na corte dos reis de Avis*. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: *Poder, violência e exclusão*. ANPUH/SP - USP, São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008, pp. 1-10.

TEYSSIER, Paul - *História da língua Portuguesa*. Coleção "Nova Universidade", Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.

TORRES, Amadeu - *Na pista do Prof. Azevedo Ferreira: os verbos ter e haver em dois cartulários nortenhos*. In *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996) - Linguística histórica, história da linguística*. Vol. II, Lisboa, 1997, pp. 303-313.

TORRES, Amadeu - *Gramática e linguística. Ensaio e outros estudos*. Braga, Universidade Católica Portuguesa (Faculdade de Filosofia - Instituto de Letras e Ciências Humanas - Centro de Estudos linguísticos), 1998.

VÄÄNÄNEN, Veikko - *Introduction au latin vulgaire*. 13.^aed., Paris, Éditions Klincksieck, 1981.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de - *Lições de filologia portuguesa*. Segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das *Lições práticas de português arcaico*. Lisboa, Dinalivro, (s/d).

VASCONCELOS, J. Leite de - *Estudos de filologia portuguesa*. Coleção brasileira de filologia portuguesa, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1961.

VASCONCELOS, J. Leite de - *Fórmulas verbaes arcaicas no Leal Conselheiro de el-rei D. Duarte*. Sonderabdruck aus den *Mélanges Chabaneau*, Romanische Forschungen Band XXIII, Erlangen, s.d..

VERDELHO, Evenilda Pereira da Silva - *Aspectos da história da língua portuguesa (sumários e bibliografias de cinco lições; textos dos sécs. X-XVI; páginas de consulta)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, L curso de férias, 1974.

VIDOS, B. E. - *Manual de de lingüística românica. História e metodologia*. 2.^a ed., Vol. I, Edição do Tradutor, 2001.

VIEIRA, Maria Teresa Botelho de Sousa - «SEER» e «ESTAR» no português medieval. Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, 1961.

VILELA, Mário - *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra, Livraria Almedina, 1992.

VILELA, Mário - *Verbo e estruturas fráscas*. In *Actas do IV Colóquio Internacional de Linguística Hispânica* (Leipzig, 22-25 de Novembro de 1993) - Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1994.

VIEIRA, Vroman William - *Predicate raising and the syntax - morphology - semantics cycle: latin and portuguese*. Michigan, University of Michigan (Ph D.), 1976.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. - *Empirical foundations for a theory of language change*. In W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.), *Directions for historical linguistics*. Austin, University of Texas Press, 1968, pp.187-188.

WIEDEMER, Marcos Luiz - *Introdução aos conceitos básicos da sociolinguística*. In *Cadernos do CNLF*, vol. XIII, n.º 03, Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2009, pp. 129-140.

WILLIAMS, Edwin B. - *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 6.^a ed., Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Brasileiro, 1994.

WRIGHT, Roger - *Latín tardío y romance temprano en España y la Francia Carolingia*. Madrid, Editorial Gredos, 1982.

XAVIER, Maria Francisca - *Varição e mudança lexical no português medieval - o caso dos verbos*. In *Domínios de Lingu@gem*, ano 3, n.º 2, 2.º semestre 2009, pp. 224-242.

YLLERA, ALICIA - *Sintaxis histórica del verbo español: las perífrasis medievales*. Zaragoza, Universidade de Zaragoza, (Departamento de Filología), 1979.

Dicionários e Enciclopédias

Collier's encyclopedia. Vol. 6 e 12, E.U.A., Maxwell Macmillan International Publishing Group, 1992.

Diccionario literario. Tomo VI, 4.^a ed., Barcelona, Hora S.A., 1992.

Dicionário da língua portuguesa contemporânea. Vol. I e II, Academia das Ciências de Lisboa e Fundação Calouste Gulbenkian, Editorial Verbo, 2001.

Dicionário de literatura. 1.^o e 2.^o vol. (Direcção de Jacinto do Prado Coelho). Porto, Mário Figueirinhas Editora, 1994.

Enciclopédia luso-brasileira de filosofia. Vol. 1, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1989.

ERNOUT, A.; MEILLET, A. - *Dictionnaire etymologique de la langue latine. Histoire de mots*. 13.^a ed., Paris, Librairie Klincksieck, 1951.

MACHADO, José Pedro - *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3.^a ed., vols. 2, 3 e 5, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SERRÃO, Joel - *Dicionário de história de Portugal*. Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1965-1971.

Páginas WEB

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_I_de_Portugal

http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_II_de_Portugal

http://pt.wikipedia.org/wiki/Afonso_V_de_Portugal

http://pt.wikipedia.org/wiki/Duarte_de_Portugal

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/filosofia/m6.html>

<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/dduarte.htm>

[http://www.infopedia.pt/\\$d.-duarte-\(1391-1438\)](http://www.infopedia.pt/$d.-duarte-(1391-1438))

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3901.pdf>

http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/o_leal_conselheiro_e_a_tradicao_do_espelho_de_principe_consideracoes_sobre_o_genero.pdf

<http://www.clul.ul.pt/equipa/jdionisio/franciscanos.pdf>

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/hlp/arquivo/lealcons.html>

<http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=142&p=147&o=p>

http://clp.dlc.ua.pt/Publicacoes/Dicionarios_breve_historia.pdf

http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/6%20%20Dionisio%20and%20Sa%20Article.pdf

http://en.wikipedia.org/wiki/Alfred_Morel-Fatio

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4864.pdf>

http://www.ehumanista.ucsb.edu/volumes/volume_08/articles/8%20%20Ana%20Isabel%20Buescu%20Article.pdf

dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2656601&orden=0

http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212813252_ARQUIVO_JoaoCerineuLeitedeCarvalho-ANPUH2008.pdf

http://www.smarcos.br/novoportal/images/stories/tempo_e_memoria/dezembro2003/n1_sergioalcides.pdf

<http://www.geocities.com/textossbec/leda.doc>

http://www.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/leal_conselheiro_e_livro_dos_conselhos_de_el-rei_dom_duarte_dialogos.pdf

<http://www.agal-gz.org>

<http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/gramhist/sxgenerativa.html>

Anexos

Os anexos deste trabalho são constituídos pelas frases extraídas do texto do *Leal Conselheiro* e seleccionadas para constituir o nosso *corpus* de análise. Dada a sua extensão, foi necessário agrupá-las num CDrom, que segue incorporado à versão impressa. As frases em questão encontram-se numeradas de acordo com a ordem com que ocorrem no texto, obedecendo ao registo emitido pelo programa informático utilizado.